



O FENÓMENO DA ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS
- CONTRIBUTOS DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA -

JOANA DE ALMEIDA LEITÃO MATOS DA FONSECA - 27475

Orientadora de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO VARGAS-MONIZ

Coordenadora de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO VARGAS-MONIZ

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Especialidade em Psicologia Clínica

2023-2024

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz, apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Àqueles que ajudam a transformar o mundo num lugar melhor e aos animais detidos. A todos eles. Um por um.

“Os animais entram e saem quando querem da casa que limpei ontem, ao crepúsculo, e para afastar o meu medo do crepúsculo. Os animais entram e saem livremente de casa, dizia eu. Eu sinto-me atravessada pelos seres, pela sua luz, como um vidro. Ainda há uns dias me assustava ter que manter um certo número de gatos, número excessivo se para além de três ou quatro. Mas eles nascem, multiplicam-se, pedem abrigo e consolo, numa comunicação que eu entendo como a escrita.”

(Llansol, 1978, p. 216-217)

Agradecimentos

Este é o fim de mais uma jornada académica, que significa largar tudo e começar de novo, mas que se alinha mais com o que sou, e foram várias as pessoas que fizeram parte deste caminho.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, são eles que tornam tudo possível. À minha mãe, por me ter incentivado, desde criança, a ir atrás dos meus sonhos e a procurar deixar uma semente de generosidade naquilo que faço.

Ao Ângelo, que acompanhou este processo do primeiro ao último dia. Que caminhou comigo, lado a lado, e me fez sentir que este não era um projeto meu, mas nosso. E que a vida pode ser mais fácil a dois. Com entrega.

À minha Professora e Orientadora Maria João Vargas-Moniz, pelo entusiasmo com que recebeu esta proposta, pelos ensinamentos e pelo apoio ao longo de toda esta jornada.

A todos os entrevistados pela colaboração, partilha e disponibilidade para continuarmos a procurar respostas equilibradas para a acumulação de animais. As entrevistas foram de uma riqueza e profundidade enormes e permitiram-me aprender com cada um deles.

À *Animalife*, particularmente ao Rodrigo, pela colaboração neste estudo e pelo trabalho que fazem com as pessoas que acumulam animais e com os animais acumulados, bem como à Santa Casa da Misericórdia e aos restantes participantes.

À Alex, à Alexandra, à Marta, à Ana e à Anabela, com quem partilho a paixão pelos animais, pela colaboração e incentivo, e aos meus amigos mais chegados. À Sara pelo início deste percurso juntas e à Carla pelo particular apoio este último ano.

Às minhas colegas do Seminário de Dissertação, pela partilha de um ano de trabalho árduo, que só se cumprirá quando a última terminar. E aos professores e restantes colegas.

Por fim, aos animais que me inspiram a continuar. Yasmin. Beast. Jedi.

Resumo

A acumulação de animais é um fenómeno pouco estudado e subestimado. Ocorre em Portugal, com graves repercussões para a vida das pessoas com experiência em acumulação de animais, dos animais acumulados e das comunidades, com riscos para a saúde pública. O presente estudo tem como objetivo caracterizar esta problemática, as pessoas com experiência em acumulação de animais e os animais detidos, bem como identificar a forma como se processa a intervenção em Portugal e averiguar a existência de intervenção psicológica. Realizaram-se dez entrevistas semiestruturadas a dez profissionais com funções nos processos de intervenção de acumulação de animais. As entrevistas foram analisadas através do método de Análise Temática e de Redução de Dados. Foi aplicado, em paralelo, um Formulário de Relato de Caso a trinta e seis profissionais nas mesmas condições. Os resultados indicam que a acumulação de animais é vista em Portugal como um “problema animal” e não como um problema de saúde humana, que se manifesta e resolve de forma semelhante à descrita pela literatura. Foram identificadas lacunas significativas ao nível da intervenção, incluindo a inexistência de intervenção psicológica.

Palavras-chave: Acumulação, animais, caracterização, intervenção, componente psicológica

Abstract

Animal hoarding is an understudied and underestimated phenomenon. It occurs in Portugal, with serious repercussions for the lives of people with experience in animal hoarding, hoarded animals and communities, with risks to public health. The present study aims to characterize the people who hoard and the animals detained, as well as identify the way in which the intervention is carried out in Portugal and investigate the existence of psychological intervention. Ten semi-structured interviews were carried out with ten professionals working in animal accumulation intervention processes. The interviews were analysed using the Thematic Analysis and Data Reduction methods. A Case Report Form was applied, in parallel, to thirty-six professionals under the same conditions. The results indicate that the accumulation of animals is seen in Portugal as an “animal problem” and not as a human health problem, which manifests and solves in a similar way to that described in the literature. Important gaps in intervention were identified, including the lack of psychological intervention.

Keywords: Accumulation, animals, characterization, intervention, psychological component

Índice

Introdução	1
Revisão de Literatura: A acumulação de animais	3
I. Caracterização do fenómeno, da pessoa acumuladora e dos animais	3
Caracterização geral	3
Prevalência e características sociodemográficas	7
Tipos de acumuladores de animais	8
Espécies de animais envolvidas e formas de aquisição	10
Origens da acumulação de animais	10
Motivações para a acumulação de animais	11
Crueldade animal e questões legais	13
II. Intervenção	16
A intervenção legal	16
A intervenção psicológica	17
Barreiras ou constrangimentos gerais à intervenção	20
Necessidades da intervenção	21
Planos e estratégias de intervenção	22
O foco na pessoa acumuladora e o papel dos profissionais	25
Método	27
Delineamento	27
Amostra	27
Entrevista	28
Formulário de Relato de Caso	29
Procedimentos	29
Análise Temática	32
Resultados	35
I - Entrevista.....	36

II - Entrevista Única (com teor jurídico)	66
III - Formulário de Relato de Caso	68
Discussão	88
Conclusões	101
Referências Bibliográficas	106
ANEXOS	111
Anexo A – Guião de Entrevista	111
Anexo B – Formulário de Relato de Caso	112
Anexo C – Consentimento Informado	122
Anexo D – Análise Temática: Conteúdo das Entrevistas	123
Anexo E – Transcrição da Entrevista Única (de teor jurídico)	207

Lista de Tabelas

Tabela 1: Correspondência entre as questões de investigação e os instrumentos	30
Tabela 2: Caracterização detalhada dos Resultados da Análise Temática, após redução de dados.....	36
Tabela 3: Caracterização dos/as participantes	36
Tabela 4: Caracterização do Fenómeno e das Pessoas com Experiência em Acumulação de Animais e Narrativas dos Participantes	41
Tabela 5: Caracterização dos Animais Acumulados e Narrativas dos Participantes	47
Tabela 6: Processo e Entidades Intervenientes na Intervenção e Narrativas dos Participantes	53
Tabela 7: Componente Psicológica da Intervenção e Narrativas dos Participantes	63
Tabela 8: Estrutura etária da PEAA (com segmentação por género)	70
Tabela 9: Escolaridade da PEAA (com segmentação por género)	71
Tabela 10: Ocupação da PEAA (com segmentação por género).....	71
Tabela 11: Número de casos de animais acumulados (por intervalos e com segmentação por espécie)	80

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa de Análise Temática	35
--	----

Lista de Siglas

CED Captura, Esterilização e Devolução

CRO Centro de Recolha Oficial

CROA Centro de Recolha Oficial de Animais

FAT Família de acolhimento temporário

MVM Médico Veterinário Municipal

PEAA Pessoa com experiência em acumulação de animais

POC Perturbação obsessivo-compulsiva

TCC Terapia cognitivo-comportamental

Introdução

Este estudo pretendeu investigar o fenómeno da acumulação de animais, dado tratar-se de uma problemática atual, de elevada complexidade e com forte impacto na saúde, qualidade de vida e bem-estar de pessoas e animais (Patronek *et al.*, 2006). Sendo considerado um fenómeno universal, que ocorre em todas as culturas e países (Arluke *et al.*, 2017), é apontado como um problema de saúde pública (Guerra *et al.*, 2020). Apesar de esta ser uma problemática comunitária séria, é pouco compreendida (Patronek *et al.*, 2006) e continua a ser subestimada dentro e fora da comunidade académica (Nadal *et al.*, 2022).

Embora exista alguma pesquisa realizada nesta área, nomeadamente norte-americana (e.g. Arluke *et al.*, 2017), esta é escassa em Portugal (e.g. Guerra *et al.*, 2020). A investigação destas matérias só começou a dar os primeiros passos no nosso país recentemente, não tendo sido, até agora, realizadas pesquisas no terreno que envolvam pessoas, animais e processos de intervenção portugueses. Tratando-se, assim, de um campo com muito por explorar torna-se pertinente a sua investigação em Portugal.

O objetivo geral desta investigação consistiu em aprofundar o conhecimento relativo à acumulação de animais em Portugal que permita uma melhor compreensão, identificação e acompanhamento destes casos. Já os objetivos específicos consistem em 1. Caracterizar a pessoa com experiência em acumulação de animais; e 2. Identificar os meios de intervenção existentes. O primeiro objetivo ou domínio consiste em dar resposta às seguintes questões de investigação: QI1. Quais as características do fenómeno e da pessoa com experiência em acumulação de animais? e, QI2. Quais as espécies envolvidas, formas de aquisição e condição dos animais acumulados e/ou resgatados? O segundo objetivo ou domínio consiste em explorar as seguintes questões de investigação: QI3. Como se processa a intervenção em Portugal? e, QI4. De que forma é feita a intervenção psicológica?

De forma a responder às questões de investigação foram utilizados dois instrumentos: uma entrevista semiestruturada e um Formulário de Relato de Caso, ambos dirigidos a profissionais que acompanham processos de intervenção de acumulação de animais, tais como médicos veterinários, assistentes sociais e, entre outros, psicólogos.

A presente dissertação está dividida em seis capítulos, iniciando-se com a Introdução, seguida da Revisão da Literatura referente à caracterização do fenómeno, da pessoa com

experiência em acumulação de animais, dos animais e da intervenção, Método, Resultados, Discussão e Conclusões.

Este estudo teve em conta alguns daqueles que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelos estados-membros das Nações Unidas (BCSD, 2024), em particular, o ODS 3 – Saúde de qualidade e promover o bem-estar de todos em todas as idades (que inclui a saúde mental); ODS10 – Reduzir as desigualdades; e, o ODS16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes (erradicando, também, o abuso e a violência).

Revisão de Literatura: A acumulação de animais

I. Caracterização do fenómeno, da pessoa acumuladora e dos animais

Caracterização geral

A acumulação, definida por Llamas (2023) como a aquisição e retenção de uma quantidade significativa de alguma coisa em dimensão superior ao normal ou necessário, é um fenómeno que tem sido estudado sob diferentes perspetivas. Vista como uma tendência do ser humano, do ponto de vista evolutivo, a acumulação de recursos pode ser considerada adaptativa (Nadal *et al.*, 2022). Ao longo da história da humanidade, é provável que tenham ocorrido momentos de grande privação em que a acumulação desempenhou um papel fundamental na adaptação e sobrevivência das comunidades. A capacidade de acumular pode significar uma vantagem competitiva em locais onde os recursos são escassos e a sua disputa é feroz, garantindo a subsistência e, por conseguinte, aumentando a probabilidade de sobrevivência e sucesso reprodutivo das populações humanas, conforme observado por Darwin ao descrever a "luta pela vida" (Leckman *et al.*, 2005).

Pelo contrário, a acumulação pode consistir numa atividade nociva e disfuncional, que tem chamado a atenção de profissionais de saúde mental, de investigadores e do público em geral ao longo dos últimos vinte anos (Arluke *et al.*, 2017), devido ao aumento da cobertura mediática de casos de acumulação compulsiva ocorridos em circunstâncias trágicas (Kim *et al.*, 2001). Estes são, habitualmente, eventos associados ao armazenamento de objetos inanimados, tais como jornais e revistas, livros, roupa, recipientes (de plástico, papel ou vidro) e, entre outros, comida ou lixo alimentar (Arluke *et al.*, 2002), contudo, podem abranger a aglomeração de animais, uma circunstância que aumenta exponencialmente a complexidade desta problemática (Nadal *et al.*, 2022).

A verdade é que a acumulação de animais é um fenómeno frequentemente noticiado e que não é recente. Em 1875, o jornal *New York Sun* publicou um artigo sobre Rosalia Goodman, uma senhora que vivia com mais de 80 gatos numa casa em ruínas, em Manhattan. Tinha decidido cuidar de gatos que pessoas abandonavam ao frio, para morrer de fome, e a descrição da sua casa era a seguinte:

. . . cats are perceptible on every hand . . . cats with eyes,
without eyes, earless and cats of every description skulk in the

black nooks or rush out and disappear in sudden panic. And all the time, from sunrise to sunrise, an aromatic and voluminous cloud of feline exhalation is rafted down the stairs into the street
(Anonymous 1875, p. 4)

(Cit. in Arluke et al., 2017)

Em português¹:

... os gatos são perceptíveis por todos os lados ... gatos com olhos, sem olhos, sem orelhas e gatos de todos os tipos escondem-se nos cantos escuros ou correm e desaparecem em pânico. E o tempo todo, de sol a sol, uma nuvem aromática e volumosa de exalação felina desce as escadas até a rua (Anónimo 1875, p. 4).

O contacto entre pessoas e animais é indubitável e tem assumido formas diversas nas diferentes culturas e contextos sócio-históricos. As primeiras interações, que remontam há milénios, parecem assumir uma vertente utilitária (Alves & Steyer, 2019), em que os animais selvagens e, mais tarde, os chamados animais agrícolas, são utilizados como alimento, vestuário, transporte e suporte a práticas culturais e religiosas (Serpell & McCune, 2012). No entanto, por razões de conveniência à espécie humana, os animais foram domesticados e esta ligação assumiu outras facetas (Alves & Steyer, 2019). A sua manutenção, como animais de estimação, é uma delas, e esta é uma prática que não se inicia, apenas, nos tempos modernos (meados do século XVIII), nem se circunscreve ao mundo ocidental. Vestígios arqueológicos de há 14 mil anos comprovam o enterro de pessoas e animais, lado a lado, na Europa e noutros locais e, indícios da sua popularidade nas antigas civilizações e em lares imperiais sugerem que a sua manutenção, como animais de estimação, tem ocorrido ao longo da história da humanidade, deixando claro que as relações contemporâneas estabelecidas com os animais são apenas uma expressão recente de uma ligação antiga (Serpell & McCune, 2012).

Torna-se, desta forma, compreensível que esta relação tenha alastrado ao campo afetivo (Alves & Steyer, 2019), abundando na arte, na arqueologia e na literatura o registo de laços emocionais estabelecidos entre pessoas e animais (Nathanson, 2009). Konrad Lorenz (1903-1989), Prémio Nobel de Fisiologia em 1973, pelos estudos realizados sobre o comportamento animal e um dos maiores precursores deste tema, registou a complexidade desta ligação na década de 40, na sua obra *Man Meets Dog* (1949). O autor aborda a evolução da interação entre seres humanos e animais, incluindo a sua domesticação, e relatos da convivência entre os seus cães e a sua família. Contudo, só nos anos 1980 foram iniciados estudos nos campos da Etologia, da Medicina Veterinária e da Psicologia (Alves & Steyer, 2019), indicando, a

¹N. de A: Considerou-se relevante a tradução do excerto para a língua portuguesa dada a sua pertinência e como forma de ilustrar o fenómeno observado.

generalidade das pesquisas realizadas uma relação de benefício mútuo, que atinge o polo oposto nos cenários de acumulação de animais (Nathanson, 2009).

O fenómeno da acumulação de animais foi descrito pela primeira vez na literatura científica em 1981 por Dooley Worth e Alan M. Beck, que documentaram 31 casos de posse exagerada de animais na cidade de Nova Iorque, de indivíduos que foram classificados em publicações de medicina veterinária e bem-estar animal como *animal collectors* ou “coleccionadores de animais” (Arluke *et al.*, 2017). Em 1997 é criado, em Massachusetts, o *Hoarding of Animals Research Consortium* (HARC) por um grupo de especialistas em saúde mental, medicina veterinária, bem-estar animal e serviço social. Esta foi uma organização que nasceu com o intuito de investigar as bases psicológicas e sociológicas, bem como a frequência e impacto da acumulação de animais, como forma de propor estratégias de intervenção e aumentar a consciencialização das comunidades para este problema (Patronek *et al.*, 2006). Em 1999, esta instituição substituiu a designação de *animal collecting* por *animal hoarding* ou “acumulação de animais” (Patronek, 2006), pretendendo diferenciar a expressão “coleccionar”, que descreve formas de acumulação não nocivas, organizadas e sistemáticas, tais como *hobbies* (Arluke *et al.*, 2017; APA, 2013), de “acumular”, vocábulo sugestivo de perturbação do funcionamento (Patronek, 2006).

A acumulação de animais é, desde 2013, classificada como uma “patologia mental complexa e potencialmente grave” (Arluke *et al.*, 2017), incluída na 5.^a versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Perturbações Mentais (DSM ou, em inglês, *The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Illnesses*) e, mais tarde, em 2022, na 11.^a versão da Classificação Internacional de Doenças (CID ou, em inglês, ICD – *International Classification of Diseases*), pela Organização Mundial de Saúde ou *World Health Organization* (WHO, 2022), sob a designação de “perturbação de acumulação” (*hoarding disorder*), e também apelidada por Síndrome de Noé (Nadal *et al.*, 2022).

Como conceito geral, a acumulação está particularmente associada à retenção de objetos e ao sofrimento associado ao seu descarte, um comportamento marcado pela falta de *insight* (Kim *et al.*, 2001) e associado à conseqüente desordem excessiva de áreas funcionais, que interferem nas atividades diárias e levam à deterioração considerável das condições de vida do indivíduo, dando azo a um ambiente pouco seguro para si e para os outros (Nadal *et al.*, 2022).

O DSM-5 (APA, 2013) não especifica que tipos de bens são abrangidos por esta patologia (Arluke *et al.*, 2017). Embora a acumulação de animais se encaixe tecnicamente nos critérios da perturbação de acumulação, não foi identificada como um subtipo oficial (Frost *et al.*, 2015) mas, antes, como uma “manifestação especial” deste distúrbio (APA, 2013), lançando dúvidas sobre a sua classificação diagnóstica e, consequentemente, alguma discussão na literatura científica (Arluke *et al.*, 2017). Não obstante ser mais comum a sua associação a *bens* inanimados (Frost *et al.*, 2011), a consideração de que os animais se encontram abrangidos pelo direito de propriedade e lhes é aplicável o regime jurídico análogo ao *das coisas*, faz com que a maioria dos autores os inclua nos critérios desta categoria de diagnóstico (Frost *et al.*, 2015).

A acumulação de animais é caracterizada pela manutenção de um grande número de animais em condições inadequadas (Arnold *et al.*, 2018). Num estudo publicado, em 1999, Patronek definiu a pessoa acumuladora (*hoarder*) como (1) “alguém que acumula um grande número de animais, (2) não fornece padrões mínimos de nutrição, saneamento e cuidados veterinários, e (3) deixa de agir sobre a condição de deterioração dos animais (incluindo doenças, fome e até mesmo morte), do meio ambiente (superlotação severa, condições extremamente insalubres) ou sobre o efeito negativo da acumulação na sua saúde e bem-estar e na dos outros membros da família”. Estes critérios têm sido adotados pela APA (2003) e pela generalidade das pesquisas realizadas nesta área (e.g. Nadal *et al.*, 2022; Arluke *et al.*, 2017).

É importante salientar que, não é a detenção de um número excessivo de animais, por si só, que define este fenómeno, mas a incapacidade de lhes prestar cuidados adequados (Patronek, 1999). Estes sujeitos minimizam ou negam as consequências dos seus atos ou inventam justificações, dissimulando um ato nocivo em algo nobre e intitulando-se como salvadores de animais, revelando pouca perceção do comportamento de acumulação (Nadal *et al.*, 2022). Este é um comportamento que pode abranger, também, pessoas envolvidas em posições de resgate e proteção animal, tais como membros de associações, criadores, cuidadores de colónias e famílias de acolhimento (Frost *et al.*, 2015; Patronek *et al.*, 2006). O público em geral também não tem conhecimento que a acumulação de animais pode ser associada e até causada por diversos distúrbios físicos e/ou psicológicos, acreditando que a pessoa acumuladora é uma boa pessoa que ama os seus animais mas que ficou sobrecarregada, imagem que é difundida pela comunicação social (Patronek *et al.*, 2006).

As consequências funcionais consistem, essencialmente, na negligência do próprio, dos outros elementos do agregado familiar (cujas necessidades de saúde humana não são integralmente satisfeitas) e dos animais (Arluke *et al.*, 2017), e em conflitos com vizinhos, motivados por queixas sobre odores, ruído e crueldade ou negligência das espécies detidas (Guerra *et al.*, 2020). O efeito mais dramático é aquele que ocorre no ambiente doméstico, onde pessoas e animais, muitas vezes doentes ou mesmo mortos, partilham o mesmo espaço. Estes locais são propícios a zoonoses e outras infeções, pelo que a insalubridade extrema se verifica em mais de 70% dos casos (Frost *et al.*, 2015). E é este acréscimo de insalubridade que, juntamente com a falta de perceção da condição dos animais e da incapacidade para lhes prestar cuidados adequados, que leva a uma maior miséria, quando comparada com a acumulação de objetos inanimados (Guerra *et al.*, 2020).

A acumulação de animais comporta, assim, fortes ameaças à saúde e bem-estar de pessoas, animais e comunidades (Patronek *et al.*, 2006), sendo considerada um problema de saúde pública (Guerra *et al.*, 2020). Esta problemática envolve questões de saúde física e mental, jurídicas, habitacionais e humanas (Patronek *et al.*, 2006, 1999), consubstanciando um alerta para problemas médicos, sociais ou económicos (Arluke *et al.*, 2002). A literatura é unânime ao considerá-lo como um fenómeno universal, que ocorre em todas as culturas e países (Arluke *et al.*, 2017). Apesar de este ser um problema comunitário sério, é pouco compreendido (Patronek *et al.*, 2006) e continua a ser subestimado dentro e fora da comunidade académica (Nadal *et al.*, 2022).

Prevalência e características sociodemográficas

Pesquisas comunitárias estimam que a prevalência de acumulação clinicamente significativa nos Estados Unidos da América (E.U.A.) e na Europa seja de cerca de 2 a 6% da população (Nadal *et al.*, 2022). De acordo com os censos americanos, só nos Estados Unidos atingirá, aproximadamente, cinco milhões de pessoas (Arluke *et al.*, 2017). Pesquisas de organizações humanitárias e de controlo de animais norte americanas apontam para 3.000 novos casos por ano (Frost *et al.*, 2015), embora existam estimativas de 5.100, que abrangem uma média de 50 animais por caso, ou seja, perto de 250 mil animais. No entanto, é sabido que a falta de registos (Arluke *et al.*, 2017; Patronek & Nathanson, 2009), o isolamento social, a natureza secreta das pessoas acumuladoras (incluindo, de acordo com Nathanson (2009), a ocultação dos animais), a sua tendência para repetir o comportamento e a falta de investigação das autoridades, mantêm estes números muito aquém do real (Patronek, 2006, 1999).

A acumulação de animais tende a ser identificada como uma doença crónica que se deteriora progressivamente. Inicia-se por volta da meia-idade e a maior taxa de incidência ocorre por volta dos 55 anos, com os sintomas mais graves. A idade média dos acumuladores de animais está entre os 50 e os 60 anos, afetando principalmente mulheres (74,9%). São, habitualmente pessoas solteiras, isoladas, que vivem sozinhas ou com pessoas dependentes. Desempregadas (Nadal *et al.*, 2022), embora, a maioria, reformadas pois, o aumento de tempo livre e a diminuição das interações sociais podem agravar o comportamento de acumulação (Arluke, 2001). Os níveis de escolaridade são variados, tal como a sua condição financeira embora muitos deles enfrentem dificuldades económicas (Arluke, 2001). Ocorre quer em zonas rurais, quer em localidades urbanas, tendencialmente em habitações unifamiliares, embora também em apartamentos e outros tipos de residências, em bairros de classe média (Nadal *et al.*, 2022). Não obstante as pessoas com experiência em acumulação de animais poderem assemelhar-se ao estereótipo da *cat lady* (senhora dos gatos), solteira, mais velha e que mora sozinha com gatos (a espécie mais envolvida), foram encontrados relatos de acumulação de animais que referem jovens, casais, viúvos e divorciados, médicos, enfermeiros, funcionários públicos, professores do ensino básico e universitário, assistentes sociais e veterinários (Arluke *et al.*, 2017), comprovando que este comportamento ultrapassa as fronteiras demográficas e socioeconómicas (Patronek *et al.*, 2006).

Tipos de acumuladores de animais

Existem, de acordo com Patronek *et al.* (2006), três tipos gerais de pessoas acumuladoras, sendo elas, os cuidadores sobrecarregados (*overwhelmed caregivers*), os acumuladores de resgate (*rescuer hoarders*) e os acumuladores exploradores (*exploiter hoarders*), embora todas elas possam apresentar características dos três tipos.

O cuidador sobrecarregado é aquele que possui um elevado número de animais que já foram bem cuidados, mas que deixaram de o ser devido a uma mudança nas circunstâncias de vida do indivíduo, tal como o desemprego, doença ou morte de cônjuge. Fez um esforço inicial para prestar os cuidados adequados, mas acabou por perder a capacidade de o fazer porque ficou sobrecarregado. A aquisição dos animais costuma ser passiva, por via da reprodução, e tem alguma consciência dos seus problemas. Tende a minimizá-los, mas não os nega, pelo que é mais recetivo à intervenção que os restantes (Arluke *et al.*, 2017).

O acumulador de resgate é movido pela missão de salvar animais. Adquire animais através de métodos mais ativos (e.g. resgate de animal que aparenta estar abandonado), continuando a resgatá-los mesmo depois de ficar assoberbado, opondo-se totalmente à eutanásia e contando com uma vasta rede de facilitadores, que incentivam a aquisição de novos animais. Acredita que só ele consegue prestar os devidos cuidados aos animais, não reconhecendo a sua má qualidade e fazendo tudo para evitar as autoridades (Arluke *et al.*, 2017).

O acumulador explorador é o mais grave e mais complexo de resolver, uma vez que possui características sociopatas e adquire animais ativamente para satisfazer as suas necessidades, sem que por eles sinta qualquer apego. Tal faz com que pareça indiferente ao sofrimento animal, não demonstrando sentir empatia por animais ou pessoas. Aparenta ser manipulador, egocêntrico, narcisista e astuto, atuando sem culpa ou remorso. Nega determinantemente os seus problemas e rejeita a autoridade (Arluke *et al.*, 2017).

Apesar de não terem sido realizados muitos estudos sobre estas classificações, a grande maioria aparentam ser cuidadores sobrecarregados (40%) e acumuladores exploradores (40%), sendo os restantes 20% de resgate (Patronek *et al.*, 2006).

Patronek *et al.* (2006) referem, ainda, duas categorias adicionais que refletem estágios intermédios da verdadeira acumulação. São eles, o acumulador incipiente (*incipient hoarder*), que se encontra num estágio inicial de acumulação, de início, presta cuidados adequados, que se vão deteriorando com o tempo e com o aumento do número de animais, costumando estar consciente do problema, e o acumulador-criador (*breeder-hoarder*) que começa a reproduzir animais para venda ou exposição, com o objetivo de obter ganhos financeiros ou prestígio (Elliot *et al.*, 2019) e que, com o passar do tempo, começa a ter dificuldade em manter os cuidados adequados. No entanto, é improvável que os mantenha em casa não existindo, assim, deterioração das condições de vida humanas.

Os cuidadores sobrecarregados, os de resgate e os incipientes deixam de prestar estes cuidados por falta de recursos. Já os exploradores e criadores manifestam indiferença perante o sofrimento animal. Embora os critérios e a classificação de Patronek (1999, 2006) ainda não tenham sido estudados pela APA ou pela OMS, têm sido amplamente utilizados para investigar este fenómeno (Nadal *et al.*, 2022).

Espécies de animais envolvidas e forma de aquisição

Há estudos que referem que o número de animais detidos varia entre 6 e 918, numa média de 64,1 (DP = 32,8) animais por caso, 32,9% dos quais já mortos. São, principalmente, gatos (82%) e cães (55%), mas, também, entre outros, aves (17%), pequenos mamíferos (11%) ou cavalos (6%), adquiridos passivamente, por via da reprodução descontrolada (Arluke *et al.*, 2017; Nadal *et al.*, 2022), ou através de reprodução intencional ou criação, trazidos pelo público ou resgatados. Também atingem animais selvagens, exóticos e de quinta, e estes indivíduos tendem a concentrar-se na acumulação de apenas uma ou duas espécies em simultâneo (Patronek, 1999).

Origens da acumulação de animais

Há diversos problemas psicossociais e perturbações comportamentais que parecem estar envolvidos no fenómeno de acumulação. Apesar da acumulação de objetos ser mais estudada do que a acumulação de animais, a literatura sugere que existem distúrbios associados à falta de vinculação na primeira infância e apego aos pais ou cuidadores, ao abuso físico, emocional e/ou sexual, a vivências de violência doméstica na infância ou na idade adulta, à perda de pessoa significativa ou uma grave crise de saúde (Frost *et al.* 2010; Patronek *et al.*, 2006). Em paralelo, o desenvolvimento de perturbações de personalidade, em particular, *borderline*, embora também narcisista, anti-social ou paranóide contribuem para o agravamento dos casos (Patronek *et al.*, 2006).

Algumas pessoas que acumulam também podem apresentar défices cognitivos, que incluem baixos níveis de *insight*, raciocínio abstrato e capacidade de resolução de problemas. É igualmente descrita a possibilidade da acumulação se relacionar com perturbações orgânicas, tais como a demência, bem como com a perturbação obsessivo-compulsiva, a esquizofrenia, o *stress* pós traumático ou o luto patológico e, em menor grau, a fobia social, a agorafobia e a depressão (Patronek *et al.*, 2006).

Inicialmente, a acumulação de animais era vista à luz do modelo obsessivo-compulsivo (Arluke *et al.*, 2017). Nathanson (2009) sugere que as pessoas que acumulam animais costumam ter pensamentos intrusivos e exibir comportamentos compulsivos que incluem a aquisição contínua de novos animais, mesmo quando não há capacidade para cuidar deles convenientemente, levando, muitas vezes, à negação desta desadequação. No entanto, foram realizadas novas pesquisas e, em 2013, a perturbação de acumulação foi autonomizada, dando força a outras teorias. Assim, este comportamento também pode relacionar-se com o modelo

delirante (em que há falta de sintonia entre o sistema de crenças e a realidade), o modelo de demência (em que não reconhece o que está a acontecer à sua volta), o modelo de adição (em que existe uma falta de controlo de impulsos e foco no objeto de desejo) e o modelo de apego (de privação precoce de amor parental e estabilidade). De acordo com Arluke *et al.* (2017), pode, ainda, estar associado à psicologia do *self* (em que é a ligação aos animais que define a pessoa e o seu valor).

Motivações para a acumulação de animais

A *Delta Society* é uma organização educativa e de investigação, criada em 1981, que se dedica ao estudo do vínculo pessoa-animal e do seu impacto social e cultural, tendo dado origem a um grande número de pesquisas que documentam o efeito positivo dos animais de estimação na saúde e bem-estar dos seres humanos (Nathanson, 2009).

Uma pesquisa da *American Animal Hospital Association*, de 2004, salientou o relevo da dedicação dos detentores em geral aos seus animais de estimação, relatando que são vistos como membros da família, filhos, seres de quem dependem emocionalmente, que escolheriam no lugar de pessoas, se tivessem que viver numa ilha deserta, que acreditam que os ouvem melhor (do que a sua família e amigos), que arriscariam a vida por eles, e que contrairiam dívidas para os sustentar (Nathanson, 2009). No caso concreto da acumulação de animais, também há estudos que referem a atribuição de características humanas aos animais e de uma capacidade “mágica” de comunicar (Frost *et al.*, 2011).

Ora, os animais possuem um conjunto de características que parecem servir de base à criação da afinidade do ser humano com animais em geral e, com animais de estimação em particular. Está descrito na literatura que os detentores de animais costumam referir que as suas motivações passam por estes serem uma fonte de amor incondicional e por serem esteticamente agradáveis (pelos seus movimentos e características tácteis), ou por proporcionarem uma elevação da autoestima (pela valorização que decorre de cuidar ou salvar) e sensações de estabilidade e previsibilidade (um elemento de constância perante as mudanças pessoais e familiares), de confiança e segurança, de controlo no relacionamento, de entendimento (por comunicarem de forma simples) e de bem-estar físico e mental, além do carácter não competitivo e desprovido de *stress* que esta ligação acarreta (Nathanson, 2009)

Os estudos da *Delta Society* revelaram dados semelhantes e esta interação tem sido descrita como uma função importante no desenvolvimento psíquico dos seres humanos. De

uma perspectiva psicológica, as primeiras análises da relação entre a pessoa e o animal de estimação podem exemplificar-se da seguinte forma:

The truth is that with our pets we are both mother and child, simultaneously or alternately, with the pet playing the opposite part. When we greet our pets in the morning or on returning home in the evening, they are transitional objects, permitting us to enter new territory or a new day or to safely return from foreign territory. . . . Because we alternate the roles of child and parent with our pets, the feeling of mutual love and devotion is understandable, not only because the pet carries some of the idealized attributes of the mother, but because the pet is also the self. In mothering the pet we are mothering ourselves. In being mothered by our pets we are recreating the faith of the infant in superabundant love. (Beck and Katcher 1983, pp. 86-88)

(Cit. in Nathanson, 2009)

Em português²:

A verdade é que com os nossos animais de estimação somos mãe e filho, simultânea ou alternadamente, cabendo ao animal o papel oposto. Quando cumprimentamos os nossos animais de estimação pela manhã ou ao voltar para casa à noite, eles são objetos de transição, permitindo-nos entrar num novo território ou num novo dia ou retornar com segurança de um território estrangeiro.....

Como alternamos os papéis de filho e pai com os nossos animais de estimação, o sentimento de amor e devoção mútuos é compreensível, não apenas porque o animal de estimação carrega alguns dos atributos idealizados da mãe, mas porque o animal de estimação também é o *self*. Ao cuidar do animal de estimação, estamos a cuidar de nós mesmos. Ao sermos cuidados pelos nossos animais de estimação, estamos recriando a fé da criança no amor superabundante. (Beck e Katcher 1983, pp. 86-88)

A ligação aos animais pode significar, desta forma, uma experiência segura e de procura de refúgio de crianças de famílias disfuncionais e/ou de vítimas de abuso, negligência ou trauma. O animal de estimação pode tornar-se num recurso constantemente acessível, de conforto no alívio das feridas, medos e tédio. Esta é uma gratificação imediata e profundamente benéfica, que não receia demonstrações de fraqueza, emoção ou exigências excessivas (Nathanson, 2009). Os animais, que conseguem identificar pelo nome (segundo Patronek, 1999, em 42,6% dos casos), são vistos como extensões da própria pessoa, que “amam” e cuja perda pode equivaler à perda de um ente querido (Frost *et al.*, 2011). O apego excessivo pode ser relacionado com a perturbação de apego, originada por traumas devidos a perdas não resolvidas de pessoas significativas e/ou pela privação de condições favoráveis ao

²N. de A: Considerou-se igualmente relevante a tradução do excerto para a língua portuguesa dada a sua pertinência e como forma de ilustrar o fenómeno observado

desenvolvimento durante a infância ou adolescência, funcionando os animais como “uma cura” (Nadal *et al.*, 2022; Nathanson, 2009). Patronek e Nathanson (2009) sugerem, inclusivamente, que “esse apego disfuncional no início da vida pode levar a um apego compensatório aos animais”.

Crueldade animal e questões legais

Não obstante os relatos dos efeitos positivos que os animais provocam nos seres humanos, a literatura também regista comportamentos humanos adversos, que são o “lado negro” desta relação entre pessoas e animais, e que se referem à crueldade deliberada, em que o agressor obtém prazer através do maltrato. Ora, a acumulação de animais representa uma forma distinta de crueldade em que, apesar das evidências do sofrimento, não há uma intenção de causar um dano. Por razões ainda não totalmente compreendidas, os indivíduos começam a adquirir animais e, rapidamente, excedem a sua capacidade para tratar deles devidamente, causando “estados prolongados de privação, doença, dor e/ou sofrimento”. Apesar disso, alegam o sentido de missão, referindo que estes morreriam se não interferissem (Nathanson, 2009).

Uma associação americana de controlo de animais informou que alimentar e dar banho a cada animal num abrigo exige, no mínimo, quinze minutos por dia, sendo nove minutos dedicados ao banho e seis minutos à alimentação. Uma pessoa que tenha dez animais sob os seus cuidados precisará de, pelo menos, duas horas e meia por dia para lhes prestar os cuidados básicos. Se os animais forem vinte, precisará de cinco horas, o que explica, entre outros fatores, a privação de saneamento, alimentação e cuidados veterinários (Nadal *et al.*, 2022).

Desta forma, as condições mínimas de bem-estar animal não são asseguradas. Os animais encontram-se com falta de cuidados de saúde e manifestam problemas comportamentais devido ao medo, sendo este o principal motivo que leva à sua eutanásia após intervenção (Nadal *et al.*, 2022). Estes animais, depois de apreendidos, têm revelado graves problemas clínicos, tais como desidratação, subnutrição, atrofia muscular, desvio espinhal, lesões cutâneas e alopecia (queda de pelo) e presença de parasitas. Verificam-se, também, lesões por mordida (agressão ou automutilação), coprofagia (ingestão de fezes), síndrome de privação sensorial, padrões repetidos de circulação ou lambidelas (lapidação dos membros) e, entre outros, desconforto e insegurança com seres humanos. Estas são respostas

comportamentais profundamente marcadas pelo *stress* e pelo medo, cuja disfuncionalidade é resultado da reduzida estimulação ambiental (D'Ângelo *et al.*, 2020).

A crueldade é, segundo Nadal *et al.* (2022), normalmente definida como “negligência nos cuidados básicos, degradação das condições de vida, ausência de atenção às necessidades básicas de nutrição e higiene, sobrelotação e problemas de saúde, falta de cuidados veterinários ou mesmo coabitação com animais mortos”, todos cenários típicos de casos de acumulação de animais. Desta forma, o abuso pode ser direto, por ação (e.g. quando os animais são forçados a viver dentro de jaulas ou trancados em casas de banho) ou por omissão (e.g. ausência de cuidados).

Para a autora, esta é uma problemática de acentuada gravidade. Denotam-se algumas preocupações particulares tais como o grande número de animais envolvidos, a duração do seu sofrimento (pela falta de condições, doença e morte), os efeitos comportamentais a longo prazo (revelados por animais mesmo depois de serem colocados em lares onde têm todos os cuidados e atenção), bem como o elevado custo decorrente do seu resgate (fruto do tratamento e manutenção).

De acordo com Vargas-Moniz *et al.* (2021), a acumulação de animais, que pode ou não ser patológica, requer a avaliação do bem-estar dos animais. Tal pode ser feito através das *Cinco Liberdades*, um instrumento que não requer formação e responde a cinco princípios orientadores (e.g. liberdade face à fome e sede, à dor, ao medo ou de expressar o comportamento natural), situando os níveis de cuidado num *continuum* que vai da zona verde (excelente) à encarnada (maus-tratos).

A crueldade contra animais tem vindo a ser vista como um problema sério, evidenciado através do agravamento das normas legais, do número de processos judiciais e da potencial ligação a outras atividades criminosas e à violência contra pessoas (Arluke *et al.*, 2017). A forma como têm sido configuradas as políticas públicas e o surgimento de recursos destinados ao bem-estar animal evidenciam um claro aumento da preocupação com os animais não humanos nos últimos anos e uma mudança social que, embora tardia e sob pressão internacional, não deixou de ser um marco histórico (Llamas, 2023).

Em Portugal, os maus-tratos e o abandono de animais de companhia são punidos criminalmente desde 2014, através dos artigos 387.º e 388.º do Código Penal, introduzidos pela Lei n.º 69/2014. Pune-se, com pena de prisão ou multa “quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus-tratos físicos a um animal de companhia”,

pena agravada em caso de morte ou de especial perversidade e censurabilidade, assim como “quem abandonar (um animal de companhia), pondo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos”. Podem, ainda, ser aplicadas penas acessórias (artigo 388.º-A do Código Penal), tais como a proibição do direito de detenção de animais de companhia pelo período máximo de seis anos ou o encerramento de um alojamento. Para o efeito do disposto nestas normas, entende-se por animal de companhia “qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia”, sendo excluídos os animais utilizados com fins de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial e espetáculo comercial (artigo 389.º do Código Penal). Nestes casos, só são puníveis os factos praticados com dolo, ou seja, com a intenção de praticar o ato ou quando o agente prevê a possibilidade de estar a praticar um crime (artigo 14.º do Código Penal - DL n.º 48/95). Acresce que, nos casos em que o indivíduo sofre de anomalia psíquica, ainda pode ser levantada a questão da inimputabilidade (artigo 20.º do Código Penal - DL n.º 48/95).

Também o Decreto-Lei n.º 276/2001, que transpôs para o ordenamento jurídico português a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, prevê, entre outras, regras relativas à detenção, alojamento e manejo dos animais que implicam um “especial dever de os cuidar e vigiar”, de lhes proporcionar adequados padrões de higiene, alimentação e cuidados de saúde, de forma a assegurar a sua vida, integridade física e bem-estar, cujo incumprimento dá lugar a contraordenações e eventuais sanções acessórias. Existe, igualmente, um limite legal de animais permitidos em prédios urbanos, rústicos ou mistos. No caso dos apartamentos é permitido um máximo de três cães ou quatro gatos adultos, num total de quatro por fogo e, em moradias com espaço exterior, é possível albergar seis animais adultos, embora este número possa ser aumentado em condições especiais (artigo 3.º do DL n.º 314/2003, de 17 de dezembro).

Importa, ainda, referir que, de acordo com Patronek *et al.* (2006), há duas características que distinguem a acumulação de animais de outros tipos de crueldade contra animais. O sofrimento é proveniente da negligência crónica e o agressor não costuma ter a intenção de prejudicar os animais, intenção essa, normalmente exigida para tipificar as ações criminais. Tal pode tornar contraproducente a utilização de ações criadas para situações em que o abuso é deliberado, apesar de existir um efetivo sofrimento dos animais que acaba por não ser contemplado nos casos de acumulação. No entanto, apesar de faltar a intenção de prejudicar, o comportamento de manutenção e controlo dos animais, sabendo da incapacidade de lhes

prestar cuidados adequados, é deliberado. Estas são infrações mais cometidas por omissão do que por ação e os animais, que constituem prova do crime, são tidos sob custódia, passando muitas vezes meses ou mesmo anos retidos num abrigo. E nada disto faz com que se diminua a reincidência, quando a intervenção se limita a multas e penas acessórias e, com pouca probabilidade, a penas de prisão, ou a ações civis ou contraordenacionais que não exigem intenção, já que a motivação e manutenção da acumulação tem uma base psicológica, que não é resolvida através de sanções.

II Intervenção

A intervenção legal

Nos casos de acumulação de animais a intervenção pode ser legal, quando é centrada na remoção dos animais, ou psicológica, quando o objetivo é tratar a pessoa. Contudo, este fenómeno, nem sempre reconhecido por ser visto como um “estilo de vida”, tem sido considerado um problema animal e não uma questão de saúde humana. Esta temática tem sido relacionada com demandas de bem-estar animal e com a aplicação de medidas legais, que resultam numa resposta punitiva (Nathanson, 2009), em que os animais acumulados são vistos como o “problema”, em vez de serem considerados o “sintoma” do problema (Patronek *et al.*, 2006).

As queixas costumam ser feitas por vizinhos, familiares, médicos veterinários ou por denúncia anónima, e as reclamações tendem a focar-se no odor e ruído e/ou na crueldade ou negligência com os animais. São identificados os casos em situação limite de deterioração e negligência, o que faz com que, na prática, a intervenção ocorra na emergência (Guerra *et al.*, 2020).

A responsabilidade sobre a acumulação de animais não é da competência de uma organização ou serviço em particular, pelo que “não pertence a ninguém”, dependendo o desenvolvimento da intervenção do organismo que recebe a queixa, que inicia o processo ou o reencaminha. Alastra-se depois a diversas entidades e profissionais tais como os serviços de saúde mental, de assistência social, de geriatria, de saúde pública, de ambiente e saneamento, de agricultura, de habitação, de emergência (bombeiros e polícias), jurídicos, de proteção animal e de proteção de crianças. E todas estas entidades têm objetivos e prioridades diferentes, agindo sem coordenação. Por exemplo, os serviços sociais e de saúde mental

centram-se no bem-estar da pessoa com experiência em acumulação e as organizações de proteção animal têm como preocupação central o bem-estar do animal (Guerra *et al.*, 2020).

A atuação procura controlar danos, mas sem um plano ou estratégia de médio ou longo prazo, resultando a intervenção nalgum tipo de punição (normalmente de âmbito legal) e na remoção ou redução do número de animais e em avisos para melhoria das condições, que não altera a reincidência de quase 100% das situações (Guerra *et al.*, 2020). As intervenções dirigidas à pessoa passam, desta forma, por uma resolução legal de aplicação de normas relativas à crueldade contra animais e processos judiciais, que podem incluir multas, penas de prisão e penas acessórias, tais como a proibição da posse de animais por um determinado período, pela obrigação de ter acompanhamento contínuo e/ou de consulta psiquiátrica. Também ocorrem, por vezes, intervenções de limpeza das habitações, consideradas impróprias para habitação humana (Guerra *et al.*, 2020).

Menos frequente é a intervenção dos serviços de saúde mental. A dimensão mental do problema fica, habitualmente, de fora, ou seja, não é dada a devida atenção à possibilidade de existir uma doença. E é esta falta de acompanhamento e de resposta que leva à ineficácia da intervenção e faz com que as pessoas com experiência em acumulação de animais desapareçam e reapareçam mais tarde num concelho vizinho, com os mesmos ou novos animais (Guerra *et al.*, 2020), já que a alteração do ambiente não altera o comportamento de acumulação, mantendo o problema (Patronek *et al.*, 2006).

Além disso, são processos longos, cujos prazos de atuação (e.g. remoção dos animais ou tratamento das pessoas com experiência em acumulação de animais) deviam ser bem definidos, no sentido de reduzir o *stress* associado e permitir uma adaptação (Nathanson, 2009). Sendo este distúrbio detetado, por norma, numa fase aguda, ficam inviabilizados quaisquer esforços de prevenção primária, que procurariam evitar o início da acumulação de animais (Patronek *et al.*, 2006). Uma vez que estes indivíduos podem enfrentar difíceis contextos de saúde mental estas intervenções, que devem envolver a vertente humanitária e proteger os direitos e dignidade de pessoas e animais, precisam de tratamento adequado, ao invés, de medidas punitivas (Patronek *et al.*, 2006).

A intervenção psicológica

A intervenção psicológica é, em casos de acumulação de animais, crucial para tratar os problemas subjacentes ao comportamento de acumulação e para ajudar os indivíduos a

desenvolver habilidades e estratégias que lhes permitam gerir os seus comportamentos e emoções (Patronek *et al.*, 2006). A retirada dos animais pode ser uma experiência profundamente traumática para as pessoas e para os animais, comparada à perda de membros da família devido ao vínculo emocional profundo que é estabelecido (Nadal *et al.*, 2022), pelo que destaca a necessidade de abordagens sensíveis e compreensivas que minimizem o trauma decorrente destas intervenções, tanto quanto possível, e a importância de as autoridades e os profissionais envolvidos trabalharem em conjunto durante e após a remoção dos animais (Nathanson, 2009).

A primeira etapa da intervenção deve consistir numa avaliação abrangente que permita entender a extensão do problema e identificar as condições de saúde mental subjacentes, podendo a acumulação ser a causa ou uma manifestação de outras patologias, tais como a perturbação obsessivo-compulsiva, a depressão ou perturbações da personalidade. Há pesquisas que referem que é mais frequente a acumulação ser secundária a outras patologias. Recomenda-se, então, a realização de um exame médico e de uma avaliação neuropsicológica, normalmente decretados pelo tribunal, sugerindo-se uma avaliação paralela em casa, que permita obter informações mais próximas da realidade (Patronek *et al.*, 2006). De notar que o envolvimento dos médicos de família nos processos de intervenção também é importante, uma vez que estes estão em posição de detetar estas situações num estágio inicial e de as encaminhar para os serviços de saúde mental (Guerra *et al.*, 2020).

O plano de intervenção deve considerar as características da pessoa que acumula, de forma a poder ser adaptado aos seus padrões de comportamento. Apesar de a pesquisa ainda ser escassa, têm sido identificadas particularidades tais como o apego emocional aos animais, a negação da incapacidade de providenciar cuidados adequados aos animais, a falta de *insight* ou o isolamento social (Patronek *et al.*, 2006). Importa, igualmente, ter em conta a história de vida da pessoa que acumula, de forma a entender o papel e o significado que os animais assumem na sua vida (Guerra *et al.*, 2020) e as razões que levaram à aquisição obsessiva, à negação da falta de cuidados e às consequências daqui resultantes (Patronek *et al.*, 2006). Os efeitos da acumulação de animais não passam, apenas, pela possibilidade de perda da casa ou pela remoção dos animais, elas tornam-se críticas quando atingem a identidade, autoestima, controlo e razão de viver da pessoa com experiência em acumulação de animais (Nathanson, 2009). Por esse motivo, temáticas de “perda, luto, vulnerabilidade, isolamento e apego” devem ser abordadas (Guerra *et al.*, 2020).

Há quem refira que a autonegligência pode estar relacionada com o processo de envelhecimento normal, por associação à acumulação de perdas e sentimentos de inutilidade. Este é mais um dado importante para a intervenção, alertando para a necessidade das intervenções serem adaptadas à história, situação e condições da pessoa em causa (Nathanson, 2009).

O aconselhamento deve ser feito a longo prazo e direcionado à mudança comportamental, não existindo um tratamento padrão recomendado para a acumulação de animais (Patronek *et al.*, 2006). A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é frequentemente utilizada para tratar comportamentos de acumulação, através de técnicas tais como a reestruturação cognitiva e a exposição gradual. Esta abordagem ajuda os indivíduos a identificar e modificar padrões de pensamento distorcidos e comportamentos problemáticos (Mataix-Cols *et al.*, 2005). No entanto, Frost *et al.* (2010), consideram que esta abordagem produz bons resultados no tratamento dos sintomas da perturbação obsessivo-compulsiva (POC), mas parece não funcionar adequadamente com comportamentos de acumulação. Há autores que sugerem que se deve à natureza ego-sintónica dos seus sintomas e à sua falta de percepção (Frost *et al.*, 2010).

Técnicas como a Entrevista Motivacional podem ser usadas para aumentar a motivação do indivíduo para a mudança. Esta abordagem ajuda a resolver a ambivalência e a aumentar o compromisso com o tratamento (Miller & Rollnick, 2012), e tem sido indicada como promissora no tratamento de pessoas com experiência em acumulação de animais (Patronek *et al.*, 2006).

Este processo deve envolver o treino de habilidades da pessoa com experiência em acumulação de animais. Muitas delas carecem de competências básicas de organização e tomada de decisão, podendo parte integral do acompanhamento consistir neste treino, de forma a ajudar os indivíduos a desenvolver estratégias práticas para gerir as suas posses e tomar decisões mais saudáveis (Frost *et al.*, 2000).

A intervenção da família no processo de tratamento pode ser benéfica, se esta estiver apta a fornecer suporte emocional e a ajudar a reforçar as mudanças comportamentais fora das sessões de terapia (Frost & Steketee, 2010). Além disso, a criação de uma rede de apoio é essencial. Grupos de apoio para pessoas que acumulam animais podem fornecer um ambiente seguro para a partilha de experiências e estratégias de resolução, e os profissionais de saúde

mental podem trabalhar em conjunto com serviços sociais e organizações de bem-estar animal para oferecer um suporte integrado (Patronek *et al.*, 2006).

O tratamento é marcado por elevadas taxas de abandono e por comportamentos que interferem com a terapia. Entre aqueles que iniciam esta prática, alguns não o fazem por vontade própria, mas porque foram instigados a tal por autoridades de saúde. Mesmo os que continuam resistem passivamente à intervenção, deixando de realizar tarefas decorrentes deste procedimento. Tanto estes, como os casos bem sucedidos, passam por flutuações ao longo do tratamento, nomeadamente a nível motivacional, levando a falta de motivação ao abandono da terapia (Frost *et al.*, 2010).

A acumulação de animais varia ao longo de um espectro de gravidade e a diversidade de tipologias aponta para diferentes prognósticos, podendo acontecer que, a resistência de algumas das pessoas com experiência em acumulação de animais, requeira mais medidas que não só a intervenção terapêutica. Acresce que, situações de internamento compulsivo (agora designado, em Portugal, por “tratamento involuntário” com a introdução da nova Lei de Saúde Mental - Lei n.º 35/2023), só são consideradas, judicialmente, quando a pessoa representa um perigo para si e para os outros (Patronek *et al.*, 2006).

Dada a complexidade dos casos de acumulação de animais, as intervenções devem ser personalizadas para atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Isso pode incluir um plano de tratamento multifacetado que aborde questões psicológicas, sociais e práticas, incluindo o já referido suporte social (Frost *et al.*, 2011).

Barreiras ou constrangimentos gerais à intervenção

A atividade das organizações e/ou serviços tem sido dificultada pela falta de conhecimento nesta área, pela falta de planeamento, pela ausência de coordenação dos serviços e pela existência de crenças distorcidas. São, desta forma, entraves à intervenção:

1. A suposição de que o problema será resolvido pela aplicação da lei humana, ou seja, removendo-se os animais e aplicando-se sanções, não subsistem outras necessidades de intervenção. Por outras palavras, “sem animais, sem problemas”. Contudo, o comportamento da pessoa com experiência em acumulação de animais mantém-se, tal como permanece insegura e insalubre a habitação (Patronek, 1999; Patronek *et al.*, 2006);

2. A crença de que todas as pessoas têm o direito à autodeterminação, a terem a liberdade de adotar o estilo de vida que quiserem nas suas casas, direito este, que entra em

conflito com normas legais e regulamentos, de âmbito local, nacional ou comunitário, referentes à proteção do abuso e negligência de pessoas dependentes e animais (Nathanson, 2009);

3. A falta de compreensão sobre a natureza das relações funcionais *versus* disfuncionais com animais de estimação, ou seja, o problema (muitos animais) confunde-se com a solução (livrar-se dos animais), que ignora as motivações que levaram a pessoa a acumular animais (Nathanson, 2009);

4. Objetivos conflitantes entre os vários serviços e/ou organizações, essencialmente no que respeita ao objeto da intervenção ser a pessoa ou os animais (Nathanson, 2009);

5. Falta de informação sistematizada sobre estratégias ou planos de intervenção (Guerra *et al.*, 2020);

6. No que se refere, em particular, à intervenção psicológica, a insuficiência económica ou a limitação dos valores suportados pelos seguros (quando suportados e quando existentes), são também um obstáculo à sua implementação e manutenção (Patronek *et al.*, 2006);

7. Consiste, ainda, numa limitação a sobrelotação dos abrigos de animais (Costa & Casanova, 2020).

Necessidades da intervenção

Uma intervenção que se pretenda eficaz depende de uma abordagem interdisciplinar que possa dar resposta a uma multiplicidade de problemas, incluindo os de saúde física e mental da pessoa com experiência em acumulação de animais, e também os habitacionais, legais e financeiros (Patronek *et al.*, 2006). As estratégias de intervenção devem ser integradas e programadas a longo prazo, através de ações multidisciplinares articuladas que abordem a saúde mental da pessoa e consciencializem e treinem as comunidades e os profissionais. Essas ações devem procurar o equilíbrio entre o contacto com a pessoa com experiência em acumulação de animais, o cuidado dos animais acumulados e a resposta às demandas ambientais e habitacionais (Guerra *et al.*, 2020).

É fundamental investir na capacitação e sensibilização das comunidades, familiarizando-as com os fatores de risco e os sinais de alerta, o que ajudará a uma deteção precoce ou mais célere destas situações e uma maior eficácia na resposta ao problema. As comunidades precisam de obter informações sobre a acumulação de animais, também no sentido de melhor compreenderem as pessoas com experiência em acumulação de animais.

Em paralelo, é preciso sensibilizar e formar os profissionais (nomeadamente, os assistentes sociais, os médicos veterinários, os juizes e as autoridades locais) sobre a perturbação de acumulação, as altas taxas de reincidência, estratégias de intervenção mais eficazes (incluindo controlo de infeções e questões de saúde e segurança) e necessidade de acompanhamento a longo prazo, assim como um treino de competências que permita estabelecer uma relação de confiança (Guerra *et al.*, 2020).

A colaboração e coordenação devem ser processos planeados e padronizados (Nadal *et al.*, 2022; Guerra *et al.*, 2020; Patronek *et al.*, 2006). Antes de chegar ao contacto com a pessoa com experiência em acumulação de animais, deve estar previamente definido o serviço ou organização responsável, as etapas da intervenção (tais como, a investigação, avaliação, intervenção efetiva e monitorização e acompanhamento a longo prazo), as funções e papéis de cada um, os meios de comunicação e partilha de informação e a forma como será selecionado o gestor do caso (Guerra *et al.*, 2020).

Estas necessidades podem ser colmatadas com a criação de planos de intervenção e estratégias de atuação, que incluam a formação e capacitação dos técnicos (e.g. Llamas, 2023; Nadal *et al.*, 2022; Vargas-Moniz *et al.*, 2021; Guerra *et al.*, 2020; Arnold *et al.*, 2018; Patronek *et al.*, 2006).

Planos e estratégias de intervenção

Em 2006, Patronek *et al.* desenvolveram um plano destinado a orientar as comunidades e instituições envolvidas nos processos de intervenção relativos à acumulação de animais, de forma a criar uma abordagem integrada que abrangesse todas as partes interessadas, e que consiste em cinco etapas: 1) Identificar os *players* ou intervenientes e recursos (saber quem são as instituições intervenientes e apurar o tipo de ajuda que cada uma pode fornecer); 2) Criar uma cooperação interdisciplinar para a criação de respostas (cooperação entre as entidades, através da criação de equipas multidisciplinares, *task-forces* e/ou memorandos de entendimento, que aproveitem o conhecimento e recursos de cada uma); 3) Identificar os tipos de acumuladores (mediante avaliação individual de cada caso, considerando as respetivas características biológicas, psicológicas, sociais e ambientais); 4) Adequar a intervenção ao tipo de acumulador (embora as pessoas que acumulam possam exibir características de vários géneros, esta tipologia pode orientar as equipas a serem mais bem sucedidas com *aquela* pessoa, circunstância que, de acordo com Guerra *et al.* (2020), se tem demonstrado útil na

conceptualização de possíveis abordagens ao tratamento); e 5) Promover a diminuição da reincidência (pondo em prática estratégias de prevenção que incluam aconselhamento sobre cuidados de saúde, nutrição, gestão financeira, transportes e outros).

Neste âmbito, Patronek *et al.* (2006) implementaram estratégias e ferramentas práticas para identificar e prevenir casos de acumulação de animais, tais como a colaboração interdisciplinar (parcerias multissetoriais que permitam uma abordagem holística, com a troca de informações e a coordenação de intervenções), programas de educação e sensibilização (utilizados para informar e sensibilizar a comunidade e os profissionais envolvidos a reconhecer os sinais de alerta da acumulação de animais), ferramentas de avaliação de risco (*checklists* e questionários de avaliação padronizados que permitem avaliar o risco e identificar os sinais precoces em visitas domiciliárias; e protocolos de avaliação multidimensional, que avaliam tanto a condição dos animais como o estado mental e social da pessoa acumuladora), intervenções legais e políticas públicas (implementação de leis específicas relativas à acumulação de animais, que incluam sanções e previsões para a reabilitação de pessoas acumuladoras, bem como inspeções regulares a locais com denúncias frequentes ou histórico de acumulação), serviços de suporte e reabilitação (desenvolvimento de programas de aconselhamento psicológico e tratamento, que ajudem as pessoas que acumulam animais a reintegrar-se na sociedade e a não reincidir) e monitorização contínua e acompanhamento (através de visitas regulares que evitem a reincidência e de um banco de dados que permita detetar situações de acumulação de animais e facilitar a partilha de informações). Neste âmbito, também 1 propõem a criação de um observatório nacional para perturbações relacionadas com a acumulação de animais em Itália, que possa estabelecer e coordenar uma rede de dados partilhada entre médicos veterinários e outras partes interessadas, para identificação de pessoas acumuladoras e pessoas em risco de desenvolver esta perturbação.

Com base nas boas práticas internacionais e necessidades verificadas no terreno, em Portugal, Vargas-Moniz *et al.* (2021), propõem um Modelo Lógico de Intervenção/Prevenção constituído por quatro fases: Detecção, Planeamento, Intervenção e Prevenção. Este é um modelo que propõe capacitar e potenciar a cooperação das entidades envolvidas nas áreas da proteção animal, ação social, saúde e/ou justiça. A fase da Detecção tem como finalidade identificar a circunstância e local onde se encontram as situações de acumulação e as organizações a quem devem ser comunicadas as suspeitas. Na fase de Planeamento, devem as entidades envolvidas (e.g. serviços veterinários, ação social ou delegado de saúde), realizar

uma visita de triagem para deteção do risco e/ou uma visita de planeamento que, após identificação das necessidades numa tripla vertente sanitária, da pessoa que acumula e dos animais, permita desenvolver um plano de intervenção estruturado e procedimentos de intervenção na crise e que devem, sempre que possível, envolver a participação da pessoa que acumula desde o primeiro contacto. Segue-se a fase de Intervenção que, consoante as características da situação, se ocupará da promoção da saúde e bem-estar da pessoa que acumula e dos animais, do resgate total ou parcial destes animais e/ou de procedimentos judiciais, bem como da limpeza e organização do espaço. Por fim, na fase da Prevenção sugerem-se ações de monitorização e prevenção da reincidência a longo prazo, que envolvem sensibilizar e capacitar a pessoa que acumula, as comunidades e as entidades e profissionais envolvidos.

Arnold *et al.* (2018) frisa a necessidade de constituição de equipas multidisciplinares de resposta rápida na Alemanha, que envolvam a avaliação da condição dos animais e a saúde mental das pessoas acumuladoras. A estratégia inicia-se com uma avaliação breve e multidisciplinar, que fornece cuidados imediatos aos animais e, em paralelo, assistentes sociais e psicólogos trabalham com as pessoas as questões subjacentes à acumulação e formas de, com apoio contínuo, evitar recaídas. A recolocação dos animais só se faz depois, envolvendo os representantes dos abrigos de animais, que dinamizam o seu acolhimento em ambientes apropriados e seguros. Por fim, as equipas desenvolvem programas de educação comunitária, com o objetivo de promover a prevenção.

Para além da habitual necessidade de cooperação e intervenção multidisciplinar, e de educação e sensibilização, Llamas (2023) enfatiza ser imprescindível uma análise das políticas existentes em Espanha, que permita propor melhorias legislativas adequadas ao tratamento da acumulação de animais, assim como uma discussão sobre o impacto social desta problemática, na saúde pública e no bem-estar comunitário.

Já Nadal *et al.* (2022) refere que a acumulação de animais também pode ser entendida dentro da abordagem *One Welfare*, que a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (2023) identifica em Portugal como “Uma Só Saúde”, que propõe que a eficácia de estratégias para condições médicas supõe a interligação humano-ambiente-animal. Neste sentido, as intervenções devem tratar a saúde humana, o bem-estar animal e o ambiente e promover uma abordagem holística que se foque na formação, informação e cooperação, estreitando a ligação entre os serviços de saúde mental e as organizações de bem-estar animal, uma ponte praticamente inexistente nos sectores da saúde pública.

Ainda como propostas de melhoria da intervenção e, fruto da vasta investigação realizada, Guerra *et al.* (2020) deixam algumas recomendações:

1. Criar, nos diversos países, sistemas que permitam detetar a acumulação de animais e planos municipais que indiquem que organizações ou serviços assumem a liderança e garantem a coordenação entre todos;

2. Treinar os profissionais e sensibilizar a comunidade, de forma a permitir encontrar “guardiões informais” que sirvam como alerta destes casos;

3. Atribuir a cada situação um gestor de caso treinado em acumulação de animais, que estabeleça uma relação com a pessoa acumuladora e se articule com as diversas organizações e/ou serviços e profissionais dentro do plano de intervenção; e

4. Acautelar as questões éticas, nomeadamente as relativas à privacidade e aos direitos humanos, já que a partilha de informação só deve ocorrer em benefício de pessoas e animais.

Os custos elevados das ações multidisciplinares podem reduzir-se, a médio ou longo prazo, uma vez que este trabalho pode fazer diminuir os casos graves e evitar a reincidência. Além disso, podem permitir atenuar o impacto desta problemática na saúde pública e no ambiente, de forma sólida e duradoura (Guerra *et al.*, 2020).

O foco na pessoa acumuladora e o papel dos profissionais

Perante a existência de um problema de saúde mental da pessoa com experiência em acumulação de animais supõe-se que seja ela o foco da intervenção. Neste sentido, o plano de intervenção deve ser desenvolvido e implementado em colaboração com esta, com estratégias focadas na solução (para evitar culpar a pessoa), recomendando-se que proceda à assinatura de um contrato com o acordo ou plano estabelecido (Guerra *et al.*, 2020). A eficácia deste acordo dependerá depois da monitorização do caso, devendo a pessoa que acumula aprender quais os cuidados adequados a prestar. Pode, ainda, ser razoável negociar com a pessoa que acumula um pequeno número de animais, que além de funcionar como um incentivo à cooperação, pode ensinar a reduzir o impulso de adquirir mais. Por fim, a solução a traçar deve ser realista, mesmo que fique aquém da resolução ideal, não esperando que a pessoa que acumula, que costuma ser particularmente resistente à mudança, mude rapidamente (Patronek *et al.*, 2006). Pelo menos, 67% das pessoas entrevistadas por Patronek (1999) apresentaram défices no processamento de informação e funcionamento cognitivo ou executivo, o que

significa que, apesar das pessoas com experiência em acumulação de animais poderem ter a intenção de resolver a situação, estas poderão não ter as capacidades cognitivas necessárias para o fazer (Nathanson, 2009). A falta de *insight* faz com que as pessoas que sofrem desta problemática não procurem ajuda médica e a intervenção só ocorra em casos extremos (Kim *et al.*, 2001).

Quanto ao papel das organizações e dos profissionais é necessário, em primeiro lugar, que os técnicos envolvidos reconheçam que o comportamento de acumulação consiste num problema de saúde mental. Relativamente ao gestor do caso, a vertente relacional assume uma particular importância, devendo este promover uma relação de confiança com a pessoa com experiência em acumulação de animais, e assumir uma função de aliado. Dada a dificuldade de acesso a esta população, é conveniente que os profissionais possam agir como “pessoas comuns” e não tanto como “especialistas”, construindo uma relação baseada no respeito, não julgamento, flexibilidade, esperança, perseverança e negociação. Esta relação, que deve abrir a possibilidade de se manter para além da crise, deve ter em conta que todas as pessoas têm competências, valorizando a experiência, habilidades e recursos que a pessoa acumuladora tem com os animais e incrementando os seus pontos fortes (Guerra *et al.*, 2020).

Há evidências de que as pessoas acumuladoras preferem trabalhar com alguém que estabeleça um contacto mais próximo e frequente, que inclua chamadas telefónicas e visitas domiciliárias, não para os controlar, mas para se mostrarem presentes ou tirarem dúvidas (e.g. jurídicas), e a comunicação que se estabelece deve aportar terminologia simples. Neste âmbito devem, ainda, ser reconhecidos os pequenos resultados positivos, pequenos sucessos que incentivam a continuar (Guerra *et al.*, 2020).

Para Nathanson (2009), já o papel dos assistentes sociais, para além do estabelecimento de uma relação mais cooperativa do que coerciva e de identificação e articulação com os recursos comunitários e com outros serviços ou organizações, deve ser o de informar a pessoa com experiência em acumulação de animais sobre os riscos e consequências desta condição (médicos, financeiros, habitacionais e legais, como por exemplo, a possibilidade de poder perder a tutela de um filho). Este plano deve prever também situações de resistência, em que as pessoas acumuladoras não querem colaborar, sendo aconselhados, para tais casos, profissionais treinados em psicologia humana e intervenção na crise que ajudem a melhorar a comunicação com estas pessoas (Guerra *et al.*, 2020). Este acompanhamento especializado e que procura resolver o problema, parece ser decisivo à eficácia da intervenção (Patronek *et al.*, 2006).

Método

Delineamento

Esta pesquisa consiste num estudo exploratório, descritivo, considerando que a acumulação de animais é um fenómeno pouco estudado, em que é escassa a informação pré-existente (Creswell & Poth, 2018). Esta opção deve-se ao facto destes estudos permitirem uma maior flexibilidade e adaptabilidade metodológica aos dados que vão surgindo, possibilitando ao investigador ir ajustando a abordagem escolhida ao longo do tempo. Por outro lado, a descrição das características do fenómeno facilita a identificação de problemas existentes, novas hipóteses de pesquisa e aumenta a possibilidade de se abrir terreno a pesquisas futuras, mais detalhadas e aprofundadas (Yin, 2004).

A metodologia escolhida é mista, uma vez que combina uma abordagem qualitativa, baseada em narrativas decorrentes de entrevistas, e uma abordagem quantitativa, fundada num formulário de registo de caso. Permite, desta forma, fornecer uma compreensão mais rica e detalhada do fenómeno e uma maior credibilidade que deriva da triangulação dos dados. Tratando-se de um Desenho Convergente, os dados são recolhidos simultaneamente e a sua análise é feita em separado, embora se pretenda integrar no final (Creswell & Clark, 2017).

A análise qualitativa de entrevistas semiestruturadas realizadas com o propósito de explorar a diversidade das perspetivas e experiências dos participantes relativas ao tema de estudo, consiste numa análise indutiva, que se baseia na construção de padrões e temas a partir das observações apuradas, sem se fundar em hipótese ou teorias pré-estabelecidas (Creswell & Clark, 2017; Thomas, 2006). Já a análise quantitativa, referente ao formulário de registo de caso, é uma análise dedutiva, que parte de hipótese ou teorias pré-existentes e utiliza os dados para testar hipóteses (Creswell, 2014). Neste sentido, a análise qualitativa dos dados é realizada através da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006, 2013) e a análise quantitativa por via de estatística descritiva, neste caso, com recurso a médias, dados brutos e percentagens (Creswell, 2014).

Amostra

É utilizada a técnica de amostragem intencional ou *purposive sampling*, um método não probabilístico, caracterizado pela seleção deliberada dos participantes considerados mais

adequados às finalidades da pesquisa. A escolha dos participantes baseia-se nas qualidades relativas à sua experiência e conhecimento, tendo em conta os objetivos do estudo, o contexto e os recursos disponíveis, com o propósito de obter uma compreensão mais profunda sobre o fenómeno (Etikan *et al.*, 2016). Todos os entrevistados e restantes participantes que respondem ao formulário, são profissionais envolvidos em processos de intervenção de acumulação de animais e a sua caracterização é descrita no capítulo da análise dos resultados.

Entrevista

É elaborado um guião de entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas que permitam aos entrevistados dar respostas detalhadas relacionadas com as questões de investigação, com a devida cautela para não direcionar as respostas. Ao longo das entrevistas, há liberdade para adicionar questões que permitam detalhar e/ou clarificar os temas.

O guião de entrevista, adaptado à época atual e à realidade portuguesa, baseia-se em Guerra *et al.* (2020), Patronek *et al.* (2006), Arluke *et al.* (2002) e Patronek (1999), e é composto por onze questões, constando do Anexo A. Tem como objetivo aprofundar o conhecimento relativo à intervenção em situações de acumulação de animais em Portugal e caracterizar as pessoas com experiência em acumulação de animais (PEAA), através do testemunho de profissionais envolvidos em casos de acumulação de animais.

As questões colocadas e relacionadas com as quatro questões de investigação pretendem apurar, fundamentalmente, dados relativos à caracterização das PEAA e dos animais acumulados, a forma como é realizada a intervenção (que inclui as entidades envolvidas, a sua finalidade e cooperação, bem como o acompanhamento dos casos), e averiguar a existência de intervenção psicológica. São colocadas questões de que são exemplo: *Como caracteriza a pessoa com experiência em acumulação de animais? Como é feita a intervenção nos casos de acumulação de animais, nomeadamente no que diz respeito às entidades intervenientes e à sua finalidade e forma de cooperação? É feita intervenção psicológica nestes casos? E se sim, é habitual a pessoa com experiência em acumulação de animais aderir?*

Como última questão do guião, é perguntado a todos os entrevistados se têm algum comentário adicional.

Face à necessidade de melhor se compreender esta problemática do ponto de vista jurídico, é elaborado, em paralelo, um Guião (“entrevista jurídica”) com questões

exclusivamente legais, tendo em conta Patronek *et al.* (2006) e adaptado à realidade portuguesa, contendo cinco perguntas, sendo elas, na íntegra: 1) *Que normas jurídicas ou diretivas europeias se relacionam, direta ou indiretamente, com situações de acumulação de animais (incluindo normas de bem-estar animal)?*; 2) *Que consequências (civis, penais e/ou contraordenacionais) poderão decorrer para a pessoa acumuladora?*; 3) *Na sua opinião, a acumulação de animais preenche o tipo legal de crime de maus tratos ou abandono de animais? Porquê?*; 4) *A resolução legal da acumulação de animais é o meio mais adequado de solucionar esta problemática?*; e 5) *Quais as necessidades do sistema legal nesta matéria?*

Formulário de Relato de Caso

O formulário de relato de caso baseia-se no *Case Report Form* elaborado por Arluke *et al.* (2002), um formulário padronizado, cuja versão original tem 20 questões e refere-se, particularmente, à caracterização das PEAA, e a algumas questões relacionadas com o processo de intervenção. Dada a necessidade de adaptar o formulário original quer à época atual, quer à realidade portuguesa, são efetuadas pequenas alterações ou adicionadas questões, tendo em conta outras pesquisas presentes na literatura, entre elas, as de Nadal *et al.* (2022), Guerra *et al.* (2020), APA (2013), Frost *et al.* (2011), Nathanson (2009), Patronek *et al.* (2006) e Patronek (1999), relacionadas com as quatro questões de investigação. Constando do Anexo B, é composto por 35 questões de escolha múltipla, de resposta dicotómica e de resposta aberta, e as cinco questões iniciais dizem respeito à caracterização do participante. Uma vez que não existe uma entidade responsável pelos processos de acumulação de animais, destina-se a uma variedade de profissionais que acompanham estes casos.

Por questões de coerência e de facilidade de resposta e análise, é alterada a ordem de algumas perguntas (e.g. a identificação do participante e a questão relativa ao conhecimento presencial, passaram do fim para o início do formulário). As perguntas acrescentadas referem-se, entre outras, a questões relativas à escolaridade, fontes de rendimento, negligência e perceção/reconhecimento das PEAA, bem como à existência de trauma ou patologia psiquiátrica (depressiva ou ansiosa), a particularidades da intervenção e à reincidência.

Procedimentos

É enviado um convite para participação neste estudo aos entrevistados e restantes participantes através de correio eletrónico e, em paralelo, sempre que tal é possível, são

contactados por telefone, de forma a agilizar o agendamento da data da entrevista ou solicitar e esclarecer alguma dúvida relativa ao preenchimento do formulário, tarefas que decorrem a longo dos três primeiros meses do ano de 2024.

Quanto às entrevistas, três são realizadas presencialmente e seis são realizadas através de videoconferência. Todas as entrevistas são gravadas, sendo solicitada a devida autorização. As entrevistas presenciais são gravadas através de meios digitais e as efetuadas através de videoconferência armazenadas na plataforma *Teams*, o que facilitou amplamente a sua posterior transcrição. As entrevistas têm uma duração média de 77 minutos e as gravações são apagadas, na íntegra, após o fecho do capítulo dos resultados. A entrevista única relativa às questões jurídicas realiza-se por correio eletrónico.

O formulário de relato de caso é desenvolvido e adaptado à versão online do *Google Forms*. Após ser revisto múltiplas vezes e testado por cerca de dez pessoas ao longo de algumas semanas, o *link* do formulário é enviado às organizações, serviços e profissionais envolvidos em casos de acumulação de animais, através de correio eletrónico, com a contextualização dos objetivos da pesquisa, informação relativa às questões éticas e à confidencialidade e explicação do conceito de “acumulação de animais” para os efeitos pretendidos. Este pedido de colaboração, efetuado sob a forma de “convite à participação no estudo” contém, também, a referência aos autores em que se baseia (acima identificados), assim como a identificação das investigadoras (incluindo o seu contacto para ajuda e/ou esclarecimentos) e da instituição onde o estudo é desenvolvido. O tempo médio de preenchimento é de cerca de 28 minutos.

As questões das entrevistas e do formulário destinam-se a responder às quatro questões de investigação, da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1: *Correspondência entre as questões de investigação e os instrumentos*

Domínio (D)	Questão Investigação (QI)	Questão de Entrevista	Questão de Formulário
D1: Caracterizar o fenómeno de acumulação de animais em Portugal	Q1: Que características estão presentes nas situações de acumulação de animais e na pessoa com experiência em acumulação de animais?	1 e 2	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25 e 26

D1: Caracterizar o fenómeno de acumulação de animais em Portugal	o	QI2: Quais as espécies envolvidas, formas de aquisição e condição dos animais acumulados e/ou resgatados?	7	18 e 20
D2: Caracterizar o processo de intervenção em Portugal	o	QI3: Como se processa a intervenção em Portugal?	3, 4, 5, 6, 9 e 10	27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35
D2: Caracterizar o processo de intervenção em Portugal	o	QI4: De que forma é feita a intervenção psicológica?	8	28, 32 e 34

Segue-se um *follow-up* telefónico ou, em caso de impossibilidade, uma comunicação por correio eletrónico, dispondo-nos a tirar eventuais dúvidas, ajudarmos no preenchimento ou reiterarmos apenas o pedido endereçado. Entre os pedidos enviados, encontram-se a Santa Casa da Misericórdia, Organizações e Associações de Assistentes Sociais, de Medicina Veterinária e de Proteção Animal ou Psicólogos, sendo dirigido, maioritariamente, aos serviços sociais e a médicos veterinários municipais, por serem estes que, habitualmente, participam no acompanhamento das situações de acumulação de animais. Contamos com o apoio da *Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental*, uma organização de âmbito nacional, constituída em 2011 e que tem uma vasta experiência no âmbito da acumulação de animais, na dinamização de alguns contactos, e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na divulgação do formulário pelas suas equipas.

Todos os entrevistados e restantes participantes têm acesso ao consentimento informado antes do início do estudo (Anexo C), com o objetivo de fornecer informação acerca do âmbito em que ocorre a pesquisa, no que consiste e no tempo aproximado de duração. Pretende, também, salientar a natureza voluntária, anónima e confidencial, bem como a possibilidade de desistir do estudo a qualquer momento.

O presente estudo é feito com observância pelos princípios éticos, gerais e específicos, constantes do Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (Regulamento n.º 637/2021).

Quanto aos procedimentos de pesquisa da revisão de literatura, é realizada uma consulta bibliográfica a partir de revistas científicas indexadas às bases de dados *Thesaurus*, *EBSCO* e *Web of Science*, entre outras, com recurso às palavras-chave: *animal hoarding*, *animal hoarding disorder*, *noah syndrome* e *hoarder*.

Análise Temática

A metodologia qualitativa valoriza o contexto, a subjetividade, o envolvimento pessoal e a reflexividade, sendo recomendada para explorar significados e alcançar uma profundidade que se perderia apenas com a utilização de um método quantitativo. A análise das entrevistas realiza-se com recurso à Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), devido à sua flexibilidade e acessibilidade, não se encontrando vinculada a posições teóricas. Este método permite a identificação, descrição, análise, interpretação e comunicação de padrões ou temas existentes nos dados e realiza-se em seis fases, sendo elas, a familiarização com os dados (transcrição das entrevistas, leitura repetida das transcrições e anotação de ideias e padrões iniciais), a criação de códigos iniciais (codificação dos aspetos relevantes dos dados, organizando-os em grupos), a procura de temas (combinação dos códigos iniciais em potenciais temas, agrupando todos os dados relacionados), a revisão dos temas (refinamento dos temas através da criação de um mapa temático e ajuste dos temas de acordo com o seu sentido), a definição e nomeação dos temas (definição clara de cada tema e subtema, detalhando a análise total) e a produção da análise escrita final (seleção de excertos que sejam exemplo de cada tema, relacionando a análise às questões de investigação e à literatura científica). Seguindo este método, estas fases desenrolam-se da seguinte forma:

1) A familiarização com os dados inicia-se com a realização e transcrição das entrevistas, o que facilita um entendimento mais profundo do seu conteúdo. É utilizado o sistema de transcrição de Braun e Clarke (2013), procurando respeitar a linguagem dos participantes, de forma a tentar garantir uma representação fiel das entrevistas. Os dados que comprometam a confidencialidade dos participantes são alterados, sem impacto nos resultados do estudo, por se referirem a informações não relevantes (e.g. geográficas). Sempre que necessário são ouvidas partes das entrevistas e vão sendo anotadas ideias e padrões iniciais;

2) De seguida, inicia-se a criação de códigos iniciais. Os códigos são escritos ao lado do texto das transcrições e sublinhados com cores, de forma a identificar potenciais padrões. Cada código inicial representa uma unidade de informação, e os excertos do texto são codificados uma ou várias vezes, podendo não ser codificados. A codificação é feita gradualmente, com comparação entre os códigos das diferentes entrevistas, de forma a encontrar pontos comuns e agrupá-los;

3) Depois é feita a procura de temas. Os códigos iniciais são organizados em temas potenciais, considerando as suas ligações. Alguns códigos têm relações claras,

presentes em várias entrevistas, enquanto outros são mais complicados de agrupar. Inicialmente são encontrados cinco potenciais grandes temas, que se reduzem depois a quatro, por questões de organização, coerência e alinhamento com as questões de investigação. Os subtemas, que se dividem em tópicos, são reorganizados e simplificados, resultando em catorze subtemas. Também é alterada a ordem em que se encontravam alguns subtemas, dois deles mudam a sua designação e um deles é excluído por ter sido considerado redundante. É necessário fazer uso da subjetividade, reflexão e criatividade;

4) A etapa de revisão dos temas consiste na revisão e refinamento dos temas potenciais. Relendo todas as entrevistas, tenta-se perceber se os temas refletem os dados como um todo, associando-os às questões de investigação, resultando em quatro temas e catorze subtemas;

5) Segue-se a definição e nomeação dos temas. O refinamento final só ocorre após a codificação de todas as entrevistas. Os nomes dos temas são simplificados e clarificados, e a sua organização segue a ordem de apresentação das questões de investigação. A organização final resulta em dois níveis hierárquicos, com temas e subtemas, detalhados no mapa de análise temática (Figura 1) constante do início do capítulo dos resultados;

6) A fase da produção da análise escrita final consiste em contar a história dos dados de forma clara e concisa, utilizando excertos das entrevistas para exemplificar temas e subtemas, conectando a análise às questões de investigação e à literatura científica. O método de análise é experiencial, valorizando o significado, a perspectiva e a experiência dos participantes, resultando em temas semânticos, sem a procura de significados latentes. O objetivo reside na descrição, organização e encontro de significados e ligações entre os padrões identificados (Braun & Clarke, 2006).

Estas fases não são lineares, mas dinâmicas, permitindo revisões contínuas ao longo do processo. Espera-se que a análise final seja sucinta, não redundante, reflexiva e tenha coerência e lógica (Braun & Clarke, 2006, 2013). Os dados iniciais resultantes da análise temática constam do Anexo D.

Mezmir (2020) destaca, neste âmbito, quatro componentes principais: a familiarização, a redução de dados, a exibição de dados e a interpretação. Após a familiarização, a redução de dados envolve a seleção, simplificação e transformação dos dados brutos para facilitar a identificação de padrões e temas relevantes. A exibição dos dados qualitativos deve ser realizada de forma clara e organizada, de forma a facilitar a análise através, entre outras, de tabelas que permitam visualizar e compreender os dados de um modo

mais profundo, ajudando na identificação de relações e na interpretação das conexões entre diferentes partes dos dados, o que culmina com a criação das Tabelas 4, 5, 6 e 7 inseridas no capítulo dos resultados, procurando a interpretação dos dados qualitativos dar significado aos dados exibidos.

De salientar que, a entrevista de teor jurídico realizada não é objeto de análise temática face ao carácter reduzido do seu conteúdo. É, antes, apresentado um resumo da mesma no capítulo dos resultados, constando a sua transcrição integral do Anexo E.

Resultados

As informações recolhidas através das entrevistas referem-se aos objetivos da investigação, onde se destacam quatro temas e catorze subtemas, abaixo identificados no mapa de análise temática.

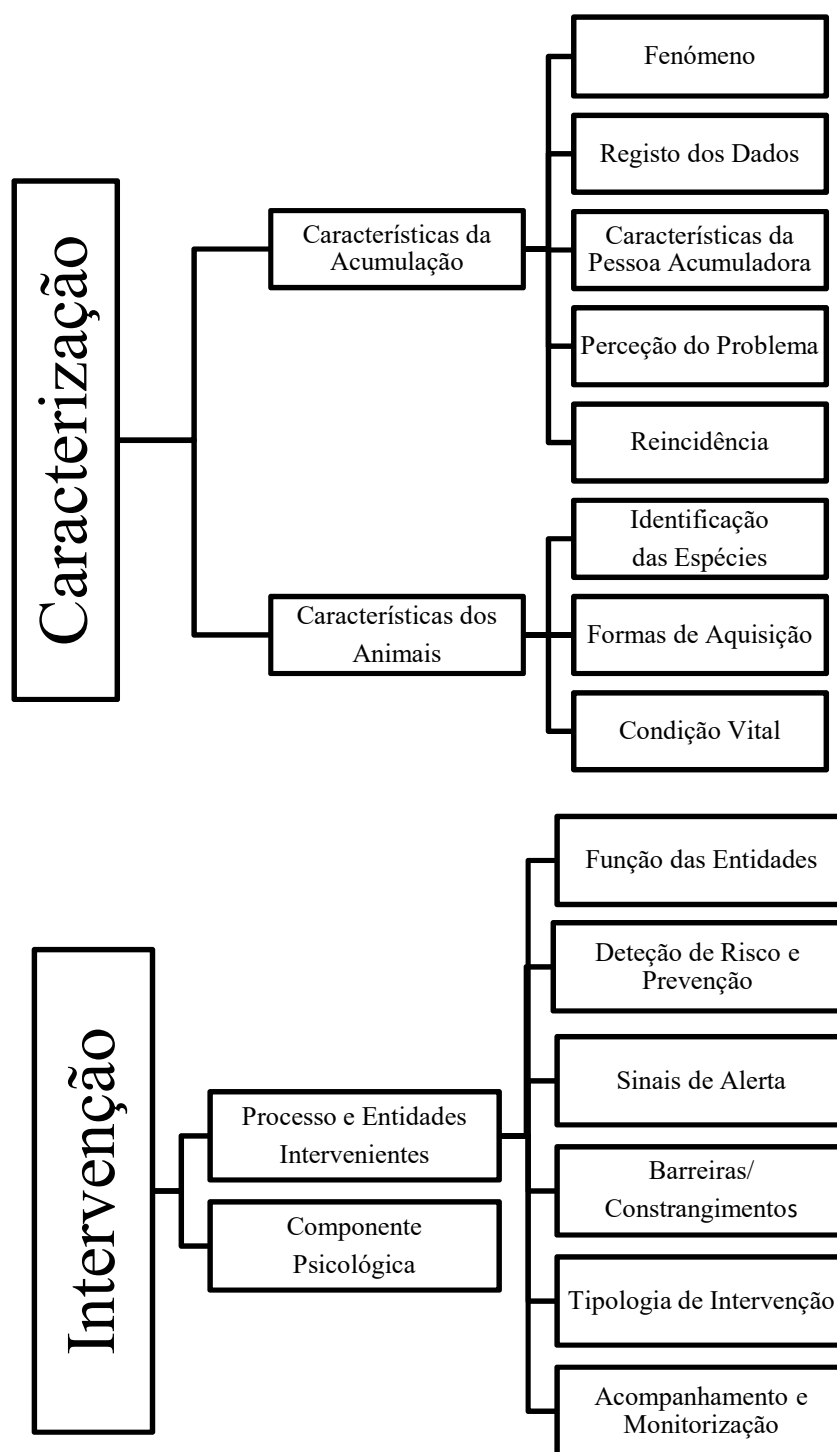


Figura 1: Mapa de Análise Temática

I - Resultados das Entrevistas

O conteúdo das entrevistas é inserido, após ter sido realizada a redução de dados, nas Tabelas 4, 5, 6 e 7 apresentadas abaixo, pela ordem correspondente às questões de investigação, e com um enquadramento inicial relativo aos temas em análise. O número total e percentagem de excertos (100% = 231 excertos), por domínio, é indicado na Tabela 2, que se apresenta de seguida:

Tabela 2

Caracterização detalhada dos Resultados da Análise Temática, após redução de dados

Identificação do Domínio	Total de Excertos por Domínio	Percentagem
Caracterização	121	52,38%
Intervenção	110	47,62%
Total	231	100%

Conforme ilustrado pela Tabela 3, foram entrevistados dez participantes. Relativamente aos que responderam ao guião constante do Anexo 2 e cujos resultados se descrevem de seguida são, no total, nove participantes, seis (66,67%) do sexo feminino e três (33,33%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre um mínimo de 33 anos e um máximo de 51, sendo a idade média de 43,22 anos. Relativamente à profissão ou função ocupada atualmente, três são médicos/as veterinários/as ocupando, dois deles, uma função de direção numa Instituição Pública da área do Ambiente e uma posição de dirigente de uma Organização Corporativa de Medicina Veterinária, três ocupam o lugar de médico/a veterinário/a municipal, dois são psicólogos/as e um é dirigente de uma Organização de Proteção Animal. Os entrevistados são maioritariamente médicos veterinários.

O/a décimo/a participante, do sexo feminino, com 56 anos e advogado/a, especialista em Direito do Animal, respondeu à entrevista única de teor jurídico e os resultados encontram-se na segunda secção do (quarto) capítulo dos resultados, autonomizado por se tratar de um conteúdo e análise diversa das anteriores.

Tabela 3

Caracterização dos/as participantes (Entrevistas)

Número	Género	Idade	Profissão/Função
1	Feminino	47	Médico/a Veterinário e Diretor/a de Instituição Pública do Ambiente

2	Feminino	49	Médico/a Veterinário Municipal
3	Feminino	33	Médico/a Veterinário
4	Masculino	40	Dirigente de Organização de Proteção Animal com formação na área da Gestão de Marketing
5	Feminino	35	Médico/a Veterinário Municipal
1.6	Masculino	44	Psicólogo/a
2.7	Feminino	43	Médico/a Veterinário Municipal
8	Feminino	51	Médico/a Veterinário e Dirigente de Organização Corporativa de Medicina Veterinária
3.9	Masculino	47	Psicólogo/a
10	Feminino	56	Advogada [Entrevista única de teor jurídico]

1. Caracterização da acumulação

As características da acumulação, que incluem algumas considerações sobre o fenómeno, o registo dos dados de pessoas com experiência em acumulação de animais (PEAA) e dos animais, as características destas pessoas, a perceção do problema e a reincidência, na perspetiva dos nove entrevistados e de acordo com a profundidade com que as entrevistas são realizadas, constam da Tabela 4 e são descritas de seguida.

1.1. Fenómeno

Em resultado das entrevistas realizadas, embora um dos entrevistados associe a acumulação de animais à natureza normativa do fenómeno, no que se refere à detenção de um número de animais superior ao limite legal (e.g. “*nós podemos identificar determinados casos em que os animais até estão bem, é um excesso de animais, é de facto, uma pessoa que é acumuladora*”), para cinco dos entrevistados não é o número de animais que define esta problemática (e.g. “temos, às vezes, pessoas que têm muitos animais...mas...estão ótimos...e nós não identificamos uma acumulação”, “é muito mais do que ultrapassar o que está na lei”). A acumulação de animais parece estar mais relacionada com a falta de capacidade para fornecer aos animais condições de subsistência, tais como alimentação, abeberamento, cuidados médico-veterinários e espaço, face a limitações materiais persistentes.

Todos os entrevistados fazem, de alguma forma, uma descrição da complexidade que as situações de acumulação de animais assumem (e.g. “foi a casa dos horrores”, “havia gatos a voar por todo o lado”), e três indicam existir desorganização na residência (e.g. “Temos aquelas que inviabilizam todas as divisões e só circulam por corredores”).

A acumulação de animais tanto pode ser um “problema de acumulação” como uma “perturbação de acumulação”, sendo esta diferenciação descrita como não facilitada (4/9 dos

entrevistados). De acordo com um dos entrevistados, o diagnóstico desta patologia deve basear-se no DSM-V, devendo ser feita a sua classificação como primária ou secundária a outros distúrbios (e.g. esquizofrenia) e averiguada a existência de eventuais comorbilidades.

Para três entrevistados, pode ser vista como uma compulsão “para salvar animais” (e.g. “não saber parar”), um vício (1/9) ou uma inação face ao aumento do número de animais (e.g. porque “se deixaram estar”) (1/9), podendo estar, na sua origem, patologia psiquiátrica (e.g. “depressão”, para 2/9 dos entrevistados) e/ou trauma, resultante de perdas significativas ou de relação adulta (e.g. morte de uma filha grávida, ou morte dos pais, em 5/9 dos entrevistados).

Dois dos entrevistados referem que as PEAA “saltam” de município em município, como estratégia de manutenção da acumulação, podendo ser membros de Associações ou Organizações de Proteção Animal (3/9), cuidadores de colónias de gatos (3/9), famílias de acolhimento temporário de animais (2/9) ou criadores de animais (1/9).

Um dos entrevistados refere que este não é um fenómeno recente, embora se ouça falar mais dele, uma vez que as pessoas estão mais sensibilizadas e é mais fácil denunciar.

1.2. Registo de dados

Os relatos indicam que a maioria (6/9) dos municípios a que pertencem os entrevistados desconhece o número ou prevalência de PEAA e animais acumulados. Só três dos nove entrevistados referem possuir este registo (e.g. 15 casos e um total de 500 animais; duas a três situações e 53 animais; cinco ocorrências e 48 animais). Só nestes três municípios existem, pelo menos, 23 situações, que envolvem cerca de 601 animais. De acordo com os dados que conseguimos apurar, num mínimo de 6 e um máximo de 40 animais, uma média de 26,13 animais por caso.

1.3. Características da PEAA

As PEAA são caracterizadas do ponto de vista sociodemográfico, relativamente ao género, idade, estado civil, escolaridade e situação económica, como sendo, predominantemente mulheres, de meia-idade, solteiras, divorciadas e/ou viúvas, escolarizadas e com capacidade económica. Assim, a maioria (7/9) dos entrevistados refere que as PEAA são consideravelmente mais Mulheres do que Homens, de meia-idade (acima dos 50 anos),

embora sejam relatados casos de pessoas com “20 e tal” e 30 anos (3/9), e são solteiras, divorciadas e/ou viúvas (2/9). É referida a existência de habilitações literárias, incluindo formação universitária (4/9), e são mencionadas profissões relacionadas com a medicina, a docência e funções políticas (3/9), existindo, também, pessoas reformadas ou de baixa médica (2/9). Os relatos de pessoas com capacidade económica, que gastam tudo o que têm com os animais (5/9), são muito superiores à referência de pessoas carenciadas.

1.4. Perceção do problema

A perceção das PEAA sobre o problema inclui questões relacionadas com a negação/reconhecimento, a negligência, a insalubridade, o apego e a solidão/isolamento.

Todos os entrevistados referem que as PEAA negam/não reconhecem a sua incapacidade para cuidar dos animais e a existência de um problema devido à acumulação, também descrita como uma “falta ou redução do *insight*” ou da “perceção”, julgando que “não há ninguém que os trate melhor”, mesmo que se encontrem na presença de animais doentes ou já cadáveres. Não obstante, dois entrevistados referem que também existem PEAA que assumem/reconhecem esta falta de capacidade e problemática.

Também é mencionada a negligência das PEAA e dos animais. Aquelas podem ser descritas como sendo “muito descuidadas... de cabelo desgrenhado, que está suja, que cheira mal” (1/9), e como pessoas que deixam de pagar as contas da água e da luz (1/9). É, também, referida a falta de higiene e limpeza, que gera focos de insalubridade e consubstancia um risco para a saúde pública (5/9).

AS PEAA são descritas como pessoas com “dificuldade de ligação”, e o vazio ou a “falta de amor” podem contribuir para a criação de um processo de apego compensatório de transferência das emoções para os animais, desenvolvendo, com estes, uma relação de afeto que não desenvolvem com as pessoas (7/9), vínculo este, que se revela mais intenso com os animais detidos há mais tempo (2/9). Também são referidas situações em que as PEAA não tocam nos animais e se comportam como coabitantes do mesmo espaço (1/9).

Casos em que as PEAA se encontram numa situação de isolamento e/ou solidão são relatados por três entrevistados, uma vez que “vão perdendo a rede ou vão-se isolando”, a que acresce a dificuldade de outras pessoas conviverem com as condições instaladas (1/9).

1.5. Reincidência

Pelo menos, sete entrevistados referem que as PEAA voltam a acumular animais (“Ela não vai parar”) após intervenção (retirada de animais), e há indicação desta reincidência ocorrer em quase 100% dos casos, uma vez que o problema não fica resolvido (2/9).

Tabela 4

Caracterização do Fenómeno e das Pessoas com Experiência em Acumulação de Animais e Narrativas dos Participantes

Características	Narrativas
Fenómeno	“...não ia tanto pelo número de animais.” [P1] “Nós temos, às vezes, pessoas que têm muitos animais... chegam a ser sete ou oito...mas os cães estão ótimos e não há insalubridade nenhuma e nós não identificamos uma acumulação...somos chamados pelo ruído, porque os vizinhos se incomodam e não verdadeiramente por haver algum problema ali...Há...uma lei que diz que tem que ser aquele número...que pode ser ultrapassado se existirem condições.” [P2] “...nós podemos identificar determinados casos em que os animais até estão bem, é um excesso de animais, é de facto, uma pessoa que é acumuladora.” [P3] “A acumulação de animais...[consiste num] número excessivo de animais perante aqueles que têm a capacidade de cuidar com condições aceitáveis de bem-estar. Mas tem que ser reiterado ao longo do tempo, não pode ser...um mês... e tem que ser alguém que já ficou sem animais e voltou a tê-los. Tem aquela compulsão de ir buscar mais animais...A compulsão de salvar mais animais é o que define a síndrome, não é o ter animais a mais.” “...e chega-se facilmente à conclusão que ela não tem síndrome nenhuma. A única característica não pode ser o excesso de animais.” [P6] “...a acumulação de animais é muito mais do que ultrapassar o que está na lei.” “...a procura ativa, é quase como um vício...” [P7] “Eu dou formação e posso-lhe dizer isso, não há nada, as pessoas nem sabem nada...o diagnóstico também não é muito fácil, até porque tem que ser...de acordo com os critérios também do DSM, e porque há estas questões de se perceber se há outras comorbilidades ou não, ou seja, se há uma patologia primária ou não, ou se aquilo no fundo é um problema de acumulação e não propriamente uma perturbação de acumulação...há outros quadros...como uma esquizofrenia...ou um transtorno da personalidade...depois o conhecimento que as equipas nos passam também é um conhecimento limitado, na medida em que as pessoas permitem e que... os profissionais envolvidos no caso... poderão partilhar.” [P9] “...foi para um T1 ali no Município F... e colocou lá dentro 120 animais, que foi a “casa dos horrores” – na altura foi como foi chamado.” “...tentou enfiar uma série de cães no seu carrinho...Acumulou-os todos em cima uns dos outros com fita no nariz, claro que muitos deles morreram.” [P1] “[A história] Começa sempre com poucos animais mas em algum momento aquela pessoa começou-se a aperceber mas estava numa certa depressão...com falta de força, deixou-se estar...” [P2] “Ela tem cães em canil e tem gatos, uns à solta de colónia, outros isolados em determinadas divisões. Têm... uma roulotte e dois carros totalmente ao abandono e em cada um deles têm animais.” [P3] “...outros problemas associados que são o não saber parar, é “Eu vou proteger este animal, porque mais ninguém o consegue proteger.” [P5] “Eu associaria [a acumulação]...primeiro ao facto de o animal não ter ninguém que o proteja...e não propriamente à má condição...e acabam por...os reter... e não têm um limite.” [P8] “Mas era um senhor já com...90 e poucos anos...tinha sido um alto quadro político em Portugal e... tinha à volta... de 90 gatos dentro de uma casa...havia gatos a voar por todo o lado...era impossível conseguir-se contabilizar.” [P9] “Depois temos vários padrões de acumulação. Temos aquelas que inviabilizam todas as divisões e só circulam por corredores. Não têm cozinha, não têm casa de banho...nem sequer onde dormir em alguns casos....” [P3] “...foi acumular para Município C....ela é a maior acumuladora de todos os tempos, já vinha corrida da Região 1 por acumulação, depois foi para

Fenómeno	Município D e foi corrida por acumulação, e depois foi para Município B, com uma... associação de proteção animal...” [P1] “...as pessoas depois mudam de localidade, vão para outros territórios onde não são conhecidas e...retomam esse comportamento.” [P9] “Acho que é vergonha, isolamento, são pessoas que têm dificuldade de ligação e depois quando são confrontadas até assumem, até deixam retirar os animais, às vezes até são elas que pedem ajuda...e depois há questões quase sempre sociais...” “Entretanto tive uma depressão” ou ... fiquei com pouco dinheiro e não pedi ajuda em tempo, ou contactei...não me responderam e não insisti” ...E depois sofrem algum <i>bullying</i> da parte dos vizinhos e depois é uma bola de neve.” [P2] “...que se tinha separado da namorada...Tinha um gato e uma gata. De repente primeira ninhada, de repente segunda ninhada, tinha os gatos todos no quarto...eles começaram-se a reproduzir e ele não sabia o que fazer, porque ele não tinha dinheiro...estava deprimido, quem sinalizou até acho que foi um familiar dele.” [P3] “...O único caso em que a pessoa se quis internar a ela própria...foi o de um medico...Houve um tiroteio... e, a filha... que estava grávida, morreu com uma bala perdida. E o senhor, depois disto, desestabilizou de tal maneira que se divorciou e começou a acumular lixo e animais. E foi ele que pediu ajuda e nos pediu ajuda para os próprios animais.” [P1] “... normalmente até têm associada alguma perda. Neste último caso, havia ali a perda do pai. Este senhor morava com o pai...que acabou por falecer e não sei se é alguma forma compensatória.” [P5] “...há um desequilíbrio emocional e... há toda uma falta... de retaguarda familiar e social que os leva a...Transferir as emoções para os animais... há sempre muitas coisas por trás... às vezes dramas brutais. A mãe morreu...acho que de toxicodependência... quando elas eram muito novas, ficaram à guarda da avó... como não têm grande amor à volta...encontram...esse amor nos animais...” [P7] “Outro fator que costuma ser comum na...história de vida delas é que há uma perda muito significativa e provavelmente o trauma associado a essa perda ou o luto não bem elaborado. (...) Pode ser a perda de uma relação conjugal, por exemplo, uma separação, um divórcio, a morte de um descendente ou de um ascendente, alguém que era muito ligado aos pais e que vivia com os pais e um dos pais...falecem ou então a perda de um filho...a perda...de estatuto profissional, a perda de um emprego ou a perda de uma casa por uma dívida...” [P9] “As pessoas acumulam animais porque, na realidade, não há uma solução para os animais. Ou havia um canil municipal de abate, ou agora não há um veterinário municipal que esterilize e, portanto, as pessoas têm que, por meios próprios, encontrar soluções para os animais que têm à sua porta.” [P4] “...mas “só agora é que ouves falar de acumuladores?”...Não. O problema é que...as pessoas não estavam tão sensibilizadas...E hoje os casos estão a aparecer...porque as pessoas não estão preocupadas muito com o acumulador...estão é preocupadas porque percebem que o animal não está bem...às vezes se calhar é inversão dos valores...e hoje é muito fácil denunciar, porque há redes sociais, qualquer pessoa no sofá denuncia....a sensibilidade e a facilidade com que se denuncia estão muito mais à mão de todos.” (P7)
Registos	“Não [existem registos do número de pessoas acumuladoras e de animais acumulados]” (P1, P2, P6, P8, P9) “Não [existem], porque, muitas vezes, as pessoas não reconhecem que estão perante este fenómeno... porque não há formação nessa área.” [P1] “... 15 casos... que estão em curso... mais ou menos 500 [animais]...” [P4] “... dois a três [casos]... de 17 gatos e cinco cães...dez gatos... 12 cães... sete cachorros mais a mãe, mais outro cão.” [P5] “... cinco situações... mas... podemos dizer que há uma dezena de acumuladores... estes números estão subestimados... numa situação temos 40 animais, noutra situação cerca de seis... outra tem 30 animais, outra tem 11 gatos e outra... tem sete animais.” [P7]

Características da PEAA	“... sobretudo de mulheres... Tive casos de acumuladores bastante jovens mas a maioria era acima dos 50 anos.... (e.g. “médica”; “assessora política”; “professora”; “médico pediatra”; “professor universitário”).” [P1] “...acho que é mais feminino, mas também há masculino e não é assim tão pouco...mais de meia-idade para a frente...A grande acumuladora que tive era psiquiatra, médica, e há de vez em quando pessoas com licenciaturas e trabalhos bastante funcionais mas talvez não seja a maioria... Está mais relacionado com condições habitacionais mais deficientes.”[P2] “Mas também tivemos um caso de um rapaz que nem trinta anos tinha.”[P3] “...mais 80/20, 80 as mulheres...com mais de 50 anos, isoladas, muito mais reformadas ou que estão de baixa. Pessoas que entraram numa situação de solidão...têm alguma capacidade de recursos, seja a nível de espaço, a nível de capacidade monetária ...ficam numa situação precária porque os recursos que gastam em prol dos animais são totalmente excessivos.” [P4] “Entre os 40 e 50 anos. Mais mulheres do que homens...normalmente... sozinhas... divorciadas ou... solteiras... Muitas... têm formação profissional.” [P5] “... sexo feminino, a partir dos 40... têm alguma capacidade financeira... querem fazer mais do que efetivamente conseguem e o dinheiro acaba por ser pouco... tem mais a ver com os tropeções na vida do que propriamente com a classe socioeconómica ou com a escolaridade.” [P6] “...cinco mulheres... média de idade é dos 50... tenho uma menina... que tem... 20 e tal. Sozinhas, separadas, viúvas, desamparadas, quarentas, cinquenta e sessenta...tenho desde uma pessoa que se percebe que é bastante carenciada a uma pessoa que tem...muito dinheiro e...é todo canalizado para os animais...professoras reformadas.” [P7] “...o facto de haver aqui alguma boa condição quando eles se reformam e tempo livre...” [P7] “Normalmente sexo feminino...acima dos 50 anos. A ocupação acho que é variável... várias têm meios, mas depois...saem de uma situação de conforto económico, acabando numa situação de dificuldade económica.” [P8] “...60 e tal, 70 anos...um estatuto socioeconómico mais elevado ou médio, e... habilitações literárias mais elevadas.” “...tinha sido um alto quadro político...” [P9]
(Associações, criadores e outros cuida	“Fomos a associações de proteção animal, criadores, etc, que percebemos que não passavam de fenómenos de acumulação...associações que...não têm animais adotados, ou têm um ou dois num universo de 300 ou 400...e dizem-nos que eles estão melhor ali do que numa casa... criadores...que perdem completamente o controlo...mas depois não vendem nenhum, ficam com todos.” [P1] “...tem uma associação constituída mas, para mim, é uma acumuladora.” [P6] “...muitas das pessoas que são responsáveis pelas associações zóofilas ou que são protetores de colónias também sofrem de... Síndrome de Noé.”[P4] “O que há, muitas vezes, são cuidadores CED acumuladores. (...) retirá-los da colónia, levá-los para dentro de casa.” [P2] “... andava a apanhar gatos da rua e metia-os dentro de casa. Gatos de colónias CED... que supostamente estão esterilizados e fazem parte de um programa... são animais assilvestrados, nem se dão bem fechados.” [P7] “começaram por ser sinalizadas como FAT... de repente a pessoa vê-se com 20 animais ou 16 animais” [P2] “...ela é a FAT... ela aceita, ela simplesmente está disponível para colocar lá [em casa] animais e, obviamente, não vê sequer a possibilidade de algum deles seguir para adoção.” [P4]

	“Negligência com o próprio e incapacidade de tomar conta desses animais e, mais, de admitir que essa negligência e incapacidade existem.” [P1] “Reconheceu que era acumulador e auto internou-se... mas foi o único que reconheceu que tinha um problema.” [P1] “Há aquela em que a pessoa não tem a noção, que não assume, e há aquela em que a pessoa assume.” [P2] “...facilmente nos cedem os animais...Porque eles reconhecem que houve ali um problema...” [P3]
Percepção do Problema	“... perdeu o discernimento ou não tem tanta capacidade.” [P4] “...começa ali a aumentar, a aumentar, a aumentar e depois deixa de ter a percepção.” [P5]
(Negação/ Reconhecimento)	“...acredita que está a fazê-lo por uma causa melhor, que eles estão melhor ali... Já apanhámos casos de... gatos...dentro das transportadoras e metade deles já estavam cadáver há muito tempo... uma percepção completamente desviada da realidade. Essa sim, isso é uma patologia.” [P6] “...é falta ou redução do <i>insight</i>...elas não estão a ver o filme... Elas dizem... não há ninguém que trate melhor, e por isso eles só estão bem é ali...há mesmo uma falta de noção da realidade... E essa falta de noção é que faz com que ela hoje tenha dez, e eu...tentei explicar que não pode ser....vamos reduzir, e ela amanhã já tem 11, não ouviu nada do que eu disse.” [P7] “(...) não conseguem ver quando... mais um animal que eles acumulam vai pôr em causa aqueles que já foram acumulados e depois é um efeito dominó... claramente há essa grande dificuldade [falta de percepção]... nunca é estabelecido um limite. Há sempre lugar para mais um.” [P8] “... há uma falta de percepção...há um perfil de acumuladores de animais que acredita que está de facto a salvar os animais e a cuidar deles, embora não esteja ... há qualquer coisa ali que foge um bocadinho à realidade...nós vemos como um mecanismo um bocado perverso, como é que alguém acredita que está a salvar num animal e a tratar bem dele, e se não fosse ele, o animal não sobreviveria quando o animal está praticamente às portas da morte?” [P9]
(Negligência)	“...que isto é outro padrão, todas muito descuidadas... no sentido de cabelo desgrenhado, que está suja, que cheira mal. A maior parte das vezes as roupas delas têm aquele cheiro a urina, entranhado.” [P7] “...tem que haver uma negligência muito, muito acentuada do bem-estar animal...outro fator...é uma certa negligência consigo próprio... a pessoa deixou de pagar as contas da água, deixou de pagar as contas da luz, tendo dinheiro, tinha uma ótima reforma.” [P9]
(Insalubridade)	“... aquilo era comida misturada com fezes, misturada com urina.” [P1] “... [senhora acamada], completamente nua e coberta de fezes humanas e de gatos.” [P3] “teve que ser feita uma entrega do cão e do gato, e só tinha um cão e um gato...estávamos em situação de constantes focos de insalubridade... em que um cão faz cocó e xixi dentro de casa e... as coisas não são limpas...” [P5] “...presença de roedores em sítios com falta de higiene, falta de limpeza, mas principalmente problemas dermatológicos associados a fungos e que são zoonoses.” “Se eu lhe disser que, já em duas situações graves, de insalubridade grave com acumuladores à mistura, trabalhavam em cozinhas de restaurantes... E nós vamos comer a esses restaurantes, não é?” [P7] “É quando existe suspeita de que realmente já não existe salubridade ou há um risco para a saúde pública, que normalmente é feita essa intervenção...” [P8]

(Apego)	“...até os cadáveres mantinham, que não se conseguiam desfazer deles.” [P1]
	“...já não há tanto essa dedicação, não os trata mal, mas praticamente coabitam.” [P2]
	“...tinha cadáveres guardados, em bolsas na cozinha.” [P3]
	“...com os [acumuladores] ativos, as pessoas têm um vínculo e um apego tão grande e...é difícil esses animais serem adotados.” [P3]
	“...isto depois começa a ser um processo de compensação...existe aqui um processo de apego...há uma relação de maior afinidade com animais mais idosos... provavelmente, é possível acordar a retirada de animais mais jovens do que... de animais idosos.” [P4]
	“...acabam por... ir ficando e não se conseguindo desapegar.” ... não sei se é alguma forma compensatória.” [P5]
	“...as pessoas não dão...há o apego...tem que haver o sentimento de posse e de não desprendimento e de uma ligação muito grande afetiva.” “Transferir as emoções para os animais... por toda a facilidade que é nós ligarmo-nos aos animais...” [P7]
	“...eu acho que a perturbação...reside no vínculo e...na perspectiva de que eles irão cuidar melhor daquele animal do que as outras pessoas, ou porque aquele animal não tem ninguém que o cuide. Portanto, uma espécie de uma imagem de salvadora...há aqui esta recompensa.” [P8]
	“...há ali um papel, no caso dos animais... [de apego] compensatório, de um preenchimento obviamente afetivo, de vazio. Também...a sensação de controlo que a pessoa tem sobre a relação com o animal, que provavelmente já não têm com outras pessoas...” [P9]
	“...há uma recomendação até que não se retire os animais todos, deixe-se sempre ficar aqueles que já são os primários também, porque a pessoa tem uma relação...com esses animais.” [P9]
(Solidão/Isolamento)	“Acho que é vergonha, isolamento...” [P2]
	“Pessoas que entraram numa situação de solidão.” “Comporta um processo de isolamento” [P4]
	“É muita solidão... e a pessoa que tenha patologia acaba por ficar sozinha... porque aquilo chega a um ponto onde ninguém consegue conviver de uma forma saudável naquele meio. Com o cheiro, com a sujidade, com a falta de conforto. Eu cheguei a ir a [um] T1... com 70 gatos.” [P6]
	“...os que têm família ou não falam para a família ou a família está para o estrangeiro...estão sozinhos.” “falta... de retaguarda familiar e social” [P7]
	“Há um fator que é comum...que é o isolamento destas pessoas. Algumas até tinham alguma rede, mas ou vão perdendo a rede, ou vão-se isolando, ou depois o próprio problema também leva à rutura com essa rede.” [P9]
Reincidência	“...pouco tempo depois de ter saído a sentença, recebemos...a informação de que o terreno já estava cheio de animais outra vez...Ela não vai parar.” “Às tantas, eram sempre os mesmos, mas sempre a reincidir.” “...uma vez acumulador, acumulador para toda a vida.” [P1]
	“...lá está outra vez com animais...Uma pessoa sente-se perfeitamente desmotivada.” [P2]
	“...se não houver um acompanhamento, volta a acumular animais.” [P4]
	“...já tinha história de acumular antes...” [P5]
	“...às vezes passa muito tempo, quando a pessoa vai lá já tem outra vez os animais todos. É complicado.” [P6]
	“Porque a veterinária...vem tirar os animais e o problema fica lá e, por isso, as tais 99.9% de reincidências.” [P7]
	“... a reincidência é próxima de 100%...” [P9]

2. Caracterização dos Animais Acumulados

A caracterização dos animais detidos pelas PEAA consiste na identificação das espécies acumuladas, na forma como as PEAA as adquirem e na sua condição de saúde e bem-estar, e constam da Tabela 5.

As espécies acumuladas são, na sua grande maioria, gatos (8/9) e cães (7/9), embora sejam relatados casos de pombos (1/9), pássaros (1/9) e um cavalo (1/9). Mais de metade dos entrevistados (5/9) considera que as formas de aquisição dos animais tanto podem ser ativas como passivas. Como métodos ativos são identificadas a reprodução deliberada (2/9), a procura (e.g. no OLX – 1/9) ou a recolha da rua (5/9), e os passivos referem-se à reprodução accidental por falta de esterilização (5/9) ou a animais entregues por outras pessoas (1/9).

Quanto à condição vital em que os animais acumulados são encontrados, apesar de existirem relatos de animais saudáveis, “gordinhos” (2/9), a maioria vive em condições miseráveis uma vez que, o elevado número de animais origina a degradação das suas condições de bem-estar (7/9). De acordo com os vários relatos, os animais vivem, por vezes, em espaços exíguos, sem luz, com condições de higiene precárias, sem acesso a banho, dormem e alimentam-se sobre fezes e não têm caixas de areia suficientes, no caso dos gatos (e.g. “uma caixa para 20 gatos”). A necessidade de exercício físico diário também não é assegurada, uma vez que estão fechados e/ou não são passeados, potenciando atrofia muscular, e a disputa de recursos como a comida ou o espaço, dá origem a lutas e a elevados níveis de stress. É, por isso, frequente serem encontrados subnutridos, desidratados, doentes e/ou feridos, sujos e muito assustados, com problemas comportamentais derivados da falta de socialização e com elevados níveis de consanguinidade.

São mencionadas doenças infectocontagiosas (e.g. sarnas, ácaros, tinhas, etc.), parasitas (e.g. carrças, pulgas e outras), dermatites, alopecias e queimaduras na pele provocadas pela urina, intolerância à luz e problemas de visão, unhas metidas na carne e atrofia muscular. Há casos de automutilação, de mutilação (e.g. “a cauda ou uma pata, mas que ainda estavam vivos”) e de canibalismo quando há cadáveres em estado de decomposição avançado. “Quando um está doente estão todos” (1/9), e podem encontrar-se “bastante feridos...com mazelas e com lesões” (3/9) e “em sofrimento extremo” (1/9), podendo as PEAA considerar que está “tudo bem”. Para esta visão pode contribuir o elevado número de animais e a pelagem comprida (1/9).

Tabela 5*Caracterização dos Animais Acumulados e Narrativas dos Participantes*

Características	Narrativas
Identificação das Espécies	“...gatos...” [P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8] “...cães...” [P1, P3, P4, P5, P6, P7, P8] “...pombos...” [P3] “...cavalo...” [P6] “...pintassilgos...passarinhos...” [P7]
Formas de Aquisição	“Deliberadamente.” [P1] “...se é alguém que lhe põe lá os animais para ele tomar conta...e há uma pessoa que não consegue dizer que não...Isso para mim não é bem um acumulador...Um acumulador, para mim, procura [tem que ser ativo]... porque se nós formos a pessoa que só recebe, vamos ter que encaixar aí as associações todas...” [P6] “...não terem os animais castrados...acaba...por potenciar mais animais...” [P8] “...procriação...mas havia também uma opção de apanhar cães e levar...era uma pessoa mais ativa... é muito mais perigoso...apanhava-os nas traseiras...e não lhes tocava...A maior parte são mais passivos.” [P2] “...aqueles acumuladores mais ativos têm os gatos mas...nem há muita tendência de interagir com eles...é mais a questão do alimentar, de serem os cuidadores e os salvadores...dá-lhes uma razão de viver... os acumuladores passivos...facilmente nos cedem os animais...E está sempre associado a uma condição psicológica. Nós vemos que há sempre uma perturbação nos ativos. E passivo nota-se ali uma ligeira depressão, um humor mais deprimido.” [P3] “...Não é só na receção, porque há aqui o comportamento de ir buscar, de ir procurar...onde é que foi buscar este?”, e ela “ao OLX”, ou seja, é mesmo a busca, a procura ativa ...Há [reprodução acidental], muitas das vezes por faltas económicas, porque também fica caro esterilizar os animais todos...às vezes há animais que se calhar elas os apanham e até já vêm com os brindes...tem 20 ou 30 e se calhar tem metade esterilizada...” [P7] “Acho que são as duas coisas [ativa e passiva]...se cruza com algum animal na rua,,há essa recolha...eles começam-se a reproduzir” [P9]
Condição Vital	“...começam-se a degradar as condições porque são muitos...há cadáveres em estado de decomposição avançado... [e]feridos porque lutam entre si pelos parques recursos, muitas vezes subnutridos...Cheguei a encontrar situações de canibalismo, com muitos problemas, sobretudo doenças infectocontagiosas como...as sarnas, ácaros, tinhas, etc...Quando está um doente estão todos, sempre muito sujinhos porque muitas vezes deitam-se sobre as próprias fezes, com todos os problemas que isso depois acarreta a nível da própria pele – queimaduras de pele da urina, dermatites, problemas de vária ordem -, por vezes bastante graves sobretudo em animais de pelo comprido...Desidratados, muitas vezes não têm água suficiente...Já cheguei a ver situações em que...tinham membros arrancados por outros, a cauda ou uma pata mas que ainda estavam vivos...Sempre muito assustados...Muitos com intolerância à luz, porque vivem em situações de permanente escuridão...As unhas metidas na carne... muitos parasitas sempre, muitas carraças e pulgas e as doenças relacionadas com os parasitas, nomeadamente as anemias, febre da carraça e outras.” [P1] “...ela tinha uma série de gatos numa casa de banho que...tinha...[uns 20 centímetros] de lixo...Ela conseguia abrir um bocadinho da porta e atirava

Condição Vital	[comida]lá para o meio...e viviam lá uma série de gatos às escuras...os animais tinham uma série de problemas de pele, de visão, de tudo..." [P1] "Acumulou-os todos [dentro do carro] em cima uns dos outros com fita no nariz, claro que muitos deles morreram." [P1] "Os animais não são dóceis, apresentam doenças, estão em stress imenso, não saem à rua e assustam-se com tudo." [P3] "...temos animais, às vezes, em sofrimento extremo...estava lá um cavalo...com uma pata partida e ela recusava-se...a abater." "Não [não estavam em más condições]". [P6] "No caso dos gatos, stress...tiram pelo, automutilam-se...[num] sítio que tem 20 gatos, há um sítio para fazer xixi a maior parte das vezes, e aquilo para o animal é um stress brutal...porque, por norma, são espaços muito exíguos e sem grandes condições...não conseguem dar banho, não os conseguem passear...não está assegurada a questão do exercício físico diário...a nível muscular com atrofia muscular...confinados em sítios muito pequeninhos, muito stressados...há a luta pelo espaço...há a luta pela comida...há presença de parasitas, de pulgas...haverá [parasitas] internos...e as dermatites e as alopecias, as falhas de pelo e...se me pedisse assim, aquele sinal, é aquele cheiro nauseabundo de urina misturada com fezes, com o cheiro a cão, aquele cheiro que se entranha...Já encontrei [animais] bastante feridos...com mazelas e com lesões e que na ideia deles [pessoas acumuladoras] está tudo bem, mas depois são tantos os animais que eles nem conseguem ver ou, às vezes, têm um pelo muito grande..." [P7] "...encontrados com carências...não estão bem nutridos...com outro problema médico e há um excesso e depois faltas de condições higiénicas..." [P8] "...até podem estar relativamente bem, terem só questões comportamentais, não estarem socializados ou questões de parasitismo e eventualmente um pouco baixa a condição corporal, muita consanguinidade." [P1] "...ultrapassando aquele limite, também deixa de conseguir prestar o devido cuidado...existe insalubridade, existe acumulação, existe muita sujidade, mas os animais estão saudáveis, estão gordinhos." "Os gatos estavam em perfeitas condições de saúde." [P5]
----------------	---

3. Processo de Intervenção e Entidades Intervenientes

A Intervenção em casos de acumulação de animais abrange a indicação da função dos entrevistados nestes processos, de meios de detecção de risco e prevenção, de sinais de alerta e barreiras ou constrangimentos à resolução dos casos, bem como a tipologia de intervenção e a respetiva monitorização e/ou acompanhamento, que constam da Tabela 6 e são referidas de seguida.

3.1. Função das entidades entrevistadas

Dos nove entrevistados, oito fazem parte de entidades ou organizações, cujas funções se relacionam com a salvaguarda e promoção do bem-estar animal, sejam comissões de vistoria (4/9), equipas de fiscalização (2/9), membros de organizações coadjuvantes destes processos (1/9) ou entidades corporativas (1/9). Há um entrevistado com funções de supervisão e formação na área da intervenção social e comunitária e a indicação da função destes entrevistados, pretende indicar o grau de envolvimento de cada um deles nestes processos.

3.2. Detecção de Risco e Prevenção

A generalidade dos entrevistados refere não existirem meios de detecção de risco (7/9) e de prevenção (5/9) de situações de acumulação de animais. Um entrevistado refere a esterilização como forma de prevenção e outro refere que a norma referente ao limite legal de animais pode ter a mesma finalidade.

3.3. Sinais de Alerta

São indicados, como sinais de alerta da existência de cenários de acumulação de animais a resistência à adoção dos animais por outras pessoas (3/9), o isolamento (1/9), a inexistência de uma relação significativa (1/9) e não terem, na residência, água e luz (1/9).

3.4. Barreiras/Constrangimentos

São identificadas barreiras e/ou constrangimentos relativos à falta de formação e capacitação dos técnicos envolvidos na intervenção (componente técnica e social - 6/9), às

limitações legais (e.g. entrada em propriedade privada, a falta de clareza da definição jurídica de maltrato, negligência e bem-estar animal ou ao desconhecimento das normas legais – 6/9), à falta de plano e estratégia de intervenção (a nível municipal e nacional - 4/9), à sobrelotação ou falta de capacidade dos CRO (5/9) e ao processo de adoção dos animais (4/9).

Também são mencionados outros obstáculos, tais como o risco de suicídio das PEAA (3/9), a inexistência de registos (dificuldade em traçar uma estratégia sem conhecer o universo de pessoas e animais envolvidos e respetivas condições de vida/habitabilidade - 2/9) e de uma base de dados com a identificação dos casos de acumulação de animais (que evite tratar uma reincidência como um caso inicial – 2/9), mudanças governamentais (“estas pastas voltam para o fundo da gaveta” -2/9), a morosidade e dispendiosidade do processo de intervenção (2/9), o desconhecimento da patologia pelos técnicos e pela população em geral (1/9), a demora na deteção dos casos (1/9), a elevada rotatividade dos elementos das equipas (e.g. delegados de saúde, agentes/guardas policiais - 1/9) e a falta de interesse municipal (1/9).

3.5. Tipologia de Intervenção

Os quatro entrevistados que mencionam a denúncia referem que esta é feita, habitualmente, por vizinhos, devido a maus cheiros, ruído ou por suspeita de maus-tratos a animais. Esta sinalização também pode ser feita pelas entidades que participam do processo de intervenção, tendo sido identificados o MVM, o Delegado de Saúde, a Ação Social e, quando necessário, as Forças Policiais (5/9). A Divisão de Salubridade dos Municípios, a Proteção Civil (Bombeiros), Assistentes Operacionais e Tratadores também podem fazer parte das “equipas” de intervenção (2/9). O Ministério Público intervém em situação de maus tratos ou falta de condições para os animais, nomeadamente em situações em que é necessário mandado judicial que autorize a entrada na residência das PEAA, ou uma ordem de entrega dos animais, com base no parecer do MVM e de outras entidades (3/9).

Não existe um plano ou uma orientação geral que defina quem/quando/como intervém (5/9), o que causa entropia. As pessoas não sabem qual é o seu papel, não sabem o que fazer, nem estão minimamente preparadas (3/9). Por norma, não existem reuniões prévias e a organização da vistoria, que pode ser mediada pelo MVM (2/9), faz-se tentando “encaixar nas agendas um dos outros para aquele dia” (1/9), embora dois entrevistados refiram existir alguma cooperação. Estas instituições podem intervir em simultâneo, o que costuma ocorrer na primeira intervenção, ou separadamente (9/9). De acordo com 4/9 dos entrevistados estas

“equipas” são compostas por um número elevado de profissionais (e.g. podem ter duas ou três pessoas por entidade, existindo um relato de um total de mais de dez), apontado como “intimidatório”. A existência de equipas multidisciplinares foi relatada, apenas, por dois entrevistados. Estas são constituídas por profissionais de diferentes áreas, que reúnem periodicamente, nomeiam entre si um gestor de caso, vão ao local e acompanham estes processos.

É unânime entre os entrevistados que intervenção é sinónimo de retirada de animais. Esta remoção costuma ser parcial, deixando-se ficar, habitualmente, um pequeno número de animais (5/9). Foi assinado um compromisso de honra (ou de “não acumulação”) apenas numa situação. Os animais são depois esterilizados (2/9) e encaminhados para adoção (2/9) havendo, por vezes, recurso à ajuda de associações de proteção animal (3/9). Há, pelo menos, uma situação em que foram removidos animais saudáveis, apenas por se tratar de uma situação de excesso de animais. Três entrevistados referiram que a resolução judicial é necessária para legitimar a intervenção e tratar a PEAA, apesar de dois indicarem que não é a ideal, uma vez que a remoção não resolve o problema e gera a reincidência.

A perturbação de acumulação de animais pode ser confundida com um problema de acumulação (= excesso de animais) ou mesmo quezília entre vizinhos ou família (3/9). Por vezes parece que se tenta “adivinhar” um diagnóstico psicológico (e.g. Delegado de Saúde), embora seja referido que, tal função caberá, apenas, a Psicólogos ou Psiquiatras, que são quem tem formação especializada (2/9). Os restantes elementos das equipas podem, antes, ser formados para detetar, triar e reencaminhar estas situações (1/9).

Este é referido como um processo penoso para todas as partes envolvidas (2/9) (e.g. “É penoso para nós, para a pessoa e para os animais”, “É muito triste ver aquilo, eu odiei ver aquilo, perturbou-me muito”), particularmente complexo quando existem ameaças de suicídio da PEAA, decorrentes da ameaça de retirada dos animais (2/9). Embora dois entrevistados refiram a necessidade de existir uma relação de confiança e empatia com a PEAA, três entrevistados indicam que estes processos parecem ser dúbios do ponto de vista dos direitos humanos (3/9). São disso exemplo, afirmações tais como “Não [as equipas não estão a pensar nas pessoas]”, “as pessoas não estão preocupadas muito com o acumulador”, “e os direitos humanos estão de lado...entram pela casa adentro, fazem-se limpezas coercivas” ou “alguns mais sensíveis do que outros...apetrechados com a polícia de intervenção para arrombar portas e tudo, mesmo à filme”.

Entre os entrevistados, três referem que os médicos veterinários estão muito sozinhos neste processo salientando, um deles, que “o médico veterinário só quer que os animais estejam em boas condições...que realmente haja um equilíbrio quer animal, quer ambiental, quer também humano em relação àquela situação...[mas] sofram uma pressão enorme e mesmo muitas vezes uma atitude de perseguição e de *bullying*”. Cinco entrevistados consideram que a acumulação de animais consubstancia um crime de maus-tratos a animais, e três consideram integrar a noção de negligência, pela falta de intencionalidade, embora não pareça existir uma definição clara destes conceitos entre os entrevistados. Dois entrevistados referem, ainda, a questão da inimputabilidade.

3.6. Acompanhamento e Monitorização

Dos seis entrevistados que se manifestaram sobre o acompanhamento e/ou monitorização, todos referiram que os casos são seguidos, embora não haja um plano e/ou estrutura de acompanhamento que inclua, por exemplo, um período temporal de visitas pré-definido (e.g. após “30 dias”, “seis meses” ou sem prazo definido). Dois entrevistados referem que este seguimento é feito pelo MVM e três referem que é mais habitual ficar a cargo dos assistentes sociais.

Um dos entrevistados indica que o acompanhamento pode consistir na ameaça do encerramento do alojamento caso sejam detidos mais animais ou em tentativas de “espreitar” a residência ou falar com vizinhos. Outro entrevistado refere que mantém “o canal aberto” para as PEAA os contactarem, visitarem os animais ou lhes levarem mais um animal quando um dos animais detidos morre. Os restantes não se pronunciam.

Um dos entrevistados refere que toda a informação é registada numa plataforma de gestão documental e outro refere que o registo é feito numa folha de caracterização, e os restantes não mencionam de que forma controlam estes processos. Um dos entrevistados refere que há articulação entre as diversas entidades neste período, outro refere que essa coordenação não existe e os restantes não se pronunciam.

Quatro entrevistados referem que estes casos se arrastam por longos períodos (e.g. “passado dois anos é que é feita a entrega, porque só passados dois anos é que vem uma resposta do Ministério Público”), parecendo não ter fim. Um dos entrevistados diz, inclusivamente, que “quando ela morrer um dia isto vai acabar”.

Tabela 6*Processo e Entidades Intervenientes na Intervenção e Narrativas dos Participantes*

Processo	Narrativas
Função das Entidades Entrevistadas	"...o bem-estar dos animais de companhia, seja na detenção, na venda, no alojamento, no controlo de animais errantes e...é uma das nossas competências, o registo desses alojamentos." [P1] "...podemos ir como entidade que muitas vezes sinaliza primeiro, podemos ir...por solicitação de outras entidades, sejam elas policiais...de saúde, seja uma assistente social...para fazer parte...de uma...comissão de vistoria." [P2] "A Associação LA tem um departamento de desenvolvimento social animal que é composto por profissionais de serviço social, sociologia, psicologia, educação, comportamento animal e medicina veterinária...a intervenção necessita...de uma equipa multidisciplinar, com conhecimentos diferentes e experiências diferentes...sob uma ótica psicossocial...O nosso objetivo é...ajudá-los [detentores] a adotar comportamentos que melhore a qualidade de vida tanto dos animais quanto dos próprios detentores...permitindo que os utentes mantenham um número de animais que seja legalmente permitido e que esteja em condições adequadas de bem-estar..." [P4] "...o nosso principal objetivo é verificar aqui a questão do bem-estar animal, das condições do animal...E são também reforçados os cuidados de saúde...Depois...averiguar com outros, nomeadamente a nível de salubridade, se existe comprometimento ou não. Existindo comprometimento e, verificando que os animais são um foco dessa insalubridade...os animais vêm para cá." [P5] "...fui ao terreno... com o veterinário municipal e com a assistente social do município...para observar...era para ver se a atuação do assistente social e do veterinário municipal era coerente com aquilo que era pretendido...e se havia outros recursos que eles não estivessem a utilizar...eu não tive interação ...só sinalizamos, testemunhamos e dizemos: "Nesta morada, passa-se isto". E, depois, tem que ir o veterinário municipal, com a autoridade ou não, depende da situação mas, a maior parte das vezes, quando é para retiradas tem que ir um OPC ou o serviço social." [P6] "...faço supervisão e formação a profissionais da área de intervenção social e comunitária há quase 20 anos... por todo o país..." [P9]
Deteção de Risco e Prevenção	"Não [existem meios de deteção de risco]". [P1, P2, P3, P6, P7, P8, P9] "Não [existem meios de prevenção]". [P1, P6, P7, P8, P9] "Nós fazemos alguma prevenção...Há associações com as quais temos protocolo para darem ajuda promovendo a esterilização...então aí estamos a prevenir uma futura situação de acumulação." [P2] "Que eu saiba não...a única coisa que eu conheço é mais um mecanismo legal que...só são permitidos x animais..." [P9]
Sinais de Alerta	"...não dão nenhum para adoção... não ter água nem luz..." [P1] "...arranjo-lhe uma família espetacular para este animal...dizem-me que não. Não, porque se me tiram eu mato-me..." [P7] "...um dos sinais seria...relacionado com o isolamento...um auto isolamento...não conseguimos identificar, por exemplo, uma relação significativa que aquela pessoa tenha com outra pessoa...e depois...dificuldade em se descartar..." [P9]
Barreiras/Constrang.	"...como é que íamos trabalhar se não tínhamos sequer números?...E, acima de tudo, faltava-nos aferir em que condições é que eles viviam" [P1] "Nós temos as competências há dois anos e meio e já caiu o governo duas vezes, portanto não se consegue avançar." [P1]

Barreiras/Constrang.

“...vou para o terceiro ministro em três anos e, cada vez que muda de ministro, estas pastas voltam para o fundo da gaveta.” [P6]

“Conseguia criar alguma relação...Quando as coisas estavam a funcionar aquele saía e vinha outro. Tal como com os policias...” [P1]

“...entre delegados de saúde pública e os médicos do hospital, a tentar arranjar uma forma de ver como é que se fazia a pessoa chegar [ao hospital para rastreio] e não havia.” [P1]

“...[os técnicos] muitas vezes não conseguem dar a resposta porque sentem que não estão capacitados ou que não há uma rede suficientemente estruturada para poder dar resposta a vários níveis mas isso depois causa pressão nas pessoas e causa-nos esgotamento.” [P2]

“Formação específica para lidar com a componente social da nossa profissão, neste posto de trabalho...a nível municipal, não [há].” [P5]

“Não há uma definição geral de como é que se deve atuar.” [P6]

“E atendendo a que a maior parte das pessoas nem sequer sabe que existe esta perturbação.” [P9]

“...ainda temos muitos veterinários que dizem “tem 40 animais, é acumulador”. Já está feito o rótulo e não tem nada de acumulação...é preciso dotar o Estado ou as Câmaras...da capacidade de agir...” [P6]

“Nós não temos nada criado que permita sinalizar, e depois...temos a confidencialidade de dados...não há uma base de dados...que nos diga que aquela pessoa já teve aquele problema em três ou quatro municípios antes.... Encaramos sempre como uma primeira vez e, sendo uma primeira vez, é completamente diferente de uma reincidência.” [P6]

“...tenho dez boletins do mesmo colega no nome da mesma pessoa, e ele não lhe não lança ali a *red flight* do género, “Porque é que esta pessoa já me trouxe dez animais?”...o que me dizem...“é o sigilo profissional.” [P7]

“...nós fazemos um esforço imenso em capturar os animais, retirar os animais e acolhê-los aqui, despendendo muito dinheiro até, esforço e energia, que o Estado despende em preparar aqueles animais para adoção com tudo o que sejam as profilaxias, as cirurgias, os tratamentos, as reabilitações, o investimento que tem que se fazer...que às vezes é muito longo e muito intenso.” [P2]

“...são coisas que ficam muito caras ao estado...Polícia a ir ao local, a veterinária, o carro, as estadias no centro de recolha...” [P7]

“...enquanto nós não atacarmos o problema realmente do abandono com a responsabilização, com esterilização, com limitação eventualmente de reprodução de animais que não têm o fim reprodutivo, que não são criadores, este problema vai sempre quer aumentar o número de animais que não têm detentor, não têm tutor, e vai aumentar a possibilidade de haver mais acumuladores, porque os animais estão ali e porque hoje ter um animal ainda é fácil.” [P8]

“ [intervenção dos Municípios] não o fazem da forma correta...mas depende muito do interesse municipal.” [P6]

“(...) tenho muitas dúvidas que os serviços...consigam chegar efetivamente às pessoas...” [P9]

“Mas desde uma pessoa que é próxima, ou um vizinho ou um amigo ter conhecimento, até haver efetivamente alguém que o denuncie, vai aqui um lapso temporal, às vezes maior do que aquilo que seria esperado.” [P5]

“Então depois de lhe tirarmos animais era muito complicado deixarem-nos entrar.” [P1]

“...o principal problema é que muitas vezes não temos acesso à habitação...” [P2]

“Ela não estava disposta a abrir as portas.” [necessidade de mandado judicial] [P5]

“...a legislação continua a ser muito complicada no que é a noção do maltrato, da negligência, do bem-estar.” [P2]

“E sem qualquer aconselhamento a nível legal...” “O meu veterinário nunca me avisou de nada, nem que existem limites”.” [P7]

“Eu tinha um canil com capacidade para 40 cães...Mas depois tinha os 800 cães...” [P1]

Barreras/Constrang.	“...o acolhimento é que é limitado.” [espaço para os animais] [P2] “Se eu estiver em pleno verão com 100 gatinhos para adoção que vêm de todo o lado não é a altura em que eu vou atuar no problema de acumulação.” [P2] “...sobrelotação...temos 78 jaulas para cão e temos uma média de 160 cães...o ano passado tínhamos...80 gatos...lotação de 740%.” [P5] “...a capacidade...no limite...dos centros de recolha oficiais. E... as associações...o panorama também é desconhecido.” [P8] “...um grave problema que tínhamos sempre na adoção destes animais é que eles não tinham hábitos de higiene.”[P1] “E há imensos casos assim, colónia dentro de casa...São os mais desafiantes porque depois não conseguimos absorver aqueles animais para adoção.” [P2] “[A falta de socialização dos animais] dificulta muito as adoções.” [P3] “...havia um gato esterilizado em 142. Todos não socializados.” [P2] “...visivelmente, não nos é possível, muitas vezes, fazer exame clínico a todos os animais.” [P5] “A única coisa que às vezes pensam “se eu me matar, coitadinhos destes bichos ficam sem mim”. Mas se a veterinária já os retirou, já não tenho nada a perder.” [P7]
Tipologia de Intervenção	“Infelizmente, regra geral, é uma situação de animais que vai para o MVM e este fica a resolver sozinho a situação...Depois [nalguns] municípios...conseguimos que os técnicos da ação social nos acompanhassem...No passado, com sorte, conseguia que a delegação de saúde tivesse uma intervenção...” “[Uma equipa multidisciplinar] É inexistente e não devia caber ao MVM fazer toda esta abordagem desde o início. Muitas vezes é com mandado judicial com a pessoa à porta aos gritos, é horrível.” É. [dúbio do ponto de vista dos direitos humanos] “... num apartamento, num 3.º andar ou 4.º e houve arrombamento de porta...com aquele stress do arrombamento...a senhora aos gritos e aquela confusão toda, com a polícia de repente a entrar, houve gatos a atirarem-se pela janela.” “era eu que tinha a preocupação de retirar os animais e ainda tinha a preocupação de pôr a pessoa dentro da ambulância dos bombeiros...É penoso para nós, para a pessoa e para os animais...” “[Sobre a resolução judicial ser a forma mais adequada de intervenção] “Na perspetiva de instigar as pessoas a fazer tratamento sim, mas de resto acho que não.” [P1] “Quem sinaliza podemos ser nós e chamamos as outras partes ou já foi sinalizado de alguma forma. Normalmente é a saúde e a ação social...E os delegados da área da saúde e nós...E também as forças policiais...E Proteção Civil, por vezes, também. A Proteção Civil também pode ter aqui os bombeiros...porque alguém se sentiu mal e foram eles que abriram a porta, mas são ocorrências mais de urgência...Normalmente nós organizamos a vistoria...Não há reuniões prévias...avisos a tentar encaixar nas agendas uns dos outros para aquele dia, depois temos a sorte de conseguir reunir as entidades e fazer efetivamente a vistoria...podem ser as quatro entidades em simultâneo...Às vezes somos bastantes... é um bocado intimidatório...Depois é o trabalho de negociação muito grande.” “Muitas vezes as pessoas não sabem quais são os seus papéis.” “...a senhora foi algemada à minha frente, andava com uma faca para trás e para a frente, andou aos pontapés às portas com vidros, andou a ameaçar que se atirava da janela com os polícias a agarrar. Chamámos o INEM e a senhora foi algemada. Ao fim do dia tinha voltado...É muito triste ver aquilo, eu odiei ver aquilo, perturbou-me muito...” “Não sei se [a resolução legal] será o mais adequado...[Mas] Tem que haver um instrumento legal...que nos permita fazer o que nós fazemos todos.” [P2] “Em representação de cada entidade normalmente vão duas ou três pessoas.” Estão a triplicar esforços porque não existe uma orientação geral

Tipologia de
Intervenção

que [dite que] o primeiro passo é dado pelas entidades principais e depois [estas] é que canalizam para as associações...Devia estar orientado, haver um plano, depois começa-se a criar uma entropia...Então já estive lá o CRO, agora, depois no passado, já estive a Associação LA..." "Parece, por vezes, que nós é que somos os gestores dos casos...A pessoa está identificada com este perfil, devia ser forçada a aparecer [na consulta do médico de família]." "...nós conseguirmos entrar em casa das pessoas porque se criou uma ligação de confiança, uma empatia pela pessoa". [P3]

Profissionais de áreas diferentes identificam problemas diferentes...conseguem encontrar respostas diferentes...Se formos com o médico veterinário...ele vai ter uma visão muito dirigida aos animais de companhia...Mas...é muito importante...verificar que se calhar não há água, nem luz, nem gás em casa, que...tem humidade nas paredes, não tem teto..." "[Há] uma entrevista de diagnóstico feito com vários profissionais...Depois existe uma reunião de trabalho em que se define qual é a estratégia de atuação para aquele caso em concreto..." "No que diz respeito ao acompanhamento...é definido quem é o gestor de processo...[que] transmitirá que canais ou circuitos foram decididos implementar na reunião de trabalho, qual é o resultado e quais são as expectativas...e que as outras pessoas sejam...facilitadores na procura de respostas para a própria família...a nível de serviço social, medicina veterinária ou...de noutras áreas que são importantes para o acompanhamento...temos uma psiquiatra na equipa, e...temos uma componente muito social, psicológica, de como educar a pessoa a ter outros comportamentos...que visem não continuar a recolher animais...tentamos fazer uma intervenção...holística e que de alguma forma resolva os problemas...seja para o bem-estar das pessoas, seja para o bem-estar dos animais...E somos uma entidade privada, o que significa que a Associação LA atua por meios próprios, com regras próprias...Se houver outra organização a intervir ao mesmo tempo, nós não intervimos." "À medida que nós vamos entrevistando e conversando com o utente, vamos conseguir perceber qual é que é o passo seguinte." "...a primeira ação que decidimos implementar foi a de melhorar a habitação...para melhorar a habitação ela vai ter que retirar os animais...a partir do momento em que se dá esperança de poder melhorar as condições da habitação, na realidade, a pessoa assume connosco um vínculo." "...vamos-lhe dar...ferramentas...e isto são mecanismos para criar confiança. Agora, isto é muito trabalho comparativamente com aquilo que se faz." "...o Síndrome de Noé...comporta, um processo de isolamento. Portanto, obrigar a pessoa a deslocar-se ao local e a conviver com outras pessoas que também têm a mesma estima pelos animais é um dos processos muito importantes na intervenção da Associação LA. Portanto, as pessoas têm que ir às nossas entregas [de alimentos]...não poderem recolher mais animais...porque nós não damos apoio alimentar se isso acontecer." [P4]

"Normalmente temos conhecimento por denúncias...da vizinhança, de barulhos, alguns maus cheiros..." "Da última vez, tivemos a PSP...os delegados de saúde, uma equipa...de quatro ou cinco delegados de saúde, tivemos a divisão de salubridade da Câmara Municipal...e estive a equipa médico-veterinária, juntamente com alguns assistentes operacionais, alguns tratadores, caso fosse necessário naquele próprio dia trazer algum animal para as nossas instalações...Acho que até éramos mais [de dez pessoas]...Portanto, dessa vez, houve uma cooperação entre todas essas entidades...A divisão de salubridade normalmente é quem reporta esses casos a nós e pede a nossa colaboração, havendo animais envolvidos." "[Com a recusa de abertura da porta], tivemos que ter aqui a intervenção de uma entidade policial, com um mandado...A parte da delegação de saúde foi ver também, juntamente com a parte da salubridade, se havia comprometimento para a saúde da senhora...foi elaborado um relatório da nossa parte que neste caso até foi mandado diretamente para a PSP e para as várias entidades que é suposto e depois tudo é encaminhado...para o Ministério Público...no final...de cada visita, demos o nosso parecer...E depois o Ministério Público notifica os detentores que têm que fazer uma entrega do animal...as pessoas assinam um termo em como estão a entregar o animal, de forma coerciva..." "...como médicos veterinários, visamos o bem-estar dos animais, mas também não descurando que temos uma pessoa à nossa frente...nós tentamos mediar um bocadinho a situação...A senhora teve um episódio em que ameaçou mesmo o suicídio se lhe tirássemos os animais...isto tem que ser tido em conta..." [P5]

Tipologia de
Intervenção

“Não fui avaliar pessoa nenhuma e...a percepção com que fiquei, sem conduzir uma entrevista à pessoa...pareceu-me num um caso alcoolismo e no outro um caso de uma depressão com origem num divórcio agressivo...Tinha animais em excesso...Só tem condições para ter dez, tem 40 é acumulação de animais e está feito o rótulo...é tratado como tal e não tem nada a ver... Porque não se vai resolver nada, ou melhor, ele resolve o problema dele, tira os animais.” “...[pretendia-se] no início, que se arranjasse uma maneira de os veterinários poderem fazer esse tipo de diagnóstico e ficava logo ali rotulado, o que é impossível...tem que ser uma licenciatura, no mínimo, em psicologia para se poder classificar alguém com a Síndrome de Noé...nem um assistente social o consegue fazer. Consegue sinalizar...reencaminhar, fazer uma triagem...Isso sim, conseguimos dotar os técnicos que estão no terreno, os técnicos intervenientes, a polícia, os bombeiros, os assistentes sociais, porque são esses que vão detetar os casos...” “...a polícia, por norma, é mais necessária na primeira abordagem, porque...se for tida com sucesso, na segunda visita, já não será necessária, porque a pessoa já terá sido incluída num processo de livre e espontânea vontade... Bastará aí...ir só o veterinário municipal, ou ir só o psicólogo, ou ir o assistente social, dependendo do tipo de visita que esteja programada nas visitas seguintes.” “Não [as equipas não estão a pensar nas pessoas]. Quando intervém um assistente social, aí sim, até lá, só veterinários não...e a expressão que eles usam muito é “tenho que me preocupar com a minha chafarica, os outros que se preocupem com a deles” e a minha são os animais, e ponto final. E perde-se ali um bocado essa ligação.” “...queria uma solução quase como primeiros socorros, para pôr um penso e acabou, só que na parte da psicologia, acho que não há nenhuma patologia que se resolva assim...São coisas que demoram muito tempo...e daí ser necessário ou quase obrigatório esse Observatório central para se manter um historial, porque as reincidências são o principal problema em quase tudo que envolve a psicologia.” [P6]

“...[Quem denuncia]...foi ela que se entregou...foi o vizinho...foi a PSP que deu o alerta...foi uma associação...foi a enfermeira de saúde pública e...a assistente social... há imensos relatos e denúncias que são quezílias entre vizinhos ou entre familiares, e nem existe...nada de maus tratos, nem de acumuladores.” “...criámos...uma equipa de intervenção multidisciplinar...com assistentes sociais, com a ação social e a delegação de saúde...os técnicos de saúde ambiental...e reunimos todos os meses... É nomeado um gestor de caso... é quem conhece melhor o caso...[e] nos trouxe o caso para as reuniões...[que] vai fazendo os *updates*...Faço primeiro sempre um pedido à polícia municipal...para fazerem uma primeira abordagem e para verificarem a veracidade da denúncia. Quando [há] evidências...agilizo uma vistoria...[com] o delegado de saúde... vai pela questão do médico de família...e da medicação... e...a técnica da ação social...poderá não ir... sabem fazer melhor do que ninguém um acompanhamento e um carinho...às vezes, elas só precisam de conversar... se calhar mais facilmente consegue perceber se eles [animais] estão doentes...mais até do que eu...a ação social pouco faz (...) [quando] eles não são subsidio-dependentes. E mesmo o delegado de saúde, a maior parte das vezes eles são seguidos, quando são, no privado, porque têm dinheiro...a maior parte das vezes não vamos todos juntos... [mas quando vamos a] tribunal, temos que tentar a entrada na habitação todos juntos, para todos presenciarmos e testemunharmos...Às vezes somos...quatro, cinco pessoas...quando entra polícia, às vezes há mais pessoas...somos capazes de estar ali uma manhã...alguns mais sensíveis do que outros...apetrechados com a polícia de intervenção para arrombar portas e tudo, mesmo à filme...” [P7]

“...médico veterinário municipal [“para ver qual é a condição dos animais”] ou... delegado médico [“devido à insalubridade “] a assistente social que ia lá para uma condição e deparava-se com essa acumulação...Já existe uma certa articulação com os meios...Depois, as forças da autoridade acabam por ser chamadas, porque se suspeita sempre de um caso de maus tratos ou da ausência de cuidados. É muito importante que haja um procedimento judicial...mas depois tem que haver uma complementaridade do apoio psicológico desta mesma pessoa... aquilo que originou foi uma perturbação psicológica...que haja uma possibilidade de recuperação...se for só baseada numa multa ou numa pena de prisão suspensa, vai haver uma grande probabilidade de reincidência.” [P8]

Tipologia de
Intervenção

“...há uma referenciação feita geralmente por vizinhos...Contactam-se os serviços sociais...para ver se a situação é conhecida...ou acompanhada... E a pessoa barrando a entrada, ou...não aceitando a ajuda... contacta-se o delegado de saúde pública...e, depois...como não há resposta, ou há resposta tarde...solicita-se a intervenção do Ministério Público, que depois...recolhe outra vez essas informações e depois...às vezes não chegam a lado nenhum, outras vezes desencadeiam-se outros mecanismos. Ah, também a...GNR ou PSP...para fazerem essas tentativas de contacto com a pessoa, saber se conhecem a situação, se sabem quantos animais...lá estão...Também se podem contactar os veterinários municipais e saber se conhecem a situação. Normalmente também se contactam os centros de saúde para saber se há médico de família, se têm a identificação daquela pessoa... E como ninguém sabe muito bem o que fazer e as primeiras abordagens também não são minimamente preparadas...as pessoas não sabem muito bem o que conversar, como se aproximar, acham que basta...tocar à porta, dizer quem são e o que é que têm para oferecer e a pessoa já aceita ajuda...portanto, é mais fácil depois disparar para as entidades com poder judicial...E por isso é que as intervenções que são feitas são quase sempre em contextos coercivos...e, portanto, os direitos da pessoa são relegados. Não [a resolução legal não é a forma de resolver o problema], mas é o que temos feito, porque...quando não percebemos como é que podemos chegar a estas pessoas, e quando não temos outros mecanismos e outros instrumentos...e a impreparação das equipas...é um refúgio rápido e eficaz.” “Há uma vertente muito virada para o mau trato animal...e ainda bem [que os direitos dos animais] estão consagrados...Mas depois parece que se esquece um bocadinho também dos direitos daquela pessoa que apesar de estar a deparar-se com uma patologia, diagnosticada ou não, ou com algumas dificuldades, parece que às vezes é um bocado esquecida...no meio disso tudo...e os direitos humanos estão de lado...entram pela casa adentro, fazem-se limpezas coercivas...” [P9]

(Remoção dos
animais)

“Num universo de quase 300 animais...foram retirados todos os animais que estavam em pior estado...acabaram depois por ser distribuídos por associações...[Noutro caso] Retiraram-se os animais todos...não há indicações de como lidar com situações desta natureza. Eu (...) ficava sempre com dúvidas, “devia deixar algum [animal]?”. Esta era sempre a dúvida mais recorrente. Depois, se devia deixar a pessoa ir visitar os animais ao canil ou não. Tinha uma série de questões que tinham que ser tratadas por alguma área da saúde e eu sentia-me completamente sozinha.” [P1] “Quando nos pedem intervenção normalmente é “retirada”...porque pode haver violação das condições de bem-estar ou negligência...mas a expectativa... é “se é um problema com animais, se estão em excesso, vamos contactar quem tem de certa forma o dever ou a obrigação de os retirar”...nós temos essa obrigação em animais errantes...mas não temos verdadeiramente numa propriedade privada, que são a maioria...Esterilizamos tudo, retiramos, deixamos dois ou três esterilizados e já temos que contar que a pessoa ativamente vá procurar animais...A pessoa tem o dever de cuidar, não fica totalmente deprimida porque mantém ainda alguns animais...E já não procriam...[sentimo-nos] é sempre muito sozinhos no processo dos animais. É muito enxotar para a entidade que acolhe, esquecendo-se que não é aí que está o problema.” “Já tivemos situações em que pedimos ajuda a algumas associações para negociar alguns escoamentos.” “Seremos...honestos, verdadeiros e abrir portas, isso é fundamental...Porque senão...não há ligação nenhuma. E convidamos as pessoas [a visitar os seus animais no canil].” [P2]

“Nós podemos esterilizar e deixar lá alguns animais...Os animais estão identificados...mas se calhar não são animais adotáveis, não...[reúnem condições] para vir para um CRO, porque depois o CRO deixa de ter a sua capacidade de resposta...Ou seja...se está assegurado o seu bem-estar ou se a pessoa consegue melhorar o seu bem-estar e garantir, retirar só aqueles que estão o seu bem-estar comprometido...e deixar aqueles à consideração do médico veterinário.” “O choque para uma senhora de idade... aquilo são 30 gatos...e de repente ficar com três gatos.” [P3]

“Aquilo que hoje em dia se faz é retirar-se os animais. Mas nós já sabemos que isso não funciona...Pouco importa...estar a retirar dez animais...se

(Remoção dos animais)

a pessoa vai ficar na mesma, numa habitação sem água, sem luz, sem gás, e vai continuar a ficar numa situação de depressão e que até o apego que tinha àqueles animais é desencadeador de recolha de outros tantos e portanto, vai ser recorrente e vai obrigar a Associação LA ou qualquer outra estrutura a seguir a retirar não dez, mas 100...o que significa que em determinados momentos, retirar zero animais pode ser a solução...” “...podemos melhorar as condições onde eles estão...mas mantemo-los lá...prefiro fazer as coisas combinadas...” “Nós encaminhamos para a adoção alguns animais mas não retiramos animais.” “Nós não temos “abrigo” porque não acreditamos...” [P4]

“Nós neste momento não temos veterinário municipal...Nós vamos lá por pedido... E tentamos...sensibilizar...de uma forma...mais amigável...porque...entendemos que para essas pessoas ficarem sem os animais todos ao mesmo tempo, às vezes, acaba por ser ainda mais complicado...Tentamos sempre a adoção consciente...sensibilizar...Vamos a escolas, vamos a lares de idosos, recebemos visitas aqui, porque...é preciso termos capacidade socioeconómica, alojamento e uma capacidade mensal para os conseguir ter...Não havendo, parte dos animais são retirados...tentamos sempre, numa fase inicial, que haja...uma limpeza, caso hajam focos de insalubridade. Posteriormente, tentamos que parte desses animais fiquem com pessoas da confiança daquele...detentor [famílias de familiares, amigos], mesmo para não haver ali uma quebra no laço total. Quando isso não é possível...temos que os trazer...têm que ser avaliados e depois...encaminhados para adoção.” [remoção de animais saudáveis] “Sim, que estão em boas condições de saúde mas se não existem condições socioeconómicas...o animal vai acabar por ser descurado...” “Houve uma vez que nós pedimos [colaboração a associações]...eram ninhadas, e nós não tínhamos mesmo espaço.” [P5]

“...detecta-se o excesso de animais, vai lá o veterinário tira...os animais todos ou quase todos, sinaliza os serviços sociais do município e os serviços sociais do município, quando tiverem tempo, se lhes apetecer, hão-de ir lá ver como é que a pessoa está.” “E, muitas vezes [as associações], têm protocolos com o município...assinam um protocolo, dão-lhes uma verba através de formações ou doutra coisa e passam o problema para as associações e [estas] que se desenrasquem.” [P6]

“... por lei, para haver uma retirada compulsiva, tem que haver uma vistoria com um delegado de saúde e um relatório...porque o procurador para ordenar a retirada, porque ele não vai ao local, tem que se basear nos relatórios que lhe mandam...[Após condenação judicial] foram-lhe retirados os animais e...teve que fazer uma série de alterações no alojamento e [criar] condições...Os animais foram devolvidos, aquilo descambou outra vez...e...Até hoje, (...) nada aconteceu...teria mesmo que ser inibida de ter animais durante nem que fosse cinco anos...” “...por norma, é a redução gradual do número [de animais], porque se...lhe causo aqui um vazio vai haver...um colapso e...há sempre...os mais preferidos... surtam ali...eles dizem muito que se vão matar...” “...estamos a fazer...um compromisso escrito que não vale nada a nível jurídico, mas é quase um compromisso de honra...” “No dia tal, a equipa veio, tirou-me não sei quantos animais. Eu comprometo -me a não ter mais animais, porque já estou a exceder e assino.” [P7]

“Eles [MVM] acabam por ser o profissional que arca com a responsabilidade da ausência de uma estratégia...acabam por ter que ser eles a resolver esta situação e...acaba muitas vezes por lhes ser apontado o dedo como os insensíveis e como os penalizadores, porque são eles que estão a retirar os animais de alguém que gosta muito de animais...Há aqui uma total inversão, em que o médico veterinário só quer é que os animais estejam em boas condições...que realmente haja um equilíbrio quer animal, quer ambiental, quer também humano em relação àquela situação...[mas] sofram uma pressão enorme e mesmo muitas vezes uma atitude de perseguição e de *bullying* ...” [P8]

(Maus Tratos)

“...estas pessoas podem ser consideradas inimputáveis, porque há aqui um problema do foro psicológico mas, na minha perspetiva, à cautela, envio para o MP todas as situações desta natureza...Não que eu considere que uma pessoa destas deva ir presa...parece-me que configura o que está na lei como maus tratos, embora aqui seja muito por omissão de cuidados.” [P1]

(Maus Tratos)	“Eu acho que uma reincidência... é crime...desde que foram criados canais, a pessoa sabe.” [P3] “De negligência sim, ou seja, é o crime de maus tratos, de negligência, ou seja, não houve maus tratos físicos, mas houve clara negligência na detenção dos animais...Quando há uma negligência continuada grave, evidente, podem haver lesões graves...ficarem com membros amputados, com lesões para sempre, cegos...isto não são maus tratos só porque não foi com intenção? Não foi, mas aconteceu e estão lá as evidências. Claro que entre isto e alguém que é visto a espancar com um ferro, aí então é outro patamar...Mas não tenho dúvidas que isto tem que ser visto como maus tratos.” [P7] “...que os animais estão a ser maltratados, estão...ter consciência e fazer algo de forma intencionada, ou... a negligência por falta de recursos.” [P9] “Às vezes não há um maltrato, entra na negligência e eventualmente bem-estar...tem que se ver caso a caso. Não considero um abandono...tem que se encaixar...na negligência...seria uma contra-ordenação. Não acredito que sejam maus tratos porque, na maioria das situações...não é feito de uma forma ativa, consciente, com dolo.” [P2] “Entendemos que o Síndrome de Noé não deve ser automaticamente enquadrado como um crime de maus-tratos ou abandono de animais, porém reconhecemos que as condições de vida dos animais nestes contextos podem, por vezes, configurar tais delitos. Recordo que é inimputável quem (...).” [P4] “Negligência. Os maus tratos...vem muito da intenção de o provocar...” [P5] “...diria que...indiretamente, eu categorizava os maus tratos por negligência voluntária...por omissão ou por falta de recursos, ou por excesso de população. E que acaba por ser um incumprimento em relação à norma de número de animais que cada pessoa pode ter.” [P8]
Acompanhamento e Monitorização	“A nossa monitorização é no sentido: Ponto n.º 1: não entra mais animal nenhum e ponto n.º 2 fica a indicação de que se entrarem mais animais encerramos o alojamento.” “...o tratador ia passando e ia vendo se conseguia ver os animais dentro de casa, ia falando com os vizinhos...na impossibilidade de termos um técnico de saúde, que era o que faria sentido...passamos nós, por exemplo através dos nossos vigilantes, numa fase inicial e, depois, através dos nossos veterinários, a ir constantemente ao local... Na altura íamos todos os dias, depois passou a ser semanalmente, depois de 15 em 15 dias...mas isto seria impraticável fazer para todos os acumuladores. É porque só têm aquele caso ali na zona... e porque também é um processo que seguiu para tribunal como crime de maus tratos.” [P1] “Muito por nós, não havendo uma entidade que nos lembre que nós fomos lá...tinha que ir ou a assistente social ou o médico passado 6 meses e deviam dar-nos nota, mas não dão. Só nos dão nota quando a situação está tão descontrolada para atuarmos em situação de urgência...o que é que nós às vezes fazemos? Pessoas com quem tentámos criar alguma ligação e empatia, manter o canal aberto, estarem à vontade para nos contactarem precisando de ajuda em tempo e, outras como estas, convidando as senhoras...para visitarem os animais...a dar-lhes nota quando os animais foram adotados...se algum faleceu eu vou lá a casa e levo-lhe outro...E este é o acompanhamento que nós fazemos...não articulado com mais ninguém...” “Nós não sabemos se somos bem sucedidos. Não há depois uma estrutura de acompanhamento.” [P2] “[Acompanhamento] Sempre. Claro, mais de cinco [anos]. E...alguns deles deixam de ter Síndrome de Noé...Deixam de reter animais.” [P4] “São monitorizadas, sim. Dá-se ali um prazo de 30 dias até à próxima vez...Há visitas que são independentes da nossa presença...depois há comunicação a outras entidades que possam envolver-se posteriormente, que depois eles vão lá e dão seguimento e recebemos relatórios e depois pegamos outra vez...temos uma plataforma de gestão documental em que cada caso é um processo, tem um número e nós conseguimos

Acompanhamento e
Monitorização

acompanhar...é tudo registado...Mas há coisas que se vão arrastando por longos períodos de tempo e...passado dois anos é que é feita a entrega, porque só passados dois anos é que vem uma resposta do Ministério Público.” [P5]

“É tudo através da ação social...Sim, sim [por vezes, ao longo de anos].” [P6]

“Quando eu já fiz a retirada, que haja alguém que faça o acompanhamento de forma discreta, nem que seja para ver...às vezes, a técnica de ação social que até lhe vai dar um cabaz...de Natal, mas consegue perceber quantos animais tem....temos uma espécie de folha de caracterização: “à data de hoje, quantos tem?”, comparativamente, “está a aumentar”, “não está”...” “em média sim [os casos duram], quatro, cinco anos...Porque...isto tudo leva tempo...Não, não há um prazo [para visitas de acompanhamento]. É mediante acharmos que é necessário. Até porque...se fossem visitas mensais...eles não acham muita piada...porque os vizinhos se apercebem...nunca vamos dar como concluído aquele processo...podemos é espaçar as visitas, e dizer assim, “isto está mais ou menos controlado, agora vou lá só daqui a meio ano... Nós dizemos, “quando ela morrer um dia isto vai acabar.” [P7]

4. Componente Psicológica

Segundo os relatos e experiência dos entrevistados, a intervenção psicológica é inexistente em situações de acumulação de animais, embora todos a considerem importante, necessária e/ou útil, não obstante acreditarem que a possibilidade de adesão das PEAA é reduzida, conforme expresso na Tabela 7.

Nenhum participante conhece um único caso em que tenha existido acompanhamento psicológico das PEAA, indicando três deles que questões relativas a esta vertente são verificadas e/ou encaminhadas pelo Delegado de Saúde que, de acordo com um dos entrevistados, faz uma espécie de diagnóstico (e.g. “tem aqui uns trejeitos de bipolaridade”). Quatro entrevistados indicam não existir nenhum psicólogo nas equipas de intervenção (e.g. são “intervenções longas” ou “Porque vai atrapalhar, vai atrasar a resolução do problema e o município quer é o problema resolvido na hora”), e os três que referem a sua existência não a relacionam com qualquer tipo de acompanhamento (e.g. identifica a existência ou não de perturbação de acumulação de animais, é licenciado em psicologia mas faz parte da ação social e, no terceiro caso, só intervém na entrevista inicial).

No entanto, todos referem que este tipo de intervenção é importante, necessário e/ou útil, uma vez que pode associar-se ou derivar de outras patologias (e.g. depressão, ansiedade ou dependência de substâncias) e/ou ocorrer em contextos traumáticos (e.g. violência doméstica). Também há necessidade de conhecer a história de vida e as características das PEAA, e que o seu acompanhamento seja feito por um profissional especializado que saiba como abordar a pessoa e que consiga criar uma relação próxima de empatia e confiança (e.g. “haver alguém que saiba como comunicar com esta pessoa, que respeite um bocadinho os seus ritmos, os seus tempos, as suas crenças...o seu modo de funcionamento e de pensamento e que possa...ir tomando algumas decisões para aumentar o seu bem-estar, por exemplo, no contexto do domicílio e dos animais”). Um dos entrevistados nomeia a terapia cognitivo-comportamental como a abordagem mais célere de intervenção psicológica, embora considere que as terapias que trabalham o trauma de forma mais profunda possam ser mais indicadas.

Quanto à possibilidade de adesão da PEAA ao tratamento, sete entrevistados acreditam que não irá aderir, exceto, se o mesmo derivar de uma sanção judicial ou existir alguma contrapartida (e.g. subsídio) e que tal pode dever-se ao facto de não reconhecer a existência de um problema. Apenas um dos entrevistados indica que muitos dos seus utentes “têm demonstrado abertura e adesão”.

Tabela 7*Componente Psicológica da Intervenção e Narrativas dos Participantes*

Intervenção	Narrativas
Componente Psicológica (Intervenção)	“...recomendamos que haja sempre acompanhamento das pessoas mas são raros os municípios que têm algo mais estruturado para haver um acompanhamento. Temos um psicólogo...já fez o acompanhamento de alguns casos... mas só no sentido de fazer a tal distinção se é acumulador ou não.” (P1) “Nunca fui [a uma vistoria] com um psicólogo.” (P2) “Não havia parte de assistência social, nem psicólogos... não tenho esse conhecimento [da existência de acompanhamento psicológico]...” Exato [não há ninguém a quem reportar problemas físicos e/ou psicológicos]...penso que...seja parte da delegação de saúde que depois faça encaminhar para esses serviços. Fazem uma primeira avaliação...Obviamente que a parte da saúde mental tem grande importância aqui.” (P5) “...tenho alguns manuais e alguns guias de alguns municípios...e todos eles equacionam [existência de psicólogo] mas depois, na prática, nunca vai...Normalmente isto fica resolvido entre o veterinário municipal e o assistente social...Porque vai atrapalhar, vai atrasar a resolução do problema e o município quer é o problema resolvido na hora...porque o assistente vai lá, se for uma questão econômica, dá-lhe mais um subsídio e está feito durante os tempos, aquele problema desaparece. Se for o problema dos animais, vai-se lá e tira-se os animais, está feito. Se for um problema psicológico, já sabemos que ele vai demorar meses ou anos a ser tratado. E o município não quer esse encargo.” “...vai a assistente social, limpam-lhes a casa...arranjam-lhes uma série desse tipo de apoios mais sociais, mas acompanhamento psicológico é complicado, porque psicólogos a ir ao domicílio, não estou a ver que haja municípios a fazê-lo, e a pessoa prestar-se a ir.” “...eu acho que não dá para fazer as duas coisas. Porque quando nós vamos nas fiscalizações o foco são as condições do alojamento...e o psicólogo não ia ter tempo para estar com a pessoa à parte a falar com ela, e a fazer a análise ou a entrevista dele. Não ia ser produtivo...É dotar as pessoas dessa capacidade de triagem e depois encaminhá-las para, nas vistorias subsequentes, já ir um [psicólogo]. Mas, na primeira abordagem, não.” (P6) “(…) Da parte da [ação social] [uma] delas tem formação em psicologia...Não [foi decretado pelo tribunal acompanhamento psiquiátrico ou avaliação psicológica em nenhum destes processos]” “Quando eu disse que é o delegado de saúde que faz o diagnóstico...ele não escreve que foi diagnosticado... se calhar a experiência faz com que ele diga “olha, tem aqui uns trejeitos de bipolaridade”. Se calhar isso até eu detetei, porque tanto estava a rir como estava a chorar....na prática, dá-nos igual ter um diagnóstico...porque nós percebemos que aquilo tem é que ser intervencionado...” “Agora, como nós temos competências diferentes...queremos criar aqui uma relação de empatia, de confiança, e uma relação próxima.” (P7) “...o psicólogo, se calhar agora começa a ser mais frequente, embora a maior parte das autarquias não o tenha...então o delegado médico, acompanha também estes processos... não me relataram nada até agora de que há já uma parte especializada, estruturada, de um programa de recuperação de acumuladores.” “...tenho a sensação que numa outra situação já havia presença de psicólogos nas equipas...sobretudo quando são situações sinalizadas há muito tempo e em que existe mesmo uma queixa de maus tratos e há intervenção das autoridades. Ouvi já a referência à intervenção psicológica. Eu acho que é no imediato, é no controlo da pessoa nos termos em que os animais são retirados e depois há ali aquele acompanhamento psicológico do choque inicial. Acho que, eventualmente, não haverá um acompanhamento depois a longo termo da situação...como se fosse uma intervenção a seguir a um acidente...ou uma catástrofe, ou um tumulto público em que há mortes, perdas. Eu não conheço, pelo menos. Acredito que sim [intervenção psicológica como parte da solução]...sabemos que o acompanhamento...não são com quatro

ou cinco intervenções que vamos resolver a questão...são sempre intervenções longas.” (P8)

“...psicólogo...que eu conheça e tenha experiência na intervenção não...não conheço ninguém que seja acompanhado do ponto de vista da intervenção psicológica, mas acho que seria útil.” “...talvez a intervenção psicológica que possa existir nalguns casos, é que...o profissional que faz o contacto com a pessoa poderá ser alguém da área da psicologia e que vai lá com algumas técnicas mais relacionais, mais empáticas tentar ver se a pessoa está disponível para receber a intervenção, mas...Com fins terapêuticos não...” (P9)

“Eu fui, por acaso. No Município VA, havia um psicólogo... a vistoria desta semana foi com uma psicóloga da ação social...” (P3)

“A avaliação psicológica é feita por profissionais da área através de entrevista. É uma entrevista com questões do âmbito do serviço social e, também, obviamente, da área da psicologia. As perguntas que os profissionais fazem são para poderem compreender os comportamentos. No âmbito do serviço social, as questões colocadas...referem-se muito à rede de recursos ou rede de respostas [“subsídios ou complementos financeiros” ou “apoio do banco alimentar”] e quem ficará com os animais se houver internamento. Aquilo que o profissional de psicologia faz são perguntas para poder compreender o que é que motivou, o que é que despoletou ou em que momento é que começou...Apesar de não providenciarmos acompanhamento psicológico direto, contamos com colaboradores qualificados que ajudam a identificar a necessidade de encaminhamento para apoio psicológico especializado...” (P4)

(Intervenção)

“...existem duas formas de olhar este problema...Uma que tem a ver com a origem...o que leva a que a pessoa comece a acumular animais e que está associada...a uma questão psicológica, e a outra...que se traduz no comportamento de acumulação de animais...sendo este, muitas vezes, um processo de compensação para uma situação de depressão, ansiedade ou violência doméstica...não podemos dizer que...é um processo que resulta de uma depressão...se não analisarmos...a relação que existe entre a própria pessoa e os moradores, os vizinhos, os familiares...a história de vida que fez com que a pessoa passasse a acumular animais, em que condições é que a própria pessoa vive.” (P4)

“Tem que haver um atestado por parte de um psicólogo ou de um terapeuta clínico...Não pode ser o veterinário municipal a dizer que isto é um caso de acumulação de animais. Pode ser uma pessoa que se divorciou recentemente ou que está numa depressão profunda ou que tem alcoolismo ou podem ser mil e uma as razões para aquilo ser um caso de acumulação de animais. Pode ser alguém que toda a vida teve boas condições, só que eram os pais que mantinham aquilo, perdeu os pais e agora não consegue mantê-los. Os animais estão com falta de condições e ele não tem síndrome nenhum, ele simplesmente perdeu capacidade económica. Não se pode meter um rótulo de uma patologia psicológica num indivíduo só porque sim, só porque tem animais a mais. As causas para ter animais a mais podem ser infindáveis.” (P6)

“...há aqui uma inércia...[do] próprio sistema...isto é um problema de saúde mental e nós ainda não lhe damos o devido reconhecimento...ainda é um bocadinho...” a maluquinha dos animais”, mas isto tem muito por trás e eu, como veterinária, digo sempre, vocês não estejam à espera que seja a veterinária que vai resolver um problema de saúde mental gravíssimo...num mundo perfeito...mais do que nos centrarmos só nos animais, devíamos-nos centrar na pessoa, porque sabemos que a origem está...naquele desequilíbrio.” (P7)

Portanto, nessa ótica, faz-me sentido que realmente se conheçam melhor as características destes acumuladores, do ponto de vista quer da sua relação com os seus os animais - o *bond* [a ligação] - quer depois também do lado da perturbação psicológica e, depois, que formas é que nós podemos [encontrar para lidar com a situação] seria muito útil...” (P8)

“...há intervenções que são necessárias para restabelecer ou para...minimizar mais danos na pessoa, haver alguém que saiba como comunicar com esta pessoa, que respeite um bocadinho os seus ritmos, os seus tempos, as suas crenças...o seu modo de funcionamento e de pensamento e

que possa ir conseguindo com ela...ir tomando algumas decisões para aumentar o seu bem-estar, por exemplo, no contexto do domicílio e dos animais... para perceber o que é que motivou muitas vezes este descontrolo ou esta desorganização ou estes comportamentos...” “...percebo que aqui possa ter um papel importante [terapias comportamentais] no sentido de apoiar a pessoa numa tomada de decisão que se quer mais ou menos rápida ou urgente...pode ser um mecanismo interessante para ajudar as pessoas a lidar com a ansiedade associada ao descarte, a lidar com algumas crenças associadas ao descarte. (...) mas provavelmente podem existir outras terapias que, se calhar, até são mais interessantes para as pessoas, que possam ir mais...à raiz do trauma...” (P9)

“Nunca conheci nenhum [caso em que tivesse existido abertura à intervenção psicológica]...A única forma [solução] que nós encontrámos foi...como sanção acessória no âmbito do processo-crime, a pessoa ter que se sujeitar a um tratamento...” (P1)

“Será difícil a pessoa aderir, mas é a minha opinião pessoal.” (P2)

“...ia ser complicado [a adesão], porque aos olhos daquela pessoa está tudo bem.” (P5)

“Se for acompanhado por uma boa vertente de ação social. Se forem pessoas com situação socioeconómica resolvida vai ser quase impossível. Se...abandar...com o docinho de “para receber este apoio, tem que ter um acompanhamento psicológico”, aí, acredito que as pessoas o fossem fazer...Ele aceita que o assistente social vá lá, ou que vá alguém a casa para limpar...Eles irem a algum lado, não vão.” (P6)

“Não [aderem]. Nem medicação tomam...Porque...não reconhecem que têm um problema...” (P7)

“Isso é quase como qualquer um de nós, se calhar, quando tem depressão há quem aceite ajuda, há quem procura ajuda, há quem não aceite e há quem não ache que esteja deprimido mesmo estando deprimido...a não ser que se calhar tenha a intervenção do tribunal, em que haja algo mandatário em que se a senhora quiser vir a ter animais ou x animais tem que passar por este programa...Mas não antevejo qual é que seria a adesão voluntária a esse tipo de acompanhamento.” (P8)

“Eu tenho muitas dúvidas...Primeiro, porque nós não fazemos ideia do que é que estamos a fazer e...estamos a oferecer...um serviço que provavelmente também não gera muita confiança nas pessoas. Segundo, estamos a falar de pessoas mais velhas...com alguns preconceitos, outras não vêem isto como um direito seu, vêem como...uma fragilidade. Mas eu também acho que os próprios serviços, a forma como se organizam muitos assentes nos modelos biomédicos, também tratam as pessoas às vezes como incapazes, incompetentes e as desrespeitam. Portanto, acho que há aqui um conjunto de fatores que também não abonam muito a favor a que as pessoas possam estar mais disponíveis para aceitar ajuda terapêutica.” (P9)

“...existe uma necessidade de...estancar o comportamento...e, para isso, é preciso que exista um compromisso por parte da pessoa... ao qual muitos dos nossos utentes têm demonstrado abertura e adesão.” (P4)

(Adesão)

II - Resultados da entrevista única (âmbito legal)

São colocadas ao/à entrevistado/a cinco questões referentes à identificação e enquadramento de normas legais, passíveis de serem aplicadas à PEAA, bem como a indicação das necessidades do sistema legal neste âmbito, que identificamos de seguida. O/a entrevistado/a considera que as situações de acumulação de animais podem ser consideradas crime de maus tratos ou de abandono de animal de companhia ou ser punidas a título contraordenacional, por omissão de cuidados (em que o detentor, pelo menos, se conformou com o resultado), sendo relevada, em paralelo, a existência de intervenção psicológica.

À questão 1, relativa às normas jurídicas aplicáveis, o/a entrevistado/a refere que a responsabilidade que decorre para as PEAA relativa a maus tratos e abandono de animal de companhia pode ser penal e/ou contraordenacional. A aplicação destas normas refere-se à “falta reiterada de cuidados (alimentares, médico-veterinários, higiénicos, de proteção relativa aos fatores ambientais) que são legalmente devidos a estes, o que poderá ser causa de dor, sofrimento, lesões e até da morte dos mesmos”, ou seja, um comportamento praticado por omissão, sendo indicadas, no lugar de vítimas habituais “os gatos e os cães”.

À questão 2, referente às consequências jurídicas que podem decorrer para a PEAA, o/a entrevistado/a indica a “pena de prisão” e/ou o dever de indemnização, sendo frequentes “ações cíveis...providências cautelares...ações principais de condenação, instauradas quer por associações de proteção animal, quer por vizinhos”. É, ainda dito, que “são inúmeros os casos de condenações nessas circunstâncias, alguns dos quais bastante mediáticos...os animais vitimados são encontrados em condições deploráveis, altamente lesivas da sua integridade e da sua saúde, senão mesmo da vida”.

À questão 3, que concerne ao preenchimento do tipo legal de crime de maus tratos ou abandono, o/a entrevistado/a refere que a acumulação de animais poderá configurar este tipo de crimes “se a omissão de cuidados vitais por parte do detentor foi causa de morte, de sofrimento ou de lesões ao animal”, tendo o agente, pelo menos, se conformado com a eventualidade de tal ocorrer, sendo “difícil de sustentar que essa pessoa não estará consciente de que os animais à sua mercê carecem de cuidados”. É ainda referido que estas “situações têm sido apreciadas pelos tribunais e tratadas como tal”.

À questão 4, relativa à resolução legal ser o meio mais adequado de intervenção, é indicado que esta serve como meio de “censura ou repressão” e “prevenção” para combate à

reincidência. Nos casos em que a acumulação de animais decorre de perturbação psicológica, deve existir acompanhamento psicológico, no sentido de tratar a “compulsão” que daqui decorre.

À questão 5, que se refere às necessidades do sistema legal nestas matérias, é mencionada a necessidade de existência de “um diagnóstico e um acompanhamento pluridisciplinares dos domínios psicológico e social”.

III - Resultados obtidos através do Formulário de Registo de Caso

O formulário utilizado, sustentado no *Case Report Form* elaborado por Arluke *et al.* (2002) e em estudos efetuados por Nadal *et al.* (2022), Guerra *et al.* (2020), Frost *et al.* (2011), Nathanson (2009), Patronek *et al.* (2006) e Patronek (1999), é realizado entre os dias 29 de fevereiro e 30 de abril, com o objetivo de caracterizar a pessoa com experiência em acumulação de animais (PEAA) e o fenómeno, bem como a intervenção em situações de acumulação de animais em Portugal. Tal propósito reflete-se nos dados apresentados em seguida, que selecionamos e analisamos, e que são resultantes das observações que diversos profissionais vivenciam no decurso da sua prática profissional.

São recolhidos 37 formulários, tendo sido considerados válidos 36 (N=36), uma vez que, num deles, são respondidas, apenas, as questões referentes à caracterização do participante. O tempo médio de conclusão é de 28 minutos.

Relativamente à caracterização dos participantes, de um universo de 36 participantes (N= 36), cerca de 80% são do género feminino e aproximadamente 20% são do género masculino (Gráfico 1), sendo a idade mínima de 25 anos e a máxima de 65, com uma média de idades de 43,67.

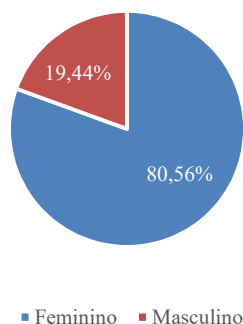


Gráfico 1: Distribuição dos Participantes por Género

A maioria dos participantes exerce funções/profissões como Médicos Veterinários (n=14) e Assistentes Sociais (n=11), embora também existam Psicólogos (n=3), Médicos de Saúde Pública/Delegados de Saúde (n=3), Membros de Organização de Proteção Animal (n=2), Membro de Forças Policiais (n=1), Colaborador de Instituição Pública (n=1) e Educador Social (n=1), atividades profissionais ilustradas pelo Gráfico 2.

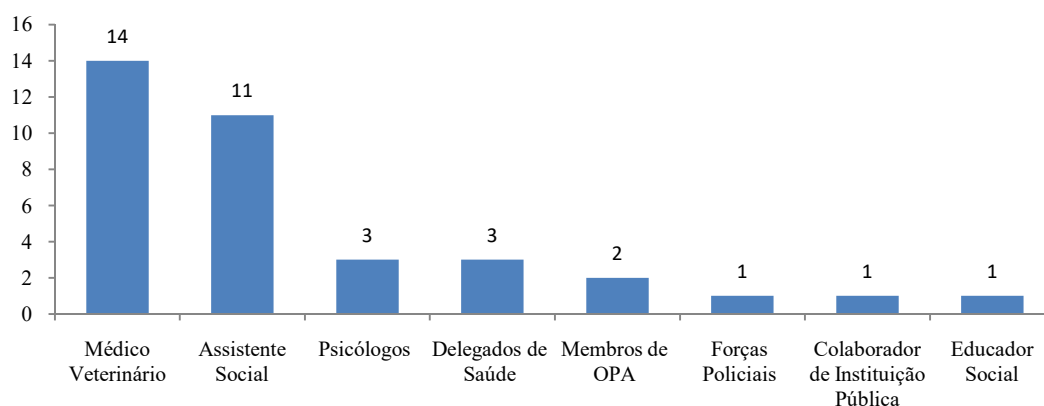


Gráfico 2: Distribuição dos Participantes por Profissão/Função

O Gráfico 3 indica que cerca de 80% (n=29) dos participantes presenciaram as situações de acumulação de animais relatadas, e os relatos daqueles que não presenciaram, são provenientes do acompanhamento destes casos, enquanto elementos das equipas de intervenção.

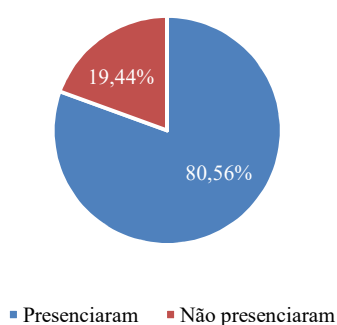


Gráfico 3: Percentagem de participantes que presenciaram

1. Caracterização da pessoa com experiência em acumulação de animais

A adoção deste formulário pretende caracterizar a PEAA. Para tal, aborda as características sociodemográficas, tal como o seu género, idade, estado civil, escolaridade, ocupação e fontes de rendimento.

Os participantes relatam mais casos de Mulheres (25) do que de Homens (11), não tendo existido identificação do género em 3 respostas (Gráfico 4).

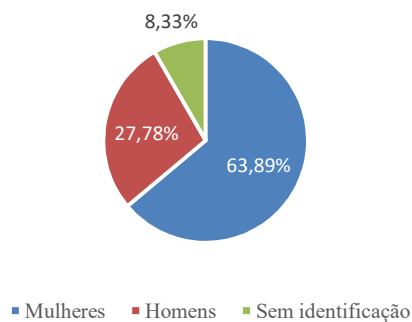


Gráfico 4: A PEAA por género

A idade média da PEAA encontrada é de 58,45 anos, sendo a idade mínima de 30 e a máxima de 79, havendo uma prevalência dos escalões etários mais elevados. Nas Mulheres, predominam as faixas etárias situadas entre os 50-54 e 60-64 anos, e nos Homens entre os 45-49 anos, sendo o intervalo de idades entre 75-79 anos preponderante em ambos os géneros (Tabela 8).

Tabela 8: Estrutura etária da PEAA (com segmentação por género)

<i>Faixa Etária</i>	Mulheres	Homens	Sem Identificação	Total
30-34	1	0	0	1
35-39	0	0	0	0
40-44	1	0	0	1
45-49	2	3	0	5
50-54	5	0	0	5
55-59	3	1	0	4
60-64	5	1	1	7
65-69	0	1	0	1
70-74	2	1	1	4
75-79	4	3	0	7
Total	23	10	2	35

Quanto ao estado civil da PEAA, metade dos participantes indica que são solteiras. Cerca de 20% das PEAA são viúvas, aproximadamente 14% divorciadas e o número de pessoas casadas ou com companheiro/a é significativamente menor (Gráfico 5).

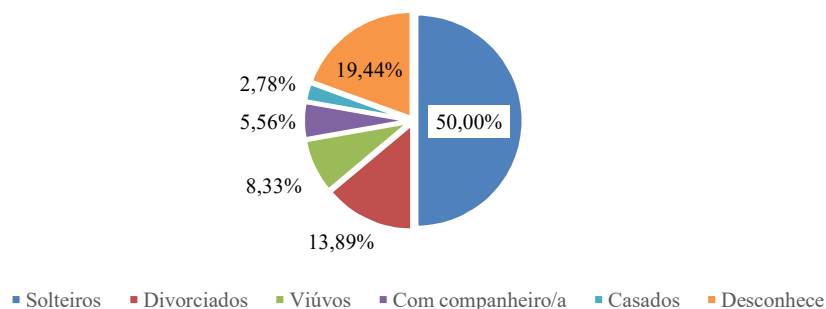


Gráfico 5: Estado Civil da PEAA

Quanto aos níveis de escolaridade das PEAA predomina a Licenciatura (n=8). As restantes possuem, pelo menos, a escolaridade obrigatória, sendo identificada, apenas, uma situação “sem estudos” (Tabela 9).

Tabela 9: Escolaridade da PEAA (com segmentação por género)

Nível de Escolaridade	Mulheres	Homens	Sem Identificação	Total
Licenciatura	4	3	1	8
Ensino Secundário	1	1	3	5
Ensino Básico (3.º Ciclo)	2	2	1	5
Ensino Básico (2.º Ciclo)	1	0	2	3
Sem escolaridade	1	0	0	1
Total	9	6	7	22

Quanto à ocupação da PEAA, embora existam pessoas ativas no mercado de trabalho (n=7, e.g. professora do ensino básico, técnico superior, empregada de mesa ou porteiro), há um maior número de indivíduos reformados (n=11), maioritariamente Homens. São em número inferior as que se encontram desempregadas ou de baixa médica (Tabela 10).

Tabela 10: Ocupação da PEAA (com segmentação por género)

Ocupação	Mulheres	Homens	Sem Identificação	Total
Reforma	3	7	1	11
Baixa Médica	0	0	1	1
Desemprego	3	1	1	5
Trabalho ativo	3	3	1	7
Total	9	11	4	24

Não foram evidentes as fontes de rendimento das PEAA, pelo que esta categoria não nos permite identificar resultados claros.

2. Caracterização do Fenômeno

A caracterização do fenômeno considera diversos aspetos, entre os quais se destacam: a hereditariedade, a negligência e a percepção/reconhecimento, o tipo de residência, as condições de habitabilidade (nível de desordem, condição dos aparelhos/utilitários, atividades prejudicadas, nível de insalubridade, cheiro e ruído, risco de incêndio e queda e extensão da acumulação), os métodos de aquisição dos animais, as origens, razões e fatores de risco ou circunstâncias em que ocorre a acumulação, a ocultação da presença de animais e a quantidade de animais que a PEAA consegue identificar pelo nome. Também são mencionadas as espécies acumuladas, bem como o seu número e condição vital.

Apenas um participante identificou a existência de um irmão que também acumula ou já acumulou animais, não existindo este indício na maioria (88%) das situações (Gráfico 6).

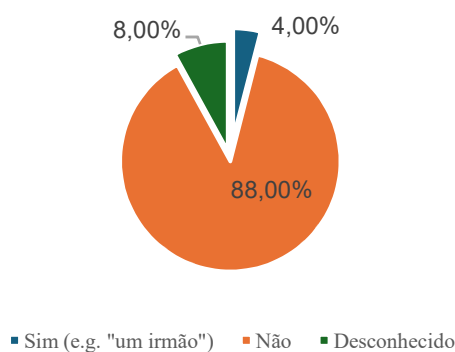


Gráfico 6: Existência de parente da PEAA que acumule ou tenha acumulado

O Gráfico 7 indica que a PEAA negligencia a sua higiene, aparência, bem como os cuidados com os animais, embora também possa descuidar a sua alimentação ou os cuidados gerais com os restantes elementos do agregado familiar, quando existentes.

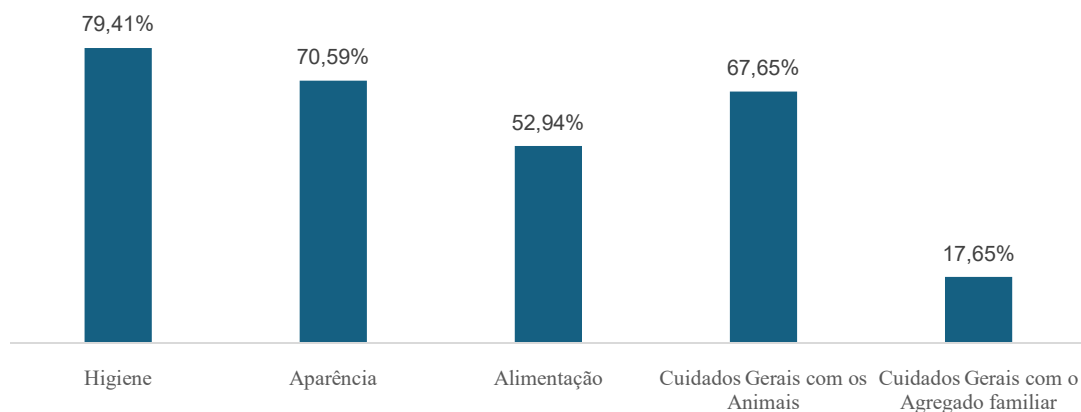


Gráfico 7: Negligência da PEAA

APEAA não reconhece a insalubridade da residência e a existência de um problema devido à acumulação em cerca de 70% dos casos, bem como, embora em menor percentagem, a condição de deterioração dos animais (Gráfico 8).

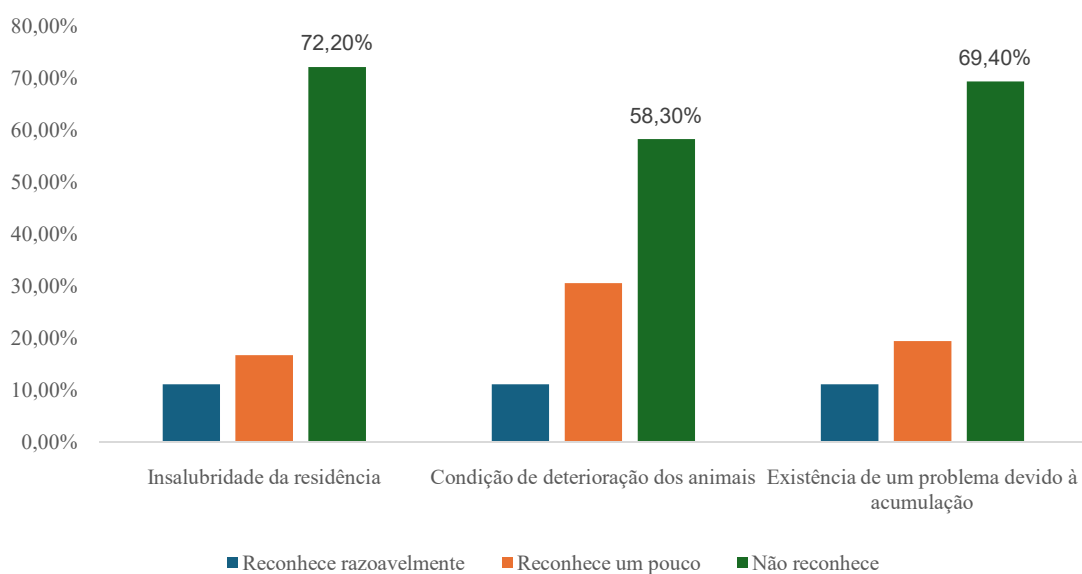


Gráfico 8: Percepção/reconhecimento da PEAA

De acordo com o Gráfico 9, os participantes referem que é mais habitual a PEAA residir num apartamento (cuja tipologia varia entre o T1 e o T4, sendo o T2 mais frequente) do que numa moradia, e apenas um dos participantes referiu “Anexo” como habitação.

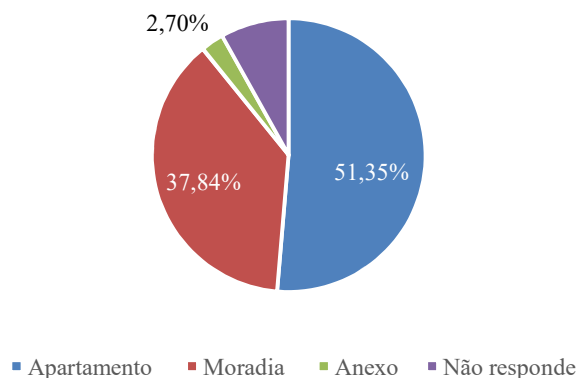


Gráfico 9: Tipo de Residência

As observações ilustradas pelo Gráfico 10 indicam um nível de desordem grave nas áreas centrais da residência da PEAA, nomeadamente na cozinha (80,6%), na sala de estar (71,4%), no quarto (61,1%), no corredor (58,8%) e na casa de banho (58,3%). Nem todas as habitações possuem escadas, arrecadação, sótão e/ou espaço exterior, o que poderá explicar a menor expressividade destes valores.

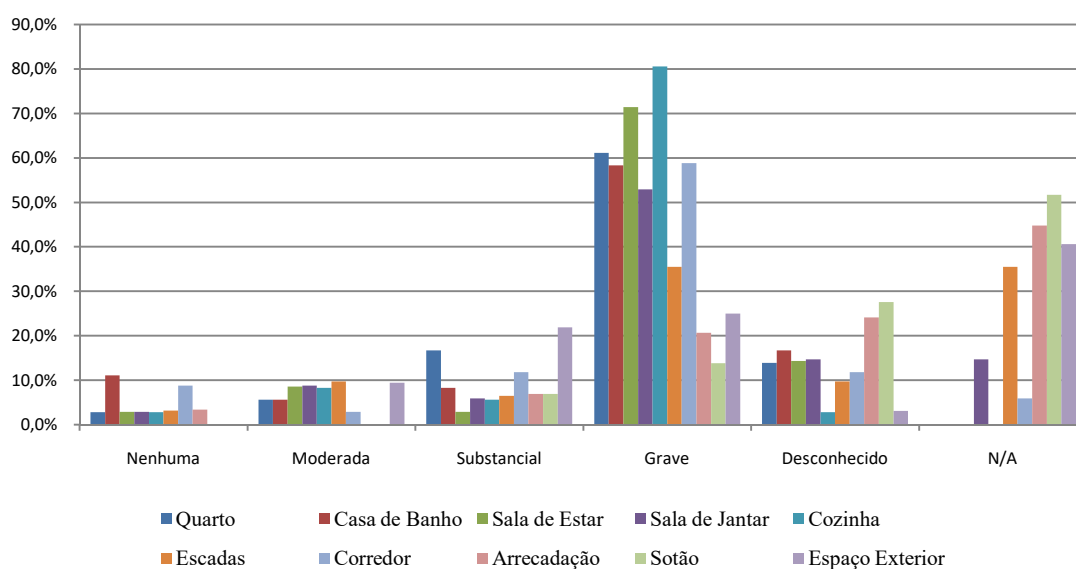


Gráfico 10: Grau de desordem observável na residência da PEAA

Nem todos os aparelhos/utilitários das habitações das PEAA se encontram em pleno funcionamento, em particular, o lava-louça, o lavatório ou a banheira/duche, não possuindo 40% das pessoas aquecimento (Gráfico 11).

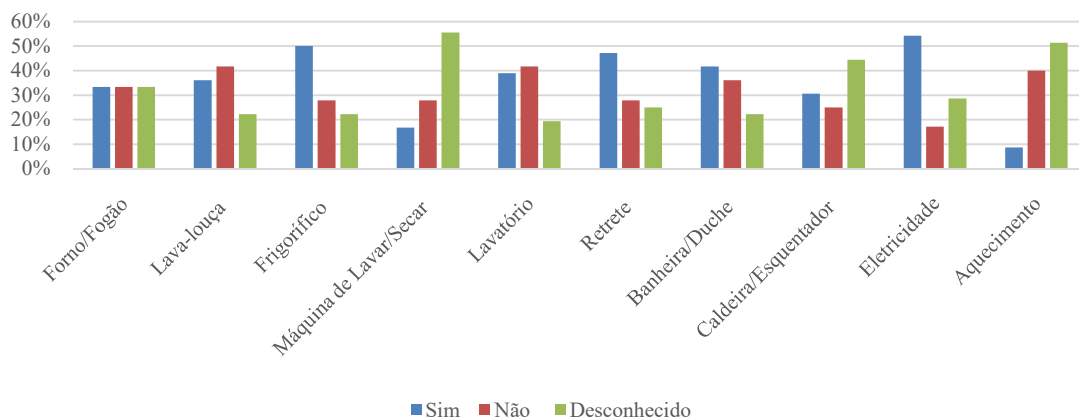


Gráfico 11: Condições de funcionamento dos aparelhos/utilitários das residências das PEAA

Existem atividades que são prejudicadas pela acumulação de animais, nomeadamente a manutenção da higiene básica (72,20%) ou da vida social (66,70%), bem como encontrar papéis/objetos importantes quando necessário ou sair de casa rapidamente, e que se manifesta particularmente na sala de estar, na sala de jantar, na cozinha ou no quarto (Gráfico 12).

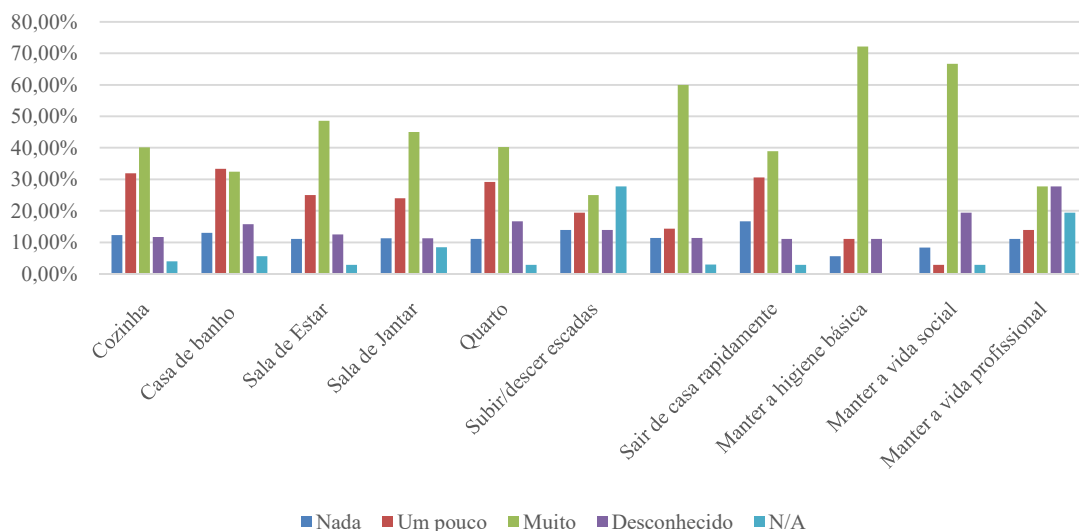


Gráfico 12: Atividades prejudicadas ou afetadas pela acumulação

Como ilustrado pelo Gráfico 13, as observações registadas revelam elevados níveis de insalubridade e cheiro nas habitações das PEAA.

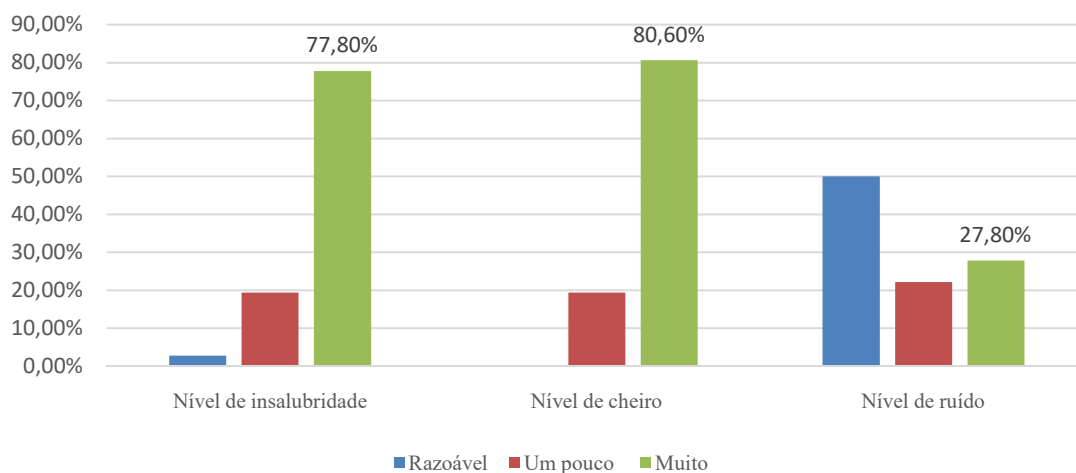


Gráfico 13: Nível de insalubridade da residência das PEAA, cheiro e ruído

Existe risco de queda (e.g. escorregar ou tropeçar e cair) em quase 60% das situações, rondando o risco da casa se incendiar ou outros riscos (que não foram identificados) perto de 50% dos relatos (Gráfico 14).

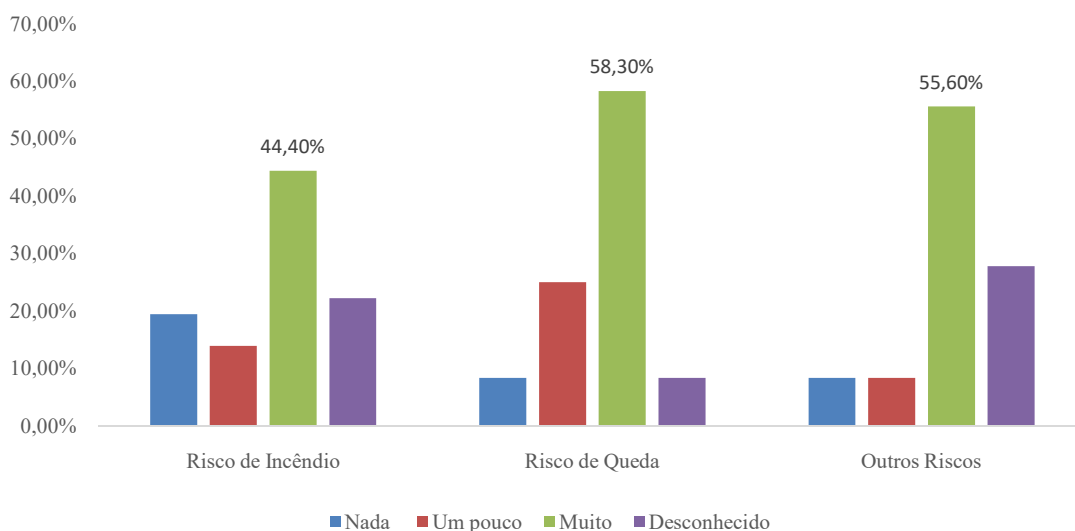


Gráfico 14: Risco de incêndio e queda

O Gráfico 15 indica que a extensão da acumulação é particularmente grave no caso da acumulação de animais (86,1%). A acumulação concomitante de roupa e de comida ou lixo alimentar existe em quase metade dos casos relatados.

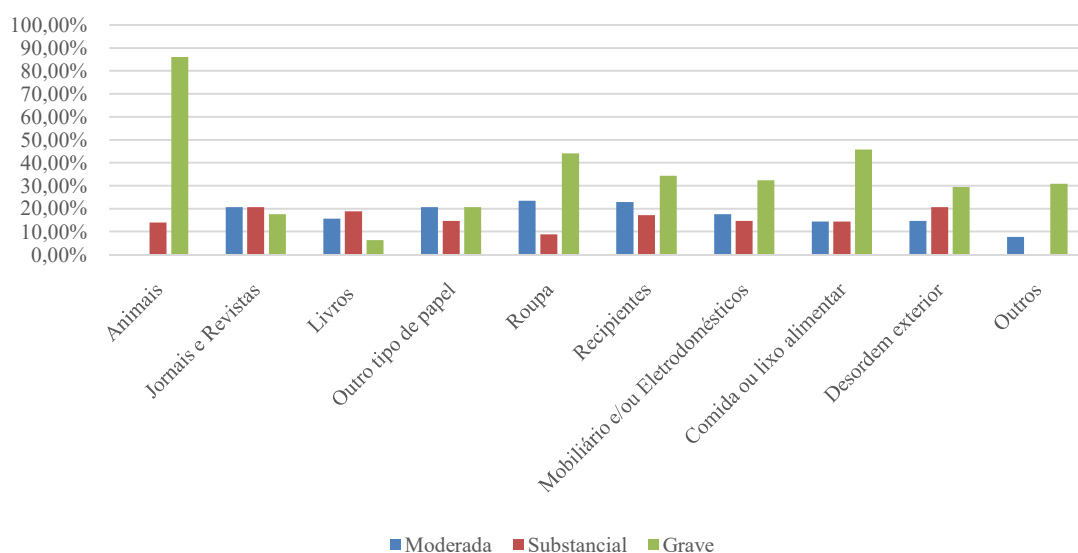


Gráfico 15: Extensão da acumulação

A criação accidental, a criação deliberada, outras pessoas trazerem animais e a obtenção ativa da PEAA através de anúncios ou resgates e por meio de compras ou adoções são métodos utilizados pela PEAA para aquisição dos animais. Embora, percentualmente, a “Criação accidental em casa da PEAA” seja a forma predominante, a semelhança encontrada entre as observações não permite classificar, com um mínimo de rigor, o grau de prevalência de cada um dos meios de aquisição a que recorre a PEAA (Gráfico 16).

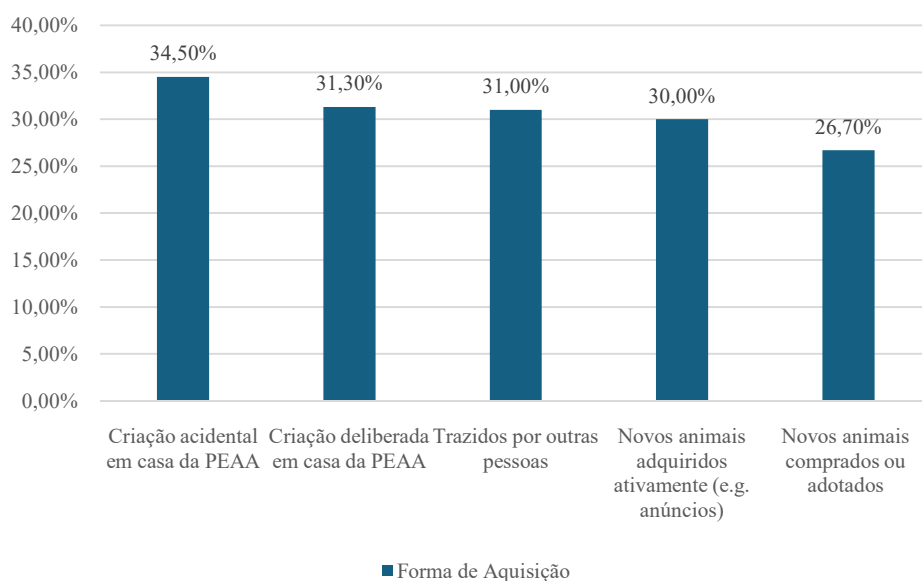


Gráfico 16: Classificação dos métodos mais comuns de aquisição dos animais pela PEAA

De acordo com o Gráfico 17, as formas mais habituais da PEAA se ver e/ou sentir em relação aos animais, referem-se à dependência emocional do animal e a este ser considerado um membro da família.

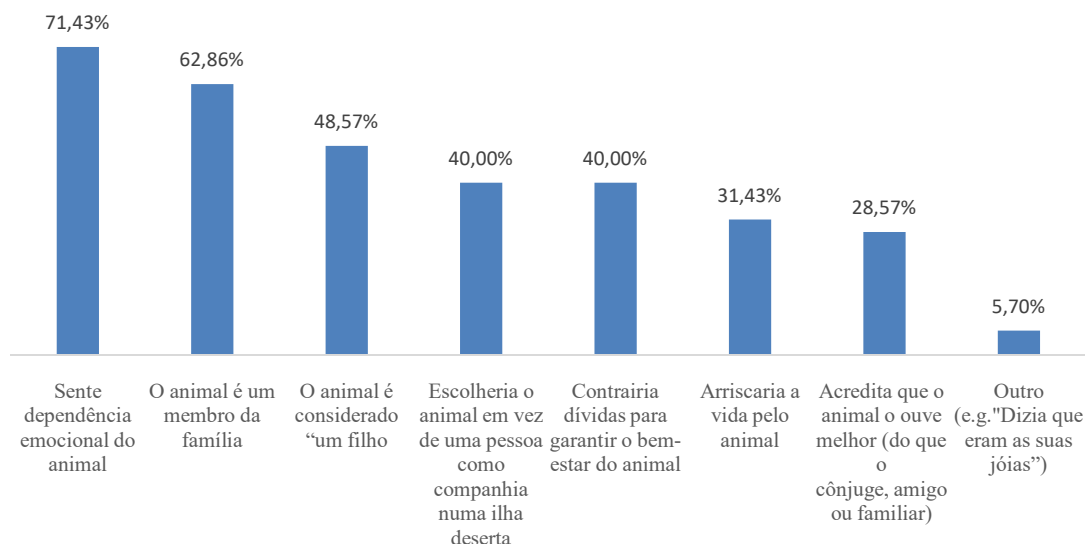


Gráfico 17: Forma como a PEAA vê os animais e/ou se sente em relação a eles

As razões mencionadas, mais frequentemente (acima dos 50%), pela PEAA para a detenção dos animais são “Para os salvar”, por “Amor aos animais” ou porque “Sente que é responsável por eles”. Os “Animais serem os seus únicos amigos ou companheiros” ou considerarem que “Nenhuma outra pessoa cuidará melhor deles” também assumem percentagens com significado (Gráfico 18).

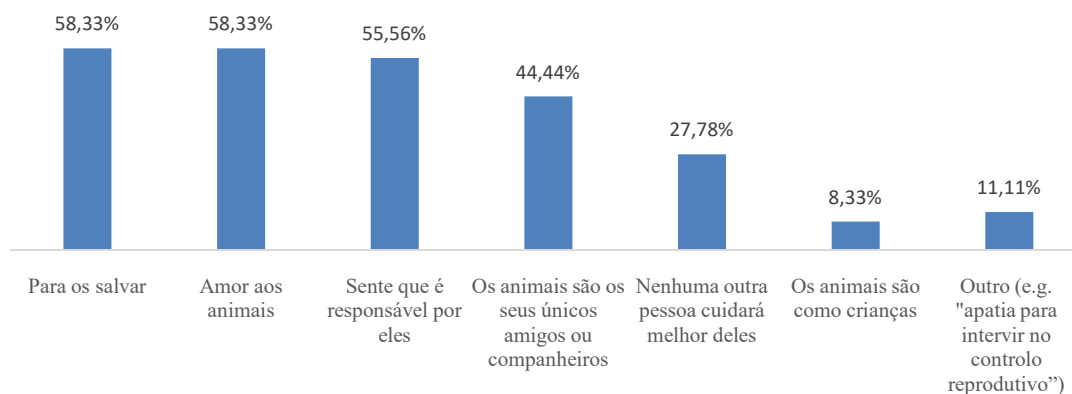


Gráfico 18: Razões mencionadas pela PEAA para a detenção dos animais

O Gráfico 19 indica que o diagnóstico de perturbação depressiva e/ou ansiosa do próprio e uma vida doméstica caótica são os fatores de risco ou circunstâncias que mais contribuem para a origem do processo de acumulação de animais. No entanto, a perda de relação adulta, o abuso, negligência e/ou trauma, a morte de pessoa significativa, uma grave crise de saúde, um quadro demencial, psicopatologia dos pais ou outros fatores (e.g. “ser uma pessoa sozinha”), também podem ter um contributo para o início deste fenómeno. Menos expressão, tem o apego negativo aos pais.

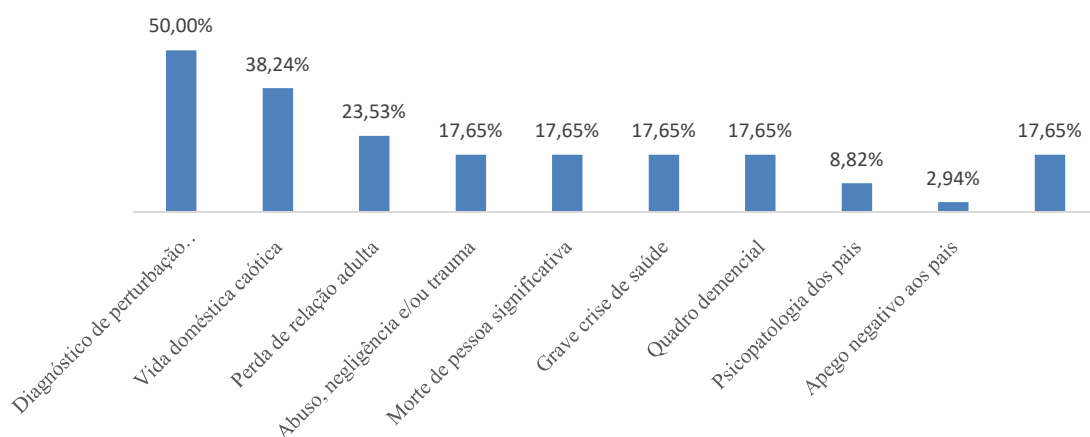


Gráfico 19: Fatores de risco ou circunstâncias que parecem estar na origem do processo de acumulação de animais

Cerca de 60% dos participantes refere que a PEAA consegue identificar o nome de todos ou da maioria dos animais (Gráfico 20).

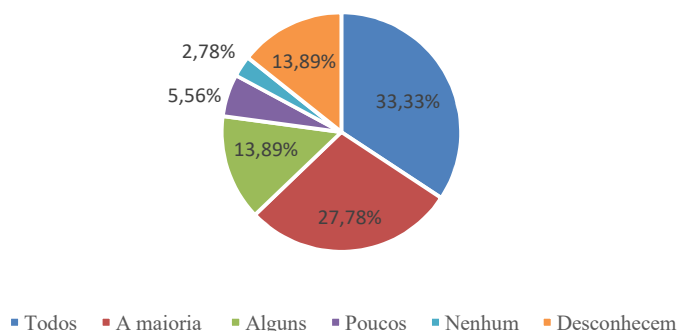


Gráfico 20: Quantidade de Animais que a PEAA consegue identificar pelo nome

Entre as espécies acumuladas estão cães, gatos, pássaros e porquinhos-da-índia, parte deles com menos de um ano, num total de 1011 animais, com um mínimo de 2 e um máximo de 230 animais por caso, uma média de 28,08% animais por situação. Destes, 56,78% (=574) são cães, 41,64% (=421) são gatos, 0,9% (=9) são pássaros e 0,7% (= 7) são porquinhos-da-índia. Prevalece a acumulação de uma espécie (n=21), embora seja frequente a acumulação de duas (n=12), sendo referido um caso de acumulação de três e outro de quatro espécies em simultâneo. Não obstante existirem duas situações com mais de 100 animais (cães e gatos), e ser expressivo o número de situações de detenção de 20-29 (n=8) e 10-19 (n=7) animais, prevalecem os casos (n=14) em que as PEAA detêm menos de 9 espécimes (Tabela 11).

Tabela 11: Número de casos de animais acumulados (por intervalos e com segmentação por espécie)

Número de animais	Cães	Gatos	Cães e Gatos	Pássaros	P. da Índia	Total
<i>1-9</i>	3	4	4	2	1	14
<i>10-19</i>	2	3	2	-	-	7
<i>20-29</i>	1	4	3	-	-	8
<i>30-39</i>	-	1	1	-	-	2
<i>40-49</i>	1	-	-	-	-	1
<i>50-59</i>	-	-	-	-	-	-
<i>60-69</i>	1	-	-	-	-	1
<i>70-79</i>	-	-	-	-	-	-
<i>80-89</i>	1	-	-	-	-	1
<i>90-99</i>	-	-	-	-	-	-
<i>100 ou mais</i>	-	-	2	-	-	2
Total	9	12	12	2	1	36

O Gráfico 21 refere que quase 40% dos animais acumulados se encontram em más condições (gravemente feridos, doentes ou em desnutrição extrema) e 20% em boas condições (com boa saúde), sendo estes, identificados também como casos de acumulação. Existem, igualmente, situações de animais em condições medianas (em más condições, sem o risco de morte) e ocorrências em que animais saudáveis convivem com animais doentes.

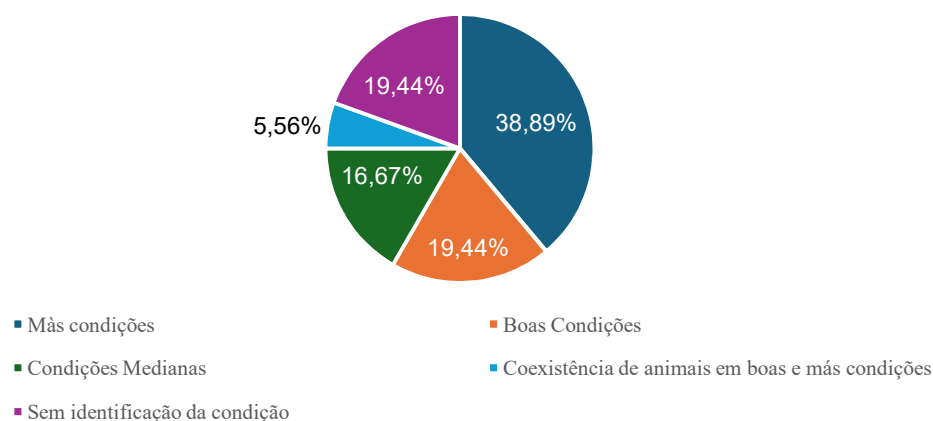


Gráfico 21: Condição vital dos animais acumulados

O Gráfico 22 indica que as PEAA tentam ocultar a presença de animais negando o acesso do investigador ou de outras pessoas à residência em quase 70% dos casos. O recurso a cortinas fechadas, escurecidas, etc., para tapar as janelas, a cercas sólidas ou outras barreiras externas semelhantes, detritos externos que bloqueiam a visão ou o acesso ou vegetação em excesso (arbustos, árvores, sebes, etc.) é menos frequente.

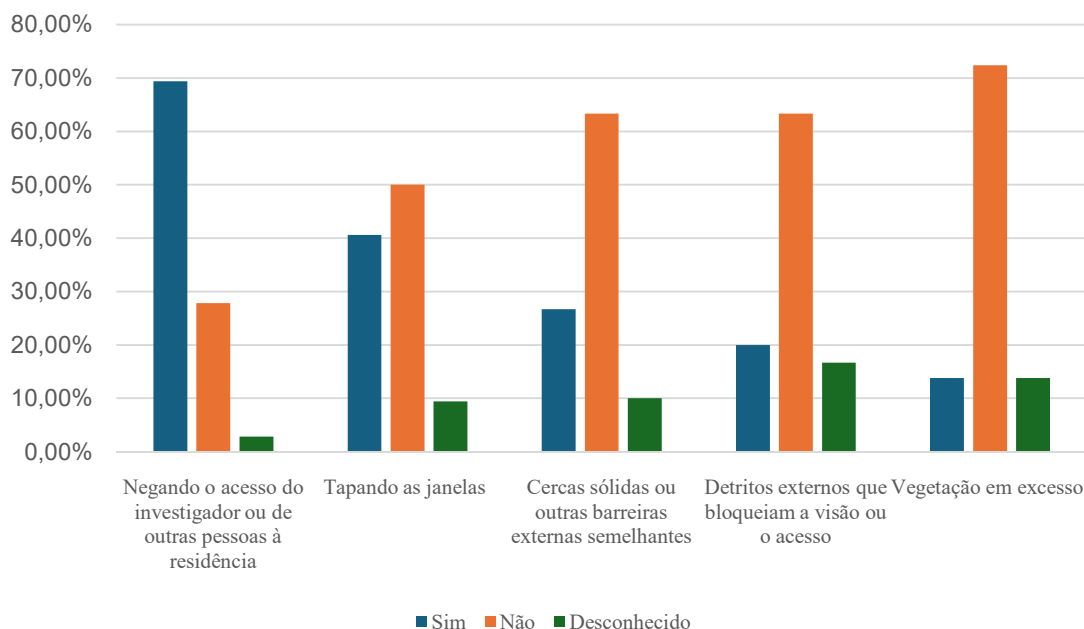


Gráfico 22: Ocultação da Presença de Animais pela PEAA

3. Intervenção

A Intervenção aborda a forma como a situação de acumulação de animais chegou ao conhecimento dos participantes, o tempo de investigação ou acompanhamento, as organizações ou serviços envolvidos, o tipo de ação de intervenção, a coordenação entre entidades, a entidade responsável pela intervenção, as barreiras encontradas, a resolução dos processos de intervenção, a reincidência e a cobertura mediática.

As situações de acumulação de animais chegam, habitualmente, ao conhecimento dos participantes, através do Proprietário/inquilino ou vizinho e dos Serviços Sociais, embora também possam dever-se a Denúncia Anónima, a Outros (e.g. Autoridade Judiciária, serviços do Município), aos Bombeiros ou Polícia ou à Pessoa que visitou a casa em serviço. Menos frequente é derivar do MVM ou de um Amigo ou conhecido da PEAA. Destaca-se o facto de o alerta poder despoletar-se através de múltiplas entidades (Gráfico 23).

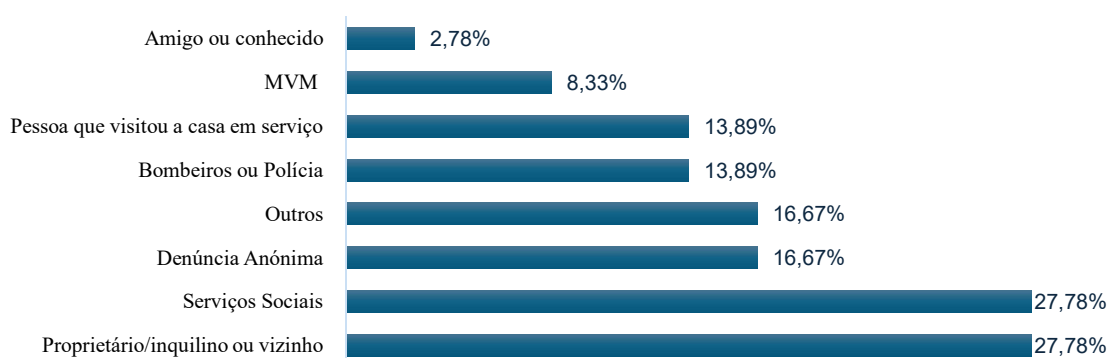


Gráfico 23: Forma como a situação de acumulação de animais chegou ao conhecimento dos participantes

O Gráfico 24 indica que 25% (n=9) dos participantes referem que as situações de acumulação de animais são investigadas e/ou acompanhadas “entre 1-3 anos”, 22,22% (n=8) “há mais de 5 anos”, 16,67% (n=6) “entre 4-5 anos” e 16,67% (n=6) “há menos de 1 ano”.

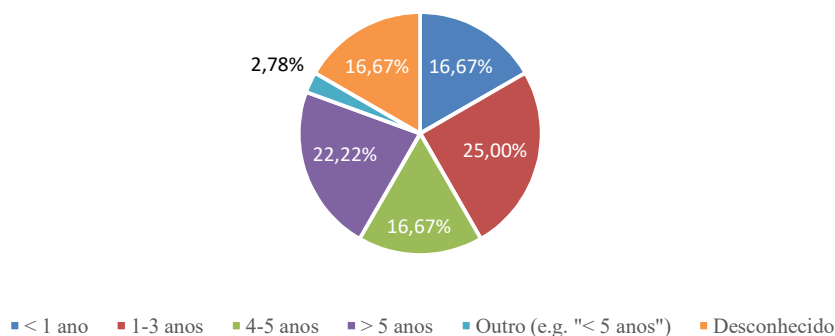


Gráfico 24: Tempo de investigação e/ou acompanhamento dos casos de acumulação de animais

O Gráfico 25 indica que as organizações ou serviços mais envolvidos na investigação e/ou no acompanhamento das situações de acumulação de animais são os Serviços Sociais, o MVM e as Forças Policiais. Têm, embora em menor grau, intervenção, Organizações de “Bem-estar/proteção animal, Serviços de Saúde Mental, o Tribunal, os Bombeiros ou “Outros” serviços (e.g. Delegado de Saúde/Saúde Pública, Centro de Saúde, Ministério Público e Vigilante da Natureza). Apenas um dos participantes referiu um Serviço de “Bem-estar/proteção de crianças”.

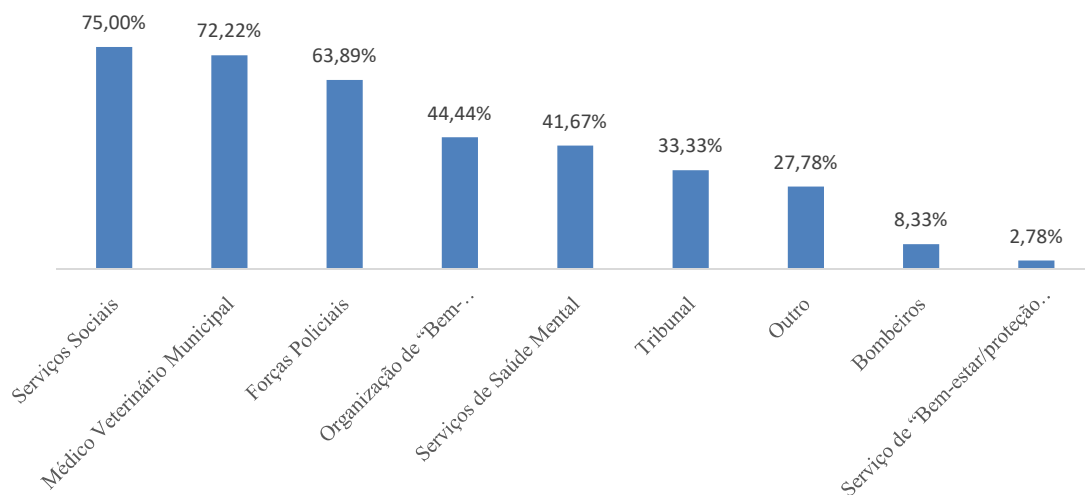


Gráfico 25: Organizações ou Serviços envolvidos na investigação/acompanhamento das situações de acumulação de animais

As ações na emergência (quando o nível de deterioração já é extremo) são as mais frequentes, embora possam existir, em menor proporção, ações de acompanhamento ou monitorização (em que a situação já se encontra em vias de resolução), sendo menos habituais as ações de prevenção (Gráfico 26).

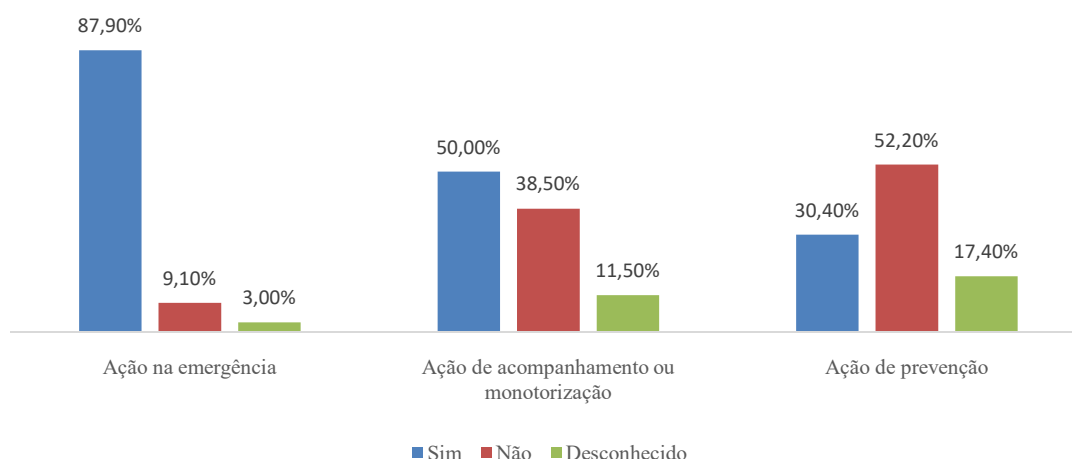


Gráfico 26: Tipo de ação de intervenção

Houve coordenação em cerca de 70% das intervenções relatadas e, num desses casos, existiu articulação entre os serviços e a família da utente (Gráfico 27).

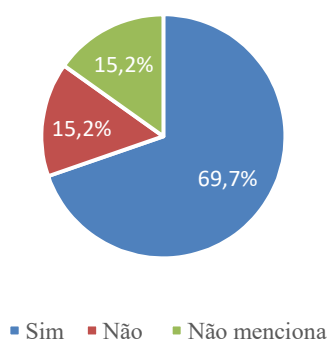


Gráfico 27: Coordenação entre as entidades

Os participantes referem que as entidades responsáveis pela intervenção de situações de acumulação de animais são o MVM, os Serviços Sociais e o Delegado de Saúde. Uma menor proporção de participantes indica “não existir uma entidade responsável” ou serem “todas responsáveis na sua área de intervenção”, embora cerca de 60% dos participantes não se tenha pronunciado (Gráfico 28).

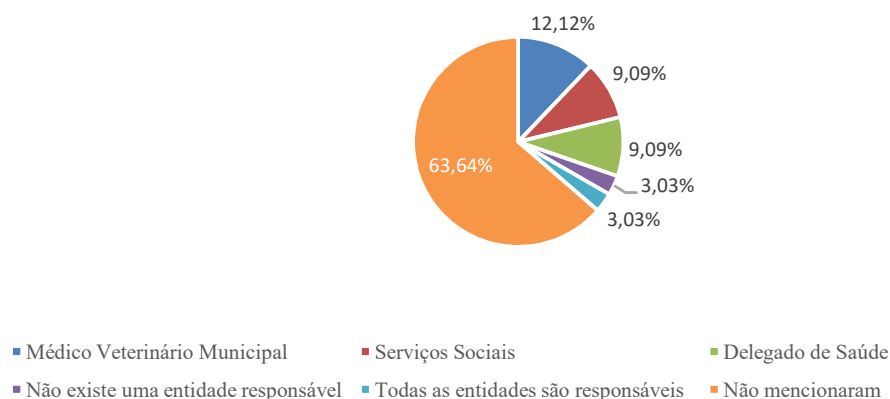


Gráfico 28: Entidade responsável pela intervenção

O Gráfico 29 indica que os maiores entraves à intervenção estão relacionados com o seu funcionamento (e.g. em grande parte com a “morosidade” do processo em si, dos Tribunais e do Delegado de Saúde, com a “falta de uma equipa multidisciplinar”, a “dificuldade de articulação dos serviços”, a “dificuldade no encaminhamento da pessoa”, a “falta de profissionais de saúde humana”, a “falta de colaboração do médico de família por falta de reconhecimento de patologia”, a “burocracia”, a “dificuldade na deteção de PEAA” ou o “desinteresse municipal”), embora também possam derivar da PEAA (e.g. em particular, face à “resistência à intervenção” e, também, ao “não reconhecimento do problema pela PEAA e/ou pelo seu agregado familiar” ou à “ocultação do problema”) ou de questões legais (e.g. fundamentalmente na “dificuldade de acesso à habitação”, em “barreiras legais” ou no “desconhecimento da legislação”). Embora 4 participantes tivessem indicado “não existirem barreiras”, é detetado ainda o constrangimento derivado da remoção dos animais (e.g. “falta de capacidade de alojamento”, “inexistência de CRO na área de residência da PEAA” ou “sobrelotação do CRO”).

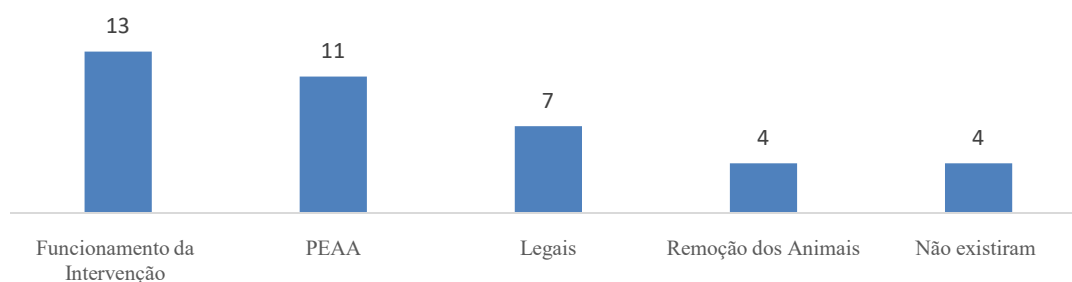


Gráfico 29: Barreiras à Intervenção

A resolução da intervenção culminou, com mais frequência, na “retirada de animais” (mais vezes de “alguns” do que “de todos”), no “encaminhada da PEAA para acompanhamento psicológico” e na “concordância da PEAA na sua monitorização contínua”. Das 33 participantes, 5 referem que “foi determinado que a PEAA seria submetida a avaliação psiquiátrica”. Menos habitual, é a “institucionalização da PEAA ou a sua colocação sob cuidados de proteção”, “a proibição da posse de animais por um período temporal” ou a sua “condenação em multa ou pena de prisão” (Gráfico 30).

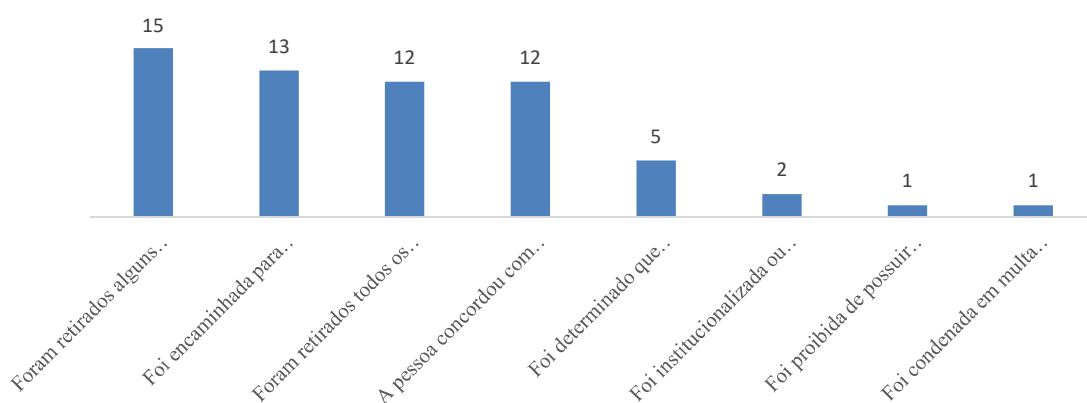


Gráfico30: Resolução da Intervenção

O Gráfico 31 indica que a PEAA voltou a acumular animais após intervenção mais vezes do que aquelas em que não reincidiu. Uma parte significativa dos participantes (quase 40%) desconhece se tal voltou a ocorrer.

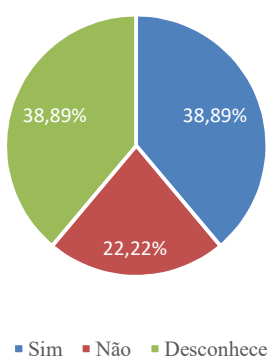


Gráfico 31: Reincidência após Intervenção

Após ter sido solicitado um breve resumo do ponto de situação do caso e dos animais, incluindo a interação com o sistema de saúde mental, são referidos a remoção dos animais e os processos judiciais. No entanto, não existe um único caso em que a pessoa tenha sido alvo de intervenção ou acompanhamento psicológico (Gráfico 32).

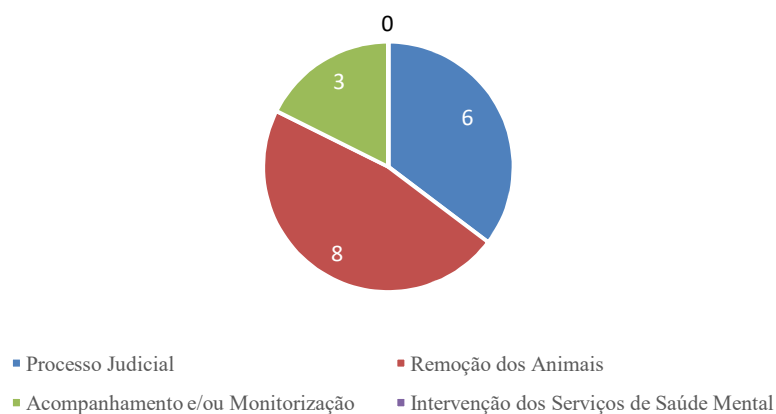


Gráfico 32: Breve resumo da Intervenção

Existiu cobertura mediática em, apenas, cerca de 17% das situações de acumulação de animais (Gráfico 33).

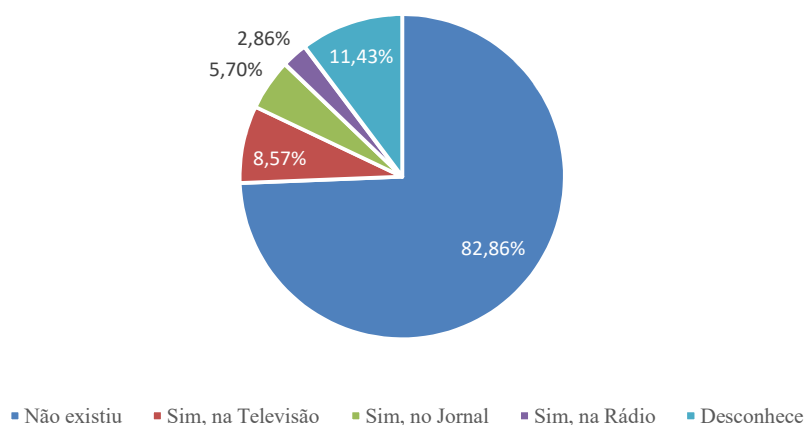


Gráfico 33: Cobertura Mediática dos casos de acumulação de animais

Discussão dos Resultados

O capítulo da discussão de resultados está dividido em duas grandes partes, que correspondem aos objetivos da investigação e que consistem na caracterização do fenómeno e da intervenção em situações de acumulação de animais. Desdobra-se, depois, em quatro temas, que correspondem às quatro questões de investigação e que se referem, respetivamente, às características da acumulação, às características dos animais, ao processo e entidades intervenientes e à componente psicológica. Por fim, são identificados subtemas, como forma de facilitar a leitura. Os resultados derivam do confronto da análise das entrevistas (que respondem mais a questões relacionadas com a intervenção) e do formulário de registo de caso (mais direcionado à caracterização do fenómeno) com a literatura. Daqui em diante, designamos apenas por entrevistados as pessoas que responderam às entrevistas e por participantes (ou restantes participantes) as pessoas que preencheram o formulário.

1. Características da acumulação

Relativamente à primeira questão de investigação “Que características estão presentes nas situações de acumulação de animais e na pessoa com experiência em acumulação de animais em Portugal?”, os resultados obtidos na presente pesquisa, estão em linha com o que é referido pela literatura científica, em relação aos temas e subtemas investigados, indicando que a acumulação de animais, conforme refere Arluke *et al.* (2017), é um fenómeno de elevada complexidade e universal, que se caracteriza e manifesta de forma semelhante em várias culturas e países, tais como os E.U.A, Alemanha, Espanha ou Portugal.

Características do fenómeno

A definição da acumulação de animais indicada pelos entrevistados também vai ao encontro do que é referido na literatura por Nadal *et al.* (2022), Arnold *et al.* (2018), Arluke *et al.* (2017) ou Patronek (1999), sendo caracterizada pela manutenção de um grande número de animais em condições inadequadas, que parece relacionar-se mais com a incapacidade de lhes prestar cuidados adequados face à falta reiterada de condições materiais, do que com um número excessivo de animais. Apenas um dos entrevistados considera que a acumulação de animais ocorre assim que é ultrapassado o limite legal de animais, denunciando alguma

confusão quanto ao conceito de “acumulação” que se pretende aprofundar e que está mais relacionado com a sua vertente patológica.

Esta problemática também é descrita de forma similar, pelo menos, desde 1875. O relato de um dos entrevistados - “havia gatos a voar por todo o lado” - traz à memória a casa de Rosalia Goodman - “os gatos são perceptíveis por todos os lados”, e não deixa dúvidas de que, conforme refere Arluke *et al.* (2017), este fenómeno não é recente e que tem como pano de fundo o mesmo cenário de excesso de animais e falta de condições.

Nadal *et al.* (2022) refere que as pessoas com experiência em acumulação de animais (PEAA) residem, tendencialmente, em habitações unifamiliares, embora também possam residir em apartamentos ou outro tipo de residências. Ora, embora a diferença não seja grande (cerca de 50%-40%), os participantes relatam mais situações ocorridas em apartamentos (na sua maioria, T2 e T1) do que em moradias. Tal pode dever-se ao tamanho da amostra e ao facto de esta se encontrar predominantemente situada em grandes zonas urbanas, onde o número de residências plurifamiliares é maior, o que nestes casos, faz agravar as questões relativas à saúde pública devido à proximidade e partilha de espaços comuns. Significa, ainda, que eventuais tentativas de ocultação dos animais que, nos casos relatos, são feitas através da recusa do acesso do investigador ou de outras pessoas à residência ou por meio da utilização de cortinas fechadas ou que impedem a visão para o interior, conforme indicado por Nathanson (2009), ficam mais dificultadas.

Tal como é referido pela literatura por Nadal *et al.* (2022), Arluke *et al.* (2002), entre outros, também em Portugal, predomina uma desordem acentuada e se inviabilizam áreas centrais das habitações, tais como a cozinha, a sala de estar, o quarto, a casa de banho e o corredor, com degradação ou inutilização de aparelhos/utilitários (e.g. eletricidade, frigorífico ou duche) e elevado risco de incêndio e queda. Desta forma, é inevitável não prejudicar a manutenção da higiene básica e o funcionamento diário do indivíduo, em tarefas básicas tais como encontrar um documento/objeto ou ter que sair de casa depressa, pelo que a acumulação de animais, conforme referem Guerra *et al.* (2020), assume uma gravidade acentuada quando comparada com a acumulação de objetos.

A acumulação de animais pode significar, de acordo com Patronek *et al.* (2006), que estamos perante um problema ou pode derivar de uma patologia, e esta distinção, de acordo com metade dos entrevistados, não é fácil de realizar. Tal como acontece com as pesquisas científicas, também os entrevistados parecem apoiar-se mais em conceitos que convergem

com os critérios de Patronek (1999) do que com manuais de diagnóstico, existindo, também, uma maior associação à vertente compulsiva deste distúrbio, em linha com Arluke *et al.* (2017), Nathanson (2009) ou Patronek *et al.* (2006) e, em menor grau, a comportamentos de adição, também referidos por Nathanson (2009).

A origem do comportamento de acumulação pode resultar, para os entrevistados, da perda de pessoa significativa ou de relação adulta (e.g. “e, a filha... que estava grávida, morreu com uma bala perdida. E o senhor, depois disto, desestabilizou de tal maneira que se divorciou e começou a acumular lixo e animais”), ou de patologia psiquiátrica, tal como a depressão, acrescentando os participantes, a vida doméstica caótica, como mais um fator de risco ao início da acumulação, circunstâncias indicadas por Frost *et al.* (2010) e Patronek *et al.* (2006).

Também em Portugal, segundo os entrevistados, as PEAA podem ser “nómadas”, mudando, nalguns casos, de município em município como forma de manter um número elevado de animais, conforme é referido por Guerra *et al.* (2020). A mudança de local não altera o comportamento de acumulação que, de acordo com Patronek *et al.* (2006), ao manter o problema, torna ineficaz a intervenção.

Há estudos como o de Frost *et al.* (2011) que indicam que fatores genéticos contribuem para o comportamento de acumulação, fazendo aumentar a prevalência entre parentes em primeiro grau, contudo, não dizem especificamente respeito à acumulação de animais, razão da existência desta questão. Nesta pesquisa, 90% dos participantes refere não existir esta ligação, sendo relatado, apenas, um caso de um irmão que também acumula.

À semelhança do que Frost *et al.* (2015) e Patronek *et al.* (2006) têm vindo a afirmar, as PEAA também podem ser membros de associações de proteção animal, criadores de animais, cuidadores de colónias de gatos e famílias de acolhimento temporário, encapotando, de alguma forma, este fenómeno.

Os resultados do formulário indicam que 1/5 dos casos relatados pelos participantes foram alvo de cobertura mediática. Ficou claro que este não é um fenómeno recente, conforme referem Arluke *et al.* (2017), no entanto, é um comportamento de que se ouve falar mais, em particular, devido à crescente sensibilização e à facilidade da denúncia, conforme refere um dos entrevistados.

Registo de dados

Os entrevistados indicam que os números de PEAA e animais acumulados não são registados na maioria dos municípios, pelo que não existem dados sobre a prevalência deste fenómeno em Portugal. De acordo com Arluke *et al.* (2017) e Patronek (2006, 1999), esta falta de registo é habitual noutros países, fazendo com que estes dados se situem muito aquém do real.

No total das entrevistas e respostas ao formulário foram relatados 61 casos de acumulação de animais em Portugal, que abrangem, pelo menos, 61 pessoas e 1612 animais. Verificam-se situações com um mínimo de 2 e um máximo de 230 animais o que, em média, são cerca de 27 animais por caso, havendo autores como Arluke *et al.* (2017) que referem que esta média pode ser de cerca de 50 animais. No entanto, em Portugal, é mais frequente a ocorrência de menos de dez animais. O relato deste número significativo de pessoas e animais comprova, à semelhança do que refere Nadal *et al.* (2022), a atualidade desta problemática.

Características das pessoas com experiência em acumulação de animais

Quanto às características das PEAA portuguesas, de acordo com os entrevistados e restantes participantes, são semelhantes às dos restantes países. Em linha com Nadal *et al.* (2022), as PEAA são, predominantemente, mais mulheres do que homens, de meia-idade (acima dos 50 anos), solteiras, embora também existam casos de pessoas mais jovens, divorciadas e viúvas. Tal como referem Arluke *et al.* (2017) e Arluke (2001), os níveis de escolaridade são variados, embora os entrevistados e os restantes participantes reforcem a sua formação académica (e.g. médicos, docentes, pessoas com funções políticas), e identifiquem poucos casos de falta de escolaridade. Há um maior número de PEAA reformadas, embora existam pessoas com trabalhos ativos e indivíduos desempregados, como também indicam Nadal *et al.* (2022) e Arluke (2001). Quanto à condição financeira também há uma variedade de situações, também mencionadas por Arluke (2001). Embora não tenhamos conseguido obter estes dados através do formulário, os entrevistados referem que, não obstante existirem pessoas com poucos recursos, a generalidade tem alguma capacidade económica, que acaba por se perder face aos gastos elevados com os animais.

Percepção do problema

A percepção das PEAA sobre o problema e a condição dos animais, assim como os dados relativos à negligência, insalubridade, apego e isolamento vão, igualmente, ao encontro daquilo que tem vindo a ser estudado.

As PEAA são descritas pelos entrevistados e participantes como pessoas com uma percepção reduzida (negação ou falta de reconhecimento) quanto ao comportamento de acumulação, conforme indicam Nadal *et al.* (2022). São, também, pessoas que, tal como refere Arluke (2001), negligenciam a sua higiene e aparência, bem como os cuidados com os animais. E se Frost *et al.* (2015), encontraram uma insalubridade extrema em mais de 70% dos casos estudados, os participantes indicam cerca de 78%, com elevados níveis de cheiro (e menores níveis de ruído), reforçando o alarme de que esta é uma grave questão de saúde pública (Guerra *et al.*, 2020). Os casos podem ser tão graves, que numa das situações relatadas, apenas um cão e um gato eram suficientes para criar constantes focos de insalubridade.

Quanto ao afeto que as PEAA têm aos animais, os resultados indicam, à semelhança do que refere Patronek e Nathanson (2009), a existência de um apego compensatório aos animais, referindo os participantes, que mais de metade das PEAA (60%) conseguem identificar todos ou a maioria dos seus animais pelo nome, tema também abordado por Patronek (1999). São, igualmente, descritas pelos entrevistados como pessoas isoladas, que adotaram uma forma de viver que pode ser de solidão, conforme também observa Nadal *et al.* (2022).

As maiores motivações das PEAA para a detenção dos animais, entre as indicadas por Nathanson (2009) são, de acordo com os participantes, a “dependência emocional do animal” e a consideração deste como “membro da família”, referindo que o fazem, predominantemente, para “para os salvar”, “por amor a eles” ou porque “sentem que são responsáveis pelos mesmos”.

Reincidência

Quanto à reincidência, embora a literatura e os entrevistados apontem para a repetição do comportamento de acumulação em quase 100% dos casos, de acordo com o indicado por Guerra *et al.* (2020), os participantes indicam que tal ocorre em cerca de 40% das situações,

números que podem estar muito subestimados uma vez que a cerca de 40% dos participantes afirma desconhecer e a maioria das situações não são acompanhadas ao longo do tempo.

2. Características dos animais

No que respeita à segunda questão de investigação intitulada por “Quais as espécies envolvidas, formas de aquisição e condição dos animais acumulados e/ou resgatados em Portugal?”, os resultados encontrados estão em consonância com a literatura. As espécies mais acumuladas são cães e gatos e a sua aquisição é feita de forma ativa e/ou passiva sendo, habitualmente, encontrados com condições de vida miseráveis, alguns em sofrimento extremo. Também existem relatos de animais em boas condições, o que sugere, mais uma vez, alguma confusão conceptual.

Identificação das espécies

As espécies acumuladas são, para os entrevistados e restantes participantes, na sua maioria, cães e gatos, apesar de poderem ser acumuladas outras espécies, tais como aves, porquinhos-da-índia ou cavalos, sendo a espécie mais acumulada os gatos, conforme descrevem Arluke *et al.* (2017). Patronek (1999), tal como os resultados globais encontrados, indicam que há uma maior prevalência de acumulação de, apenas, uma espécie, embora também possam ser acumuladas duas ou mais espécies em simultâneo.

Formas de aquisição dos animais

Quanto às formas de aquisição e, tal como referem Nadal *et al.* (2022), Arluke *et al.* (2017) e Patronek (1999), tanto podem ser ativas (e.g. reprodução intencional, resgate ou através de anúncios do OLX ou outros) como passivas (e.g. reprodução accidental ou trazidos pelo público). A reprodução accidental (uma vez que a esterilização é pouco frequente) é eleita como a forma mais habitual, embora a reprodução deliberada e a recolha da rua também tenham obtido classificações quase iguais.

Condição vital dos animais

Tal como nas pesquisas realizadas por Nadal *et al.* (2022) e D’Ângelo *et al.* (2020) que revelam as condições miseráveis em que os animais são encontrados, uma vez que as

condições de vida e bem-estar se degradam à medida que o seu número aumenta e os recursos diminuem, também a presente investigação aponta neste sentido.

De acordo com os resultados apurados, os animais encontram-se subnutridos, desidratados, doentes e feridos, por vezes, em “sofrimento extremo”. As disputas pelo espaço e alimento gerem níveis elevados de stress, e podem viver trancados em quartos ou em espaços exíguos, sem condições de higiene e eventualmente sem luz, alimentando-se e dormindo sobre a própria urina e fezes (e.g. “...ela tinha uma série de gatos numa casa de banho que...tinha... [uns 20 centímetros] de lixo...Ela conseguia abrir um bocadinho da porta e atirava [comida] lá para o meio...e viviam lá uma série de gatos às escuras...os animais tinham uma série de problemas de pele, de visão, de tudo...”; “uma caixa de areia para 20 gatos”). Não são passeados, pelo que o exercício físico não é assegurado, o que potencia atrofia muscular, revelando inúmeros problemas comportamentais devido ao medo de pessoas e de outros animais, pelo que não se encontram socializados, sendo elevados os níveis de consanguinidade. O acesso a cuidados médico-veterinários parece escasso, sendo mencionadas doenças infecto-contagiosas, parasitárias e outras, que são um risco para os outros animais (“quando um está doente estão todos”) e para a saúde pública. Os animais apresentam, assim, doenças e lesões diversas, incluindo intolerância à luz, num ambiente propício à mutilação (e.g. “a cauda ou uma pata arrancada mas que ainda estão vivos”), à automutilação e até ao canibalismo, sendo indicadas, também, situações em que existem cadáveres.

São, também, identificados casos de animais em boas condições o que revela, novamente, alguma dificuldade na definição do conceito de acumulação.

3. Processo de Intervenção e Entidades Intervenientes

No que respeita à terceira questão de investigação “Como se processa a intervenção em Portugal?” os resultados indicam que a intervenção decorre de uma forma semelhante à relatada pela literatura. Em Portugal, não existem meios de deteção de risco e prevenção, sendo colocadas barreiras à intervenção tais como a falta de conhecimento nesta área, a falta de planeamento ou a ausência de coordenação dos serviços. Este é um processo longo, podendo ser superior a cinco anos, e a intervenção, maioritariamente legal, culmina com a remoção dos animais, um procedimento não acompanhado e/ou monitorizado posteriormente e que parece ineficaz.

Meios de detecção de risco e prevenção

Vargas-Moniz *et al.* (2021), Guerra *et al.* (2020), Nathanson (2009) e Patronek *et al.* (2006), entre outros autores, referem meios de detecção de risco e prevenção de situações de acumulação de animais que têm vindo a ser postos em prática nalguns países (e.g. programas de educação, sensibilização e/ou treino, sistemas de detecção de casos, ferramentas de avaliação de risco, políticas públicas específicas para a acumulação de animais ou ações de monitorização contínua). Tanto os entrevistados como os restantes participantes referem que, em Portugal, não existem formas de detetar o risco, nem mecanismos que permitam uma intervenção precoce destes casos e, como tal, as ações de intervenção ocorrem, maioritariamente, na emergência, quando o nível de deterioração está demasiado avançado. Guerra *et al.* (2020) enfatizam a necessidade das comunidades estarem familiarizadas com os fatores de risco e sinais de alerta, que os entrevistados identificam como a resistência à adoção dos animais e, entre outras, a falta de eletricidade e água nas residências.

Barreiras ou constrangimentos à intervenção

À semelhança do que é referido por Nathanson (2009), Patronek *et al.* (2006), Guerra *et al.* (2020) e Patronek (1999), os resultados indicam que a intervenção tem sido dificultada pela falta de conhecimento nesta área (incluindo o desconhecimento da patologia), pela falta de planeamento (de planos e estratégias de intervenção), pela ausência de coordenação dos serviços e pela existência de crenças distorcidas (e.g. a remoção dos animais resolve o problema; visto como um “estilo de vida”). São, igualmente, entraves a falta de uma abordagem interdisciplinar, a formação e capacitação dos profissionais, limitações legais (e.g. morosidade dos processos, entrada em propriedade privada/recusa da PEAA e falta de clareza de conceitos jurídicos tais como “maus tratos” ou “negligência”), bem como as questões relacionadas com a recolha dos animais (e.g. sobrelotação dos abrigos de animais e CRO; inexistência de CRO na área de residência), que denunciam graves défices no funcionamento da intervenção.

Tipologia de intervenção

Conforme demonstrado pela pesquisa realizada por Guerra *et al.* (2020), também os resultados indicam que são os vizinhos quem mais denuncia as situações de acumulação de animais, com fundamento no odor, ruído e/ou na crueldade ou negligência com os animais,

embora esta sinalização também possa ser proveniente das entidades que participam no processo de intervenção.

Em Portugal, tal como referem Guerra *et al.* (2020), as instituições mais envolvidas na intervenção são os serviços sociais, os médicos veterinários municipais, o delegado de saúde e as forças policiais, quando há necessidade de cumprimento de um mandado judicial. Quando existem processos judiciais, implica a participação dos tribunais (Ministério Público), podendo também estar incluídas organizações de proteção ou bem-estar de animais, institutos de proteção e bem-estar de crianças (quando há crianças envolvidas nestes cenários), serviços de saúde mental, proteção civil (bombeiros), divisões municipais de salubridade, assistentes operacionais e tratadores, conforme indica Arluke *et al.* (2002).

Em linha com Guerra *et al.* (2020), os resultados indicam que também não existem planos e estratégias de intervenção, pelo que as entidades não sabem quem intervém, nem como ou quando, já que não existe preparação prévia e a responsabilidade sobre estes casos “não pertence a ninguém”, embora os médicos veterinários entrevistados revelem sentir-se sozinhos e “os maus da fita” nestes processos. As vistorias organizam-se “tentando encaixar nas agendas uns dos outros”, sendo habitual que, na primeira visita, as entidades intervenham em simultâneo. Embora possam atuar separadamente, quando a intervenção é conjunta, pode comportar um elevado número de pessoas (e.g. mais de 10), o que é visto como intimidatório. Tal como indicado por Guerra *et al.* (2020), os entrevistados referem não existir uma grande coordenação entre os serviços. No entanto, os participantes referem ter existido esta articulação em cerca de 70% dos casos relatados, podendo admitir-se a possibilidade de os participantes terem interpretado a palavra “cooperação” como a mera realização conjunta de uma atividade.

Embora Nadal *et al.* (2022), Vargas-Moniz *et al.* (2021), Guerra *et al.* (2020) e Patronek (2006) reforcem a importância da constituição de equipas multidisciplinares os resultados indicam que, em Portugal, são quase inexistentes. Entre todos os entrevistados e participantes, apenas dois entrevistados referiram ter constituído uma equipa nestes termos. Numa das situações, foi criada em outubro de 2023, e reúne mensalmente o MVM, o delegado de saúde e o serviço social, para nomeação de um gestor de caso e discussão dos processos de acumulação de animais. Processo semelhante (embora envolva, também, um psiquiatra) ocorre com uma organização de proteção animal.

Os processos judiciais têm fundamento em maus tratos ou em falta de condições adequadas aos animais, tendo por base relatórios das entidades (e.g. MVM). Estes podem resultar em mandados judiciais de busca (para abertura das portas que pode culminar com o arrombamento) e apreensão (dos animais), e gerar obrigações (e.g. melhoria das condições do alojamento ou acompanhamento psiquiátrico), indemnizações, multas e penas de prisão, embora a maioria dos casos se cinja à melhoria das condições ou à entrega dos animais, conforme indicam Patronek *et al.* (2006).

Dividem-se as opiniões entre os entrevistados que consideram que a acumulação de animais consubstancia um caso de maus tratos, e os que acreditam que se funda em negligência, por falta de intenção de provocar o dano (dolo). Tal prova que estes conceitos jurídicos não são claros, que levam a visões e interpretações distintas sobre o mesmo fenómeno e que carecem de revisão legislativa, conforme sugere Llamas (2023). Também seria oportuno rever os conceitos jurídicos (e até os critérios clínicos) relativos à acumulação de animais, que se confundem facilmente com o excesso de animais.

O desfecho da intervenção implica, na generalidade dos casos relatados, a remoção dos animais, que costuma ser parcial, deixando-se permanecer, por norma, o número de animais legalmente permitido, embora existam situações em que a retirada é total. Não se deteta, no entanto, a aplicação de penas acessórias, em particular, de proibição de detenção dos animais por um período temporal. Os animais são depois acolhidos em CRO ou associações, são esterilizados e colocados para adoção. Também pode a PEAA ser encaminhada para acompanhamento psicológico ou concordar com a sua monitorização contínua, não sendo habitual a sua institucionalização, conforme referem Arluke *et al.* (2017).

Apesar de a resolução judicial não parecer ser a forma adequada de tratar a situação, uma vez que, conforme indica Patronek *et al.* (2006), não resolve o problema parece ser o único meio de entrar na casa das pessoas e remover os animais, ou de obrigar as PEAA a fazer tratamento psicológico. Este é, atualmente, um processo penoso para todas as partes envolvidas, e a forma como decorre levanta questões passíveis de provocar dúvidas quanto à efetiva observação dos direitos humanos (e.g. “parece que às vezes [a pessoa] é um bocado esquecida...no meio disso tudo...e os direitos humanos estão de lado...entram pela casa adentro, fazem-se limpezas coercivas”), uma vez que, nem as equipas, nem as comunidades, se centram nas pessoas e aquilo que se pretende é um “equilíbrio quer animal, quer ambiental, quer também humano em relação àquela situação”. Não restam dúvidas de que, a intervenção

em Portugal também é, desta forma e, conforme frisa Patronek *et al.* (2006), considerada um problema animal e não um problema de saúde humana.

Acompanhamento e Monitorização

Os resultados globais indicam que existe acompanhamento e/ou monitorização destas situações em cerca de metade dos casos. Os exemplos dados consistem na ameaça de encerramento do alojamento, em “espiar” a residência ou falar com vizinhos e em manter o canal de comunicação aberto. No entanto, parece que nenhuma destas ações consiste no acompanhamento efetivo referido por Guerra *et al.* (2020) destes casos e destas pessoas, parecendo existir, mais uma vez, alguma confusão neste âmbito.

Apenas dois dos entrevistados referem que controlam estes processos através de uma plataforma de gestão documental e de uma folha de caracterização, compreendendo-se a falta de registos e a dificuldade neste acompanhamento.

Estas são situações que se arrastam no tempo, por longos períodos, à semelhança do que salienta Nathanson (2009), normalmente entre 1 e 3 anos ou mais de 5 anos, o que pode dever-se à morosidade dos tribunais e ao próprio processo de intervenção, havendo quem considere que estes processos não acabam enquanto as PEAA viverem.

4. Componente Psicológica

Não obstante serem inúmeras as propostas de acompanhamento psicológico de casos de acumulação de animais que se encontram na literatura, de Nadal *et al.* (2022), Vargas-Moniz *et al.* (2021), Arnold *et al.* (2018) e, entre outros, Patronek *et al.* (2006), a dimensão mental do problema tem sido posta de parte, pelo que, de acordo com os resultados apurados, a intervenção dos serviços de saúde mental é inexistente, uma vez que nenhum dos entrevistados ou participantes conhece uma única situação de intervenção psicológica de PEAA.

Os casos de “encaminhamento para acompanhamento psicológico” e de “monitorização contínua” da PEAA relatados pelos participantes, não indicam a concretização destas medidas e, de acordo com os entrevistados, quando há questões do foro psicológico, estas são verificadas e encaminhadas para outros serviços pelo delegado de saúde, que faz uma espécie de “diagnóstico” (e.g. “tem aqui uns trejeitos de bipolaridade”), função da

exclusiva competência de profissionais da área. Acresce que, conforme indicam Guerra *et al.* (2020), este encaminhamento devia ser realizado pelo médico de família, que não é envolvido nestes processos.

De acordo com os resultados encontrados, não existem psicólogos a exercer funções nas equipas e, os poucos que existem desempenham outro tipo de funções que não de acompanhamento psicológico (e.g. integrados na ação social; fazem a identificação da patologia mas nada além disso; procedem à entrevista inicial). Estes são processos que se pretendem rápidos, conforme sublinha Arnold *et al.* (2018) e, como tal, aparentam não ser compatíveis com as longas intervenções de cariz psicológico.

Ficou clara a importância de um psicólogo clínico que faça a distinção entre um problema de acumulação e uma perturbação de acumulação ou mesmo a classificação de outro tipo de distúrbio psicológico ou de eventuais comorbilidades (e.g. depressão ou abuso de substâncias). Foi, igualmente expressa a necessidade e utilidade da intervenção psicológica, sendo preciso conhecer a história de vida da pessoa, as suas características e modo de funcionamento, e criar uma relação de empatia e confiança com alguém treinado para comunicar, como indica Patronek *et al.* (2006). É referida, como abordagem terapêutica, a terapia cognitivo-comportamental (TCC), também indicada por Patronek *et al.* (2006) e Mataix-Cols *et al.* (2005), embora seja sugerida a exploração de outros modelos de intervenção, que possam trabalhar, não só o comportamento, como a raiz do trauma.

À semelhança do que refere Frost *et al.* (2010), os resultados indicam que é fraca a possibilidade de adesão das PEAA a um acompanhamento psicológico, exceto se for em cumprimento de uma obrigação judicial ou como contrapartida para a obtenção de um subsídio, podendo ser atribuível a falta de aderência ao não reconhecimento da existência de um problema, conforme refere Guerra *et al.* (2020).

Não havendo intervenção psicológica nos casos de acumulação de animais mantém-se o problema, conforme salienta Patronek *et al.* (2006), o que faz com que a intervenção seja, à semelhança do que acontece noutros países, ineficaz também em Portugal, e careça de medidas urgentes.

A partir dos dados discutidos, considera-se que as quatro questões de investigação formuladas são respondidas da seguinte forma:

Quanto aos resultados das entrevistas, a primeira categoria analisada (caracterização da acumulação) responde à QI1, a segunda categoria analisada (caracterização dos animais acumulados) responde à QI2, a terceira categoria analisada (processo de intervenção e entidades intervenientes) responde à QI3 e a quarta categoria analisada (componente psicológica) responde à QI4. As respostas à entrevista única de teor jurídico referem-se às previsões e consequências legais da crueldade contra animais, e inserem-se na intervenção (QI3). Relativamente aos resultados do formulário, a primeira categoria analisada (caracterização da pessoa com experiência em acumulação de animais) responde à QI1, a segunda categoria analisada (caracterização do fenómeno) responde às QI1 e QI2 e a terceira categoria analisada (intervenção) responde às QI3 e QI4.

Conclusões

O presente estudo procura aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno da acumulação de animais em Portugal, através da caracterização de pessoas com experiência em acumulação de animais, dos animais detidos e do sistema de intervenção em vigor, uma problemática pouco estudada. De acordo com Arluke *et al.* (2017), este é um fenómeno universal, de elevada complexidade, que se caracteriza, manifesta e “resolve” em Portugal de forma semelhante à que ocorre noutros países e culturas, pelo que a resposta às questões de investigação se encontra em linha com o que tem vindo a ser descrito pela literatura.

Quanto à primeira questão de investigação, que consiste em caracterizar o fenómeno e a pessoa com experiência em acumulação de animais, este estudo revelou que esta problemática é caracterizada pela manutenção de um grande número de animais em condições inadequadas, sendo uma situação que se deve mais à falta de recursos materiais e à percepção do detentor do que ao número excessivo de animais, como refere Patronek (1999). Esta temática, impulsionada por fatores tais como a perda de pessoas ou relacionamentos significativos, patologias psiquiátricas e condições de vida caóticas (Patronek *et al.*, 2006), tem graves consequências para a saúde pública, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas. As habitações das pessoas com experiência em acumulação de animais são geralmente desordenadas, comprometendo a higiene e a funcionalidade doméstica (Nadal *et al.*, 2022). A identificação destas situações é dificultada pelas tentativas de ocultação deste comportamento, pela mobilidade dos acumuladores “nómadas” e pelo facto de poderem provir de pessoas menos óbvias. É o caso de membros de organizações de proteção animal, criadores, cuidadores de colónias ou famílias de acolhimento temporário, como observaram Frost *et al.* (2015) e Patronek *et al.* (2006), embora a crescente cobertura mediática esteja a aumentar a sensibilização e visibilidade do problema.

As pessoas com experiência em acumulação de animais em Portugal apresentam características semelhantes às observadas noutros países, sendo predominantemente mulheres (63,89%), de meia-idade (idade média de 58,45 anos) e solteiras (50%), embora também existam homens, pessoas jovens, divorciadas e viúvas, conforme observaram Nadal *et al.* (2022). Os níveis de escolaridade são variados, embora em Portugal existam várias pessoas com formação académica. Há um maior número de pessoas reformadas (45,83%), no entanto, também existem indivíduos com empregos ativos e desempregados. Também a condição financeira é diversificada, embora pareça existir mais frequentemente alguma capacidade

económica, que acaba por ficar comprometida pelos custos elevados associados aos cuidados com os animais (Patronek *et al.*, 2006).

Os resultados encontrados confirmam as pesquisas de Guerra *et al.* (2020), Arluke *et al.* (2017), Frost *et al.* (2015) e Nathanson (2009) relativas à negligência, insalubridade, apego e isolamento em casos de acumulação de animais. As pessoas com experiência em acumulação de animais têm uma percepção reduzida do problema, muitas vezes negando ou não reconhecendo o seu comportamento de acumulação. Elas costumam negligenciar a sua higiene pessoal e os cuidados com os animais, vivendo em condições de insalubridade extrema, conforme relatado em 78% dos casos. Além disso, embora demonstrem um elevado apego aos animais, que poderá ser compensatório e explicar a sua dependência emocional, a sua vida diária acaba por as levar a uma rotina de maior isolamento e, até mesmo, de solidão, o que poderá também potenciar a reincidência deste comportamento.

No que respeita à segunda questão de investigação “Quais as espécies envolvidas, formas de aquisição e condição dos animais acumulados e/ou resgatados em Portugal?”, as espécies mais acumuladas são cães e gatos, através de aquisição ativa (reprodução intencional, resgate ou anúncios) e/ou passiva (reprodução accidental ou trazidos pelo público), sendo a reprodução accidental a forma mais comum de acumulação. Os animais detidos vivem habitualmente em condições miseráveis, sofrendo de subnutrição, desidratação, doenças e ferimentos graves, e sem acesso a cuidados médico-veterinários (Arluke *et al.*, 2017; Nadal *et al.*, 2022). Sendo o gato o animal mais encontrado, espécies como aves e cavalos também são acumuladas, prevalecendo a concentração de uma ou, por vezes, duas espécies em simultâneo, conforme indica Patronek (1999).

Relativamente à terceira questão de investigação, a intervenção nos casos de acumulação de animais em Portugal é, tal como indicam Guerra *et al.* (2020), maioritariamente legal e culmina com a remoção total ou parcial dos animais, sem acompanhamento ou monitorização posterior. Não existem meios de detecção de risco e prevenção, e a intervenção é dificultada pela falta de conhecimento, formação, planeamento e coordenação entre os serviços. São poucas as equipas multidisciplinares estruturadas e as ações, realizadas sem um plano ou estratégia prévia, ocorrem em situação de emergência, originando processos particularmente longos. As denúncias são feitas, principalmente, por vizinhos e as instituições envolvidas incluem serviços sociais, veterinários municipais e delegados de saúde, bem como forças policiais e tribunais, uma vez que estes processos podem seguir para tribunal com fundamento em crueldade animal ou por falta de condições.

A criação de um Observatório Nacional, conforme propõem D'Ângelo *et al.* (2020), que coordenasse e informasse as equipas de intervenção ou, pelo menos, a criação de uma base de dados de âmbito nacional, seriam de grande utilidade.

A quarta questão de investigação pretende apurar a existência de intervenção psicológica em casos de acumulação de animais em Portugal, concluindo-se que é inexistente. Embora a literatura sugira várias abordagens de acompanhamento psicológico (e.g. Nadal *et al.*, 2022; Frost *et al.*, 2015; e Nathanson, 2009), os resultados indicam que os serviços de saúde mental não são envolvidos, e nenhum entrevistado ou participante relatou a implementação de uma intervenção deste cariz. São mencionados casos de encaminhamento para acompanhamento psicológico, mas sem confirmação da sua execução. Os psicólogos não estão presentes nas equipas de intervenção e, os poucos que estão envolvidos desempenham funções não relacionadas com o acompanhamento psicológico. No entanto, é amplamente reconhecida a importância, necessidade e utilidade de um psicólogo clínico nas equipas de intervenção, como apoio à identificação destes casos, à determinação de um diagnóstico, seja ele uma perturbação de acumulação, uma depressão ou qualquer outro distúrbio, e ao acompanhamento e tratamento destas pessoas. É, igualmente, pertinente que as equipas possam ser formadas e treinadas para fazer a triagem e o reencaminhamento de situações que carecem de acompanhamento psicológico. A resistência das pessoas com experiência em acumulação de animais à terapia, a menos que imposta judicialmente, é um obstáculo adicional. Sem intervenção psicológica, o problema persiste, tornando a abordagem atual ineficaz.

Conclui-se, assim, que acumulação de animais é vista, também em Portugal, como um problema animal, e não como uma questão de saúde humana (Nathanson, 2009). Para tal, pode contribuir o desconhecimento da existência de uma patologia e a associação deste comportamento a um “estilo de vida” e à identificação da pessoa que acumula como um “salvador”. Por outro lado, há uma clara confusão entre o significado que a acumulação de animais assume para a Psicologia e aquele que lhe é atribuído pelo Direito, razão pela qual obtivemos relatos de “animais saudáveis e gordinhos”, que são removidos, apesar das boas condições em que se encontram.

Neste sentido, esta é uma questão que pode ser vista de diversos prismas: como uma perturbação de acumulação (caso em que preenche os critérios de Patronek, 1999), como um comportamento que deriva de outra patologia (e.g. depressão, esquizofrenia ou demência) ou como um problema que existe, apenas, porque se ultrapassou o limite legal de animais,

levantando-se a questão: Se a abordagem e intervenção de três problemas distintos é a mesma, como pode a sua resolução ser eficaz?

Implicações para a Prática Clínica

Os resultados sublinham a necessidade de intervenções direcionadas e holísticas, que considerem os múltiplos fatores que contribuem para a acumulação de animais. As intervenções devem incluir acompanhamento psicológico, assistência social e, quando necessário, intervenção médica. Além disso, os profissionais de saúde mental devem estar cientes da possível ligação entre a acumulação de animais e outros distúrbios do foro compulsivo ou aditivo, para melhor adaptarem as suas abordagens terapêuticas, colocando a pessoa no centro da intervenção e dando-lhe voz ao longo de todo o processo.

Limitações do Estudo

Este estudo apresenta algumas limitações que se referem à dimensão da amostra e ao seu carácter predominantemente urbano, que podem não representar adequadamente a realidade em áreas rurais ou em diferentes contextos culturais. Além disso, a dependência de relatos pessoais dos entrevistados e participantes, e a subjetividade do investigador, podem introduzir vieses de memória ou percepção. Também a confusão conceptual manifestada em relação à definição de acumulação de animais pode afetar os resultados.

Recomendações para Pesquisas Futuras

As pesquisas futuras devem procurar amostras de maior dimensão, mais diversificadas, e explorar a acumulação de animais em diferentes contextos culturais e geográficos. Estudos longitudinais podem ser úteis para melhor compreender a progressão do comportamento de acumulação de animais e os efeitos a longo prazo das intervenções. É, também, necessário investigar a eficácia das diferentes abordagens terapêuticas, de forma a oferecer às pessoas afetadas um suporte mais eficaz e, acima de tudo, estudar os meios de chegar *àquelas pessoas*.

Considerações Finais

Este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais profunda da acumulação de animais, destacando a complexidade e a seriedade deste fenómeno. Ao reconhecer a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, que inclua profissionais da psicologia, com planos e estratégias, e formação e sensibilização das equipas e da comunidade, assim como de meios de deteção de risco e prevenção no âmbito do processo de intervenção, espera-se que estas descobertas possam informar melhores práticas clínicas e políticas públicas, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas afetadas, reduzir os impactos negativos para a comunidade e obter uma maior solidez relativamente aos direitos humanos e os direitos dos animais, uma vez que, todos eles, têm o direito a serem tratados com (mais) humanidade.

Referências Bibliográficas:

- Alves, L., & Steyer, S. (2019). Interação humano-animal: o apego interespecie. *Revista Perspectivas em Psicologia*, 23(2), 124-142.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (5th ed.). American Psychiatric Association. <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>
- Arluke, A., Patronek, G., Lockwood, R., & Cardona, A. (2017). Animal Hoarding. In: Maher, J., Pierpoint, H., Beirne, P. (eds) *The Palgrave International Handbook of Animal Abuse Studies* (pp. 107-129). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-43183-7_6
- Arluke, A., Frost, R., Luke, C., Messner, E., Nathanson, J., Patronek, G. J., ... & Steketee, G. (2002). Health implications of animal hoarding. *Health & Social Work*, 27(2), 125–131. <https://doi.org/10.1093/hsw/27.2.125>
- Arnold, S., Mackensen, H., Ofensberger, E., & Rusche, B. (2018). Assessment of recent case of animal hoarding in Germany: The challenge for animal shelters and public authorities. *People and Animals: The International Journal of Research and Practice*, 1(1). <https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=paij>
- Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal (2024, Fevereiro 2). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). <https://ods.pt/>
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage publications.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Costa, S., & Casanova, C. (2020). Crime ou desordem de acumulação de animais? O papel das redes sociais no entendimento dos acontecimentos de Santo Tirso. *Estudos de Sociologia*, 25(49), 147-172. <https://doi.org/10.52780/res.14069>
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2017). *Designing and Conducting Mixed Methods Research* (3rd ed.). Sage Publications.

- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro. *Diário da República, Série I-A*(290). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2003-118813641-118290838>
- Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro. *Diário da República, Série I-A*(241). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2001-34555875-151021582>
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março. *Diário da República, Série I-A*(63). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/48-1995-185720>
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária. (2023, October 19). Uma só saúde. <https://www.dgav.pt/acessorapido/conteudo/uma-so-saude/>
- d'Angelo, D., Ciani, F., Zaccherini, A., Tafuri, S., Avallone, L., d'Ingeo, S., & Quaranta, A. (2020). Human-animal relationship dysfunction: A case study of animal hoarding in Italy. *Animals*, 10(9). <https://doi.org/10.3390/ani10091501>
- Elliott, R., Snowdon, J., Halliday, G., Hunt, G., & Coleman, S. (2019). Characteristics of animal hoarding cases referred to the RSPCA in New South Wales, Australia. *Australian Veterinary Journal*, 97(5), 149-156. <https://doi.org/10.1111/avj.12806>
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1-4. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>
- Frost, R. O., Patroneck, G., Arluke, A., & Steketee, G. (2015). The hoarding of animals: an update. *Psychiatric Times*, 32(4). <https://www.psychiatrictimes.com/view/hoarding-animals-update>
- Frost, R. O., Patronek, G., & Rosenfield, E. (2011). Comparison of object and animal hoarding. *Depression and Anxiety*, 28(10), 885-891. <https://doi.org/10.1002/da.20826>
- Frost, R. O., Tolin, D. F., & Maltby, N. (2010). Insight-related challenges in the treatment of hoarding. *Cognitive and Behavioral Practice*, 17(4), 404-413. <https://doi.org/10.1016/j.cbpra.2009.07.004>

- Frost, R. O., & Steketee, G., (2010). *Stuff: Compulsive hoarding and the meaning of things*. Houghton Mifflin Harcourt.
- Frost, R. O., Steketee, G., & Williams, L. (2000). Hoarding: A community health problem. *Health & Social Care in the Community*, 8(4), 229-234. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2524.2000.00245.x>
- Guerra, S., Sousa, L., & Ribeiro, O. (2021). Report practices in the field of animal hoarding: A scoping study of the literature. *Journal of Mental Health*, 30(5), 646-659. <https://doi.org/10.1080/09638237.2020.1844872>
- Leckman, J.F., Mataix-Cols, D., & Rosario-Campos, M.C. (2005). Symptom Dimensions in OCD: Developmental and Evolutionary Perspectives. In: Abramowitz, J.S., Houts, A.C. (eds) *Concepts and Controversies in Obsessive-Compulsive Disorder* (pp. 3-25). Springer. https://doi.org/10.1007/0-387-23370-9_1
- Lei n.º 35/2023, de 21 de Julho. *Diário da República, Série I*(141). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/35-2023-215980339>
- Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto. *Diário da República, Série I*(166). <http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/16600/0456604567.pdf>
- Kim, H. J., Steketee, G., & Frost, R. O. (2001). Hoarding by elderly people. *Health & Social Work*, 26(3), 176-184. <https://doi.org/10.1093/hsw/26.3.176>
- Llamas, C.C. (2023). El Síndrome de Noé en España: aproximación política y repercusión social. *La Razón Histórica: Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas*, 59, 244-274.
- Mataix-Cols, D., Rosario-Campos, M. C., & Leckman, J. F. (2005). A multidimensional model of obsessive-compulsive disorder. *American Journal of Psychiatry*, 162(2), 228-238. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.162.2.228>
- Mezmir, E. A. (2020). Qualitative data analysis: An overview of data reduction, data display, and interpretation. *Research on Humanities and Social Sciences*, 10(21), 15-27. DOI:10.7176/rhss/10-21-02
- Miller, W. R., & Rollnick, S. (2013). *Motivational interviewing: Helping people change* (3rd edition). Guilford Press. DOI:10.1093/alcalc/agt010

- Vargas-Moniz, M. J., António, R., Barros, R., & Amarante, N. (2021). Guia de Intervenção e Prevenção em Situações de Acumulação de Animais. APPsyCI / Ispa – Instituto Universitário.
- Nadal, Z., Ferrari, M., Lora, J., Revollo, A., Nicolas, F., Astegiano, S., & Díaz Videla, M. (2022). Noah's syndrome: Systematic review of animal hoarding disorder. *Human-Animal Interaction Bulletin*, 10(1), 1-21. <https://doi.org/10.1079/hai.2022.0003>
- Nathanson, J. N. (2009). Animal hoarding: slipping into the darkness of comorbid animal and self-neglect. *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 21(4), 307-324. <https://doi.org/10.1080/08946560903004839>
- Patronek, G. J., & Nathanson, J. N. (2009). A theoretical perspective to inform assessment and treatment strategies for animal hoarders. *Clinical Psychology Review*, 29(3), 274-281. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.01.006>
- Patronek, G. J. (2006). Animal hoarding: Its roots and recognition. *Veterinary Medicine*, 101(8), 520-530. <https://www.dvm360.com/view/animal-hoarding-its-roots-and-recognition>
- Patronek, G. J., Loar, L., & Nathanson, J. N. (2006). *Animal hoarding: structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk*. Tufts University. <https://nationallinkcoalition.org/wp-content/uploads/2023/05/Hoarding-HARC-Report-2006.pdf>
- Patronek, G. J. (1999). Hoarding of animals: an under-recognized public health problem in a difficult-to-study population. *Public Health Reports*, 114(1), 81-87. <https://doi.org/10.1093/phr/114.1.81>
- Regulamento nº. 637/2021 de 13 de julho. Diário da República, Série II(134). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/637-2021-167127886>
- Serpell, J. A., & McCune, S. (2012). *Waltham Pocket Book on Human-Animal Interactions*. Waltham. DOI: 10.13140/2.1.1417.9528
- Thomas, D. R. (2006). A General Inductive Approach for Analyzing Qualitative Evaluation Data. *American Journal of Evaluation*, 27 (2), 237-246. DOI: [10.1177/1098214005283748](https://doi.org/10.1177/1098214005283748)

World Health Organization. (2022, October 7). *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* (11th Revision).
<https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>

Yin, R. (2004). *Case Study Research: Design and Methods* (4rd ed.). Sage Publications.

Anexo A - Guião de Entrevista



Estudo sobre a Acumulação de Animais

GUIÃO DE ENTREVISTA

Introdução

Vimos convidá-lo(a) a participar num estudo sobre o fenómeno de acumulação de animais e pretendemos recolher informação a partir da vossa experiência, no âmbito de uma dissertação de mestrado que pretende estudar este fenómeno em Portugal. Inserido na área de Psicologia Clínica do ISPA, Instituto Universitário de Psicologia Aplicada, encontra-se sob a orientação da Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz. É-lhe pedido que responda a onze questões, que tomarão cerca de trinta minutos a uma hora do seu tempo.

Esta investigação tem como objetivo aprofundar o conhecimento relativo ao fenómeno de acumulação de animais em Portugal. Assim, a sua participação irá contribuir de forma significativa para o estudo da caracterização de pessoas com experiência em acumulação de animais e de formas de intervenção neste contexto.

A informação a recolher será tratada de forma anónima e confidencial, em conformidade com os princípios éticos que regulam esta atividade. Ainda, é garantido o anonimato de todas as pessoas e locais que, por ventura, sejam mencionados. Mais se acrescenta, que poderá desistir da participação a qualquer momento, se assim o desejar, e que deve assinar o consentimento informado que lhe foi entregue ou enviado por e-mail. Ser-lhe-á solicitada a gravação das entrevistas, de forma a agilizar o seu processo de transcrição, no entanto, em caso de recusa, serão tomadas apenas notas.

De acordo com os fins deste projeto, as pessoas com experiência em acumulação de animais são identificadas como: *Alguém que acumulou um grande número de animais e não consegue fornecer padrões mínimos de nutrição, saneamento e cuidados veterinários; nem atua sobre a deterioração da condição dos animais (incluindo doenças, fome ou morte) e o meio ambiente (superlotação severa, condições extremamente insalubres) ou sobre o efeito negativo da acumulação na sua própria saúde e bem-estar e na de outros membros da família.*

Para quaisquer questões poderá contactar-nos através dos endereços eletrónicos 27475@alunos.ispa.pt ou maria.moniz@ispa.pt

Questões:

1. Há algum registo do número de pessoas com experiência em acumulação de animais em Portugal/Município? E de animais apreendidos/resgatados?
2. Como caracteriza a pessoa com experiência em acumulação de animais, nomeadamente quanto à idade, género, ocupação, situação económica ou outros fatores, tais como a negligência?
3. Qual o papel desta entidade perante situações de acumulação de animais?
4. Como é feita a intervenção nos casos de acumulação de animais, nomeadamente quanto às entidades intervenientes e forma de cooperação?
5. Como são monitorizadas ou acompanhadas as situações de acumulação de animais e ao longo de quanto tempo?
6. Quais os meios de deteção de risco e prevenção de casos de acumulação de animais?
7. Em que situação costumam ser encontrados os animais e para onde são removidos?
8. É feita intervenção psicológica nestes casos? E se sim, é habitual a pessoa aderir?
9. Na sua opinião, a acumulação de animais preenche o tipo legal de crime de maus tratos ou abandono de animais?
10. A resolução legal da acumulação de animais é o meio mais adequado para solucionar esta problemática?
Dada a sua experiência, como lhe parece que estas situações deviam ser resolvidas?
11. Tem algum comentário adicional?

Anexo B - Formulário de Relato de Caso



Convite à Participação em Estudo sobre a Acumulação de Animais⁴

Introdução

Vimos convidá-lo(a) a participar num estudo sobre o fenómeno de acumulação de animais. No sentido de recolhermos informação a partir da vossa experiência, procedemos à adaptação do *Case Report Form* de Arluke *et al.* (2002), elaborado no âmbito de uma dissertação de mestrado que pretende estudar este fenómeno em Portugal. Inserido na área de Psicologia Clínica do ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, encontra-se sob a orientação da Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz. É composto por 35 questões e a sua conclusão tem uma duração média de 20 minutos.

Esta investigação tem como objetivo aprofundar o conhecimento relativo ao fenómeno de acumulação de animais em Portugal e destina-se a profissionais e/ou pessoas que tenham tido intervenção em situações deste âmbito. Assim, a sua participação irá contribuir de forma significativa para o estudo da caracterização de pessoas que acumulam animais e de formas de intervenção neste contexto.

A informação a recolher será tratada de forma anónima e confidencial, em conformidade com os princípios éticos que regulam esta atividade, sendo garantido o anonimato de todas as pessoas e locais que, porventura, sejam mencionados no formulário. Mais se acrescenta que poderá desistir da participação a qualquer momento, se assim o desejar, sem que lhe seja pedida qualquer justificação. No entanto, após submeter este formulário, cujo preenchimento é a única tarefa solicitada, não conseguiremos detetar a sua resposta, pelo que não será possível proceder à sua anulação.

Pedimos, assim, que identifique por favor, uma situação de acumulação de animais de que tenha conhecimento, que esteja a decorrer ou que tenha decorrido nos últimos três anos. De acordo com os fins deste projeto, refira apenas os casos que se identificam com a seguinte definição de acumulador de animais: *Alguém que acumulou um grande número de animais e não consegue fornecer padrões mínimos de nutrição, saneamento e cuidados veterinários; nem atua sobre a deterioração da condição dos animais (incluindo doenças, fome ou morte) e o meio ambiente (superlotação severa, condições extremamente insalubres) ou sobre o efeito negativo da acumulação na sua própria saúde e bem-estar e na de outros membros da família.*

Para quaisquer questões poderá contactar-nos através dos endereços eletrónicos 27475@alunos.ispa.pt (Joana Leitão) ou maria.moniz@ispa.pt

Aproveitamos para agradecer o seu contributo.

1. Consentimento à participação no estudo:

- a) Li a informação fornecida e aceito participar
- b) Li a informação fornecida e não aceito participar

2. Identifique por favor o seu género:

Feminino	Masculino	Outro
----------	-----------	-------

3. Identifique por favor a sua idade: _____

4. Identifique por favor a sua profissão: _____ (opção à escolha)

Leitão, J.; Vargas-Moniz, M. J. (2024). Estudo sobre a acumulação de animais: Formulário de relato de caso. O Fenómeno da Acumulação de Animais - Contributos da Intervenção Psicológica. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica. Lisboa: ISPA – Instituto de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida

5. Investigou e/ou viu PESSOALMENTE este caso?

SIM	NÃO
-----	-----

6. Como é que a situação relativa à acumulação de animais chegou ao seu conhecimento?

a. Desconhecido	b. Amigo ou conhecido	c. Familiar com quem não mora
d. Membro da família ou colega de quarto	e. Serviços Sociais	f. Pessoa que visitou a casa em serviço
g. Proprietário/inquilino/ vizinho	h. Bombeiros ou Polícia	i. Médico Veterinário
j. Denúncia anónima	k. Outro _____	-

7. Enumere por favor as pessoas que residem na habitação, a sua idade, sexo, se estão em situação de dependência (crianças, pessoas com deficiência, idosas ou acamadas) e parentesco com a pessoa em questão:

Pessoa	Idade (anos)	Sexo	Situação depend.	Relação com a pessoa que acumula (Faça um círculo na escolha)
Pessoa com experiência em acumulação de animais				N/A
Pessoa 2				Mãe, pai, filho, irmão, avó, avô, companheiro, outro parente, colega de quarto
Pessoa 3				Mãe, pai, filho, irmão, avó, avô, companheiro, outro parente, colega de quarto
Pessoa 4				Mãe, pai, filho, irmão, avó, avô, companheiro, outro parente, colega de quarto
Pessoa 5				Mãe, pai, filho, irmão, avó, avô, companheiro, outro parente, colega de quarto

8. Identifique por favor o estado civil da pessoa acumuladora:

Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Companheiro/Outro significativo	Desconhecido
----------	--------	------------	-------	---------------------------------	--------------

9. Identifique por favor:

9.1. Escolaridade: _____

9.2. Ocupação: _____

9.3. Fontes de rendimento: _____

10. Indique por favor se lhe parece existir negligência relativamente:

10.1. À aparência da pessoa com experiência em acumulação de animais (por exemplo, a roupa)

10.2. Aos cuidados de higiene da pessoa com experiência em acumulação de animais

10.3. À alimentação da pessoa com experiência em acumulação de animais

- 10.4. Aos cuidados de saúde da pessoa com experiência em acumulação de animais
- 10.5. Aos cuidados gerais com o(s) elemento(s) do agregado familiar
- 10.6. Aos cuidados gerais com os animais

11. Identifique por favor o tipo de residência e o espaço exterior (descreva):

Tipo de Residência	Tipologia (T1, T2, T3, etc.)	Área aproximada (m2)	Espaço exterior
Moradia			
Apartamento			
Outro (descrever):			

12. Indique por favor que áreas da casa estavam desorganizadas e o grau de desordem presente:

(Use "desconhecido" se não tiver sido possível averiguar ou "não aplicável" (N/A) caso não exista esse espaço)

Áreas desorganizadas	Extensão da desordem (faça um círculo na que melhor o define)					
a. Quarto	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
b. Casa de banho	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
c. Sala de estar	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
d. Sala de Jantar	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
e. Cozinha	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
f. Escadas	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
g. Corredor	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
h. Arrecadação	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
i. Sótão	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A
j. Espaço Exterior	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida	N/A

13. Indique por favor se os seguintes aparelhos/utilitários estavam em condições de funcionamento:

a. Fogão/Forno	Sim	Não	Desconhecido
b. Lava-louça	Sim	Não	Desconhecido
c. Frigorífico	Sim	Não	Desconhecido
d. Máquina de lavar/secar	Sim	Não	Desconhecido
e. Eletricidade	Sim	Não	Desconhecido
f. Aquecimento	Sim	Não	Desconhecido

g. Lavatório	Sim	Não	Desconhecido
h. Retrete	Sim	Não	Desconhecido
i. Banheira/duche	Sim	Não	Desconhecido
j. Caldeira/ Esquentador	Sim	Não	Desconhecido

14. Indique por favor até que ponto cada uma destas atividades é prejudicada ou afetada pela acumulação de animais:
(Use "desconhecido" se não tiver sido possível averiguar ou "não aplicável" (N/A) caso não exista esse espaço)

A pessoa tem dificuldade em:	Não aplicável	Nada mesmo	Um pouco	Muito	Desconhecido
a. Preparar comida?	N/A				
b. Usar a mesa da cozinha?	N/A				
c. Usar as cadeiras da cozinha?	N/A				
d. Usar o lava-louça?	N/A				
e. Movimentar-se na cozinha?	N/A				
f. Usar a casa de banho?	N/A				
g. Usar a banheira ou duche?	N/A				
h. Usar o lavatório da casa de banho?	N/A				
i. Estar sentado na sala de estar?	N/A				
j. Movimentar-se na sala de estar?	N/A				
k. Usar a mesa da sala de jantar?	N/A				
l. Movimentar-se na sala de jantar?	N/A				
m. Sair de casa rapidamente?	N/A				
n. Dormir na cama?	N/A				
o. Movimentar-se no quarto?	N/A				
p. Subir e descer escadas?	N/A				
q. Encontrar papéis/objetos importantes quando necessário?	N/A				
r. Manter a higiene básica?	N/A				
s. Manter a vida social?	N/A				
t. Manter a vida profissional?	N/A				

15. Indique por favor o nível de insalubridade da residência, cheiro e ruído:

Quão insalubre é a residência?	Razoavelmente salubre	Um pouco insalubre	Muito insalubre
Classifique o nível de cheiro	Razoável	Um pouco	Muito
Classifique o nível de ruído	Razoável	Um pouco	Muito

16. Indique por favor qual o risco de incêndio e queda:

Risco de incêndio e queda	Nada mesmo	Um pouco	Muito	Desconhecido
Existem locais da casa que apresentem risco de incêndio devido à desordem perto de fornos e aquecedores?				
A pessoa corre o risco de cair e se magoar devido à desordem?				
Existiu outro tipo de risco derivado da desordem?				

17. Indique por favor qual a extensão da acumulação dos seguintes tipos de itens:

Bens Acumulados	Extensão da Acumulação (indique a que melhor o define)				
a. Animais	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
b. Jornais e revistas	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
c. Livros	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
d. Outro tipo de papel	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
e. Roupa	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
f. Recipientes (plástico, papel, garrafas ou copos)	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
g. Mobiliário e/ou eletrodomésticos	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
h. Comida ou lixo alimentar	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
i. Desordem exterior	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida
j. Outros (descreva):	Nenhuma	Moderada	Substancial	Grave	Desconhecida

18. Enumere o número, tipo e condição vital de todos os animais acumulados (Nota: Se a contagem dos animais for uma estimativa em

vez de um número real, use o símbolo "~")

Tipo de animal	Com boa ou adequada saúde (número)	Vivo em más condições; sem risco de morte (número)	Vivo, gravemente ferido, doente ou em desnutrição extrema (número)	Animais mortos (número)	Total
a. Cães					
b. Cachorros (< 1 ano)					
c. Gatos					
d. Gatinhos (< 1 ano)					
e. Pássaros					
f. Répteis					
g. Pequenos mamíferos					
h. Cavalos					
i. Bovinos/ovinos/caprinos					
j. Outro (descreva):					

19. Identifique por favor se a pessoa com experiência em acumulação de animais reconhece/tem consciência:

A insalubridade da residência:		
Reconhece razoavelmente	Reconhece um pouco	Não reconhece
A condição de deterioração dos animais:		
Reconhece razoavelmente	Reconhece um pouco	Não reconhece
Que tem um problema devido à acumulação:		
Reconhece razoavelmente	Reconhece um pouco	Não reconhece

20. Descreva por favor, como foi adquirida a maioria dos animais. Classifique o método mais comum como 1, o seguinte como 2, e por aí em diante. Use cada classificação apenas uma vez.

	a. Animais criados deliberadamente em casa da pessoa acumuladora
--	--

	b. Animais criados acidentalmente em casa da pessoa acumuladora
	c. Animais trazidos por outras pessoas
	d. Novos animais comprados ou adotados pela pessoa acumuladora
	e. Novos animais adquiridos ativamente pela pessoa acumuladora através de anúncios ou resgates
	f. Outro (descreva):

21. Identifique por favor a forma como a pessoa com experiência em acumulação de animais vê os animais e/ou se sente em relação a eles. Enumere todas as que se aplicam:

	a. O animal é um membro da família
	b. O animal é considerado "um filho"
	c. Sente dependência emocional do animal
	d. Escolheria o animal em vez de uma pessoa como companhia numa ilha deserta
	e. Acredita que o animal o ouve melhor (do que o cônjuge, amigo ou familiar)
	f. Arriscaria a vida pelo animal
	g. Contrairia dívidas para garantir o bem-estar do animal
	h. Outro (descreva):

22. Que razões foram mencionadas pela pessoa com experiência em acumulação de animais para a detenção dos animais? Enumere todas as que se aplicam:

	a. Salvá-los
	b. Amor aos animais
	c. Os animais são como crianças
	d. Nenhuma outra pessoa cuidará melhor deles
	e. Sente que é responsável por eles
	f. Os animais são os seus únicos amigos ou companheiros
	g. Outra (descreva):

23. Indique por favor que fatores de risco ou circunstâncias parecem ter estado na origem do processo de acumulação de animais (refira todas as que se aplicam):

a. Abuso, negligência e/ou trauma

b.	Psicopatologia dos pais
c.	Vida doméstica caótica
d.	Apego negativo aos pais
e.	Perda de relação adulta
f.	Morte de pessoa significativa
g.	Grave crise de saúde
h.	Diagnóstico de perturbação depressiva e/ou ansiosa do próprio
i.	Quadro demencial
j.	Outro (descreva):

24. Tem conhecimento se algum familiar da pessoa com experiência em acumulação de animais também acumula ou já acumulou animais?

SIM	NÃO
-----	-----

Em caso afirmativo, refira por favor o grau de parentesco _____

25. Qual a quantidade de animais que a pessoa com experiência em acumulação de animais consegue identificar pelo nome?

Todos	A maioria	Alguns	Poucos	Nenhum	Desconhecido
-------	-----------	--------	--------	--------	--------------

26. A pessoa com experiência em acumulação de animais tentou ocultar a presença dos animais de alguma das seguintes formas?

a.	Tapando as janelas (com cortinas fechadas, escurecidas, etc.)	Sim	Não	Desconhecido
b.	Cercas sólidas ou outras barreiras externas semelhantes	Sim	Não	Desconhecido
c.	Vegetação em excesso (arbustos, árvores, sebes, etc.)	Sim	Não	Desconhecido
d.	Detritos externos que bloqueiam a visão ou o acesso	Sim	Não	Desconhecido
e.	Negando o acesso do investigador ou de outras pessoas à residência	Sim	Não	Desconhecido

27. Há quanto tempo este indivíduo foi/é investigado ou acompanhado devido a problemas relacionados com a acumulação de animais?

< 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	>5 anos	Desconhecido
---------	----------	----------	---------	--------------

28. Indique por favor todas as organizações ou serviços que estiveram ou estão envolvidos na investigação e/ou no acompanhamento da situação:

a. Saúde Mental	Sim	Não	Desconhecido
b. Bombeiros	Sim	Não	Desconhecido
c. Forças Policiais	Sim	Não	Desconhecido
d. Veterinário Municipal	Sim	Não	Desconhecido
e. Bem-estar/proteção animal	Sim	Não	Desconhecido
f. Serviços Sociais	Sim	Não	Desconhecido
g. Bem-estar/proteção de crianças	Sim	Não	Desconhecido
h. Tribunal	Sim	Não	Desconhecido
i. Outro (descreva):			

29. Indique por favor em que tipo(s) de ação consistiu a intervenção:

a. Ação na emergência (quando o nível de deterioração já é extremo)	Sim	Não	Desconhecido
b. Ação de acompanhamento ou monitorização (em que a situação já se encontra em vias de resolução)	Sim	Não	Desconhecido
c. Ação de Prevenção (situação detetada precocemente)	Sim	Não	Desconhecido

30. Indique por favor se houve coordenação entre as ações dos diversos serviços e/ou organizações e quem foi indicado como responsável? _____

31. Quais foram as barreiras que, na sua opinião, se colocaram à intervenção? _____

32. Qual foi/será a resolução da investigação do caso em relação à pessoa com experiência em acumulação de animais? Refira todas as que se aplicam:

a. Foram-lhe retirados todos os animais
b. Foram-lhe retirados alguns animais
c. Foi proibida de possuir animais por um período de tempo
d. A pessoa concordou com a sua monitorização contínua
e. Foi encaminhada para acompanhamento psicológico
f. Foi determinado que seria submetida a avaliação psiquiátrica
g. Foi institucionalizada ou colocada sob cuidados de proteção

h. Foi condenada em multa ou pena de prisão.

33. Indique por favor se a pessoa com experiência em acumulação de animais voltou a acumular após intervenção:

Sim	Não	Desconhecido
-----	-----	--------------

34. Faça por favor um breve resumo do ponto de situação do caso e dos animais. Descreva quaisquer características incomuns do caso, incluindo a interação com o sistema de saúde mental. _____

35. Indique por favor se a situação teve cobertura mediática:

Jornal	Sim	Não	Desconhecido
Rádio	Sim	Não	Desconhecido
Televisão	Sim	Não	Desconhecido

Anexo C - Consentimento informado



Consentimento informado

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, que está a ser realizada no ISPA - Instituto Universitário, pela aluna Joana de Almeida Leitão Matos da Fonseca, sob orientação da Prof. Doutora Maria João Vargas-Moniz, solicita-se a sua imprescindível colaboração.

Esta investigação tem como objetivo aprofundar o conhecimento relativo ao fenómeno de acumulação de animais em Portugal. Assim, a sua participação irá contribuir de forma significativa para a caracterização de pessoas que acumulam animais e de formas de intervenção neste contexto.

A informação a recolher será tratada de forma anónima e confidencial, em conformidade com os princípios éticos que regulam esta atividade. Ainda, é garantido o anonimato de todas as pessoas e locais que, porventura, sejam mencionados durante a entrevista, para garantir a privacidade dos entrevistados. Mais se acrescenta, que poderá desistir da participação a qualquer momento, se assim o desejar.

Ainda, pelo carácter narrativo das entrevistas, solicito a sua autorização para a gravação áudio da mesma, reforçando que o tratamento da informação irá ser feito com a maior sensibilidade possível e garantindo em todos os momentos o anonimato e o direito à privacidade. Caso não autorize a gravação, apenas notas escritas serão tiradas pela entrevistadora, como recurso para o tratamento da informação.

Caso permaneça alguma dúvida perante o estudo ou após o momento da entrevista, poderá contactar o e-mail 27475@alunos.ispa.pt ou maria.moniz@ispa.pt.

Agrademos, desde já, todo o tempo dispensado para colaborar nesta investigação.

Joana Leitão e Maria João Vargas-Moniz

Nome: _____

Função: _____

Contacto: _____

Assinatura: _____

Anexo D - Análise Temática: Conteúdo das Entrevistas

1. Caracterização (D1)

1.1. Características da acumulação (QI1)

1.1.1. Registos

[P1]: “ Não [existem], porque, muitas vezes, as pessoas não reconhecem que estão perante este fenómeno. Vai o veterinário municipal, percebe que é um acumulador mas percebe intuitivamente, porque não há formação nessa área e não vai com nenhum técnico com formação na área e, portanto, não temos esses números”.

[P2] “(...) teríamos que ir triar das nossas solicitações (...) nós não temos essa informação.”

[P4] “No Município A, mais ou menos 15. Não são 15 por ano, são 15 situações que nós temos conhecimento da sua existência, que estão em curso, no Concelho A.” “(...) são situações de habitação.”

[P4] “Sim, mais ou menos 500 [animais], dos 15 casos.”

[P5] “(...) no último ano (...) tivemos (...) que me recorde mais fortemente, dois a três, sendo que houve um último já este ano, já de 2024, que foi o mais agravado.”

[P5] “Neste último, por exemplo, eram cerca de 17 gatos e cinco cães. Tivemos outra situação (...) que tinha dez gatos. (...) Tenho um caso (...) de (...) 12 cães. E havia uma (...) numa habitação social, eram sete cachorros mais a mãe, mais outro cão.”

[P6] “Não há [registo do número de pessoas]. Nem do número de animais, não há nenhum. Em primeiro lugar, não há registo porque para se definir como acumuladores de animais, quer queiram quer não, estamos a definir uma síndrome psicológica.”

[P7] “Sim, (...) neste momento, estamos mesmo a intervir cinco situações, (...) mas tenho noção que, à vontade, podemos dizer que há uma dezena de acumuladores. (...) tenho quase a certeza que estes números estão subestimados.”

[P7] “(...) numa situação temos 40 animais, noutra situação, no momento, ela tinha cerca de seis (...). (...). Outra tem 30 animais, outra tem 11 gatos e outra (...), tem sete animais.”

[P8] “Não tenho a noção de quantos acumuladores ou uma estimativa de acumuladores em Portugal, que seria muito interessante ter.”

[P9] “(...) que eu conheça, não.”

1.1.2. Descrição

1.1.2.1. Pessoa/Entidade

[P1] “Mas nestes fenómenos de acumulação eles são muitas vezes escamoteados sob a forma de alojamento. Fomos a associações de proteção animal, criadores, etc, que percebemos que não passavam de fenómenos de acumulação. [e.g.] Nós estivemos em associações de proteção animal que nos disseram (...) que não têm animais adotados, ou têm um ou dois num universo de 300 ou 400 que lá têm. E nós perguntamos porque é que os números de adoções são tão baixos e dizem-nos que” eles estão melhor ali do que numa casa”. E não ouvimos isto tão pouco quanto isso.”

[P1] “(...) estava registado como alojamento, como associação de proteção animal e depois deparámo-nos com um fenómeno que tinha criação de animais de raça, com (...) aquelas condições dantescas do típico acumulador.”

[P1] “(...) situações de criadores em que o objetivo final deles é a venda, muitos chegam a um ponto em que perdem completamente o controlo e já não são criadores mas acumuladores. Começaram como criadores mas depois já não vendem, estão ali a criar e a reproduzir mas depois não vendem nenhum, ficam com todos.”

[P1] “(...) associação de proteção animal e (...) quase 300 animais, numas condições péssimas.”

[P2] “O que há, muitas vezes, são cuidadores CED acumuladores. (...) retirá-los da colónia, levá-los para dentro de casa e serem acumuladoras. (...) Eu acredito que muitos (...) não tenham um número tão elevado de animais. Têm mais do que a lei prevê, e quase sempre esterilizados. Normalmente há esterilização, não há procriação, parece-me, mas tem se calhar oito ou nove animais (...).”

[P2] “Às vezes são pessoas com boa vontade, que começaram por ser sinalizadas como FAT em clínicas, em hospitais, em associações que as usam como FAT, para recuperar aquele, coitadinho, e o outro e, de repente a pessoa vê-se com 20 animais ou 16 animais. Normalmente não procriam, (...), é mais a acumulação em si e a pessoa vai perdendo um bocadinho o norte.”

[P4] “Nós fomos visitar aquela casa (...), e verificámos que a casa não tinha telhado, chovia lá dentro, que se tratava de um casal de idosos e que, na casa ao lado, vive o filho. (...). Não

há condições de habitação, são cerca de 20 animais e o animal mais jovem tem 6 meses. Reconhecemos que ela é a família de acolhimento temporário de uma associação zoófila do concelho, e que essa associação zoófila lá costuma pôr animais e ela aceita, porque tem espaço. E quando eu digo que tem espaço não significa que tenha condições, são coisas distintas. A pessoa identifica que tem espaço porque tem mais divisões, porque tem mais área, direi eu, onde colocar animais, no entanto, vive em condições super precárias. (...) Também, neste caso, não existe reprodução de animais. Todos os animais que ali são colocados já vão esterilizados e chipados, mas ela aceita, ela simplesmente está disponível para colocar lá animais e, obviamente, não vê sequer a possibilidade de algum deles seguir para adoção.”

[P4] “(...) muitas das pessoas que são responsáveis pelas associações zoófilas ou que são protetores de colónias também sofrem de (...) Síndrome de Noé.”

[P4] “(...) as associações de animais têm muitas famílias a que chamam FAT, e essas FAT não sabem controlar o número de animais que possam ter, e isso, muitas vezes, está na origem do problema. “E eu vou ficar com este temporariamente porque não tem uma casa”. Eles não têm alojamentos, porque as associações têm essas famílias sinalizadas e depois mais um, mais um, mais um, e depois onde comem quatro, comem cinco e depois de repente temos dez ou 15 ou 20 e descontrola-se e porque depois não conseguem desapegar.”

[P6] “(...) trata-se como sendo uma associação e, efetivamente, tem uma associação constituída mas, para mim, é uma acumuladora, tem dois alojamentos.”

[P7] “(...) percebemos que elas normalmente nesta procura e nesta recolha e nesta captura, não atuam sozinhas e às vezes quase que servem, de família de acolhimento de pseudo associações e depois ficam famílias de acolhimento para todo o sempre. (...) elas depois não os dão.”

[P8] “Eu diria que algumas delas [associações] claramente que sim [acumuladoras], outras acho que talvez não.”

1.1.2.2.Fenómeno

[P1] “Curiosamente não ia tanto pelo número de animais. (...) Porque vi acumuladores, como era o caso deste médico, e ele não tinha muitos gatos.”

[P1]: “(...), mas que depois dá os animais para adoção, embora esteja sempre a apanhar animais em condições dantescas. O abrigo dela foi encerrado, (...) e depois vai acumulando,

vai acumulando, vai acumulando mas depois é daquelas que os vende também para o estrangeiro.”

[P1] “(...) foi acumular para Município C. Ela é a maior acumuladora de todos os tempos, já vinha corrida da Região 1 por acumulação, depois foi para Município D e foi corrida por acumulação, e depois foi para Município B, com uma (...) associação de proteção animal.” “(...) partiu o braço, à presidente da associação B, e partiu-lhe o Jipe todo.” [nómada]

[P1] “Houve alguém que pôs a casa à venda e foi para o estrangeiro. Era uma vivenda. A senhora (...) ocupou o espaço. (...) tirámos de lá 4 toneladas de lixo e carradas e carradas de animais (...). E essa senhora juntou-se, mais tarde, à [senhora] LA no Município C. (...). (...) Depois foi tudo limpo a expensas da Câmara, porque havia muitas queixas dos vizinhos e os animais foram todos para a Câmara. Foi daquelas que depois não autorizava a adoção dos animais. (...) Tinha uma série de cadáveres, o fenómeno de sempre.”

[P1] “(...) foi para um T1 ali no Município F (...) e colocou lá dentro 120 animais, que foi a “casa dos horrores” – na altura foi como foi chamado.”

[P1] “O único caso em que a pessoa se quis internar a ela própria, (...) foi o de um médico. (...) Houve um tiroteio em Município B, (...) e, a filha deste médico, que estava grávida, morreu com uma bala perdida. E o senhor, depois disto, desestabilizou de tal maneira que se divorciou e começou a acumular lixo e animais. E foi ele que pediu ajuda e nos pediu ajuda para os próprios animais. (...) e tanto quanto sei, não tem animais nenhuns.” [trauma]

[P2] “Acho que é vergonha, isolamento, são pessoas que têm dificuldade de ligação e depois quando são confrontadas até assumem, até deixam retirar os animais, às vezes até são elas que pedem ajuda. (...) e depois há questões quase sempre sociais - “Entretanto tive uma depressão”, ou alguém foi embora, ou fiquei doente, entretanto fiquei com pouco dinheiro e não pedi ajuda em tempo, ou contactei, mandei um email a alguma associação ou para alguém que pudesse ajudar, não me responderam e não insisti”. (...). E depois sofrem algum bullying da parte dos vizinhos e depois é uma bola de neve.”

[P2] “Não se fala o suficiente e isto deve ser falado porque tem muito impacto nos animais, nas pessoas, na sociedade, na comunidade, nas instituições que têm que dar resposta, na pressão dos técnicos que assistem às situações e que têm que dar resposta.”

[P2] “Já tivemos muitas [acumulação de cães]. Graças a Deus ultimamente temos menos e o número de animais não é tão alto como costuma ser de dezenas. (...) Tiramos dois ou três e a situação fica mais controlada, porque fica com o número que a lei prevê.”

[P2] “Podem ter um ou outro gato que até se aproxime mas a maior parte procriam, alimentam, fazem aquilo que podem, estão habituados a partilhar o espaço, mas esses animais que eles começaram avidamente por socializar, são gatos de colónia.”

[P2] “Temos uma acumuladora que tinha três habitações, (...) e nas três tinha gatos. Quando a senhora faleceu tivemos que absorver os gatos das três casas e não eram de todo iguais. Havia gatos dóceis, (...) bastante idosos e nós não conseguimos adotar. (...). Eram gatos de rua enfiados em casa, acontece imenso.”

[P2] “[A história] Começa sempre com poucos animais mas em algum momento aquela pessoa começou-se a aperceber mas estava numa certa depressão, num isolamento, num certo desligar, com falta de força, deixou-se estar, como se fosse mais confortável não fazer nada e logo se vê. Depois o “logo se vê” é pesado e então vai ficando.”

[P2] “Nós temos, às vezes, pessoas que têm muitos animais, normalmente cães mais pequenos, (...) que estão ótimos e, às vezes, chegam a ser sete ou oito e, mesmo assim, às vezes é difícil autorizar, mas os cães estão ótimos e não há insalubridade nenhuma e nós não identificamos uma acumulação. (...) somos chamados pelo ruído, porque os vizinhos se incomodam e não verdadeiramente por haver algum problema ali. (...) há é um incómodo a terceiros, que é diferente.” [incómodo/litígios]

[P2] “Há só, no fundo, uma lei que diz que tem que ser aquele número, que tem que ser negociado ou que tem que ser reduzido, mas que pode ser ultrapassado se existirem condições.”

[P3] “(...) eram duas senhoras, (...) dormiam num banco, iam partilhando o banco, a casa estava completamente disfuncional. Depois temos vários padrões de acumulação. Temos aquelas que inviabilizam todas as divisões e só circulam por corredores. Não têm cozinha, não tem casa de banho, não têm nada, nem sequer onde dormir em alguns casos. Que foi o caso destas senhoras. (...) elas foram as duas institucionalizadas, eles [parentes] tinham consciência do que se estava a passar no interior, que elas eram acumuladoras de coisas mas depois, quando foram ver a marquise, estavam lá uns dez gatos.”

[P3] “Ela chega à colónia e se vê um gato com vocalizações (...), ela leva-o para casa. “Coitado, estava abandonado”. (...). Têm os gatos em duas divisões, três divisões.” (...). Ela retira os pombos dos ninhos.”

[P3] “(...) que se tinha separado da namorada, estava transtornado. Tinha um gato e uma gata. De repente primeira ninhada, de repente segunda ninhada, tinha os gatos todos no quarto. (...)

eles começaram-se a reproduzir e ele não sabia o que fazer, porque ele não tinha dinheiro, não sabia como dar resposta, estava deprimido, quem sinalizou até acho que foi um familiar dele.”
[perda]

[P3] “(...) nós podemos identificar determinados casos em que os animais até estão bem, é um excesso de animais, é de facto, uma pessoa que é acumuladora.” [sobre a necessidade de clarificar o limite legal de animais] [confusão entre limite legal/excesso e acumulador]

[P3] “Ela tem cães em canil e tem gatos, uns à solta de colónia, outros isolados em determinadas divisões. Têm (...) uma roulotte e dois carros totalmente ao abandono e, em cada um deles, tem animais.”

[P4] “Neste caso em concreto, parece que tudo começou com um caniche que tinham e que foi diagnosticado com leishmaniose (...) e começaram a verificar as condições em que outros animais eram abandonados num hospital veterinário do Município M (...), porque o animal deles estava sempre internado e, de repente, começaram a levar mais animais lá para casa. (...). Portanto, isto depois começa a ser um processo de compensação. Conhecer associações zoófilas acabou (...) por ser muito instigador a terem ali mais animais e terem, também, uma zona de descampado onde aparecem gatos errantes.”

[P4] “Tem maior probabilidade de ocorrer onde o canil não esteriliza os animais. Pode até haver programa CED, mas o canil ter uma taxa de espera elevadíssima ou não dá uma resposta. (...). As pessoas acumulam animais porque, na realidade, não há uma solução para os animais. Ou havia um canil municipal de abate, ou agora não há um veterinário municipal que esterilize e, portanto, as pessoas têm que, por meios próprios, encontrar soluções para os animais que têm à sua porta.”

[P4] “O problema aqui é que nas situações das colónias, a pessoa se torna acumuladora porque os animais lhe pedem ajuda e ela tenta ajudar os animais até ao seu limite. A partir do momento em que o seu limite se esgotou, então começa um processo de decadência, em que os animais que ela levou para casa, seja porque estavam doentes ou porque encaminhava para a adoção, ou porque retira os mais jovens para não serem silvestres ou para não estarem à chuva ou ao frio, qualquer que seja o comportamento, é resultado de um problema da sociedade. Esse problema da sociedade é a operação por parte das associações zoófilas, a operação por parte do veterinário municipal, um desligar dos vizinhos que maltratam os animais. Todos os relatos dos protetores é que os vizinhos não gostam dos gatos, então é um mecanismo de proteção para não serem envenenados. (...) Tudo isto é um processo em que se

pretende perceber porque é que a pessoa salvou aqueles animais, porque é que ela os começou a levar para casa.”

[P5] “Eles diziam que tinham seis, entretanto, uma pessoa chega lá e (...) acabam por ser sempre mais.”

[P5] “Depois acabaram por serem encaminhados para adoção, sendo assim pequeninos foi mais fácil, mas também era uma situação de algum descontrolo a nível de população animal.”

[P5] “(...) normalmente até têm associada alguma perda. Neste último caso, havia ali a perda do pai. Este senhor morava com o pai, era só o pai que acabou por falecer e não sei se é alguma forma compensatória.” [perda]

[P5] [é considerada acumulação mesmo nos casos em que os animais estão bem tratados] “Sim, sim.” [confusão entre limite legal/excesso e acumulador]

[P5] Acima dos quatro, é excesso de animais em prédio urbano, mas obviamente que se houver uma avaliação pelo médico veterinário responsável do município, podemos autorizar o excedente até seis. Após isso, por exemplo, no caso dos cães, tem que ter autorização de canil. Tivemos uma situação, penso que há pouquinho tempo em que as pessoas tinham as condições todas para ter os cães e o número de animais que tinham em casa. (...). Agora, nalguns casos, a acumulação dos animais desenfreada vem também depois com outros problemas associados que são o não saber parar, é “Eu vou proteger este animal, porque mais ninguém o consegue proteger”, “Este animal estava numa associação”, “Este animal estava num canil”, “Este animal estava na rua e só eu é que consigo tratar dele”, “Só eu é que lhe consigo dar uma casa e posso deixar de comer”.

[P6] “Temos uma visão completamente diferente.” [psicologia versus medicina veterinária]

[P6] “A acumulação de animais (...) [consiste num] número excessivo de animais perante aqueles que têm a capacidade de cuidar com condições aceitáveis de bem-estar. Mas tem que ser reiterado ao longo do tempo, não pode ser num espaço temporal como, “ele há um mês que tem estes animais todos” (...). E tem que ser alguém que já ficou sem animais e voltou a tê-los. Tem aquela compulsão de ir buscar mais animais. É o ir buscar, o ir salvar mais animais, que é o que eles fazem na cabeça deles. A compulsão de salvar mais animais é o que define a síndrome, não é o ter animais a mais. Porque nós depois, o que é que vemos no terreno? Vemos pessoas com défice cognitivo e temos um criador que se está a aproveitar deles para ter animais a mais. Temos dos mais variadíssimos casos. Pessoas que têm animais a mais para disfarçar o cheiro de drogas, temos imensa coisa que nem sequer passa pela cabeça e não

se pode pôr tudo numa síndrome psicológica, porque aí, estamos a descredibilizar a parte da psicologia. E depois aquela pessoa vai a algum lado e chega-se facilmente à conclusão que ela não tem síndrome nenhuma. A única característica não pode ser o excesso de animais.”

[P6] “É muita **solidão**. (...). E a pessoa que tenha patologia acaba por ficar sozinha, inevitavelmente, porque aquilo **chega a um ponto onde ninguém consegue conviver de uma forma saudável naquele meio. Com o cheiro, com a sujidade, com a falta de conforto**. Eu cheguei a ir a (...) [um] T1, (...) com 70 gatos. (...). Claro que a pessoa estava sozinha, ninguém consegue.”

[P7] “Pela minha experiência (...) não é bonito o panorama. Com a pandemia e com tudo o que estamos a ultrapassar, isto só tem **tendência a se agravar** e **só conhecemos a pontinha do iceberg**.”

[P7] “Para mim, ter o **perfil de acumulador**, ele até neste momento pode só ter cinco animais, mas o perfil está lá, (...) **há um desequilíbrio emocional**, e (...) há toda uma **falta, se calhar, de retaguarda familiar e social** que os leva a isto. **Transferir as emoções para os animais**, (...), por toda a facilidade que é nós ligarmo-nos aos animais. Eles nunca reclamam que nós somos chatos e há uma relação social que se transfere, deixa de ser entre os pares e passa a ser interespecie.” **[desequilíbrio/falhas/compensação]**

[P7] “A senhora nem sai nunca de casa, porque acho que já está praticamente acamada mas, ou seja, nestas situações, **há sempre muitas coisas por trás, o problema não são só os animais, são às vezes dramas brutais**. E nesta situação, também havia um irmão que já tinha sido acusado de **violência doméstica** à avó e tinha sido institucionalizado. **A mãe morreu quando elas eram muito novas, ficaram à guarda da avó**, e esta situação desta rapariga nova, (...), **a mãe morreu, acho que de toxicodependência**, (...). A realidade que ela vive deve ser...Consegue-se perceber que aqui **as retaguardas familiares e os ambientes onde as pessoas são criadas e vividas pode ser completamente determinante para estes desequilíbrios e para estas alterações**. (...) **podem (...) haver estes desequilíbrios e estas famílias desestruturadas, mesmo com muito dinheiro**. (...). E elas, **como não têm grande amor à volta, voltam a encontrar ou encontram pela primeira vez esse amor nos animais**, que lhes dão realmente muito amor. E esta ligação muito forte e este drama, e por isso é que é **muito mais dramático do que o acumulador do lixo**, que eu também já presenciei, que em que nós estamos a tirar-lhe uma lâmpada fundida e parece que lhes estamos a tirar um braço. **Mas isto ainda é muito mais dramático quando [envolve] animais, porque há uma relação afetiva**. Uma coisa inerte, uma

lâmpada fundida não nos dá carinho e um animal pode-nos dar.”

[P7] “E eu tive uma situação (...) Também era uma rapariga, com cerca de 40 anos, 40 e tal. Percebemos que ela era licenciada, percebemos que teve uma depressão muito grande também com a morte da mãe e, quando me pediram ajuda, e foi, se não me engano, foi o vizinho do lado que sinalizou, era um apartamento que cheirava mal, porque quando os gatos são ”inteiros” têm um cheiro muito forte, a urina. Na ideia do vizinho, ela tinha três ou quatro gatos e sabia que ela não andava bem, sabia que ela estava de baixa, que percebia pelo ar dela descuidado (...). E quando nós lá chegamos (...) ela tinha 20 gatos, (...) porque eles depois são todos iguais, “os pretos”, e “os pretos e brancos”, e ele via-os de vez em quando na janela, um ou outro, pelo vidro, mas não tem a noção que são 20 e os gatos mesmo que miem nunca é... Por isso é que eu digo que é mais fácil se tivermos um iceberg, ele estar escondido se são gatos do que cães.”

[P7] “Eu também acredito que o facto de haver aqui alguma boa condição quando eles se reformam e tempo livre, depois vamos bater sempre no padrão que os que têm família ou não falam para a família ou a família está para o estrangeiro, ou seja, estão sozinhos. Eles estão efetivamente a sentir-se sozinhos, muito tempo livre e depois se ainda por cima houver alguma folga monetária...”

[P7] “(...) outra situação que me aparece imenso (...), numa fiscalização (...) tem quatro cães. Por lei, não pode, já está a exceder. Mas nós percebemos que aquilo, se calhar, foi má informação, foi desconhecimento da lei, foi fruto de alguns anos e até alguns são já muito idosos, mas dizemos, “Olhe, a partir de agora não”. E a pessoa percebe-se, ela está a infringir a lei, mas não porque está a querer mais animais, porque tinha aqueles, e um era da mãe que morreu e a outra era, não sei quê. Por isso é que eu digo que a acumulação de animais é muito mais do que ultrapassar o que está na lei, é muito mais do que isso.” [definição]

[P7] “Há quase uma comunidade destas benfeitoras, que elas depois acabam por se conhecer, e é fácil dizer assim: (...) “Maria olha, sei de uma amiga - elas sabem tudo - que aí na zona apanhou um cão, ficas com ele?”

[P7] “Mas na ideia delas, como no boletim está tudo direitinho... (...). Ou seja, na ideia dela como chama a veterinária, a veterinária vai lá, passa as vacinas que tem que passar e está tudo “legal”, o resto não interessa.”

[P8] “ (...) esta condição [de acumulação de animais] não se falava muito. Aliás, sabíamos que havia algum perfil (...) dos detentores de animais que tinham alguma tendência a ter mais

animais, a acumular, mas nós [médicos veterinários] não visitávamos (...) a casa destas pessoas.”

[P8] Porque eu acho que eles até têm um grande contributo para o abandono animal por vezes (...). (...) muitas vezes eles acabam por ser o obstáculo a que estes animais possam ser adotados por outras pessoas, uma vez que eles vão acumulando e não têm um limite (...).”

[P8] “Eu associaria [a acumulação] (...) primeiro ao facto de o animal não ter ninguém que o proteja, sobretudo isso, e não propriamente à má condição, porque aquilo que eu tenho, nuns casos é aquele animal que ninguém quer, noutros casos são as crias ou é uma ninhada que aparece (...) e então as pessoas normalmente vão proteger e vão apanhar essas crias e criá-los, e acabam por não os dar, acabam por os reter.” [definição]

[P9] “ Eu dou formação e posso-lhe dizer isso, não há nada, as pessoas nem sabem nada, (...), elas já ouviram falar nisto (...) nos programas de televisão e depois algumas nalgumas visitas encontram-se com estas realidades ou quando há, enfim, referências ou algumas sinalizações também que são feitas, mas de resto as pessoas não sabem nada. ”

[P9] “Há uma vertente muito virada para o mau trato animal e bem, portanto, os direitos dos animais e, ainda bem estão consagrados. (...). Mas depois parece que se esquece um bocadinho também dos direitos daquela pessoa que apesar de estar a deparar-se com uma patologia, diagnosticada ou não, ou com algumas dificuldades, parece que às vezes é um bocado esquecida também no meio disso tudo. Portanto, a vertente dos direitos, nem que seja na vertente dos direitos humanos, aqui é muito importante e até para os profissionais... (...) e os direitos humanos estão de lado. (...) entram pela casa adentro, faz-se limpezas coercivas (...).” [direitos]

[P9] “(...) os casos que eu tive (...) em contexto de supervisão (...) não se sabia bem o número [de animais], porque também há sempre esse mistério. (...). [Os detentores] nunca sabem. Mas era um senhor já com uma idade muito avançada, 90 e poucos anos, portanto, tinha sido um alto quadro político em Portugal e que tinha à volta (...) de 90 gatos dentro de uma casa. ” “Sim, dentro de uma casa, numa zona mais antiga do Município A, mas uma casa boa, uma casa apalaçada e, portanto, o que a equipa descrevia era que havia gatos a voar por todo o lado, portanto, havia gatos em todo o lado, era impossível conseguir-se contabilizar. ”

[P9] “(...) o diagnóstico também não é muito fácil, até porque tem que ser, pelo menos, de acordo com os critérios também do DSM, e porque há estas questões de se perceber se há outras comorbilidades ou não, ou seja, se há uma patologia primária ou não, ou se aquilo no

fundo é um problema de acumulação e não propriamente uma perturbação de acumulação de base. E dos (...) muitos casos que passaram pelas minhas mãos, sem ser de acumulação de animais, mas de acumulação, (...) de (...) bens inanimados, (...) a maior parte das vezes eu diria que é um problema da acumulação e não uma perturbação da acumulação, ou seja, há outros quadros de base facilmente, até alguns com diagnóstico claro, como uma esquizofrenia, por exemplo, ou um transtorno da personalidade, qualquer coisa desse género e depois sim, o problema de acumulação, mas enfim, daquilo que nós temos conhecimento, porque depois o conhecimento que as equipas nos passam também é um conhecimento limitado, na medida em que as pessoas permitem e que, (...) os profissionais envolvidos no caso (...) poderão partilhar. (...) também já me retrataram alguns onde havia animais, mas não como este, por exemplo, 90 ou centenas não isso, muito menos, ou seja, alguns animais no meio de outras coisas acumuladas, inanimadas. Mas aí não se pode descrever, até porque os animais não estão à partida demasiado negligenciados.” [diagnóstico]

[P9] “(...) uma coisa que é evidente, pelo menos na literatura até agora é, há uma experiência de trauma, há qualquer tipo de trauma que é vivenciado pela pessoa, às vezes associado a perdas, a lutos, não bem elaborados, (...). (...) há ali um papel, no caso dos animais (...).” “Sim, [apego] compensatório, de um preenchimento obviamente afetivo, de vazio.” Também está descrita a sensação de controlo que a pessoa tem sobre a relação com o animal, que provavelmente já não tem com outras pessoas, com outras ligações. (...) por exemplo, este senhor dos gatos era um alto quadro e que a determinada altura se percebe que há ali uma outra patologia do foro psiquiátrico, não fazemos ideia qual, mas ali, com alguns traços mais psicóticos e mais obsessivos, provavelmente ali com alguma coisa também de personalidade e que, enfim, depois da perda, depois da reforma, da perda do estatuto que tinha associado ao alto lugar que desempenhava, há ali um processo que se inicia provavelmente na sua história e daquilo que era um gato ou dois ou três, entretanto, tinha lá umas colónias que ele próprio já não controlava.” “Outro fator que costuma ser comum na (...) história de vida delas é que há uma perda muito significativa e provavelmente o trauma associado a essa perda ou o luto não bem elaborado. (...) Pode ser a perda de uma relação conjugal, por exemplo, uma separação, um divórcio, a morte de um descendente ou de um ascendente, alguém que era muito ligado aos pais e que vivia com os pais e um dos pais, enfim, pela idade ou por outras circunstâncias, falecem ou então a perda de um filho. (...). Outra coisa que também sei é que a perda pode estar associada a uma perda de estatuto profissional, a perda de um emprego ou a perda de uma casa por uma dívida, (...). (...). Há um fator que é comum que (...) pode anteceder a

situação, mas também pode ser uma consequência do próprio problema, ou do desenvolvimento do problema, ou da sua exacerbação, que é o **isolamento** destas pessoas. Algumas até tinham alguma rede mas ou vão perdendo a rede, ou vão se isolando, ou depois o próprio problema também leva à rutura com essa rede e, portanto, são pessoas que estão muito isoladas.”

[P9] “Mas, de resto, os casos que normalmente me chegam são pessoas que até têm, não vou dizer boas reformas, mas algumas delas sim, com **reformas** perfeitamente capazes de lhes dar boas condições de vida. E há opções que fazem que não são compreensíveis na nossa leitura. E nós não conseguimos chegar à relação com essas pessoas ao ponto de perceber porque é que elas fazem essas escolhas. Portanto, é difícil chegar à conversa, é difícil estabelecer uma relação. Portanto, há coisas que nós nunca vamos (...) compreender.”

[P9] “(...) e porque é que o caso é sinalizado? Porque a pessoa à noite acendia velas, como a casa cheia de papel, uma casa antiga (...). Como imagina tudo em pânico, o senhor com 70 anos. (...) e era uma pessoa que no contacto estava perfeitamente orientada sobre si própria no tempo e no espaço, tinha as suas rotinas, completamente autónomo e agradecia muito, mas não queria ajuda nenhuma. (...) eu estou a dar um exemplo, este não é de animais, mas acho que na questão dos animais também acontece ou, pelo menos, a fantasia que eu tenho é que isto também pode acontecer, haver assim algumas atitudes que são um bocadinho incompreensíveis nesse aspeto.”

[P9] “(...) estava-me a lembrar de um caso também em que era curioso que havia imensos cães e gatos que estavam a ocupar a casa toda, portanto, era uma casa grande, uma vivenda também, mas a pessoa na área que era ocupada pela família, que era a mãe e neste caso duas filhas, (...) estava relativamente bem cuidada e estavam lá três ou quatro animais que também eram bem cuidados, que eram os animais primários, os originais, os primeiros, ou seja, esses partilhavam em comum espaço (...) com esta família (...), mas os outros animais que entretanto a pessoa ia resgatando, estavam completamente, quer dizer, no meio de cadáveres e de aquelas coisas que nós ouvimos descrever na literatura.”

1.1.3. Características sociodemográficas

[P1] “Os casos que assisti foram sobretudo de **mulheres**. (...). Tive casos de acumuladores bastante **jovens** mas a maioria era **acima dos 50 anos**.”

[P1] “(...) uma **médica** (...) criava animais para vender.”

[P1] “(...) a maioria dos casos que eu tinha eram médicos, professores.” (e.g. “Médica”; “assessora política”; “professora”; “médico pediatra”; “professor universitário”)

[P2] “(...) acho que é mais **feminino**, mas também há masculino e não é assim tão pouco. Diria que é **mais de meia-idade para a frente**, não são só pessoas jovens. A grande acumuladora que tive era **psiquiatra, médica**, e **há de vez em quando pessoas com licenciaturas e trabalhos bastante funcionais mas talvez não seja a maioria**. (...) e de pessoas até com um discurso muito capacitado. Um dos casos mais difíceis de acumulação **tinha formação superior**. (...) Está **mais relacionado com condições habitacionais mais deficientes**.”

[P2] “Quando são **homens têm mais idade**. Acho que nas mulheres pode aparecer numa idade um bocadinho mais precoce.”

[P3] “Outro caso, que foram 19 gatos de uma senhora. A filha, que era **médica**, (...), numa habitação social, e a mãe estava acamada (...).”

[P3] “Mas também tivemos um caso de um **rapaz** que **nem trinta anos tinha**.”

[P4] “Nós temos alguns **casos de homens, nem todos são de mulheres**.”

[P4] “Não, **mais 80/20, 80 as mulheres**. Pessoas com **mais de 50 anos**, **isoladas**, muito mais reformadas ou que estão de baixa. **Pessoas que entraram numa situação de solidão**.”

[P4] “Os casos que nos aparecem não posso dizer que consubstanciam uma situação económica precária. Eu acho que, na realidade, **são pessoas que têm alguma capacidade de recursos**, seja a nível de espaço, a nível de capacidade monetária para os tratamentos de animais, eu acho é que **ficam numa situação precária porque os recursos que gastam em prol dos animais são totalmente excessivos**.”

[P5] “**Entre os 40 e 50 anos. Mais mulheres** do que homens. E pessoas que normalmente são **sozinhas ou divorciadas ou que são solteiras**, (...). Muitas destas situações são pessoas que **têm formação profissional**. **Técnicos superiores, pessoas que trabalham até em bancos**. (...) **Pessoas que têm ou que tiveram alguma posição que os deixava confortáveis e não há propriamente falta de escolaridade**.”

[P5] “A maior parte das vezes são situações em que o agregado familiar **não tem condição financeira para ter um animal** ou porque são pessoas **idosas que estão debilitadas**, estão doentes.”

[P6] “Há uma tendência maior para pessoas com uma... não se pode dizer que seja uma capacidade socioeconómica baixa, porque nós temos pessoas que até **têm alguma capacidade**

financeira. Só que as pessoas querem fazer mais do que efetivamente conseguem e o dinheiro acaba por ser pouco (...). (...) nós temos aí pessoas quase com zoos autênticos, com mais de 100 animais. E manter 100 animais... Alguém de uma classe socioeconómica baixa não consegue, (...) em condições de bem-estar, digamos.”

[P6] “(...) mais pessoas do sexo feminino, a partir dos 40 (...).”

[P6] “Acho que tem mais a ver com os tropeções na vida do que propriamente com a classe socioeconómica ou com a escolaridade, ou seja o que for. Nós temos agora um caso (...) e é médica. A exercer. E é ela que faz as eutanásias. Ela nem sequer se mentaliza que é médica de medicina humana, não é médica de medicina veterinária, ela não pode fazer eutanásias nos animais. (...) E estamos a falar de uma pessoa que exerce medicina. Não, está desempregada, não é de uma classe socioeconómica baixa. Não é por aí.”

[P7] “E por isso estão cinco mulheres, ou seja, batem todas elas [com a literatura], e eu só tenho um caso (...) em que há um homem, mas é porque está a acompanhar a mulher, ou seja, sozinho, sozinho, eu não tenho nenhum único homem, o que bate certo. Só foge aqui um bocadinho, porque eu sei que a média de idade é dos 50, mais ou menos, e eu tenho uma menina que foge que tem tipo 20 e tal. As outras todas é isso, bate certo. Sozinhas, separadas, viúvas, desamparadas, quarentas, cinquentas e sessentas. Pronto, uma delas até tem 60 e tal, e por isso bate certo. Depois outra coisa, (...) tenho desde uma pessoa que se percebe que é bastante carenciada a uma pessoa que tem imensas propriedades, mas é sozinha na mesma, e tem muito dinheiro e o dinheiro é todo canalizado para os animais. Mas, na mesma, com negligência de cuidados. A pessoa, por muito dinheiro que tenha, uma pessoa sozinha, não consegue cuidar de 20 animais, não dá. E depois com morbilidades e pessoas já com alguns problemas físicos.”

[P7] “Eu tenho neste momento duas professoras reformadas, ou seja, não é a questão da iliteracia. As outras duas não sei, e (...) a novita, (...) também deve ter largado os estudos. Sei que ela trabalhava num restaurante, mas quer a história da condição económica e a história até das habilitações literárias é um mito acharmos que são só pessoas que não têm.”

[P8] “Normalmente sexo feminino e com idades provavelmente acima dos 50 anos. A ocupação acho que é variável. (...) várias têm meios, mas depois acabam por ir vendendo propriedades para ir mantendo e depois, ou seja, saem de uma situação de conforto económico, acabando numa situação de dificuldade económica. (...) Outros, que realmente não têm grande conforto económico, mas fazem tripas coração para dar o que podem.”

[P9] “(...) É uma perturbação ou um problema que se torna mais visível na idade mais avançada [“É na casa dos (...) 60 e tal, 70 anos.”] embora haja literatura que aponta para alguns traços comportamentais e alguns de personalidade já na idade mais jovem, (...). Em pessoas normalmente de um estatuto socioeconómico mais elevado ou médio, e também de habilitações literárias mais elevadas, ou seja, até pessoas com cursos superiores, e posso dar exemplos, algumas com doutoramento, por exemplo, mestrados, licenciaturas, etc.”

1.1.4 Percepção do problema

1.1.4.1. Negação

[P1] “Negligência com o próprio e incapacidade de tomar conta desses animais e, mais, de admitir que essa negligência e incapacidade existem.”

[P1] “Não reconhecem que há um problema e até levam a mal quando a pessoa diz que há um problema.”

[P1] “E foi ele que pediu ajuda e nos pediu ajuda para os próprios animais. Reconheceu que era acumulador e auto internou-se. (...) Mas foi o único que reconheceu que tinha um problema”

[P2] “Há aquela em que a pessoa não tem a noção, que não assume, e há aquela em que a pessoa assume, e até precisa de ajuda, mas pede-a demasiado tarde porque muitas vezes também não tem as competências, ou a ligação à sociedade suficientemente com os canais abertos, para pedir ajuda em tempo, e muitas vezes quando pede ajuda já está numa situação calamitosa e depois é muito difícil as instituições conseguirem ajudar.”

[P2] “As pessoas no fundo sabem, têm consciência, já ficam é com demasiada vergonha de pedir ajuda e depois há aqueles que não assumem de todo.”

[P2] “E essa senhora não assumia. A senhora tinha desculpa para tudo, chegou-nos a mentir (...).” [quanto ao número de gatos]

[P4] “(...) perdeu o discernimento ou não tem tanta capacidade.”

[P4] “Mas o facto de ela não querer dar nenhum para a adoção não significa que ela não reconheça que não pode acumular mais animais.”

[P5] “E às vezes, até está tudo bem, mas começa ali a aumentar, a aumentar, a aumentar e depois deixa de ter a percepção.” [relativa à capacidade de prestar os cuidados necessários]

[P5] “(...) e, muitas vezes, nem sequer se apercebem. Nem sequer se apercebem, porque é só mais um, mais um e depois mais um.”

[P5] “Sim” [não reconhece a insalubridade]

[P5] “Sim” [não reconhece a existência de um problema e a falta de condições dos animais]

[P6] “Está a salvar, está a salvar o animal. Isso aí, não tenho a mínima das dúvidas [falta de percepção], como a verdadeira pessoa que tenha mesmo a síndrome de Noé, de acumulação de animais, acredita que está a fazê-lo por uma causa melhor, que eles estão melhor ali. (...). Já apanhámos casos de pessoas que tinham animais com 50 transportadoras, os gatos estão todos dentro das transportadoras e metade deles já estavam cadáver há muito tempo. Ela nem sequer os cadáveres, tirava de lá. Isso é uma pessoa que tem uma percepção completamente desviada da realidade. Essa sim, isso é uma patologia, isto não é alguém que está no seu estado normal.”

[P7] “Por norma, as minhas acumuladoras, elas gostam do animal, não têm é noção, ou seja, é falta ou redução do insight, (...), elas não estão a ver o filme. (...) Elas dizem mesmo isso, não há ninguém que trate melhor, e por isso eles só estão bem é ali (...). (...) mas não têm a noção, porque tentamos chamá-las à razão, e dizemos “Acha que está bem? Ele não está bem”, “Claro que está bem, claro”, e eles, às vezes, [estão em más condições de saúde].” “Mas percebe-se que há mesmo uma falta de noção da realidade onde estão. E essa falta de noção é que faz com que ela hoje tenha dez, e eu até fui lá e tentei explicar que não pode ser, que não está bem, vamos reduzir, e ela amanhã já tem 11, não ouviu nada do que eu disse.”

[P8] “(...) não conseguem ver quando (...) mais um animal que eles acumulam vai pôr em causa aqueles que já foram acumulados e depois é um efeito dominó.” “(...) claramente há essa grande dificuldade [falta de percepção], (...) nunca é estabelecido um limite. Há sempre lugar para mais um (...).”

[P9] “(...) é algo que me parece que há uma falta de percepção e, portanto, acho que há um perfil de acumuladores de animais que acredita que está de facto a salvar os animais e a cuidar deles, embora não esteja, claramente, os indicadores são óbvios. (...). (...) acho que há uma tentativa também de cuidar e de salvar e depois alguma coisa se descontrola, (...). E depois há um perfil que também há umas pessoas que vão sendo conhecidas, (...) lembro-me de falarem numa senhora mais idosa, que andava sempre a vender cãezinhos na rua e, portanto, tinha mais aquele perfil do explorador, que não tem qualquer empatia para com os animais, mas tira proveito disso. (...). É um bocadinho, como acontece na acumulação de bens inanimados.

(...) há ali qualquer coisa (...) não sei se é da percepção, não sei exatamente o que é em termos psicológicos, mas há qualquer coisa ali que foge um bocadinho à realidade (...) há ali uma até uma certa perversidade. Nos animais, (...) nós vemos como um mecanismo um bocado perverso, como é que alguém acredita que está a salvar num animal e a tratar bem dele, e se não fosse ele, o animal não sobreviveria quando o animal está praticamente às portas da morte (...)”

1.1.4.2 Negligência

[P1] “(...), tudo o que são negligências.”

[P7] “(...) que isto é outro padrão, todas muito descuidadas. (...) no sentido de cabelo desgrenhado, que está suja, que cheira mal. A maior parte das vezes as roupas delas têm aquele cheiro a urina, entranhado.”

[P9] “Eu acho que tem que ser por [os animais] estarem negligenciados, senão, tínhamos que, por exemplo, identificar [figura publica] como um deles. (...) parece que tem um Zoo em casa, mas parece que até trata bem dos animais, que lhes dá tudo, todo o conforto e todas as condições (...), acho que tem que haver uma negligência muito, muito acentuada do bem-estar animal.”

[P9] “(...) outro fator que eu acho que também acontece nalguns casos que eu fui tendo conhecimento que é uma certa negligência consigo próprio. Mas não é aquela negligência que às vezes vem relatada na literatura, que é da pessoa deixar de tomar banho ou deixar de cuidar da sua higiene. (...) isso até está mais associado ao síndrome de Diógenes, (...) mas mais aquela negligência que aconteceu neste caso que é, a pessoa deixou de pagar as contas da água, deixou de pagar as contas da luz, tendo dinheiro, tinha uma ótima reforma (...)”

1.1.4.3. Insalubridade

[P1] “(...) aquilo era comida misturada com fezes, misturada com urina.”

[P3] “(...) [senhora acamada], completamente nua e coberta de fezes humanas e de gatos.”

[P5] “Sim, neste último caso, a nível de saúde estavam [bem], a nível de salubridade não, de todo. Uma situação bastante grave. Para a pessoa estava tudo limpo, dentro daquilo que ela considera limpo, mas era a questão dos próprios animais que não estavam doentes, e também

a saúde das próprias pessoas que habitam o alojamento.”

[P5] “Nós já tivemos aqui um caso, (...) teve que ser feita uma entrega do cão e do gato. E só tinha um cão e um gato. E neste caso não era uma situação de excesso, estávamos em situação de constantes focos de insalubridade. (...) Havia novamente uma denúncia por parte da vizinhança, porque acabava por também influenciar na salubridade. (...). A partir do momento em que um cão faz cocó e xixi dentro de casa, e se as coisas não são limpas...”

[P5] “(...) a maior parte das vezes, havendo essa acumulação, também existe insalubridade. Tiramos a fonte da insalubridade e aí trabalhamos um bocadinho juntamente com a parte da saúde pública.”

[P7] “Quando há situações (...) que são com terrenos, é fácil haver ratos. Não é tanto pelo cão, mas pela presença de roedores em sítios com falta de higiene, falta de limpeza, mas principalmente problemas dermatológicos associados a fungos e que são zoonoses, sim.” “(...) o delegado de saúde fez, detetou um poço e havia ali um perigo para a saúde pública, havia águas paradas e sinais no corpo dela de zoonoses.”

[P7] “(...) porque depois eram cães em apartamentos a urinar e havia evidências, o chão estava todo levantado de estar com urina no soalho, e a idosa caiu e partiu um pé ou torceu um pé porque escorregou na urina. E havia esses relatos todos da delegação de saúde, dos episódios de urgência.”

[P7] “E era, outra vez, lixo por todo o lado, havia os restos da comida, era de boa qualidade mas eram os restos dos cocós em sacos de comida, ela depois não tinha capacidade para os tirar (...).”

[P7] “Se eu lhe disser que, já em duas situações graves, de insalubridade grave com acumuladores à mistura, trabalhavam em cozinhas de restaurantes. E nós vamos comer a esses restaurantes, não é? Ou seja, eles não vivem numa ilha. Estamos todos aqui.” “E quem diz na cozinha, se calhar outras profissões e outras coisas que nós não nos apercebemos. Padeiros, mas o pão ainda vai ao forno. Agora, comer saladas e coisas que aquilo é tudo cru e, (...) enquanto a população não ficar chocada com o que é que descurar este problema nos pode trazer.”

[P8] “Aliás, normalmente o que despoleta é precisamente isso. É quando existe suspeita de que realmente já não existe salubridade ou há um risco para a saúde pública, que normalmente é feita essa intervenção, é quando já há suspeita de algo.”

1.1.4.4. Apego

[P1] “(...) até os cadáveres mantinham, que não se conseguiam desfazer deles.”

[P2] “Aí é uma espécie de desleixo, de uma inércia, (...). Pode começar porque tem pena dos animais e depois os animais procriam, procuram afetos e já não há tanto essa dedicação, não os trata mal mas praticamente coabitam. É como se fossem coabitantes do mesmo espaço.”

[P2] “ Temos pessoas que sabem o nome.”

[P3] “(...) e tinha cadáveres guardados, em bolsas na cozinha.”

[P3] “(...) com os ativos, as pessoas têm um vínculo e um apego tão grande e é-nos difícil não só dar resposta, como é difícil esses animais serem adotados (...).”

[P4] “(...) se a pessoa sistematicamente vê os gatos a irem pedir-lhe comida, rapidamente existe aqui um processo de apego. Se, na realidade, o animal adoecer, o que é que ela faz? Tem que ir ao veterinário, não vai conseguir ver o animal em sofrimento. Então ela vai ter que gastar dinheiro. Se, na realidade, o animal se reproduzir, ela vai ter que arranjar a solução para a ninhada.” “(...) [a associação] consegue identificar, rapidamente, se existe diferença na relação afetiva e com que elementos. (...) há uma relação de maior afinidade com animais mais idosos do que animais mais jovens. Então, provavelmente, é possível acordar a retirada de animais mais jovens do que propriamente de animais idosos.”

[P5] “Uma pessoa quando começa a gostar, não consegue desapegar.” “Quem tem animais não é, à partida, propriamente um coração de pedra e gelo e acabam por, inocentemente, ir ficando e não se conseguindo desapegar nessa situação (...).”

[P7] “ (...) dizemos que vamos ter uma família ou até já temos uma família para aquele animal e as pessoas não dão. Então aí há o apego, (...) e a sensação de posse e, por norma geral, aqui a associação com o síndrome de Diógenes (...).” “Para acumular tem que haver o sentimento de posse e de não desprendimento e de uma ligação muito grande afetiva (...).”

[P8] “ (...) eu acho que a perturbação (...) reside no vínculo e, se calhar, na perspetiva de que eles irão cuidar melhor daquele animal do que as outras pessoas, ou porque aquele animal não tem ninguém que o cuide. Portanto, uma espécie de uma imagem de salvadora (...), um bocadinho o reflexo de “A mim ninguém me salva, mas pelo menos eu tenho os animais”. Portanto há aqui esta recompensa.”

1.1.5. Reincidência

[P1] “(...) pouco tempo depois de ter saído a sentença, recebemos logo a informação de que o terreno já estava cheio de animais outra vez. “Ela não vai parar”.

[P1] “(...) estávamos sempre a lidar com situações de acumuladores. Às tantas, eram sempre os mesmos, mas sempre a reincidir.”

[P1] “(...) uma vez acumulador, acumulador para toda a vida.”

[P1] “(...) que é o único exemplo de sucesso. (...) e essa senhora, também graças ao irmão que era bombeiro, arranhou outra casa. Parecia outra pessoa, completamente diferente passado uns meses, a cuidar de si, coisa que nunca a tínhamos visto fazer. Não parecia a mesma pessoa, nós já nem a reconhecíamos e não voltou a ter um animal sequer. Foi quase como aqueles alcoólicos, que nunca mais tocam em nada.”

[P2] “Fazemos um grande esforço, temos um grande empenho e depois muitas vezes passado seis ou sete meses temos as mesmas entidades “lá está outra vez com animais”. Uma pessoa sente-se perfeitamente desmotivada.”

[P4] “Mas temos casos em que a pessoa, se não houver um acompanhamento, volta a acumular animais.”

[P5] “(...) já tinha história de acumular antes, até de muitos mais animais do que tinha agora, mas isto tem vindo a ser arrastado.”

[P5] “Há situações que se resolvem com uma única intervenção e há situações que se vão arrastando por recidivas. Há ali uma reincidência, por exemplo, no caso do cão e do gato que nós recebemos, eles foram obrigados a entregar os animais ao final de dois anos, porque havia limpeza e depois deixavam acumular detritos, sujidade, de tudo, outra vez.”

[P6] “Entretanto, às vezes passa muito tempo quando a pessoa vai lá, já tem outra vez os animais todos. É complicado.”

[P7] “Porque a veterinária aqui é sempre a má da fita, porque vem tirar os animais e o problema fica lá e por isso as tais 99.9% de reincidências.”

[P9] “(...) mas o que o que acontece é que as pessoas depois mudam de localidade, vão para outros territórios onde não são conhecidas e, muitas vezes, retomam esse comportamento. (...) a reincidência é próxima de 100% no caso da perturbação da acumulação de animais.”

1.1.6. Sinais de alerta

[P1] “(...) Nós temos uns quantos alertas e um deles é quando nos dizem que **não dão nenhum para adoção**”. (e.g. “(...) ela depois não queria que dessem os animais para adoção”)

[P1] “(...) uma das coisas que nos dava logo o alerta era aquela pessoa **não ter água nem luz** em casa porque era raro o acumulador que tinha água e luz.”

[P7] “E há sempre sinais que nos devem lançar o alerta que estamos perante um acumulador (...) e, quando estamos na dúvida, e dizemos assim: “Olhe, mas eu **arranjo-lhe uma família** espetacular para este animal, eu vou levá-lo está bem?”, **dizem-me que não**. (...) “Não, porque se me tiram eu mato-me”.

[P7] “Na ideia delas, elas estão a fazer o melhor, **não há ninguém que os trate melhor** - que isto é outro sinal.”

[P9] “(...) um dos sinais seria (...) relacionado com o **isolamento**. (...) um auto isolamento, (...) **e depois provavelmente algumas características mais relacionadas com a parte afetiva. Se calhar algumas coisas da personalidade. (...). Mas vêm descritos alguns traços, o perfeccionismo, a procrastinação. (...), alguns traços mais obsessivos, (...). (...) não conseguimos identificar, por exemplo, uma relação significativa que aquela pessoa tenha com outra pessoa, (...) e depois (...) dificuldade em se descartar,** (...) acho que facilmente podem depois desencadear que se encontra um animal, de também começar a recolher esse animal e das coisas depois irem tomando outras proporções.”

1.2. Animais (Q12)

1.2.5. Identificação das espécies

[P1] “(...) uma série de **gatos** (...)”.

[P1] “(...) ela vivia num pequeno anexo, e tiramos, salvo erro, 40 e tal **cães**.”

[P2] [espécie mais acumulada] “São **gatos**.”

[P3] “Acumula **gatos** e **pombos**.”

[P3] “(...) neste caso, acumulam **cães e gatos**.”

[P4] “(...) vários **cães**. (...) tinha já alguns **gatos** (...)”.

[P5] [Relato de] “cães e gatos.”

[P6] [Relato de] “cavalo”; “cães”; “gatos”.

[P7] “Sim, eu por acaso, felizmente, acho que nunca tive doutras espécies [além de cães e gatos], se calhar assim, às vezes uns pintassilgos, uns passarinhos mas, por norma, não acontece tanto.”

[P7] Por acaso nestas acumuladoras aqui sinalizadas, se calhar até são mais cães, mas podemos considerar que é ela por ela [cães e gatos], sendo que é mais fácil num apartamento ter 20 gatos do que ter 20 cães.”

[P8] [menção a] “(...) um cão ou um gato (...)”

1.2.6. Formas de aquisição

[P1] “Deliberadamente. (...) o irmão vendia os cães em Espanha e fazia dinheiro. (...) mas estamos a falar de uma pequena percentagem daquele universo de animais.”

[P2] “Porque a maior parte das situações de acumulação é por procriação. (...) Tivemos uma situação muito complicada de cinquenta e tal cães em que havia procriação mas havia também uma opção de apanhar cães e levar. Aí apanhava mais, era uma pessoa mais ativa, que se mexia mais. A maior parte são mais passivos. Procria, procria, procria, nada é esterilizado mas não estão tão ativamente a apanhar animais. E se nós conseguirmos intervir temos a noção de que, pelo menos por uns anos, a situação está controlada.”

[P2] “Neste caso é muito mais perigoso porque é ativo.” “Muitos dos animais eram de colónia. A senhora apanhava-os nas traseiras e ela própria assumia que não lhes tocava.”

[P3] “(...) a [Senhora] E., que foi sinalizada o ano passado, tem 18 gatos. Era uma acumuladora antiga, e ela vai buscar gatos.” “(...) estas pessoas mais ativas têm os gatos mas nem há muita tendência de interagir com eles.”

[P3] “(...) esses eram super dóceis, porque era uma acumulação passiva.”

[P3] De facto há uma associação ou, pelo menos, isto é o meu entender, aqueles acumuladores mais ativos têm os gatos mas é mais a questão do alimentar, de serem os cuidadores e os salvadores, e terem aquele vínculo de que aquele animal depende deles, que há aquela rotina que depende deles e aquilo dá-lhes uma razão de viver, parece. Enquanto os acumuladores passivos parece que aquilo aconteceu mas que eles têm outras coisas na vida e esses são mais

saudáveis, mais dóceis e mais facilmente conseguimos resolver porque eles **facilmente nos cedem os animais**. Porque eles reconhecem que houve ali um problema e facilmente nós chegamos lá e resolvemos o problema (...).”

[P3] “E **está sempre associado a uma condição psicológica**. Nós vemos que há sempre uma **perturbação** nos **ativos**. E **passivo** nota-se ali uma **ligeira depressão, um humor mais deprimido**.”

[P6] “Aquilo tem que **definir bem qual é a origem dos animais**. Se é um criador que está a abusar ou a tirar proveito, porque o alcoolismo também muitas vezes está associado a isso, a pessoas que se deixam mais facilmente manipular por terceiros, se é **alguém que lhe põe lá os animais para ele tomar conta, porque há criadores em que o cão não nasce em condições para manter a linhagem e ele despacha-o, e há uma pessoa que não consegue dizer que não**. Isso para mim não é bem um acumulador. **Um acumulador, para mim, procura** (...).”

[P6] “[**para ser acumulador tem que ser ativo**] **porque senão vamos pôr todas as associações como acumuladoras**. (...) as associações **não conseguem promover a adopção**, que o objetivo seria esse. **Só que depois temos que ir discutir se não conseguem ou realmente não procuraram e não investiram o suficiente** (...). (...) essa parte da forma como a pessoa adquire os animais, é importante na distinção disto tudo, **porque se nós formos a pessoa que só recebe, vamos ter que encaixar aí as associações todas**.”

[P7] “(...) parece que elas encontram tudo, **tudo lhes vai, parar [às mãos] como elas dizem, tudo lhes aparece à porta**. E eu digo então, “(...) nunca me aparecem animais abandonados, a vocês aparecem sempre”, porque é a **procura ativa**. **Não é só na receção, porque há aqui o comportamento de ir buscar, de ir procurar**. (...) e chegou-me a dizer à frente do delegado de saúde, “(...) **onde é que foi buscar este?**”, e ela “ao **OLX**”, ou seja, é mesmo a busca, a procura ativa, **é quase como um vício**.”

[P7] “Há, há **[reprodução accidental]**, **muitas das vezes por faltas económicas, porque também fica caro esterilizar os animais todos**. Nestes casos de acumuladores, por norma, não há aquela questão da criação ilegal, e porque querem vender, porque eles são acumuladores, não querem dar nada. (...) A entrada dos animais é tão rápida ou o fluxo é muito maior do que o dinheiro disponível para esterilizar. Então vamos ver reprodução descontrolada entre o grupo, **às vezes há animais que se calhar elas os apanham e até já vêm com os brindes**, (...) e (...), nós chegámos a um sítio, **tem 20 ou 30 e se calhar tem metade esterilizada** e os outros ainda não estão.”

[P8] “o facto depois de **não terem os animais castrados** (...) acaba também por **potenciar mais animais** que estão a nascer (...).”

[P9] “Acho que são as duas coisas **[ativa e passiva]**. **Acho que há um primeiro ou dois primeiros e depois, provavelmente, se cruza com algum animal na rua que esteja aparentemente abandonado, há essa recolha e depois, a determinada altura, eles começam-se a reproduzir e, (...) a pessoa também não é capaz de, (...) doar ou vender (...), ou de esterilizar para conter (...).**”

1.2.7. Condição vital

[P1] “E depois **começam-se a degradar as condições porque são muitos**”.

[P1] “(...) E não eram mais porque se matavam uns aos outros, porque havia surtos, tudo cheio de lixo.”

[P1] “Na generalidade dos casos, **há cadáveres em estado de decomposição avançado**. Depois temos desde animais que estão **feridos porque lutam entre si pelos poucos recursos, muitas vezes subnutridos**. **Cheguei a encontrar situações de canibalismo, com muitos problemas, sobretudo doenças infectocontagiosas, doenças que se transmitem entre eles, como por exemplo as sarnas, ácaros, tinhas, etc.** **Quando está um doente estão todos, sempre muito sujinhos porque muitas vezes deitam-se sobre as próprias fezes, com todos os problemas que isso depois acarreta a nível da própria pele – queimaduras de pele da urina, dermatites, problemas de várias ordens -, por vezes bastante graves sobretudo em animais de pelo comprido**, que acabam por ficar com uma camada de fezes em cima da pele e a pele não consegue respirar, e depois com problemas gravíssimos quando se rapa o pelo. Há uma grande percentagem de pele já completamente estragada, queimada, com infeções graves. **Desidratados, muitas vezes não têm água suficiente**. Já cheguei a ver situações em que os animais tinham **membros arrancados por outros, a cauda ou uma pata mas que ainda estavam vivos**. **Sempre muito assustados. Muitos com intolerância à luz, porque vivem em situações de permanente escuridão**, (...) era raro o acumulador que tinha água e luz, o que fazia com que os animais nem tivessem acesso a luz artificial nem luz natural. **As unhas metidas na carne**. (...). E depois **muitos parasitas sempre, muitas carraças e pulgas e as doenças relacionadas com os parasitas, nomeadamente as anemias, febre da carraça e outras**.”

[P1] “(...) ela **tinha uma série de gatos numa casa de banho** que tinha assim uma altura [exemplificou com a mão, uns 20 centímetros] e não se conseguia abrir a porta (...), porque

tinha aquela altura atrás de lixo, como é que ela alimentava aqueles animais. Ela conseguia abrir um bocadinho da porta e atirava lá para o meio, portanto aquilo era comida misturada com fezes, misturada com urina, e viviam lá uma série de gatos às **escuras**. (...) os animais tinham uma série de problemas de pele, de visão, de tudo, cheios de problemas.”

[P1] “800 animais literalmente a comerem-se uns aos outros (...) volta e meia, havia um surto de esgana ou parvovirose e morriam, matavam-se uns aos outros.”; “tentou enfiar uma série de cães no seu carrinho, que era mínimo. Acumulou-os todos em cima uns dos outros com fita no nariz, claro que muitos deles morreram.”

[P1] “(...) com aquele stress do arrombamento de porta, a senhora aos gritos e aquela confusão toda, com a polícia de repente a entrar, houve gatos a atirarem-se pela janela.”

[P1] “(...) alimentava uma série de gatos com hortaliças cozidas. Então nós resgatamos os gatos e demos-lhes comida normal e eles não conheciam aquela comida, então tivemos que andar a cozer hortaliças e a misturar com comida normal para ver se eles conseguiam comer”.

[P1] “**Não necessariamente maltratados**, até podem estar relativamente bem, terem só questões comportamentais, não estarem socializados ou questões de parasitismo e eventualmente um pouco baixa a condição corporal, muita consanguinidade.”

[P3] “Os animais não são dóceis, apresentam doenças, estão em stress imenso, não saem à rua e assustam-se com tudo.”

[P5] “Os gatos estavam em **perfeitas condições de saúde**.”

[P5] “(...) **ultrapassando aquele limite, também deixa de conseguir prestar o devido cuidado** e as devidas condições que o animal tem que ter. Desparasitação, vacinação, identificação eletrónica, a própria esterilização. Porque depois são esterilizações, são procedimentos cirúrgicos que ainda têm valores um bocadinho elevados e depois vem mais um, vem mais outro e depois, afinal, a gata que não estava esterilizada, acabam por ser mais cinco e as coisas vão-se desenrolando dessa forma. Depois os gatos ou os cães ficam doentes, e por muito que gostem, porque “Eu sei cuidar muito bem dos animais”, têm aquela coisa de “Só eu é que os consigo cuidar”, mas depois falta também a parte monetária para conseguir acompanhar todo esse número.”

[P5] “(...) Por acaso, pelas nossas mãos (...) não passou ainda nada que se assemelhe a isso [elevada deterioração dos animais]. (...) ficamos admirados e ficamos felizes porque chegar lá e vermos, ok, existe esta situação, **existe insalubridade, existe acumulação, existe muita**

sujidade mas os animais estão saudáveis, estão gordinhos. Comem a melhor ração? Não, (...) mas os que vimos eram animais saudáveis. (...). Os animais todos com microchip, todos vacinados.”

[P6] “Quando faz [eutanásia], porque evita sempre ao máximo, temos animais, às vezes, em sofrimento extremo. Fui lá ao alojamento, estava lá um cavalo que é um bicho gigante com uma pata partida e ela recusava-se, não conseguia tratar aquilo e recusava-se a abater, não fazia nada. Andava lá o cavalo assim.”

[P6] “Não [não estavam em más condições].”

[P6] “Claro, claro que é impossível tê-los em boas condições [caso de 70 gatos num T1].”

[P7] “(...) era a vizinha que aconselhou a pôr uma rede, que assim os gatos não... andavam a apanhar gatos da rua e metia-os dentro de casa. Gatos de colónias CED, ou seja, gatos que supostamente estão esterilizados e fazem parte de um programa, (...) são animais assilvestrados, nem se dão bem fechados.” [gatos CED]

[P7] “(...) e eles, às vezes, cheios de alopésias e cheios de pulgas, ou seja, no fundo não foram elas que fizeram aquele maltrato, mas o animal, por exemplo, entre eles, lutas entre eles, que depois são muitos. No caso dos gatos, stress, porque o stress num ambiente de gatil e de muitos gatos, eles podem-se efetivamente começar a stressar uns aos outros e tiram pelo, automutilam-se (...)” “E então se tivermos um grande grupo de gatos a tendência para que a coisa corra mal é maior. Porque o gato numa sala, mesmo que seja dois metros por dois metros, vai reagir muito mal ao stress. As *guidelines* de bem-estar animal dizem que, num mundo perfeito, se eu tivesse dois gatos, devia ter dois WC, se tivesse três, devia ter três. Até dizem às vezes que é *n* mais um. Nunca na vida, quando nós chegamos a um sítio que tem 20 gatos, há um sítio para fazer xixi a maior parte das vezes, e aquilo para o animal é um stress brutal, ou seja, há lutas. (...). Com os cães claro que também há lutas e também há este efeito, mas normalmente cria-se mais rapidamente ali uma hierarquia. Há, o líder e os outros são mais submissos. Mas é dramático, é dramático, porque nós percebemos que aquilo para o stress dos animais... e elas acham que lhes estão a fazer muito bem. Mas aquilo é brutal, (...) porque, por norma, são espaços muito exíguos e sem grandes condições.”

[P7] “E por isso é evidente que não conseguem dar banho, não os conseguem passear e, por isso, desde logo, não está assegurada a questão do exercício físico diário que deveria estar. São animais que acabam por estar a nível muscular com atrofia muscular, a maior parte das vezes estão muito confinados em sítios muito pequeninhos, muito stressados. Ou seja, de

uma forma geral, nós conseguimos perceber que o animal está em stress ou que vive constantemente em stress, porque depois, quanto mais não seja, há a luta pelo espaço, às vezes, a maior parte das vezes há a luta pela comida, porque estamos a falar de sítios em que não há uma abundância de comida, e mesmo que haja abundância, muitas vezes, é de fraca qualidade. (...) E claro, são animais que se percebe que regularmente há presença de parasitas, de pulgas, nomeadamente que se vê. Provavelmente também haverá [parasitas] internos, (...). E depois as alergias à picada da pulga, que são mais visíveis, e as dermatites e as alopecias, as falhas de pelo e, por isso, por norma são animais que se me pedisse assim, aquele sinal, é aquele cheiro nauseabundo de urina misturada com fezes, com o cheiro a cão, aquele cheiro que se entranha. (...).”

[P7] “Sim [existem zoonoses], problemas fúngicos poderão ser zoonoses, tal como sarnas.”

[P7] “Já encontrei [animais] bastante feridos, feridos com mazelas e com lesões e que na ideia deles [pessoas acumuladoras] está tudo bem, mas depois são tantos os animais que eles nem conseguem ver ou, às vezes, têm um pelo muito grande e não se consegue perceber que há dermatites por baixo. Mas cadáveres, não, nunca, felizmente, nunca tive esses casos dramáticos, isso nunca encontrei.”

[P8] “(...) normalmente são animais que são encontrados com carências, (...). (...). Portanto, os animais já estão numa fase em que realmente não estão bem nutridos, ou existem alguns animais com outro problema médico e há um excesso e depois faltas de condições higiénicas nos meios onde eles estão e de alojamentos também.”

2. Intervenção - Entidades (D2)

2.1. Função das Entidades Entrevistadas (Q13)

[P1] “Na verdade, passámos, em 2021, a integrar na nossa missão tudo o que seja o bem-estar dos animais de companhia, seja na detenção, na venda, no alojamento, no controlo de animais errantes e, portanto, nessa perspetiva, estes coletivos são uma grande preocupação para nós pelo impacto que têm no bem-estar animal.”

[P1] “(...) é uma das nossas competências, o registo desses alojamentos. Mas o registo é uma mera comunicação prévia, as pessoas mandam o nome, a morada, pouco mais, e aquele alojamento fica registado e é assustador. (...) o Simplex (...) dá-nos muito pouca informação”.

[P2] "(...) podemos ir como entidade que muitas vezes sinaliza primeiro, podemos ir, pelo contrário, (...) por solicitação de outras entidades, sejam elas policiais, (...) de saúde, seja uma assistente social, das várias áreas, para fazer parte (...) de uma (...) comissão de vistoria."

[P4] "A Associação LA tem um departamento de desenvolvimento social animal que é composto por profissionais de serviço social, sociologia, psicologia, educação, comportamento animal e medicina veterinária. O motivo pelo qual nós temos estas práticas ou estes profissionais todos tem a ver com o reconhecer que a intervenção necessita, obviamente, de uma equipa multidisciplinar, com conhecimentos diferentes e experiências diferentes. Não há nenhuma matéria (...) que possamos consultar para implementar (...) com qualquer tipo de resultado, que seja favorável à condição do próprio detentor e dos animais. E, (...) estes profissionais, todos eles obviamente contribuem um pouco para o resultado, (...) de um acompanhamento de proximidade, mas nem todos eles intervêm ao mesmo tempo com o utente."

[P4] "A Associação LA, consciente das complexidades associadas ao Síndrome de Noé, realiza uma avaliação inicial sob uma ótica psicossocial em casos de acumulação de animais."

[P4] "Advogamos por uma resolução que envolva uma análise multidisciplinar, que envolva nomeadamente profissionais de saúde mental, para além de médicos-veterinários, e potencie programas educativos para os detentores de animais."

[P4] "O nosso objetivo é estabelecer uma relação de confiança com os pacientes e ajudá-los a adotar comportamentos que melhorem a qualidade de vida tanto dos animais quanto dos próprios detentores."

[P4] "Acreditamos que um acompanhamento próximo e uma compreensão profunda das dinâmicas envolvidas são essenciais para o sucesso da nossa intervenção, permitindo que os utentes mantenham um número de animais que seja legalmente permitido e que esteja em condições adequadas de bem-estar."

[P4] "A nossa abordagem procura ir além da punição, focando na identificação das causas subjacentes à acumulação e no tratamento do indivíduo."

[P5] "Nestes casos de acumulação, o nosso principal objetivo é verificar aqui a questão do bem-estar animal, das condições do animal. (...). E são também reforçados os cuidados de saúde. (...). Depois, a partir desse momento temos que averiguar com outros, nomeadamente a nível de salubridade, se existe comprometimento ou não. Existindo comprometimento e,

verificando que os animais são um foco dessa insalubridade, (...), os animais vêm para cá. Também depende um bocadinho da nossa disponibilidade, (...) é-nos muitas vezes impossível receber casos de cinco ou dez cães ao mesmo tempo. Nós estamos completamente sobrelotados (...)

[P6] “(...) já estive no terreno em situações de suspeitas de acumulação de animais. Por norma, as vezes que eu fui ao terreno foram no âmbito das fiscalizações normais, quando a maior parte do trabalho é feito pelos veterinários, [e] não é direccionado para casos de acumulação.”

[P6] “(...) porque fui com equipas, com o veterinário municipal e com a assistente social do município e foi mais como observador (...).” “Eu não fiz a análise do caso, fui para observar o método que eles estavam a utilizar. Sim, eu não tive interação, tive livro aberto para fazer as intervenções que quisesse, mas a minha finalidade (...) era para ver se a atuação do assistente social e do veterinário municipal era coerente com aquilo que era pretendido (...) e o que mais se poderia fazer de forma diferente, se havia outros recursos que eles não estivessem a utilizar (...).”

[P6] “ O nosso papel era avaliar as condições da associação. Porque nós temos um guia. O meu papel foi como o dos veterinários, igual. Não fui como psicólogo, fui como o técnico superior da Instituição Pública do Ambiente.”; “(...) o trabalho da Instituição Pública do Ambiente é quase todo de observação. Porque depois na intervenção, nós não temos alojamento, (...) ou seja, nós nem sequer podíamos fazer uma retirada, não podíamos fazer nada. Eu não tenho um gabinete que pudesse fazer um acompanhamento de Psicologia. Os veterinários não têm um gabinete onde pudessem fazer uma intervenção caso o animal precisasse de uma cirurgia ou precisasse de ser retirado. (...). Nós, basicamente, fazemos algum tipo de fiscalizações e depois reencaminhamos para alguém tratar disso. Nós só sinalizamos, testemunhamos e dizemos: “Nesta morada, passa-se isto”. E, depois, tem que ir o veterinário municipal, com a autoridade ou não, depende da situação mas, a maior parte das vezes, quando é para retiradas tem que ir um OPC ou o serviço social.”

[P9] “(...) faço supervisão e formação a profissionais da área de intervenção social e comunitária há quase 20 anos e ininterruptamente um bocadinho por todo o país, incluindo alguns municípios. (...). E as questões da acumulação são questões que surgem muito em contextos de supervisão, mas a acumulação mais genérica, não especificamente dos animais, embora algumas pessoas que têm problemas de acumulação ou a perturbação de acumulação,

também muitas vezes tenham alguns animais (...).”

2.2. Processos de intervenção

2.2.1 Legal/Remoção dos animais

[P1] “Num universo de quase 300 animais, numas condições péssimas (...) foram retirados todos os animais que estavam em pior estado, porque precisavam de internamento”; “(...) também não tínhamos para onde levar aqueles animais, alguns eram cães muitos grandes.”

[P1] “(...) acabaram depois por ser distribuídos por associações.” “Retiraram-se os animais todos.”

[P1] “(...) não há indicações de como lidar com situações desta natureza. Eu (...) ficava sempre com dúvidas, “devia deixar algum [animal]?”. Esta era sempre a dúvida mais recorrente. Depois, se devia deixar a pessoa ir visitar os animais ao canil ou não. Tinha uma série de questões que tinham que ser tratadas por alguma área da saúde e eu sentia-me completamente sozinha.”

[P1] “(...) num apartamento, num 3.º andar ou 4.º e houve arrombamento de porta. Ela tinha janelas abertas e tinha sobretudo gatos dentro de casa, com aquele stress do arrombamento de porta, a senhora aos gritos e aquela confusão toda, com a polícia de repente a entrar, houve gatos a atirarem-se pela janela. Aprendemos e, a partir daí, a primeira coisa que fazíamos era fechar as janelas todas se estivéssemos num apartamento. (...) é mau para toda a gente o que acontece atualmente.”

[P1] Entretanto houve um programa nacional para os animais errantes (...) que listava uma série de medidas operacionais para que a Instituição Pública do Ambiente realizasse com vista a melhorar o bem-estar dos animais e, entre essas medidas operacionais, estava o Guia de Intervenção em situações de acumulação de animais. Mas só previa a elaboração do Guia. Depois, com a elaboração do Guia, achámos que fazia sentido passarmos para uma segunda fase, que foi para aprovação do Conselho Diretivo e foi aprovado, e depois foi para a Tutela, nessa segunda fase mas, entretanto, o governo caiu (...).”

[P1] “Infelizmente, regra geral, é uma situação de animais que vai para o médico veterinário municipal (MVM) e este fica a resolver sozinho a situação. (...) na generalidade do país. Depois, temos alguns municípios, (...), e conseguimos que os técnicos da ação social nos acompanhassem nestes casos em que havia suspeita de acumulação de animais, mas estamos a

falar de situações recentes. (...) No passado, com sorte, conseguia que a delegação de saúde tivesse uma intervenção.”

[P1] “Por um lado, temos uma legislação que prevê que sempre que há insalubridade as visitas devem ser conjuntas com o delegado de saúde e, daí, também, muitos municípios optarem por recorrer ao delegado de saúde, mas na realidade o que faz sentido nestas situações é que seja a própria ação social a ter aqui uma intervenção. E isso, infelizmente, não está na legislação.”

[P1] [Sobre a existência de uma equipa multidisciplinar] “É inexistente e não devia caber ao MVM fazer toda esta abordagem desde o início. É muito complexo porque depois a pessoa já não deixa entrar à segunda vez em casa. (...) Muitas vezes é com mandado judicial com a pessoa à porta aos gritos, é horrível. Isto devia ser tudo completamente diferente.” É. [quanto a ser dúbio do ponto de vista dos direitos humanos]

[P1] “(...) eu ainda apanhei uma fase dos primeiros acumuladores, funcionava muito mal, porque era eu que punha a pessoa dentro da ambulância, era eu que explicava à pessoa que ia ser internada, porque o delegado de saúde não aparecia no local. Portanto, era eu que tinha a preocupação de retirar os animais e ainda tinha a preocupação de pôr a pessoa dentro da ambulância dos bombeiros. (...) Era extremamente penoso, porque estávamos a retirar os animais com a pessoa aos gritos. É penoso para nós, para a pessoa e para os animais. (...) Chegava a ter as pessoas das associações a quem pedia ajuda para ficarem com animais em lágrimas.”

[P1] (...) o caso de sucesso foi de uma professora que foi internada compulsivamente e o delegado de saúde dizia-me que não era situação para intervenção do delegado de saúde, que tinha exclusivamente a ver com animais e com o canil. E há uma altura, em que a senhora nos aparece toda nua, cravada de carraças e com imensos buracos feitos por carraças e nós, na altura, ligamos ao delegado de saúde a perguntar "que mais é preciso para vocês fazerem alguma coisa por esta pessoa?"; “Na altura associei [o sucesso] ao internamento mas não me recordo, ao certo, do que pode ter sido. Porque ela também tinha muitas mazelas físicas.”

[P1] [Sobre a resolução judicial ser a forma mais adequada de intervenção] “Na perspetiva de instigar as pessoas a fazer tratamento sim, mas de resto acho que não.”

[P2] “Quando nos pedem intervenção normalmente é “retirada”. (...). Retirada porque pode haver violação das condições de bem-estar ou negligência, podem estar a passar fome, insalubridade, outro tipo de incómodos, mas a expectativa ou o foco é “se é um problema com

animais, se estão em excesso, vamos contactar quem tem de certa forma o dever ou a obrigação de os retirar”. O que não é verdade, porque nós temos essa obrigação em animais errantes, animais em que o detentor pode morrer ou pode ficar doente, mas não temos verdadeiramente numa propriedade privada, que são a maioria. Nós podemos ajudar a fazer parte da solução e fazemos quase sempre parte da solução. Porque também não é fácil, nós temos alguma capacidade de acomodação de animais, porque se estivermos a falar de centros de recolha em áreas que se calhar podem ter 80 ou 90 [animais acumulados], muitas vezes são animais que até de fora do Município A vêm para associações do Município A para ajudar, porque os CRO têm 12 celas ou não têm celas, ou não têm canil e gatil, por exemplo. Portanto, nós temos alguma capacidade, por isso, somos normalmente muito chamados, porque as pessoas também sabem que temos. Agora não temos é a capacidade que as pessoas pedem.”

[P2] “Havia sinalização de maus cheiros e odores, havia fotos que mostravam que havia animais a mais mas a expectativa era de 13 gatos inicialmente. (...), houve uma desconfiança de problema de saúde, (...), a proteção civil sinaliza. A proteção civil, juntamente com os bombeiros, arrombam a porta e a polícia. A senhora está lá dentro mas doente, e estavam com medo que tivesse falecido. Na realidade, [os gatos] eram quarenta e tal.”

[P2] “Normalmente, nas nossas intervenções, temos conseguido deixar apenas o que a lei permite. Depois a pessoa tem que se dar ao trabalho de ir à rua buscar mais, e muitas vezes temos esperança que isso já não se vá verificar, até pelo estado de saúde. (...). Esterilizamos tudo, retiramos, deixamos dois ou três esterilizados e já temos que contar que a pessoa ativamente vá procurar animais e, às vezes, a situação resolve-se por aí. (...) A pessoa tem o dever de cuidar, não fica totalmente deprimida porque mantém ainda alguns animais, (...). E já não procriam (...).”

[P2] “Normalmente nós organizamos a vistoria. Não há reuniões prévias, infelizmente não temos esse luxo. (...). Quem sinaliza podemos ser nós e chamamos as outras partes ou já foi sinalizado de alguma forma. Normalmente é a saúde e a ação social (...). E os delegados da área da saúde e nós. E também as forças policiais. Normalmente também sinalizam porque muitas vezes são os primeiros a receber a reclamação. (...) E Proteção Civil, por vezes, também. A Proteção Civil também pode ter aqui os bombeiros. (...) porque alguém se sentiu mal e foram eles que abriram a porta, mas são ocorrências mais de urgência. (...) avisos a tentar encaixar nas agendas uns dos outros para aquele dia, depois temos a sorte de conseguir reunir as entidades e fazer efetivamente a vistoria.”

[P2] “Sim, podem ser as quatro entidades em simultâneo. Às vezes somos bastantes. (...) Às vezes é um bocado intimidatório, (...) vamos sempre numa tentativa de ajudar (...) e tentar que a pessoa ganhe um bocadinho a consciência e a noção de que temos um problema. (...). Depois é o trabalho de negociação muito grande.”

[P2] “(...) nós fazemos um esforço imenso em capturar os animais, retirar os animais e acolhê-los aqui, despendendo muito dinheiro até, esforço e energia, que o Estado despende em preparar aqueles animais para adoção com tudo o que sejam as profilaxias, as cirurgias, os tratamentos, as reabilitações, o investimento que tem que se fazer para que aquele animal fique minimamente apto para adoção, que às vezes é muito longo e muito intenso.”

[P2] “(...) já era a terceira vez que nós lá íamos, a senhora foi algemada à minha frente, andava com uma faca para trás e para a frente, andou aos pontapés às portas com vidros, andou a ameaçar que se atirava da janela com os polícias a agarrar. Chamámos o INEM e a senhora foi algemada. Ao fim do dia tinha voltado. Mas a senhora chegou ao hospital e tinha um discurso coerente, assumiu que se tinha enervado e ninguém a prendeu, volta para casa. Nem foram 24 horas de todo esse procedimento. Nem foi medicada nem internada.”

[P2] “É muito triste ver aquilo, eu odiei ver aquilo, perturbou-me muito, mas a senhora voltou mais calma. Ela depois vinha aqui [CROA] visitar os animais.”

[P2] “Então os que eram dóceis nós adotámos, e alguns, não retirámos todos, esterilizámos e colocámos alguns na nossa colónia que ela visitava. (...). Nós não temos essa orientação, temos é sensibilidade. Há casos que conseguimos resolver um bocadinho com este bom senso, há outros que tenho a certeza que voltaram a recidivar. Não é sempre da mesma maneira, porque as circunstâncias mudam, as pessoas envelhecem, há outros fatores que se colocam e depois dá muito trabalho, nomeadamente os gatos, ir à rua e apanhar por armadilha. (...) nós nos sentimos é sempre muito sozinhos no processo dos animais. É muito enxotar para a entidade que acolhe, esquecendo-se que não é aí que está o problema.”

[P2] “Já tivemos situações em que pedimos ajuda a algumas associações para negociar alguns escoamentos.”

[P2] “Muitas vezes as pessoas não sabem quais são os seus papéis.”

[P2] “Acho que a resolução legal faz muita falta. Não sei se será o mais adequado. Tem que haver um instrumento legal, bem trabalhado, também, que nos permita fazer o que nós fazemos todos.”

[P2] “Sermos (...) honestos, verdadeiros e abrir portas, isso é fundamental. Porque se nós não mantemos uma relação de honestidade e estamos ali a dizer “vou levar os seus animais para tratamento médico e já os vou devolver”, isso não fazemos. É mesmo o que é. Porque senão, então não há ligação nenhuma. E convidamos as pessoas, “venha lá ver, vá lá”, “mas tem transporte?”, “porque é que não vem?”, e as pessoas vêm, e depois de repente, há aqui uma série de pessoas que ficam muito tristes por ver os animais ali, mas ao mesmo tempo sabem que eles estão ali, que até estão mais ou menos bem (...).”

[P3] “Em representação de cada entidade normalmente vão duas ou três pessoas.”

[P3] “Parece, por vezes, que nós é que somos os gestores dos casos. Por exemplo, vou a uma vistoria e pergunto ao delegado de saúde “já temos feedback do que é que aconteceu àquela pessoa?”, “Ah, a pessoa não apareceu na consulta do médico de família”, ou então apareceu, e o médico de família passou-lhe uma série de exames, inclusive avaliações psiquiátricas, e a pessoa já não vai lá mais. Ou seja, a pessoa não é forçada a ir e aí é que acho que a legislação podia pegar. A pessoa está identificada com este perfil, devia ser forçada a aparecer.”

[P3] “(...) ela estava a por em causa também a nossa integridade física. E a autoridade policial nada fez.”

[P3] “Estão a triplicar esforços porque não existe uma orientação geral que “deve ser assim”. Ok, agora o primeiro passo é dado pelas entidades principais e depois as entidades principais é que canalizam para as associações. Mas agora o que está a acontecer é o inverso, ou seja, a situação de acumulação que tenho ali na Zona A, foi a Junta de Freguesia que pediu à Associação LA para ir lá... Devia estar orientado, haver um plano, depois começa-se a criar uma entropia. Por exemplo, eu fiquei a saber que a Associação LA esteve naquela situação da acumulação daquele senhor. Então já estive lá o CROA, agora, depois no passado, já estive a Associação LA, ou seja, estão a ser... não há...”

[P3] “Nós podemos esterilizar e deixar lá alguns animais. Os animais estão identificados, os animais foram todos intervencionados, mas se calhar não são animais adotáveis, não são animais que [reúnem condições] para vir para um CRO, porque depois o CRO deixa de ter a sua capacidade de resposta e, de certa forma, conseguimos, assim, dar resposta. Ou seja, ser uma triagem do médico veterinário, (...) se está assegurado o seu bem-estar ou se a pessoa consegue melhorar o seu bem-estar e garantir, retirar só aqueles que estão o seu bem-estar comprometido, de forma a minimizar também o número de animais presentes e deixar aqueles à consideração do médico veterinário.”

[P3] “O choque para uma senhora de idade, (...) aquilo são 30 gatos, 60 olhos a olhar para ela e de repente ficar com três gatos.”

[P3] “(...) nós conseguimos entrar em casa das pessoas porque se criou uma ligação de confiança, uma empatia pela pessoa”.

[P3] “Ou quezílias. Mesmo litígios.” [uma das razões que originam vistorias]

[P4] “Tudo isto é um processo inicial de uma entrevista de diagnóstico feito com vários profissionais. Depois existe uma reunião de trabalho em que se define qual é a estratégia de atuação para aquele caso em concreto, e que varia muito consoante a situação, e os vários profissionais das áreas têm tarefas distintas dentro das suas capacidades técnicas.”

[P4] “Quando vamos ao terreno pela primeira vez, vão vários elementos de forma a podermos perceber como é que a pessoa vive. No que diz respeito ao acompanhamento, na realidade é definido quem é o gestor de processo, e esse gestor de todo o processo, transmitirá que canais ou circuitos foram decididos implementar na reunião de trabalho, qual é o resultado e quais são as expectativas que, de alguma forma, não corresponderam àquilo que nós tínhamos decidido implementar.”

[P4] “É importante de alguma forma explicar que existe aqui um processo de determinação de quem é o gestor da família e que as outras pessoas sejam, (...) facilitadores na procura de respostas para a própria família, ou seja, a nível de serviço social, medicina veterinária ou obviamente de outras áreas que são importantes para o acompanhamento. Onde nós temos uma lacuna é no âmbito da medicina. Na realidade temos uma psiquiatra na equipa, e podemos ajudar a família a ter outro tipo de comportamentos que possam ser positivos e que, de alguma forma, evitem que a pessoa continue a acumular animais.”

[P4] “Quando vamos a casa de uma família, nós percebemos que existem aqui várias dificuldades por parte do agregado familiar. Profissionais de áreas diferentes identificam problemas diferentes, o que significa que se conseguem encontrar respostas diferentes, o que não é possível quando é só um profissional a analisar. Se formos com o médico veterinário para o terreno, ele vai ter uma visão muito dirigida aos animais de companhia. E as perguntas serão sempre sobre se estão vacinados, chipados, esterilizados, se se reproduzem ou se são animais doentes. Mas, na prática, ele carece aqui de um acompanhamento que é muito importante, que é verificar que se calhar não há água, nem luz, nem gás em casa, que a pessoa de alguma forma tem humidade nas paredes, não tem teto, portanto, importa identificar outras soluções para um problema que tem a ver com a forma como se vive.”

[P4] “(...) a primeira ação que decidimos implementar foi a de melhorar a habitação, nem tem nada a ver com os animais. Para melhorar a habitação candidatámos esta casa a uma associação externa (...) para fazer a recuperação (...). (...) para melhorar a habitação ela vai ter que retirar os animais (...). (...) a partir do momento em que se dá esperança de poder melhorar as condições da habitação, na realidade, a pessoa assume connosco um vínculo. O que a pessoa sabe é que, para melhorar as condições da habitação, não vai poder recolher mais animais (...). Nós não sabemos se a obra vai ser daqui a um ou dois anos, mas a esperança de podermos atuar para melhorar a habitação melhora o comportamento que até hoje era incerto. (...). É dar um propósito de vida. (...), podemos dar esperança até ao próprio filho, para que possa ter uma melhor condição de habitação. O filho também tem uma menor, que é neta. Portanto, todos estes comportamentos conseguem-se incutir, desde que se mude o discurso. Isso é possível se tivermos vários profissionais envolvidos.”

[P4] “Da nossa parte o que importa perceber é como não continuar a permitir este comportamento. E, para isso, tratando-se de um comportamento, temos uma componente muito social, psicológica, de como educar a pessoa a ter outros comportamentos, outros estímulos, que visem não continuar a recolher animais.”

[P4] “Não vai mais ninguém (...). (...). Qualquer que seja a participação de qualquer entidade pública, na prática, eles têm que seguir o regime que está previsto e aprovado ou que é esperado acontecer numa situação de excesso de animais ou de acumulação de animais. No caso da Associação LA tentamos fazer uma intervenção que seja holística e que de alguma forma resolva os problemas. A Associação LA fez um esforço gigante para estabelecer uma relação municipal com as autarquias, (...), com os técnicos profissionais de serviço social da SCM ou de IPSS, ou da própria junta, em que, quando identificam qualquer irregularidade, sinalizam à Associação LA e não à Câmara. Portanto, falta de *chip*, falta de vacinação, excesso de animais, sejam eles até cinco animais, a SCM sinaliza que existe uma família que não tem *chip* e eu vou lá e resolvo o problema do *chip*. Se fosse lá a Câmara multava e eu pergunto, “Qual é a vantagem?”. Nenhuma. (...) Isto tudo para dizer que não resolve nada eu ter lá a entidade sanitária. Já sabemos o que é que ela vai fazer, ou retirar animais, ou multar ou enviar uma carta a intimidar e a intimar, portanto, não me adianta nada. A Associação LA quer resolver problemas, seja para o bem-estar das pessoas, seja para o bem-estar dos animais. E somos uma entidade privada, o que significa que a Associação LA atua por meios próprios, com regras próprias, sempre a pensar no bem-estar dos animais de companhia.” “Se houver outra organização a intervir ao mesmo tempo, nós não intervimos.” “Todos os casos que se

tornaram públicos não estavam a ser intervencionados pela Associação LA, e todos os casos que a Associação LA está a intervir não se vão tornar públicos.”

[P4] “Ela tem receio é que exista um canil, que a pessoa os vá abandonar ou que os vá pôr noutra local, ela tem **receio de perder o controlo**. Então nós demos-lhe o controlo. (...). **O receio dela é dar o animal e ficar sem *feedback*, sem o acompanhar**. Então vamos-lhe dar estas ferramentas, vamos colocar o *chip* no animal, vamos fazer a alteração de titularidade, vamos fazer um termo de responsabilidade, vamos esterilizar antes de ser adotado, e isto são **mecanismos para criar confiança**. Agora, isto é muito trabalho comparativamente com aquilo que se faz. **Aquilo que hoje em dia se faz é retirar-se os animais. Mas nós já sabemos que isso não funciona** e então a Associação LA tem vindo a criar outras soluções.” “Na prática, é apenas **um processo de confiança** que é estabelecido com o detentor sobre aquilo que para ele é importante. Para ele é importante o bem-estar dos animais de companhia, a alimentação dos mesmos, eventualmente a esterilização e, portanto, a Associação LA irá dar acompanhamento aos animais num registo de confiança com o detentor.”

[P4] “**Pouco importa, sinceramente, para a Associação LA estar a retirar dez animais e que estes animais sejam posteriormente adotados, se a pessoa vai ficar na mesma, numa habitação sem água, sem luz, sem gás, e vai continuar a ficar numa situação de depressão e que até o apego que tinha àqueles animais é desencadeador de recolha de outros tantos e portanto, vai ser reincidente e vai obrigar a Associação LA ou qualquer outra estrutura a seguir a retirar não dez, mas 100**. Porque o **problema da compensação** tem a ver com a retirada de animais, que gera automaticamente um outro comportamento de acumulação ou de ir procurar outros animais para compensar aqueles que nós lhe retirámos, e nós apenas estamos a aumentar o vazio que a pessoa sente da perda dos animais. Portanto, a visão de salvar animais é uma visão totalmente errada no nosso entender porque, na prática, só estamos a agudizar o comportamento psicológico da pessoa. Então, a Associação LA precisa de perceber **como é que pequenos comportamentos podem ajudar a própria pessoa a deixar de acumular animais, o que significa que em determinados momentos, retirar zero animais pode ser a solução, desde que nós consigamos ganhar a confiança**.”

[P4] “Portanto, é um bocadinho indiferente no nosso diagnóstico e no nosso trabalho serem dez ou 30 ou 40 ou 50 [animais]. Este é, apenas, um marco que determina qual o estado da doença, qual o estado da acumulação.”

[P4] “[**A entidade responsável é**] **O serviço social**. Tudo aquilo que seja do domínio de apoio

ou da segurança social, o apoio social. Tudo aquilo que esteja relacionado com um comportamento de uma pessoa. Nós estamos a falar de um comportamento psicológico de uma pessoa. Estamos a falar de uma doença efetivamente do foro psicológico, psiquiátrico. Portanto, na realidade, não há outro domínio a não ser esse.”

[P4] “Tudo aquilo que seja animais de pessoas, então entra no foro daquilo que é de **detenção responsável**. Existem leis que determinam de que forma é que os animais devem ser mantidos (...). Se a pessoa é **obrigada a colocar o chip** e não consegue, então “Qual é que é o motivo pelo qual ela não consegue? É porque não tem recursos, é porque não tem transporte, ter dinheiro, é porque não há um veterinário próximo?”. É tudo um processo da pessoa. Se ela **não quer colocar uma vacinação antirrábica, não quer fazer, então, é uma negligência, é uma denúncia que deve ser feita no âmbito da detenção responsável**. O Canil Municipal não tem qualquer tipo de competência para poder identificar, porque é que a pessoa não quer vacinar o animal. (...). Portanto, isso tem que se identificar no âmbito do serviço social, porque é que a pessoa não conseguiu criar recursos ou não tem recursos que lhe permitam cumprir com aquilo que era esperado que é a detenção responsável. Portanto, então, **é uma avaliação de diagnóstico que só a ação social poderá fazer**. “Porque é que a pessoa tem os animais naquelas condições?”, “Porque é que a pessoa não consegue levar o animal para ele ser vacinado ou chipado?”, “É porque o veterinário é caro?” (...). Porque a veterinária não tem competência técnica para poder fazer um diagnóstico. Está ali uma vítima de violência doméstica ou está uma pessoa idosa que poupou todo o dinheiro que tinha para colocar o *chip* e depois chegou lá e o veterinário começa-lhe a dizer que é o boletim, o *chip*, a esterilização e agora é uma TAC. (...) de € 400. Só existe medicina veterinária privada e, portanto, **existe aqui um fosso muito grande que tem a ver com a vulnerabilidade, seja ela económica ou social**. São situações em que a pessoa, (...) leva para casa animais em que era expectável que a Câmara esterilizasse (...) e não o fez. E ela leva para casa por meios próprios para tentar ajudar mas, obviamente, não consegue, e o animal, na realidade, acaba por estar numa situação pior. **Mas o estímulo psicológico dela é esse, ela pediu ajuda, não teve resposta e levou o animal para casa para ajudar**.”

[P4] “(...) o Síndrome de Noé, (...) comporta, um **processo de isolamento**. Portanto, **obrigar a pessoa a deslocar-se ao local e a conviver com outras pessoas que também têm a mesma estima pelos animais é um dos processos muito importantes na intervenção da Associação LA**. Portanto, as pessoas têm que ir às nossas entregas [de alimentos], (...) estão na fila de espera, é potenciado o diálogo com os nossos voluntários, são partilhadas as experiências

(...). (...) a pessoa, em vez de viver isolada, fechada em casa, com receio da polícia e disto e aquilo, (...) é transportada (...) para um contexto em que aquilo que ela (...) ilusoriamente, é bem aceite pelos seus pares (...). (...). Tudo isso é muito positivo a nível de construção de outros comportamentos. (...) temos este caso de sucesso e (...) uma delas só tem quatro animais agora.”

[P4] “(...) não poderem recolher mais animais (...) porque nós não damos apoio alimentar se isso acontecer.”

[P4] “(...) era uma questão até de uma pessoa que estava numa situação bastante controlada, só que é um senhor que está com um tumor nos pulmões e, portanto, a situação agravou-se. Ele recolheu 2 gatas, elas reproduziram-se, passou, rapidamente, a uma situação de descontrolo, não com muitos animais, mas de descontrolo. Estamos a falar de cerca de dez animais. Quando nós começamos a intervir em 2015/16, tinha cerca de 30. Houve aqui a participação por parte dos moradores, porque estamos a falar de uma pessoa que perdeu a mobilidade e de repente começou a cheirar bastante de urina e fizeram participação à Câmara. A primeira coisa que a Câmara faz é, vai lá ao canil, a polícia, tudo e mais alguma coisa. O senhor não abre a porta, (...) cheio de medo. E depois nós fizemos a participação. Por acaso, é uma pessoa que já conhecemos há muitos anos. E para quê este aparato para criar o medo e fazer com que a pessoa se sinta mais isolada? Não há aqui nenhum mecanismo de apoio estruturado para a pessoa? Basicamente, aquilo que se pretende fazer é salvar os animais, mas colocar os animais onde? Portanto, a Associação LA atua de forma diferente. Se tiver que deixar lá as transportadoras à porta pelo colocar os animais para levarmos para esterilização porque ele não nos permite entrar dentro de casa nós cedemos. (...). Tudo depende da forma como nós conseguimos (...) criar uma relação com a pessoa para diminuir o número de animais. (...).”

[P4] “Nós encaminhamos para a adoção alguns animais mas não retiramos animais. (...). É utópico, irrealista e até mesmo absurdo. (...). Eu só posso retirar para um de dois locais: ou para uma clínica para tratamento ou, então, depois de tratado, vou colocar num abrigo. E a pergunta é: “Em que condições é que vão estar nesse abrigo?”. (...). Os animais não vão estar em melhores condições do que estão ali.”

[P4] “Nós não temos “abrigo” porque não acreditamos. (...) O “abrigo” é um local totalmente inglório para os animais, de maior exposição a doenças e, na realidade, muitos dos animais que estão no abrigo, se não morrerem logo à partida por uma questão de separação do seu

detentor ou do local onde estavam morrem por, na prática, não estarem preparados para o local (...) com aquelas doenças, (...) outros animais (...), e a probabilidade de virem a ser adotados é mínima. Portanto, se estivéssemos a falar de um Centro de Recolha Oficial (CRO), isso parecia-me muito bem. Um CRO é uma estrutura municipal com acompanhamento médico-veterinário e que tem uma capacidade logística. Embora nem todos os CRO sejam a Casa dos Animais, a maior parte deles têm meia dúzia de box e, portanto, não têm capacidade. (...), não é fácil nem indicado tomar a decisão de retirar os animais dali e depois “Onde os colocar?”. Se formos colocar em FAT nós temos que pensar: “Será que a FAT é de facto criada ou deve ser criada para este tipo de animais?” (...) as estruturas zoológicas devem-se focar no apoio aos animais perdidos e a deambular na via pública e desamparados, que não é o caso destes. Estes, nós sabemos que estão habituados ao contexto onde estão e que de alguma forma têm um apoio até de uma pessoa que os valoriza muito, apenas perdeu o discernimento ou não tem tanta capacidade.”

[P4] “Sim, mas podemos melhorar as condições onde eles estão. Não precisamos hoje de os retirar. Se eles precisam do cuidado médico-veterinário, eu posso providenciar. (...). Nós melhoramos mas mantemo-los lá. (...) Mas eu posso ir lá com um veterinário, e fazer com que o animal passe a ser medicado e tratado (...). É muito mais fácil criar uma confiança com um protetor, com o cuidador, com o acumulador, em que existe um animal doente e eu trato desse animal, mas ele fica lá, do que eu andar numa disputa com a pessoa (...). E eu não vou estar a lutar com ela para retirar o animal a que ela tem um grande apego se a solução que eu tenho é se calhar até poder originar a sua morte. (...) isto tudo vai destruir todo o mecanismo de atuação, então eu prefiro fazer as coisas combinadas, eu prefiro que ela me diga quais são os principais problemas e ela vai-me dizer que precisa de alimentação, (...) ou ela identifica animais que gostava de esterilizar e, então, nós esterilizamos esses animais, depois tudo é um processo. (...) Eu nunca disse que não pretendia tirar de lá os animais, mas eu pretendo é que ela faça parte do processo e que em todos os momentos ela esteja a par do que é que irá acontecer. Se existe uma ninhada de gatos e que é possível encaminhá-los para a adoção, ela vai fazer parte do processo de adoção desses animais. (...). Mas há aqui um processo de confiança, de contrariar o comportamento. Qual é que é o risco da devolução? Nenhum. Nós podemos dizer à pessoa, então, se devolver, volta para cá, e ela fica sem argumentos, porque o problema dela é se vão ser devolvidos. Então, se forem devolvidos voltam para lá e se não forem devolvidos correu bem. É contrariar o comportamento psicológico.”

[P4] “Se a pessoa diz que precisa de ajuda a alimentar, obviamente a Associação LA vai lá

dar ração. Para isso, precisamos de identificar o número de animais que vive na habitação. (...) **sem que haja uma desconfiança** (...).”

[P4] “Precisamos de saber quantos gatos são ou quantos cães são ou qual é o porte e, portanto, a pessoa poder **falar sobre a história de cada um deles é libertador**. A pessoa está, na realidade, a contar-nos e a justificar como é que ela salvou cada um daqueles animais. E com este diálogo, **com este processo de empatia**, posiciona a Associação LA como uma entidade **diferente**. Nós não somos uma entidade fiscalizadora, não vamos para ali autuar e dizer que ela é uma criminosa porque agora decidiu acumular animais e tem os animais maltratados em casa. (...) **precisamos de perceber o que é que levou a pessoa, por exemplo, a começar a recolher animais**. (...), essas histórias é que são para nós os pontos-chave para podermos **ganhar confiança** e **perceber o que é que está ali a acontecer**.”

[P4] “Depois podemos **identificar outros problemas** como, por exemplo, **o facto de não estarem esterilizados, reproduzem-se** (...). Se a pessoa não acredita no processo de adopção porque **acha que ela é melhor adotante**, então nós temos que perceber **que não vai ser fácil falar nas palavras “dar para adopção”**. Ela vai-se fechar automaticamente e vai dizer que não quer dar nenhum para a adopção. (...). **À medida que nós vamos entrevistando e conversando com o utente, vamos conseguir perceber qual é que é o passo seguinte**.”

[P5] “Normalmente temos conhecimento por **denúncias**. (...) Houve uma denúncia, penso que da **vizinhança**, de **barulhos**, alguns maus **cheiros** e sabiam que ladravam vários **cães**. Sabiam também pelo comportamento dela que tinha já **alguns gatos** ou havia também **peessoas que eram mais próximas dela** e que depois acabaram ali os laços por se quebrarem um bocadinho (...).”

[P5] “E às vezes também vamos tendo alguns casos não propriamente de acumulação mas, por algumas vezes, **falta de condições ou de doença crónica ao nível de agregado familiar, e vamos tendo alguns reportes pela parte das assistentes sociais**. São as pessoas que estão ali ao corrente, que estão mais próximas, e que se calhar, uma vez por outra, **vão reportando esses casos** que efetivamente são de acumulação de animais.”

[P5] “Nós neste momento **não temos veterinário municipal**, ou seja, nós não temos uma autoridade sanitária. Nós **vamos lá por pedido**, para acompanhamento e, (...) tentamos (...) **sensibilizar** (...) de uma forma (...) mais amigável, arranjarmos aqui um **meio termo**, porque nós também **entendemos que para essas pessoas ficarem sem os animais todos ao mesmo tempo**, às vezes, acaba por ser ainda mais **complicado**.” “Tentamos sempre a **adoção**

consciente, ponderada (...). O nosso papel também aqui no município é sensibilizar. Vamos a escolas, vamos a lares de idosos, recebemos visitas aqui, porque os animais são muito bonitos, são muito fofinhos, mas é preciso termos capacidade socioeconómica, alojamento e uma capacidade mensal para os conseguir ter.”

[P5] “Obviamente que tentamos sempre, numa fase inicial, que haja efetivamente uma limpeza, caso hajam focos de insalubridade. Posteriormente, tentamos que parte desses animais fiquem com pessoas da confiança daquele (...) detentor [famílias de familiares, amigos], mesmo para não haver ali uma quebra no laço total. Quando isso não é possível, então aí, temos que os trazer. Eles têm que ser avaliados e depois, posteriormente, encaminhados para adoção para outras famílias.”

[P5] “Não havendo [condições para lhes prestar os devidos cuidados], parte dos animais são retirados (...). (...) Porque é assim, um animal que viveu dez anos dentro de uma casa, com um sofá, com uma comidinha boa e não sei quê, de repente está aqui numa jaula de 2x2... É terrível pensar nisso, porque eles sentem, não é? Tentamos evitar que eles entrem dessa forma se os conseguimos dar previamente a uma casa melhor, antes de cá entrarem.”

[P5] “Da última vez, tivemos a PSP, tivemos os delegados de saúde, uma equipa para aí de quatro ou cinco delegados de saúde, tivemos a divisão de salubridade da Câmara Municipal VN e estive a equipa médico-veterinária, juntamente com alguns assistentes operacionais, alguns tratadores, caso fosse necessário naquele próprio dia trazer algum animal para as nossas instalações. Portanto, dessa vez, houve uma cooperação entre todas essas entidades. (...). A divisão de salubridade normalmente é quem reporta esses casos a nós e pede a nossa colaboração, havendo animais envolvidos.”

[P5] “Acho que até éramos mais [de dez pessoas].”

[P5] “A partir desse momento [recusa de abertura da porta], tivemos que ter aqui a intervenção de uma entidade policial, com um mandado que foi requerido pela senhora visada. Ela também era uma pessoa que tinha algum conhecimento, não era propriamente leiga do assunto e sabia que, para entrarem na casa dela, não poderia ser de qualquer forma. Tivemos a colaboração da PSP, então, e correu tudo bem. (...). A parte da delegação de saúde foi ver também, juntamente com a parte da salubridade, se havia comprometimento para a saúde da senhora também. E depois, no final, foi elaborado um relatório da nossa parte que neste caso até foi mandado diretamente para a PSP e para as várias entidades que é suposto e depois tudo é encaminhado, neste caso, para o Ministério Público.”

[P5] “Mais uma vez, nós aqui fazemos o relatório, os relatórios que forem precisos e, no final de cada relatório, de cada visita, demos o nosso parecer. E esse parecer vai sempre à consideração de quem de direito e essa pessoa aceita ou não.”

[P5] “Depende muito mas normalmente é o Ministério Público. E depois o Ministério Público notifica os detentores que têm que fazer uma entrega do animal. Têm que vir cá ou nós vamos lá fazer a recolha e as pessoas assinam um termo em como estão a entregar o animal, de forma coerciva, não é voluntária (...).”

[P5] “(...) como médicos veterinários, visamos o bem-estar dos animais, mas também não descurando que temos uma pessoa à nossa frente, e que não é inepto de sentimentos para com eles, senão não os tinha ali, tinha-os na rua.”

[P5] “Havendo o cuidado das pessoas e, nós sabemos que o problema ali é só o excesso mesmo, nós tentamos mediar um bocadinho a situação, porque também sabemos perfeitamente que nesta senhora nunca lhe vamos conseguir tirar os 17 gatos e cinco cães. A senhora teve um episódio em que ameaçou mesmo o suicídio se lhe tirássemos os animais. Obviamente que isto tem que ser tido em conta, mesmo que ela nunca o vá fazer.”

[P5] [remoção de animais saudáveis] “Sim, que estão em boas condições de saúde mas se não existem condições socioeconómicas para se conseguir manter uma casa, um agregado familiar em perfeitas condições, que é o mínimo que se pede, o animal vai acabar por ser descurado e muitas vezes é o que acaba por acontecer”

[P5] “Houve uma vez que nós pedimos [colaboração a associações] e ainda por cima eram ninhadas, e nós não tínhamos mesmo espaço. Fizemos nós o transporte e pedimos colaboração a uma associação que conseguia e conseguiu arranjar donos para os cachorrinhos que eles eram bastante pequeninhos. (...) Não tínhamos condições de os ter cá e garantir a sobrevivência de todos.”

[P6] “Não fui avaliar pessoa nenhuma e das vezes que eu fui a percepção com que fiquei, sem conduzir uma entrevista à pessoa, ou seja, é uma percepção a priori, uma observação, porque não fiz uma entrevista à pessoa, mas pareceu-me num um caso alcoolismo e no outro um caso de uma depressão com origem num divórcio agressivo.”; “Não, não me pareceu nem num, nem noutra [casos de acumulação]. (...)”; “E outro, era um casal de 80 anos, o senhor tinha muitos cães porque tinha caça, entretanto, deixou de ser caçador (...) mas não se livrou dos cães. Quem tomava conta dos cães, quem limpava e tudo... porque as pessoas queixaram-se por causa do mau cheiro, (...) era a Senhora, que tinha caído, partiu a anca e deixou de limpar

aquilo. Ele, basicamente, ia lá e atirava a comida lá para dentro. Mas não é uma síndrome de acumulador, não se pode dizer. Tinha animais em excesso, tinha, mas aquilo foi porque a Senhora caiu e partiu a anca e quem tratava dos animais era a Senhora (...). E enquanto a Senhora não ficasse bem da anca, os cães não iam estar nas condições ideais. Estavam gordinhos, é o que interessa.”; “ (...) para o veterinário tem 40 animais, só pode ter animais com condições de bem-estar. Só tem condições para ter dez, tem 40 é acumulação de animais e está feito o rótulo, (...) é tratado como tal e não tem nada a ver. Porque não se vai resolver nada, ou melhor, ele resolve o problema dele, tira os animais.”

[P6] “Isso está tudo no foro camarário, municipal. São todas equipas municipais, porque os animais errantes, os animais vadios, são responsabilidade do município, está definido por lei.”

[P6] [Sobre os animais das pessoas acumuladoras não serem propriamente animais errantes] “Mas também não são propriamente deles, que eles não lhes põem chip, não lhes põem nada. Muitas vezes, eles têm-nos no terreno deles, nem sequer os têm presos. Há aqui um limbo muito grande também, e não só do município. Ao município até dá jeito, pelo menos, ele vai-lhes dando de comer, está ali, e é um lavar de mãos de ambas as partes e ninguém pega nos casos, depois andam ali um bocado perdidos. (...) e os grandes centros urbanos não são propriamente exemplo para ninguém nesse aspecto. Os casos são tantos que eles têm tendência, perdoe-me a expressão, a chutar para canto estes casos, não pegam neles. E há muito poucos, mesmo a perceção que eu tenho a nível camarário, e já acompanhei alguns - acompanhei não fisicamente, mas acompanhei o processo -, agora isto é tudo através de e-mails e de comunicação à distância.”

[P6] “E, muitas vezes [as associações], têm protocolos com o município, que o município tem a responsabilidade e como não tem pessoas formadas para isso, aproveita. (...) assinam um protocolo, dão-lhes uma verba através de formações ou doutra coisa e passam o problema para as associações e as associações que se desenrasquem.”

[P6] “É muito complicado porque temos a parte animal, temos a parte social, temos a parte económica, temos a parte até (...) dos OPC, porque muitas vezes é necessário ou poderá ser necessário, forçar uma visita, mas que nos deixem entrar no espaço para nós conseguirmos averiguar se realmente existem ou não condições, não é só porque os vizinhos dizem, não é só porque cá fora cheira mal. Lá fora cheirar mal pode ser por mil e um motivos. E as entradas nos locais, nós não temos essa autoridade, também precisamos de colaboração e para haver

essa sinergia toda não é fácil (...).”

[P6] “(...) a polícia, por norma, é mais necessária na primeira abordagem, porque (...) se for tida com sucesso, na segunda visita, já não será necessária, porque a pessoa já terá sido incluída num processo de livre e espontânea vontade. (...) Bastará aí, nesse caso, ir só o veterinário municipal, ou ir só o psicólogo, ou ir o assistente social, dependendo do tipo de visita que esteja programada nas visitas seguintes. Agora, conforme se está a fazer neste momento, (...) detecta-se o excesso de animais, vai lá o veterinário tira. Sinaliza, tira os animais todos ou quase todos, sinaliza os serviços sociais do município e os serviços sociais do município, quando tiverem tempo, se lhes apetercer, hão-de ir lá ver como é que a pessoa está.”

P6] “(...) [pretendia-se] basicamente no início, que se arranjasse uma maneira de os veterinários poderem fazer esse tipo de diagnóstico e ficava logo ali rotulado, o que é impossível. Disse logo que não dava, tem que ser uma licenciatura, no mínimo, em psicologia para se poder classificar alguém com a Síndrome de Noé.” “Até lá [licenciatura em Psicologia] não, não pode ser, nem um assistente social o consegue fazer. Consegue sinalizar, consegue ver “Eu acho que aqui há potencial”, “Podemos reencaminhar, fazer uma triagem?”. Isso sim, conseguimos dotar os técnicos que estão no terreno, os técnicos intervenientes, a polícia, os bombeiros, os assistentes sociais, porque são esses que vão detetar os casos, porque esses casos são detectados quando há uma queixa qualquer e vai lá alguém ver (...) se tem fundamento ou não, ou seja, queixas de barulho, queixas de maus cheiros..”

[P6] “(...) porque o médico veterinário não tem, a maior parte não tem (...) a componente social, nem estão preocupados com isso, nem querem. Nem sequer é da área deles.” “Eles querem é resolver a parte dos animais, tirar os animais sem peso na consciência e que depois o resto fique cuidada por natureza, mas não é por se pôr um rótulo de síndrome de acumulador de animais que se resolve a questão.” “Esta área da parte social, mais do que o bem-estar animal, é mais complicada porque é preciso boa vontade dos intervenientes da parte do bem-estar animal e é preciso boa vontade, neste caso, do Ministério, principalmente do Serviço Social, da ação social, porque são quem intervêm muito e, se eles não quiserem, basta dizer “não, não, tenho mais que fazer do que andar a ver isso”, e pronto, já não fazemos nada.”

[P6] “(...) estes casos aparecem e pede-se para o Ministério, o Ministério pede parecer e depois pede parecer à Instituição Pública do Ambiente e Instituição Pública do Ambiente vai

pedindo parecer para baixo. Daí que tem que ter um diretor de bem-estar animal que tenha predisposição para isto, porque senão dá um parecer que diz que não tem fundamento nenhum e a resposta que sai para fora, depois do Ministro, é que não tem fundamento nenhum.”

[P6] “(...) e começaram a aparecer cada vez mais os provedores de animais, até municipais (...) que são os que promovem o bem-estar e ele ser falado, ele ser debatido é bom, porque já se sente que existe ali algo, que tem que se cuidar daquilo, e isso é importante para se avançar (...).”

[P6] “E tem-se tentado de outras formas, mas não é fácil, porque agora dependemos dos outros ministérios todos. Dependemos da ação social.”

[P6] “Não [as equipas não estão a pensar nas pessoas]. Quando intervém um assistente social, aí sim, até lá, só veterinários não, (...) e a expressão que eles usam muito é “tenho que me preocupar com a minha chafarica, os outros que se preocupem com a deles” e a minha são os animais, e ponto final. E perde-se ali um bocado essa ligação.”

[P6] “(...) sentiu, muitas vezes, que o trabalho dela também não dava em nada se não se apoiasse a pessoa, porque ia estar a trabalhar em vão. Resolvia o problema e daqui a 6 meses estava igual. (...) só que queria uma solução quase como primeiros socorros, para pôr um penso e acabou, só que na parte da psicologia, acho que não há nenhuma patologia que se resolva assim. (...). São coisas que demoram muito tempo. (...), e daí ser necessário ou quase obrigatório esse Observatório central para se manter um historial, porque as reincidências são o principal problema em quase tudo que envolve a psicologia.”

[P7] “Efetivamente, há aqui uma inércia, não é só inércia dos serviços por si, porque são os técnicos que não querem fazer nada, mas pelo próprio sistema, ou seja, não é fácil (...) um internamento, não é fácil... isto é um problema de saúde mental e nós ainda não lhe damos o devido reconhecimento. (...) na América faz parte da lista de doenças mentais, da lista de psiquiatria. Hoje em dia aqui ainda é um bocadinho “Ai, é a maluquinha dos animais”, mas isto tem muito por trás e eu, como veterinária, digo sempre, vocês não estejam à espera que seja a veterinária que vai resolver um problema de saúde mental gravíssimo.

[P7] “O Município C formalizou mesmo a criação de uma equipa com assistentes sociais e com a ação social e com a delegação de saúde, (...). A equipa chama-se mesmo “prevenção e intervenção”. “Basicamente em Outubro, o que nós quisemos foi chamar-lhe um nome, criámos mesmo uma equipa de intervenção multidisciplinar e reunimos todos os meses. Sentamo-nos, temos neste momento, em cima da mesa, estes cinco casos que (...) são

situações em que nós já lá fomos. (...) a equipa, senta-se e vemos, “então o que é que já conseguiste saber? É nomeado um gestor de caso, ou seja, por norma, o gestor de caso é aquele mais próximo e é aquele que teve contacto com a situação. Porque eu tenho situações que fui eu que descobri porque, por exemplo, pediram ajuda para comida, tenho situações que foi a ação social que descobriu, porque tinham lá crianças ou que tinham subsídios de alguma ordem e eles tiveram conhecimento da situação, (...) e tive situações que, por exemplo, foi a enfermeira de saúde pública que foi tratar de um idoso acamado e que viu e que sinalizou, por isso, as três entidades, a autoridade de veterinária, a autoridade de saúde e a ação social são o núcleo base que está em todas as intervenções. Se depois vamos chamar até associações, porque nós sabemos que às vezes (...) se for a presidente da associação não sei quê, ele se calhar até já ouviu falar bem, e se calhar colabora melhor, e nós felizmente temos associações parceiras [com quem] temos uma boa relação. Há situações em (...) temos que ir com a polícia, porque (...) elas são um bocadinho mais reativas e (...) nós também temos que nos precaver. Mas o núcleo duro é composto por estas três entidades, até porque para facilitar, para agendarmos reuniões, é mais fácil sermos só nós, as três entidades.” (...).

[P7] “(...) o gestor é a tal pessoa que, por norma, vai fazendo os updates e quando nós reunimos, tentou fazer já mais alguma coisa. Por norma, o gestor de caso é quem conhece melhor o caso, quem sabemos que vai ter mais sucesso no contacto com o acumulador, que se calhar até tem mais ligação, porque conhece o vizinho, (...). Isso é quase intuitivo, porque por norma, é quem nos trouxe o caso para as reuniões. Por norma, porque ou veio pelo gabinete, ou veio pela ação social ou veio pela delegação de saúde.” “(...) é nomeado um gestor de caso e ele fica o gestor do caso, nunca aconteceu ter que mudar. É a história da proximidade e de ganharmos confiança, (...), mas se há ali algum episódio que correu mal com o gestor de caso, se calhar, naquele caso, vamos ter que mudar e vai ter que aparecer outra figura.”

[P7] “Como é lógico, num mundo perfeito, nós mais do que nos centrarmos só nos animais, devíamos-nos centrar na pessoa, porque sabemos que a origem está toda ali, naquele desequilíbrio. Agora, como nós temos competências diferentes também, (...) e o meu relatório incide mais sobre o que é que eu vi nos animais, o que é que me preocupa naqueles animais, os sinais de evidência, negligência de evidências de maus tratos, se fosse o caso (...). O delegado de saúde não vai propriamente falar que os animais estão bem ou que estão mal, vai tentar falar mais na questão que lhe toca a ele de um risco grave para a saúde pública.”

[P7] “Isso porque temos o delegado de saúde, mas depois temos os técnicos de saúde ambiental que normalmente acompanham, mas principalmente na parte da ação social. (...) E

então pode acontecer que num caso seja a ação social, seja a Dra. A e noutro caso a Dra. B, porque há a tal relação de proximidade. Mesmo quando nós temos a polícia municipal a acompanhar os idosos, sabemos que eles depois conhecem a figura da pessoa, não é só “Vem cá um polícia”, “Vem a fulana tal”. E nós queremos criar aqui uma relação de empatia, de confiança, e uma relação próxima. Eu sou sempre a que fico para trás, então, mas a maior parte das vezes, porque eu sou mesmo a má da fita porque eu, por norma, quando vou, é para retirar.”

[P7] “Não ficou escrito em lado nenhum o nome dela, mas por norma é sempre a mesma técnica de saúde ambiental que vem às reuniões. Quando vamos às vistorias é que às vezes vêm outras técnicas também, (...) e a veterinária também sou só eu. (...) quando entra polícia, às vezes há mais pessoas.”

[P7] “(...) quando percebemos que já não são colaboradores, por norma, vai alguém da polícia municipal. Pode não ser um polícia mesmo, eles também têm técnicos superiores, também para as questões de insalubridade.”

[P7] “Não, não, a maior parte das vezes não vamos todos juntos, mas quando é aquela vistoria (...) para “Isto tem que acabar”, vamos ter que ir para tribunal, temos que tentar que haja a entrada na habitação todos juntos, para todos presenciarmos e testemunharmos “no dia tal, à hora tal, isto estava assim”. “Às vezes somos muitos e não devia, mas às vezes quatro, cinco pessoas.”

[P7] “ [Quem denuncia] Depende destas situações. Uma foi ela que se entregou [com o pedido de alimentação para os animais], a outra foi o vizinho que reclamou dos maus cheiros e foi a PSP que me deu o alerta. Outra (...) foi uma associação (...). Temos aqui outra que foi a enfermeira de saúde pública, e temos aqui outra que foi a assistente social que foi lá ao local e que percebeu que ela não tinha condições para os animais.”

[P7] “Faço primeiro sempre um pedido à polícia municipal, (...) para fazerem uma primeira abordagem e para verificarem a veracidade da denúncia. (...). Quando, efetivamente, a polícia, ou a própria denúncia já vem carregada de vídeos, de fotos ou de evidências aí, dependendo do grau e da dimensão do caso, agilizo uma vistoria comigo, chamo o delegado de saúde e, por norma, nós vamos sempre. A técnica da ação social, muitas vezes, poderá não ir (...), a ação social pouco faz (...) [quando] eles não são subsidi dependentes. E mesmo o delegado de saúde, a maior parte das vezes eles são seguidos, quando são, no privado, porque têm dinheiro. Mas o delegado de saúde consegue perceber mais ou menos se houve aqui

algum historial e se foi acompanhado ou se já não é visto no centro de saúde há muito tempo e, antes de ir ao local, ligo ao delegado de saúde a dizer que “tenho esta situação assim, assim, assim”, tento caracterizar, tento mandar por e-mail ou reencaminhar, “recebi esta denúncia, podemos ir ao local?”, escolhemos uma data, às vezes, quase no imediato, vamos ao local, e depois passo a passo, vamos vendo se colaboraram logo, por norma, não colaboram. Se foi fácil a receção depois, por norma, no local - também já trabalhamos há algum tempo - eu consigo perceber pela cara do delegado de saúde se aquilo é mesmo para considerar quando ela diz que se vai matar, porque eles dizem muito que se vão matar. (...) se alguém procedesse a algum ato desses ou tentativa à minha frente, eu nunca me iria desculpar (...). (...) porque depois eles surtam ali, e depois nas reuniões é que falamos, sem filtros, e como na última ele me disse, “ela está muito descompensada, ali com alguns delírios e não sei se não haverá ali bipolaridade”. “E depois vai ver lá nos processos e nos acessos que ele tem, (...) se está acompanhada, (...) ou se vai ser seguida (...) pela psiquiatria. Agora, nenhuma dessas situações culminou com o internamento, até porque eles dizem que é muito difícil um internamento se não for voluntário.”

[P7] “Quando eu disse que é o delegado de saúde que faz o diagnóstico, isto é, é uma conversa, ou seja, ele não escreve “que foi diagnosticado. (...) Eu acredito é que ele quando faz o trabalho de casa, que alguém já tenha feito um diagnóstico. (...) são pessoas que já tiveram outros desequilíbrios, outros distúrbios, se calhar outras atitudes que levaram a ser indicadas ou procuradas por psiquiatras. (...) Houve uma vez uma situação desta Senhora A. em que o delegado de saúde disse que gostava que ela fosse à consulta, para tentarem encaminhá-la depois para a psicologia, na parte da medicina familiar. (...) Também se calhar a experiência faz com que ele diga “olha, tem aqui uns trejeitos de bipolaridade”. Se calhar isso até eu detetei, porque tanto estava a rir como estava a chorar. (...) na prática, dá-nos igual ter um diagnóstico efetivo ou não, porque nós percebemos que aquilo tem é que ser intervencionado.”

[P7] “(...) mais até a parte da ação social, (...) elas normalmente são muito meiguinhas e eles gostam muito delas, e elas é para conversar (...). Se a assistente social fala nos seus animaizinhos, (...) se calhar mais facilmente consegue perceber se eles estão doentes, se não estão, se precisam de ir ao médico, mais até do que eu.”

[P7] “Então agora estamos a fazer uma espécie de um compromisso escrito que não vale nada a nível jurídico, mas é quase um compromisso de honra também, até para gerir aqui as expetativas. “No dia tal, a equipa veio, tirou-me não sei quantos animais. Eu comprometo -me

a não ter mais animais, porque já estou a exceder e assino.”

[P7] (...) “Se eu tirar agora 11 e deixar seis, levamos a bem, não pagas multas nenhuma, vais-me assinar a entrega voluntária, levo os animais, vou arranjar-lhes já dono, (...), enquanto não tivermos dono até podes ir lá visitá-los”, (...), “se for a mal (...) vamos para o juiz, então ficas sem nenhum.”

[P7] “Mas somos capazes de estar ali uma manhã, com a polícia, a **alguns mais sensíveis do que outros**, “**anda lá, senão levanto já os autos e as multas e se fizermos as contas são logo € 600**”, e tudo no momento da emoção. E o que aconteceu é que ela assinou, tirámos 11 animais, neste caso eram quase todos os gatos, e há sempre - mas **isso há em todas - os mais preferidos**. (...) e **então se mexes neste é que eu me mato logo**”, **isso há sempre**. **Às vezes são os que estão lá há mais tempo, outras vezes são os que são mais queridinhos e mais fofinhos e que interagem mais**. (...) [Depois] às vezes aconselhados pela família ou quando a cabeça esfria, passado dois dias, vai lá fazer um escândalo, **quer ir buscar os animais**. Então aí já tenho as **coisas assinadas** que ela na presença da polícia, com as testemunhas todas, assinou, em como entregava voluntariamente os animais ao CROA e, quer tenha um chip, quer não tenha, eu tenho um comprovativo que está a fazer transferência de propriedade (...). **Algumas dizem inclusive que foram coagidas a assinar, mas como (...) há o auto da polícia**, o relatório em como a pessoa concordou em entregar. (...) Juntamos isso tudo, juntamos a reincidência, do género “não sei quando, tirei-lhe não sei quantos”, “passado não sei quantos meses, já tinha não sei quantos”, e que tínhamos que lhe tirar outra vez os animais e o juiz (...). **Mas fomos para lá todos, todos apetrechados com a polícia de intervenção para arrombar portas e tudo, mesmo à filme** (...). (...) isto foi numa das ruas mais movimentadas ali na zona dos restaurantes do Município C e toda a gente falou porque se aperceberam o que se estava a passar. E isto é bom porque **passa a palavra do “não vamos exagerar porque há intervenção”** (...). Isto também é importante para não cairmos no descrédito da autoridade e que ninguém faz nada (...).”

[P7] “Em **2016**, nessa primeira grande intervenção e, na altura, (...) já tinha que ir o **delegado de saúde**, porque **por lei, para haver uma retirada compulsiva, tem que haver uma vistoria com um delegado de saúde e um relatório**. Porque podemos chegar a tribunal e o **advogado desmontar** que não foi lá o delegado de saúde e, por isso, não houve um relatório como manda a lei. É por causa da remoção, porque o **procurador para ordenar a retirada, porque ele não vai ao local, tem que se basear nos relatórios que lhe mandam** (...).”

[P7] “[Após condenação judicial] (...) foram-lhe retirados os animais e (...) teve que fazer uma série de alterações no alojamento e [que criar] condições e ela construiu uns mega canis, quase como se fosse uma associação, (...) porque ela tinha dinheiro. E depois veio o despacho do juiz a dizer que então devolvemos os animais, uma vez que ela já tinha apresentado condições para os animais. (...). Devolvemos os animais e ela quase como para compensar termos estado quase um ano com os animais pagou os € 200. Os animais foram devolvidos, aquilo descambou outra vez, começou a acumular mais e eu uma vez tive um ofício do senhor procurador a dizer para eu ir ao alojamento verificar, passados não sei quantos meses, como é que estavam as condições - devia ser para encerrar o processo. (...). E fomos ao local com a polícia e aquilo estava outra vez uma porcaria, (...) porque ela tratou de fazer os canis, foram-lhe lá fazer e ela pagou, e depois no dia-a-dia não tem logisticamente capacidade para gerir aquilo. (...) e eu informei o juiz que estava tudo igual. Até hoje, (...) nada aconteceu. Ela ficou sinalizada por nós, mas a nível de tribunal, naquela situação ela teria mesmo que ser inibida de ter animais durante nem que fosse cinco anos ou que o fosse.

[P7] “(...) eu tenho uma situação (...) em que eu acho que a estratégia que nos vai permitir conseguir reduzir os animais é através do urbanismo. Ou seja, ela edificou lá umas coisas que não podia e fez uns anexos e umas redes e umas coisas, e é mais fácil para mim, porque senão ela não abre a porta, [mencionar] o urbanismo, porque quer ir ver se dá para legalizar, do que ir eu, porque ela conhece-me perfeitamente, quando vir a minha cara já não vai abrir a porta.”[P7] “(...) há aqui uma que (...) tem uma boa relação de confiança (...) com as assistentes sociais, porque (...), às vezes, elas só precisam de conversar. Porque ficou viúva, porque ficou desempregada, (...) as técnicas de assistência social sabem fazer melhor do que ninguém, um acompanhamento e um carinho, um cuidado. E depois o delegado de saúde, se calhar às vezes vai pela questão do médico de família, (...) e da medicação (...). E então, eu costumo dizer e isto serve-me para tudo, mesmo nas fiscalizações ditas normais, não vale a pena entrarmos a matar, porque a matar eles fecham-nos a porta e nós não conseguimos nada.”

[P7] “Uma das coisas que eu faço, por norma, é a redução gradual do número [de animais], porque se eu lhe tiro e se lhe causo aqui um vazio vai haver um drama e vai haver um colapso e, por isso, “tu tens 20, olhe, vou-te deixar ter seis e já estou a deixar para lá...”, porque se nós dissermos “eu estou-te a tirar com uma mão, mas estou-te a deixar ficar com um número excedente ao previsto”, já estou a ser porreira.”

[P7] “(...) mas “só agora é que ouves falar de acumuladores?” (...). Não. O problema é que,

quando eu entrei, as pessoas não estavam tão sensibilizadas, nem tão preocupadas e quase nem queriam saber dos animais. E hoje os casos estão a aparecer (...) porque as pessoas não estão preocupadas muito com o acumulador, coitadinho, está ali desamparado, ninguém lhe liga, não, estão é preocupadas porque percebem que o animal não está bem, e a preocupação lá está, às vezes se calhar é inversão dos valores, mas a preocupação que aqueles animaizinhos não estão bem é que faz muitas vezes com que se denunciem os casos. (...) Por isso há (...) uma maior sensibilidade, às vezes a roçar o excessivo, dos animais. Infelizmente, quando nós relatamos estas situações, e eu digo assim, “pois é, os animais não estão bem, mas também há crianças ali”, as pessoas não querem muito saber. É sério, isto é muito triste, isto é o reflexo de como está a nossa sociedade, mas acho que é mesmo assim (...). Então, começa a haver muitas denúncias e hoje é muito fácil denunciar, porque há redes sociais, qualquer pessoa no sofá denuncia. Antigamente, para se denunciar, eu tinha que ir à esquadra pessoalmente, (...), e hoje em dia não, (...) é muito fácil fazer uma chamada, um e-mail, inventar um e-mail, mandar um e-mail anónimo. E, por isso, cada vez mais os serviços são inundados por relatos: “olha, atenção que aquela fulana trata mal os animais” (...), e (...) quando vamos ver, alguns são completamente infundados. (...) há imensos relatos e denúncias que são quezílias entre vizinhos ou entre familiares, e nem existe nada, nada de maus tratos, nem de acumuladores (...). Mas no meio destas denúncias todas que dispararam e, os dados são públicos, do ICNF e da GNR (...) as pessoas vão dizer “Mas só agora é que está tudo maltratante e denunciante?” Não, simplesmente a sensibilidade e a facilidade com que se denuncia estão muito mais à mão de todos.”

[P8] “E era sempre um trabalho mais focado por parte (...) do médico veterinário municipal ou, em alguns casos, a assistente social que ia lá para uma condição e deparava-se com essa acumulação.” “Já existe uma certa articulação com os meios, mas eu diria que são sobretudo os municípios. E os municípios através do médico veterinário que vê esta situação, do delegado médico também. (...). Até o próprio delegado médico chama o médico veterinário municipal para ver qual é a condição dos animais, uma vez que devido à insalubridade daquela casa, então os animais têm que ser removidos e afastados, portanto, é até o delegado médico que acaba por despoletar e sinalizar. E eu diria que alguns municípios terão depois a assistente social para tentar fazer um enquadramento também dessa situação. Portanto, eu diria que são (...) aqueles municípios que já têm uma estrutura mais bem organizada em relação a estas situações. (...). Depois, as forças da autoridade acabam por ser chamadas, porque se suspeita sempre de um caso de maus tratos ou da ausência de cuidados.”

[P8] “Eles [médicos veterinários municipais] acabam por ser o profissional que arca com a responsabilidade da ausência de uma estratégia, quer de lidar com os animais errantes, quer de lidar com os acumuladores de animais e acabam por ter que ser eles a resolver esta situação e, no meio disto tudo, acaba muitas vezes por lhes ser apontado o dedo como os insensíveis e como os penalizadores, porque são eles que estão a retirar os animais de alguém que gosta muito de animais (...). Há aqui uma total inversão, em que o médico veterinário só quer é que os animais estejam em boas condições, quer que seja garantida a saúde pública, e que haja uma limitação, que não haja transmissão de zoonoses, que realmente haja um equilíbrio quer animal, quer ambiental, quer também humano em relação àquela situação (...). (...) sofram uma pressão enorme e mesmo muitas vezes uma atitude de perseguição e de *bullying* em relação à atividade deles.”

[P8] “Eu acho que só a resolução judicial não vai resolver porque, no fundo, aquilo que originou foi uma perturbação psicológica. Portanto, é muito importante que haja um procedimento judicial, que haja uma lei clara que possa ser aplicada, mas depois tem que haver uma complementaridade do apoio psicológico desta mesma pessoa, que eu acho que é importante. (...) é importante que haja claramente uma definição daquilo que aquela pessoa deve cumprir, deve ser “responsabilizada por” e deve ficar clara. Mas depois, se for só baseada numa multa ou numa pena de prisão suspensa, vai haver uma grande probabilidade de reincidência. (...) mas depois que haja uma possibilidade de recuperação, porque senão vai haver uma reincidência muito grande.”

[P9] “(...) normalmente há uma referência feita geralmente por vizinhos, ou seja, são os elementos da comunidade informal que muitas vezes solicitam aos serviços ou porque já estão cansados de ouvir os latidos ou os ruídos ou os odores, as urinas, aquelas coisas, ou porque alguns vêem os animais a ser maltratados (...). Contactam-se os serviços sociais que têm responsabilidades de atuação nesses territórios, para ver se a situação é conhecida (...) ou acompanhada de algum serviço por algum motivo, e depois tenta-se fazer, enfim, essa visita que normalmente acaba por não ser muito bem sucedida. E depois, a partir daí, como a pessoa ou não aceita ou não quer ou recusa, pelo menos isto é um bocadinho a visão que eu tenho, começam-se a acionar outros mecanismos legais, porque aquilo que se observa fora, sem entrar na habitação, são esses sinais de que há muitos animais, de que há odores e etc. E a pessoa barrando a entrada, ou não permitindo ou não aceitando a ajuda, normalmente contacta-se o delegado de saúde pública, que na maior parte das vezes, pela experiência que eu tenho, são muito poucos aqueles que respondem aos pedidos, pelo menos dos serviços

sociais ou dos municípios. Ou vão lá e dizem que não é bem uma questão de saúde pública ou, enfim, dão este tipo de respostas ou, então, nem sequer respondem e, depois, a partir daí, como não há resposta, ou há resposta tarde ou demora, ou não é aquela que os serviços estariam à espera, **solicita-se a intervenção do Ministério Público**, que depois também faz muitas vezes o mesmo circuito, que é pede outra vez às entidades com responsabilidades na zona territorial, que respondam se conhecem a situação, se acompanham, se já fizeram alguma coisa, **recolhem outra vez essas informações** e depois, enfim, **às vezes não chegam a lado nenhum**, outras vezes desencadeiam-se outros mecanismos. Ah, também se pode a (...) **GNR ou PSP**, também para fazerem essas **tentativas de contacto com a pessoa, saber se conhecem a situação, se sabem quantos animais** é que lá estão. (...). Também se podem contactar os **veterinários municipais** e saber se conhecem a situação. Normalmente **também se contacta os centros de saúde** para saber se há médico de família, se tem a identificação daquela pessoa (...). **Ou seja, tenta-se disparar para estas áreas para perceber se a situação é conhecida ou acompanhada por alguém. E como ninguém sabe muito bem o que fazer e as primeiras abordagens também não são minimamente preparadas, enfim, não são assentes em relações... as pessoas não sabem muito bem o que conversar, como se aproximar, acham que basta chegar lá uma vez, tocar à porta, dizer quem são e o que é que têm para oferecer e a pessoa já aceita ajuda. Isso não é assim, é preciso ir, muitas vezes é preciso aproximar, é preciso fazer este caminho com pezinhos de lã e devagarinho, e os técnicos não têm muitas vezes ou disponibilidade ou, enfim, não entendem às vezes isto como parte destes processos e, portanto, é mais fácil depois disparar para as entidades com poder judicial**, basicamente. E por isso é que **as intervenções que são feitas são quase sempre em contextos coercivos e a partir daí já só se fazem intervenções em contextos coercivos e, portanto, e os direitos da pessoa são relegados.**“

[P9] “Não **[a resolução legal]** não é a forma de resolver o problema], mas é o que temos feito, porque (...) **quando não percebemos como é que podemos chegar a estas pessoas de outra forma, e quando não temos outros mecanismos e outros instrumentos**, nós profissionais e os serviços também não nos proporcionam isso, porque os serviços criam muita pressão sobre os profissionais para eles agirem depressa e bem, **é um refúgio rápido e eficaz**. Portanto, está ali à mão, eu já tentei o que está ao meu alcance, portanto eu não consigo intervir sem o consentimento da pessoa, **ela recusa a minha intervenção**, a situação é muito dramática, eu não sei se ela está na plena posse das suas faculdades para tomar as decisões de viver desta forma, ou está a prejudicar a comunidade ou está a prejudicar outros elementos que lá vivem

em casa e, portanto, é fácil ir ao sistema judicial para intervir. Eu acho que é o que acontece, mas acho que tem a ver com isso, com o desconhecimento, com a desinformação e a impreparação das equipas para este tipo de abordagens.”

2.2.2. Psicológica (QI4)

(1) Intervenção

[P1] “ (...) recomendamos que haja sempre acompanhamento das pessoas mas são raros os municípios que têm algo mais estruturado para haver um acompanhamento. Temos um psicólogo a trabalhar connosco, ele já fez o acompanhamento de alguns casos, (...) mas só no sentido de fazer a tal distinção se é acumulador ou não.”

[P1] “ Creio que, na altura, teve.” [acompanhamento psicológico] [caso de sucesso, durante o internamento]

[P2] “Nunca fui com um psicólogo.” [sobre a existência de um/a psicólogo/a nas equipas]

[P2] “Eu acredito e esperava que sim [se é feita intervenção psicológica] mas, da nossa parte, também fazemos e muita [risos]. (...), quando as pessoas vêm aqui e estamos aqui horas com as pessoas a tranquilizar e a acalmar e a dizer que eles estão bem, estamos a fazer brutalmente esse trabalho, mas não sei se somos sozinhos a fazê-lo.”

[P3] “Eu fui, por acaso. No Município VA, havia um psicólogo”.

[P3] “Quer dizer, a vistoria desta semana foi com uma psicóloga da SCM e fui com uma gestora do processo.”

[P4] “(...) existem duas formas de olhar este problema, no nosso entender. Uma que tem a ver com a origem ou seja, o que leva a que a pessoa comece a acumular animais e que está associada, obviamente, a uma questão psicológica, e a outra, que diz respeito ao resultado - que se traduz no comportamento de acumulação de animais (...). (...) No que diz respeito à componente psicológica, importa perceber o que é que fez com que a pessoa começasse a recolher animais abandonados, sendo este, muitas vezes um processo de compensação para uma situação de depressão, ansiedade ou violência doméstica.”

[P4] “Nós não podemos dizer que isto é um processo que resulta de uma depressão ou de isolamento se não analisarmos, também, qual é a relação que existe entre a própria pessoa e os moradores, os vizinhos, os familiares, qual é que é a história de vida que fez com que a pessoa

passasse a acumular animais, em que condições é que a própria pessoa vive.”

[P4] “Para nós, enquanto associação, numa primeira instância, existe uma necessidade muito concreta de fazer aqui uma avaliação psicológica e, de alguma forma, estancar o comportamento ou, pelo menos, alterar o comportamento que resulta na recolha de animais da via pública ou de animais de outros detentores e, para isso, é preciso que exista um compromisso por parte da pessoa.” “A avaliação psicológica é feita por profissionais da área através de entrevista. É uma entrevista com questões do âmbito do serviço social e, também, obviamente, da área da psicologia. As perguntas que os profissionais fazem são para poderem compreender os comportamentos. No âmbito do serviço social, as questões colocadas pretendem apurar se a pessoa está a receber determinado apoio a nível de subsídio ou do complemento de idosos, se estão a receber apoio a nível do banco alimentar, porque estamos a falar de carência económica, ou seja, as perguntas do serviço social referem-se muito à rede de recursos ou rede de respostas e quem ficará com os animais se houver internamento. Aquilo que o profissional de psicologia faz são perguntas para poder compreender o que é que motivou, o que é que despoletou ou em que momento é que começou.”

[P4] “Apesar de não providenciarmos acompanhamento psicológico direto, contamos com colaboradores qualificados que ajudam a identificar a necessidade de encaminhamento para apoio psicológico especializado, ao qual muitos dos nossos utentes têm demonstrado abertura e adesão.”

[P5] “Eu não sei se na parte da delegação de saúde havia algum responsável. Eram dois técnicos de ambiente e dois delegados de saúde. Não havia parte de assistência social, nem psicólogos.”

[P5] [não há ninguém a quem reportar problemas físicos e/ou psicológicos] “Exato, mas aí penso que também seja parte da delegação de saúde que depois faça encaminhar para esses serviços. Fazem uma primeira avaliação e depois acaba por remeter para produzir os devidos efeitos.”

[P5] “(...) não tenho esse conhecimento [sobre a existência de acompanhamento psicológico]. Só se for mesmo da parte da saúde pública, que são os responsáveis por fazer a ativação desses meios.”

[P5] “Obviamente que a parte da saúde mental tem grande importância aqui.”

[P6] “Tem que haver um atestado por parte de um psicólogo ou de um terapeuta clínico ou de alguém que ateste. Não pode ser o veterinário municipal a dizer que isto é um caso de

acumulação de animais. Pode ser uma pessoa que se divorciou recentemente ou que está numa depressão profunda ou que tem alcoolismo ou podem ser mil e uma as razões para aquilo ser um caso de acumulação de animais. Pode ser alguém que toda a vida teve boas condições, só que eram os pais que mantinham aquilo, perdeu os pais e agora não consegue mantê-los. Os animais estão com falta de condições e ele não tem síndrome nenhum, ele simplesmente perdeu capacidade económica. Não se pode meter num rótulo de uma patologia psicológica num indivíduo só porque sim, só porque tem animais a mais. As causas para ter animais a mais podem ser infindáveis.”

[P6] “Não foi nenhum psicólogo em nenhuma das vezes. Para mim, faz-me alguma confusão.”

[P6] “Os psicólogos raramente são envolvidos. Normalmente isto fica resolvido entre o veterinário municipal e o assistente social.”; [razão de não serem envolvidos] “Porque vai atrapalhar, vai atrasar a resolução do problema e o município quer é o problema resolvido na hora, (...) porque o assistente vai lá, se for uma questão económica, dá-lhe mais um subsídio e está feito durante os tempos, aquele problema desaparece. Se for o problema dos animais, vai-se lá e tira-se os animais, está feito. Se for um problema psicológico, já sabemos que ele vai demorar meses ou anos a ser tratado. E o município não quer esse encargo.”

[P6] “(...) tenho alguns manuais e alguns guias de alguns municípios, (...), e todos eles equacionam [existência de psicólogo] mas depois, na prática, nunca vai. Nunca falei com um psicólogo que tenha ido ao terreno avaliar uma coisa dessas. Não conheço um único.”

[P6] “Internamento compulsivo não há, nem temos essa hipótese. Nunca ouvi falar de nenhum e nós temos aí casos bem complicados. Por exemplo, a Senhora FB (...) já foi a Tribunal não sei quantas vezes, continua com os animais, continua com tudo, não há internamento, não há obrigatoriedade de consultas, não há nada. Estamos a falar de um caso de anos, e um caso problemático.”

[P6] “(...) eu acho que não dá para fazer as duas coisas. Porque quando nós vamos nas fiscalizações o foco são as condições do alojamento e as questões todas que estão a ser colocadas, ou seja, a pessoa responsável está a dizer onde é que compra o material, onde é que guarda o material, para onde é que vão os animais quando chegam, para onde não vão, e toda a observação da pessoa... temos vistorias que demoram uma tarde inteira e a pessoa está nisto, e o psicólogo não ia ter tempo para estar com a pessoa à parte a falar com ela, e a fazer a análise ou a entrevista dele. Não ia ser produtivo.”; “É dotar as pessoas dessa capacidade de

triagem e depois encaminhá-las para depois, nas vistorias subsequentes, já ir um [psicólogo]. Mas, na primeira abordagem, não.”

[P7] “(...) Da parte da [ação social] [uma] delas tem formação em psicologia”

[P7] “Não [foi decretado pelo tribunal acompanhamento psiquiátrico ou avaliação psicológica em nenhum destes processos]”.

[P8] “(...) eu diria que o psicólogo, se calhar agora começa a ser mais frequente, embora a maior parte das autarquias não o tenha, em termos de brigadas, seja raro fazê-lo, mas ou então o delegado médico, acompanha também estes processos. Portanto, nessa ótica, faz-me sentido que realmente se conheçam melhor as características destes acumuladores, do ponto de vista quer da sua relação com os seus os animais - o *bond* [a ligação] - quer depois também do lado da perturbação psicológica e, depois, que formas é que nós podemos [encontrar para lidar com a situação] seria muito útil.” “Eu tenho a sensação que numa outra situação já havia presença de psicólogos nas equipas ou relataram-me que inclusive a psicóloga daquela Câmara ou dos serviços já estava presente para fazer o acompanhamento, sobretudo quando são situações sinalizadas há muito tempo e em que existe mesmo uma queixa de maus tratos e há intervenção das autoridades. Tenho a noção que já começa a ser frequente. Pelo menos, já ouvi uma ou duas situações e creio que foi no distrito de S., eventualmente, onde eles até têm uma... graças ao SEPNA de S., que foram sempre pioneiros, e também o tribunal ou a Juíza que estava relacionada com estes processos também tinha uma elevada sensibilidade. Penso que é isto. Ouvi já a referência à intervenção psicológica.” “Eu acho que é no imediato, é no controlo da pessoa nos termos em que os animais são retirados e depois há ali aquele acompanhamento psicológico do choque inicial. Acho que, eventualmente, não haverá um acompanhamento depois a longo termo da situação (...).” “A perceção que eu tenho é como se fosse uma intervenção a seguir a um acidente, por exemplo, ou uma catástrofe, ou um tumulto público em que há mortes, perdas, normalmente, acho que é esse tipo de intervenção. Eu não conheço, pelo menos não me relataram nada até agora de que há já uma parte especializada, estruturada, de um programa de recuperação de acumuladores.” “Acredito que sim [intervenção psicológica como parte da solução], que se há uma identificação de uma perturbação e, sobretudo a nível psicológico, sabemos que o acompanhamento e a maior parte das perturbações psicológicas não são com quatro ou cinco intervenções que vamos resolver a questão, portanto, são sempre intervenções longas e para o resto da vida. Portanto, eu acredito sempre na recuperação ou, pelo menos, na possibilidade de recuperação.”

[P9] “(...) **psicólogo** especificamente que eu conheça e tenha **experiência na intervenção não.**”

“Ou melhor, talvez a intervenção psicológica que possa existir **nalguns casos**, é que (...) o **profissional que faz o contacto com a pessoa poderá ser alguém da área da psicologia e que vai lá com algumas técnicas mais relacionais, mais empáticas tentar ver se a pessoa está disponível para receber a intervenção, mas mais do que isso não. Com fins terapêuticos não.**”

“Tenho ideia que o que existe será mais ao nível de alguns hospitais, e o que **eu conheci** foram algumas pessoas com **perturbação de acumulação de bens inanimados, que eram acompanhadas em consulta psicológica, hospitalar e psiquiátrica, mas que o acompanhamento era demasiado espaçado no tempo,** ou seja, embora elas estivessem a ser acompanhadas para aquela questão, era muito espaçado no tempo e **aparentemente com poucos resultados,** mas servia para prescreverem alguma **psicofarmacologia,** que também não há nada específico para estas coisas, mas prescreviam alguma coisa e **para a pessoa estar em contacto com alguém e irem tentando monitorizar.** Agora, aquelas terapias, sei lá, mais cognitivo-comportamentais, (...), que eu saiba não, **não conheço ninguém que seja acompanhado do ponto de vista da intervenção psicológica, mas acho que seria útil.**” (...) Mas eu acho que é importante, perante uma intervenção, por exemplo, que seja necessária no contexto do domicílio, que há intervenções que **são necessárias para restabelecer ou para pelo menos minimizar mais danos na pessoa, haver alguém que saiba como comunicar com esta pessoa, que respeite um bocadinho os seus ritmos, os seus tempos, as suas crenças, enfim, o seu modo de funcionamento e de pensamento e que possa ir conseguindo com ela, com a colaboração dela, ir tomando algumas decisões para aumentar o seu bem-estar,** por exemplo, no contexto do domicílio e dos animais, se for o caso. Aliás, há uma **recomendação até que não se retire os animais todos,** **deixe-se sempre ficar aqueles que já são os primários também, porque a pessoa tem uma relação, obviamente, com esses animais,** naturalmente. Mas também parece que é importante, provavelmente, **essa pessoa poder beneficiar de um acompanhamento terapêutico para perceber o que é que motivou muitas vezes este descontrolo ou esta desorganização ou estes comportamentos** que, entretanto, foram acontecendo e que se foram instalando na vida dela. (...) mas para isso **é preciso a pessoa querer** estar disponível para isso.”

“ (...) percebo que aqui possa ter um papel importante [**terapias comportamentais**] no sentido de **apoiar a pessoa numa tomada de decisão que se quer mais ou menos rápida ou urgente,** (...). (...) pode ser um **mecanismo interessante para ajudar as pessoas a lidar com a ansiedade associada ao descarte, a lidar com algumas crenças associadas ao descarte,** (...) mas provavelmente **podem existir outras terapias que, se calhar, até são mais interessantes para as**

pessoas, que possam ir mais ao trauma, à raiz do trauma (...)"

(2) Adesão

[P1] "Nunca conheci nenhum [caso em que tivesse existido abertura à intervenção psicológica]. Os que foram intervencionados foi na altura em que havia internamentos compulsivos, mas depois a lei deixou de permitir."

[P1] "Essa [possibilidade de ser escassa a adesão da pessoa ao tratamento psicológico] foi uma das questões que foi muito discutida no grupo de trabalho que fizemos [no Município B] (...). Incluía o Ministério Público, a Segurança Social, (...) bombeiros, polícias, presidentes de juntas de freguesia, a Câmara, etc. Uma das grandes questões, precisamente por não ser possível internar compulsivamente era: "como é que se faz?". (...) estavam também os responsáveis pela ala psiquiátrica do Hospital BC (...). Eles até se disponibilizaram, dizendo, "nós fazemos a parte toda, para além das mazelas físicas que a pessoa tiver, fazemos o acompanhamento da psiquiatria mas, para isso, a pessoa tem que nos chegar". A única forma que nós encontrámos foi, eventualmente, como sanção acessória no âmbito do processo-crime, a pessoa ter que se sujeitar a um tratamento, mas o MP não estava muito de acordo com isto. Mas o que é facto é que cheguei a ver uma sentença de um caso (...) em que a pessoa foi obrigada a fazer tratamento mas, neste caso, a pessoa também tinha problemas com álcool e portanto foi obrigada a fazer tratamento para as duas coisas (...). (...) nenhum deles quer."

[P2] "Será difícil a pessoa aderir, mas é a minha opinião pessoal."

[P4] "(...) existe uma necessidade de fazer...uma avaliação psicológica e, de alguma forma, estancar o comportamento...e, para isso, é preciso que exista um compromisso por parte da pessoa... ao qual muitos dos nossos utentes têm demonstrado abertura e adesão"

[P5] "No caso [a adesão] ia ser complicado, porque aos olhos daquela pessoa está tudo bem."

[P6] "Se for acompanhado por uma boa vertente de ação social. Se forem pessoas com situação socioeconómica resolvida vai ser quase impossível. Se lhes conseguirmos abanar entre aspas com o docinho de "para receber este apoio, tem que ter um acompanhamento psicológico", aí, acredito que as pessoas o fossem fazer." "Acaba por servir [para alguma coisa], porque eu acredito que o psicólogo ao trabalhar com a pessoa consegue fazê-la perceber."

[P6] "(...) vai a assistente social, limpam-lhes a casa, arranjam quem lhes limpe a casa,

arranjam-lhes uma série desse tipo de apoios mais sociais, mas acompanhamento psicológico é complicado, porque psicólogos a ir ao domicílio, não estou a ver que haja municípios a fazê-lo, e a pessoa prestar-se a ir. Ele aceita que o assistente social vá lá, ou que vá alguém a casa para limpar a sala, limpar a cozinha, limpar isso, limpar aquilo já aceitam. Eles irem a algum lado, não vão.”

[P7] “Não [aderem]. Nem medicação tomam.” “Porque acho que eles não reconhecem que têm um problema, sim. E por isso, eu só vou querer tratar este braço se reconhecer que o braço está mal.”

[P8] “Não faço a mínima ideia [sobre a adesão]. Isso é quase como qualquer um de nós, se calhar, quando tem depressão há quem aceite ajuda, há quem procura ajuda, há quem não aceite e há quem não ache que esteja deprimido mesmo estando deprimido (...). Os fatores de aceitação da ajuda não sei, a não ser que se calhar tenha a intervenção do tribunal, em que haja algo mandatório em que se a senhora quiser vir a ter animais ou x animais tem que passar por este programa, algo assim, será eventualmente uma forma de garantir que todas as pessoas que padeçam dessa patologia possam ser recuperadas ou uma tentativa de recuperação. Mas não antevejo qual é que seria a adesão voluntária a esse tipo de acompanhamento.”

[P9] “Eu tenho muitas dúvidas, por várias razões. Primeiro, porque nós não fazemos ideia do que é que estamos a fazer e, portanto, estamos a oferecer (...) um serviço que provavelmente também não gera muita confiança nas pessoas. Segundo, estamos a falar de pessoas mais velhas, que têm outra relação com os serviços de apoio formal ao longo da sua vida e têm se calhar também, (...), com alguns preconceitos, outras não vêem isto como um direito seu, vêem como uma falha, como uma fragilidade. Mas eu também acho que os próprios serviços, a forma como se organizam muitos assentes nos modelos biomédicos, também tratam as pessoas às vezes como incapazes, incompetentes e as desrespeitam. Portanto, acho que há aqui um conjunto de fatores que também não abonam muito a favor a que as pessoas possam estar mais disponíveis para aceitar ajuda terapêutica.”

2.3. Acompanhamento e monitorização (QI3)

[P1] “A nossa monitorização é no sentido: Ponto n.º 1: não entra mais animal nenhum e ponto n.º 2 fica a indicação de que se entrarem mais animais encerramos o alojamento.”

[P1] “É caso a caso. Regra geral são acompanhadas pelo MVM. (...) o tratador ia passando e ia vendo se conseguia ver os animais dentro de casa, ia falando com os vizinhos e era a

monitorização que era feita.”

[P1] “(...) na impossibilidade de termos um técnico de saúde, que era o que faria sentido, acompanhar a senhora, **passamos nós, por exemplo através dos nossos vigilantes, numa fase inicial e, depois, através dos nossos veterinários, a ir constantemente ao local.** (...) Na altura **íamos todos os dias, depois passou a ser semanalmente, depois de 15 em 15 dias e,** (...) temos ali um **fator de proximidade.** Uma das nossas médicas veterinárias (...) Todos os meses vai lá com os vigilantes mas isto seria impraticável fazer para todos os acumuladores. É porque só têm aquele caso ali na zona, (...) e porque também é um processo que seguiu para tribunal como crime de maus tratos.”

[P2] E tem que ser ou a **assistente social** ou alguém em que temos a expectativa de que tenha **alguma hipótese de acompanhar.**”

[P2] “**Muito por nós, não havendo uma entidade que nos lembre que nós fomos lá.** Por exemplo, nós retirávamos os animais e deixávamos dez. **Pela parte dos animais nós salvaguardámos, mas agora tinha que ir ou a assistente social ou o médico passado 6 meses e deviam dar-nos nota, mas não dão.** **Só nos dão nota quando a situação está tão descontrolada para atuarmos em situação de urgência. Outra vez.** Portanto e depois, o que é que nós às vezes fazemos? **Pessoas com quem tentámos criar alguma ligação e empatia, manter o canal aberto, estarem à vontade para nos contactarem precisando de ajuda em tempo e, outras como estas, convidando as senhoras.** Tivemos já umas três ou quatro situações, a vir aqui, em que ficamos com os animais, para **visitarem os animais** que entretanto tivemos que retirar, a manter alguma ligação com os animais, **a dar-lhes nota quando os animais foram adotados,** isto tudo é feito por nós. **Não articulado com mais ninguém.**”

[P2] “Depois ela veio cá ver os gatos e agora estamos a pensar ligar-lhe (...) a perguntar como é que estão os gatos que deixámos, eventualmente se algum faleceu. Eu tenho cá cinco gatos dela, **se algum faleceu eu vou lá a casa e levo-lhe outro.** Ele não sai daqui e ela fica feliz, o gato e nós ficamos felizes, fica tudo feliz. E este é o **acompanhamento que nós fazemos,** mas é à nossa escala.”

[P2] “**Nós não sabemos se somos bem sucedidos. Não há depois uma estrutura de acompanhamento.**”

[P4] “[**Acompanhamento**] **Sempre. Claro, mais de cinco [anos].** E, na realidade, **alguns deles** deixam de ter Síndrome de Noé, nós conseguimos reconhecer alguns casos. **Deixam de reter animais.**”

[P5] “São monitorizadas, sim. Dá-se ali um prazo de 30 dias até à próxima vez. Mas há coisas que se vão arrastando por longos períodos de tempo e, no caso, às vezes até de entregas um bocadinho coercivas passado dois anos é que é feita a entrega, porque só passados dois anos é que vem uma resposta do Ministério Público. Depois estamos sempre muito dependentes de respostas externas. O poder de decisão nunca passa pelas nossas mãos.”

[P5] “Há visitas que são independentes da nossa presença. Há certos momentos em que depois há comunicação a outras entidades que possam envolver-se posteriormente, que depois eles vão lá e dão seguimento e recebemos relatórios e depois pegamos outra vez. Ou seja, existe essa comunicação, até porque nós aqui dentro do município, dos órgãos municipais, nós temos uma plataforma de gestão documental em que cada caso é um processo, tem um número e nós conseguimos acompanhar isso tudo, anexar documentos, enviar para outros órgãos, para outras entidades. Se recebemos um e-mail, é tudo registado.”

[P6] ““É tudo através da ação social.”; “Sim, sim [por vezes, ao longo de anos].””

[P7] “Quando eu já fiz a retirada, que haja alguém que faça o acompanhamento de forma discreta, nem que seja para ver. (...) quando é, às vezes, a técnica de ação social que até lhe vai dar um cabaz, até vai lá por causa do cabaz de Natal, mas consegue perceber quantos animais tem.”

[P7] “(...) esta equipa senta-se mesmo com a hora e data marcada, fixa todos os meses. (...). E este ficou de investigar mais aqui sobre este assunto. A outra vai tentar abordar a dona B., que já não vai lá há algum tempo, para ver o ponto da situação. Vamos fazendo quase um reconhecimento, um diagnóstico, temos uma espécie de folha de caracterização: “à data de hoje, quantos tem?”, comparativamente, “está a aumentar”, “não está”, “mais ou menos estabilizada” (...).” “(...) em média sim [os casos duram], quatro, cinco anos. Porque parece que não mas é o retirar e depois isto tudo leva tempo (...). Entre uma vistoria, um relatório e um despacho do tribunal foi um ano. Se há uma reincidência é mais um ano.” “Não, não há um prazo [para visitas de acompanhamento]. É mediante acharmos que é necessário. Até porque (...) acredito que se fossem visitas mensais, as pessoas depois ficavam um bocado... (...) eles não acham muita piada a estas visitas porque os vizinhos se apercebem.” “Não vamos dar [os processos como encerrados], não há como fechar. Nós dizemos, “quando ela morrer um dia isto vai acabar”.”

[P7] “(...) é preferível ir levando caso a caso, até porque, como sabemos que há reincidência, (...) nunca vamos dar como concluído aquele processo. (...) podemos é espaçar as visitas, e

dizer assim, “isto está mais ou menos controlado, agora vou lá só daqui a meio ano”. Mas nunca vai sair da capa dos pendentos e é preciso nós termos mesmo noção disso. E temos a prova disso, porque se nós retiramos e achamos que” Já lhe retirei 20 animais e isto acabou por aqui, ela aprendeu, até já levou algumas multas”, mas não (...).”

2.4. Barreiras ou constrangimentos à intervenção (Q13)

[P1] “Como é que íamos fazer uma estratégia para os animais errantes, como é que íamos trabalhar se não tínhamos sequer números? Nem dos animais errantes, dos detidos temos de certa forma através dos *microchips*, mas faltava-nos sobretudo os que estão em grandes coletivos - associações, canis municipais, caçadores, criadores etc. E, acima de tudo, faltava-nos aferir em que condições é que eles viviam”.

[P1] “(...) mas, entretanto, o governo caiu, (...) e voltou a cair. Nós temos as competências há dois anos e meio e já caiu o governo duas vezes, portanto não se consegue avançar (...). Agora não sei (...) se vai haver um trabalho de continuidade ou não (...), mas corremos o risco (...) de quem vier não dar prioridade a esse assunto”.

[P1] “Por exemplo, [no Município B] o delegado de saúde dependia da zona para onde eu fosse, havia *n* (...). Mas havia muita rotatividade. Conseguia criar alguma relação com alguns técnicos que trabalhavam com eles mas era muito difícil fazer trabalho com o próprio delegado de saúde. Quando as coisas estavam a funcionar aquele saía e vinha outro. Tal como com os polícias, pela mesma razão.”

[P1] “Eu tinha um canil com capacidade para 40 cães, quer dizer, aquilo não tinha capacidade para nenhum, só tinha cacifos, era horrível. Mas depois tinha os 800 cães no antigo matadouro.”

[P1] “Então depois de lhe tirarmos animais era muito complicado deixarem-nos entrar.”

[P1] “(...) um grave problema que tínhamos sempre na adoção destes animais é que eles não tinham hábitos de higiene. Por exemplo os gatos, (...) não tinham aquele hábito de ir à areia.”

[P1] “(...) Chegámos a fazer reuniões (...) entre delegados de saúde pública e os médicos do hospital, a tentar arranjar uma forma de ver como é que se fazia a pessoa chegar [ao hospital para rastreio] e não havia.”

[P2] “(...) e muitas vezes as próprias instituições, sendo confrontadas com um número tão elevado de animais, até a própria demora que nós temos também não ajuda na resolução

rápida do problema.”

[P2] “(...) [os técnicos] muitas vezes não conseguem dar a resposta porque sentem que não estão capacitados ou que não há uma rede suficientemente estruturada para poder dar resposta a vários níveis mas isso depois causa pressão nas pessoas e causa-nos esgotamento.”

[P2] “(...) o principal problema é que muitas vezes não temos acesso à habitação, muitas situações podem ser de insalubridade. (...) posso ter apenas mais um animal e o que eu tenho é, por exemplo, os animais a marcar território por todo lado, uma insalubridade terrível e não tenho uma acumulação. Outras vezes as pessoas subentendem que pode haver ali uma negligência, um ladrar, ruídos e incómodos por ruídos e por cheiros e depois vamos abrir a porta e temos uma situação de acumulação de animais que ninguém sabia, e até bastante grave.”

[P2] “E há imensos casos assim, colónia dentro de casa. (...). São muitas vezes casas térreas, com acesso a logradouro, jardimzinhos, quintalinhos e janelas. Há muitas situações que nos referenciam em que os gatos entram e saem. São os mais desafiantes porque depois não conseguimos absorver aqueles animais para adoção.”

[P2] “Mas tenho acumuladoras, a maior de todas que tivemos em 2016, foram 142 gatos e nós entramos, porque a senhora tinha um mandado judicial, foi despejada, ela andava fugida e então ficaram na habitação todos os gatos. (...) e havia um gato esterilizado em 142. Todos não socializados. Ela gostava muito deles mas muitos gatos ela própria tinha muita dificuldade em tocar.”

[P2] “Se eu estiver em pleno verão com 100 gatinhos para adoção que vêm de todo o lado não é a altura em que eu vou atuar no problema de acumulação.”

[P2] “(...) o acolhimento é que é limitado.” [espaço para os animais]

[P2] “(...) a legislação continua a ser muito complicada no que é a noção do maltrato, da negligência, do bem-estar.”

[P2] “Porque também nos batemos muito com a dificuldade das situações, de entrar em casa das pessoas. Há muitas situações a que nós não temos acesso. As pessoas não querem, vamos destruir-lhes a paz (...).”

[P3] “[A falta de socialização dos animais] dificulta muito as adoções.”

[P5] “Mas desde uma pessoa que é próxima, ou um vizinho ou um amigo ter conhecimento, até haver efetivamente alguém que o denuncie, vai aqui um lapso temporal, às vezes maior do

que aquilo que seria esperado.”

[P5] “(...) a pessoa passa pelo exterior da habitação e (...) não diz que existem todas aquelas faltas de condições lá dentro.”

[P5] “(...) numa fase inicial, não houve assim muita abertura da pessoa visada, a dona dos animais. Ela não estava disposta a abrir as portas.” [necessidade de mandado judicial]

[P5] “(...) mas, visivelmente, não nos é possível, muitas vezes, fazer exame clínico a todos os animais. Neste último caso, foi impossível ver os animais todos porque metade dos gatos estavam todos escondidos, assustados. A casa era enorme, escura, húmida, fria, tudo fechado, tudo muito fechado, a janela, as persianas todas fechadas, tudo muito escuro (...).”

[P5] “Ora bem, nós de momento temos 60 jaulas de cão, mais 18. (...) São jaulas com dimensões boas, mas, por exemplo, algumas não têm espaço exterior para eles terem aquela experiência *indoor* e *outdoor*, conseguirem-se abrigar, estão sempre fechados ali dentro do pavilhão. Essas jaulas deviam ser destinadas a maternidade, doença de infectocontagiosas. Neste momento, sobrelotação temos animais em todas as aulas (...). Portanto, temos 78 jaulas para cão e temos uma média de 160 cães. (...) Temos uma média de dois ou três cães por jaula, (...). Um cão que ataca outros cães, (...) tem que estar sozinho (...). (...) o gatil, neste momento, felizmente está praticamente vazio (...). Entretanto, já temos bebés, muitos bebés a virem, estamos na altura deles e portanto, isto fica tudo cheio outra vez. (...) o ano passado tínhamos uns 80 gatos, estávamos com uma lotação de 740%.”

[P5] “Nós damos sempre o benefício da dúvida e às vezes, se calhar, (...) vezes demais. Porque “Vou mudar, vou mudar e as coisas vão mudar”, ou “Vou mudar de casa”, ou “Vou mudar isto”, ou “Vou limpar” ou “Vou fazer isto” e, passado um mês está tudo igual, passado dois meses está tudo igual, passado três ou seis meses está tudo igual, passado um ano está tudo igual, as coisas pioram ainda. Depois, temos o caso de um animal que está dentro de uma casa com sarna, por exemplo, e depois diz “mas eu já levei ao veterinário”. Depois, aí também já mexe com a saúde pública novamente. Uma sarna é uma zoonose, e aí já não conseguimos. (...) não somos nós que tomamos essa decisão.”

[P5] “Formação específica para isso... nós estamos a fazer neste momento uma especialização (...) em medicina veterinária de abrigo. Fomos nós que nos inscrevemos a título pessoal e vamos tendo aulas duas vezes por semana, (...), e vamos abordando vários temas, desde a parte de direito animal a doenças infetocontagiosas, à componente cirúrgica. É um bocadinho mais do que propriamente o lecionar a matéria, o partilhar das experiências dos vários

veterinários dos municípios, seja do veterinário municipal ou do veterinário que esteja ao serviço do município, como é o nosso caso, isso também nos vai dando outro calejamento para este tipo de posto de trabalho. Acabamos por aprender muito mais, na verdade, com a experiência dos outros colegas. **Formação específica para lidar com a componente social da nossa profissão, neste posto de trabalho específico, a nível municipal, não.**”

[P6] “**Não há uma definição geral de como é que se deve atuar.**”

[P6] “Na minha opinião, **[intervenção dos Municípios] não o fazem da forma correta**, mas já atuam na parte dos acumuladores, (...) **mas depende muito do interesse municipal.**”

[P6] “(...) eu **vou para o terceiro ministro em três anos** e, cada vez que muda de ministro, **estas pastas voltam para o fundo da gaveta** e este projeto, (...) não é um projeto de pequena monta, é algo que envolve municípios, envolve colaborações com os municípios, envolve colaborações com diferentes ministérios. (...) Vai-se pensando, **vai-se limando, mas sem conseguir pôr na prática, efetivamente testar aquilo em que estamos a pensar e a trabalhar**, porque batemos nesse muro, por assim dizer. E agora este também não tem uma previsão de grande durabilidade... vamos ver no que é que isto vai dar.”

[P6] “ (...) **ainda temos muitos veterinários que dizem “tem 40 animais, é acumulador”**. Já está **feito o rótulo** e **não tem nada de acumulação**, absolutamente nada. (...) **é preciso dotar o Estado ou as Câmaras, seja quem for, da capacidade de agir, porque não interessa nada ir lá um psicólogo, estar a trabalhar aquilo e depois não haver onde pôr os animais.**”

[P6] “E o veterinário vai tirar os animais na medida em que, faz aquela primeira visita, vê o que é que está, arranja lugar no sítio que ele tem disponível para 30, 40, 50, depende do número de animais, (...), **e quando arranjam lugar, porque tem que ser naquele dia, porque no dia a seguir já vão arranjar outros...**”

[P6] “**Nós não temos nada criado que permita sinalizar**, e depois dentro da ação social, qual é outra característica que está presente em quase todos os verdadeiros acumuladores de animais – **é ser nómada**. São pessoas que saltam muito de sítio. Há problemas num sítio e saltam para outro. E qual é o problema? Nós agora temos a **confidencialidade de dados, o município não pode partilhar com outro município uma série de condicionantes, uma série de questões**. E, por isso, **ele vai aguentar mais uns tempos noutra município até dar problema outra vez, até ser sinalizado outra vez. Só que nós depois não conseguimos ter acesso, não há uma base de dados (...)** **que nos diga que aquela pessoa já teve aquele problema em três ou quatro municípios antes.** (...). **Encaramos sempre como uma primeira vez e, sendo uma**

primeira vez é completamente diferente de uma reincidência.”

[P7] “(...) os acumuladores por norma têm esse contacto com associações, (...), por exemplo, até querem ajuda para esterilizar e sabem que se forem àquela associação vão esterilizar mais barato. E (...) a associação (...) até (...) quer ajudar a esterilizar, (...) até não vai investigar “De onde é que tu vens?”,” Porque é que vens?”, “Quantos cães já me pediste?”, apesar de achar que devia haver esse cuidado, esse trabalho de casa, mesmo pelos meus colegas de clínica, quando me dizem assim, “Então eu olho para os boletins, tenho dez boletins do mesmo colega no nome da mesma pessoa, e ele não lhe não lança ali a red flight do género, “Porque é que esta pessoa já me trouxe dez animais?”. Não fazem isso e o que me dizem – e isto já foi abordado em congressos de veterinária – “é o sigilo profissional” (...), e é “Mas ela pagou e era para cuidar de um animal”. Mas quando eles devem e quando depois não pagam as contas, eles aí já fazem queixa. Isto é um bocado chato de dizer dos meus colegas, mas eu já apanhei situações assim.”

[P7] “E sem qualquer aconselhamento a nível legal, porque depois as pessoas o que me dizem é, “O meu veterinário nunca me avisou de nada, nem que existem limites nem que existe nada”. Quer dizer, hoje em dia acho que é um bocadinho difícil as pessoas não terem noção disto e já ouviram falar certamente dos acumuladores. Por isso acho que é um bocadinho assobiar para o lado, um bocadinho de várias pessoas, não é?”

[P7] “(...) e depois as pessoas [acumuladoras] enchem o peito de coragem “Mas eu consegui registá-los, eles estão todos em meu nome”. Ou seja, se elas não conseguissem registar, quase que parece que não estavam legitimadas para e assim parece que estão, porque até registaram, até vacinaram, até têm um boletim.”

[P7] “E se formos a pensar em termos de investimentos, de dinheiros públicos, de técnicos, tempo de serviço, são coisas que ficam muito caras ao estado.” “Polícia a ir ao local, a veterinária, o carro, as estadias no centro de recolha, imenso dinheiro que já se gastou. E os contribuintes não fazem a mínima ideia, se calhar, do dinheiro que se gasta com isto, e depois dizer assim, “gastamos este dinheiro e se calhar para nada, porque o caso vai ficar igual e é o pior”. E depois, quando as coisas rebentam, e “ai, não se fez nada”, “ai, a veterinária não faz nada”, ou “a Câmara não faz nada”, e não é verdade, não somos nós.”

[P7] “A única coisa que às vezes pensam “se eu me matar, coitadinhos destes bichos ficam sem mim”. Mas se a veterinária já os retirou, já não tenho nada a perder.”

[P7] “(...) faz muita diferença é haver esta sensibilidade dos executivos (...), é que nuns

municípios há umas coisas e noutros não há -, também das equipas – (...) “**ganhas o mesmo se estiveres a ter esse cuidado todo ou se não tiveres**”.

[P8] “**Difícil [os canis terem capacidade para acolher os animais], (...) sempre que abre um canil recentemente, em semanas ele fica cheio.** Portanto, neste momento, creio que o ano passado foram aceites mais 40 mil ou 50 mil, foram dados para a adoção 20 ou 30 mil, portanto temos sempre um saldo negativo que vai acumulando. (...) Portanto, eu diria que existem dificuldades e **enquanto nós não atacarmos o problema realmente do abandono com a responsabilização, com esterilização, com limitação eventualmente de reprodução de animais que não têm o fim reprodutivo, que não são criadores, este problema vai sempre quer aumentar o número de animais que não têm detentor, não têm tutor, e vai aumentar a possibilidade de haver mais acumuladores, porque os animais estão ali e porque hoje ter um animal ainda é fácil.** (...) Portanto, eu diria que a **capacidade** (...) se não estiver no **limite** está muito perto do limite dos **centros de recolha oficiais**. E para além disso, **ainda temos as associações**, associações que estão registadas, os canis nas associações e as associações que não estão registadas, as ilegais também. **E aí, o panorama também é desconhecido.**”

[P9] “**E atendendo a que a maior parte das pessoas nem sequer sabe que existe esta perturbação.**”

[P9] “(...) **tenho muitas dúvidas que os serviços ofereçam aquilo que as pessoas precisam.** (...) que (...) **consigam chegar efetivamente às pessoas** e, portanto, às vezes, a **desconfiança** que as **pessoas têm em relação aos serviços é bastante realista**, infelizmente.”

2.5. Meios de deteção de risco e prevenção (Q13)

[P1]: “**Não.**” [sobre a existência de meios de deteção de risco e prevenção]

[P2] “**Não.**” [sobre a existência de meios de deteção de risco]

[P2] “Nós fazemos alguma **prevenção**. Temos casos que alertamos e sinalizamos. Nós temos situações que não nos passa pela cabeça que se vão tornar acumulação ou que são de acumulação. Vamos por exemplo, a negligência, maus tratos e detetamos que há dois ou três animais só mas por esterilizar e que há dificuldades na alimentação e nos cuidados médicos. Há associações com as quais temos protocolo para darem ajuda promovendo a esterilização. **Estas associações, como é o caso da Associação LA, muitas vezes dão ajuda e dão a garantia de que aquele animal vai ser esterilizado, então aí estamos a prevenir uma futura situação de**

acumulação.”

[P3] “Os animais quando são adotados por aqui, por esta via [CROA], já vão esterilizados.”

[P4] “Não. Aquilo que nós temos são identificadores que, de alguma forma, são sensibilidades (...), mas não temos nem parâmetros, nem métricas para identificar se existe ou não capacidade ou risco de a pessoa vir a sofrer de Síndrome de Noé.”

[P6] “Não, não há. Porque ainda estamos agora a tentar criar a rede (...).”

[P7] “Não.” [sobre a existência de meios de deteção de risco e prevenção] “(...) as guidelines indicam que mais vale prevenir do que intervir. Até porque, se eu vou lá e ela já têm 100, quer dizer que isto não foi de um dia para o outro, quer dizer que já houve uma falha no diagnóstico, na deteção, que leva anos (...).”

[P8] “Eu acho que não existe nenhuma rede, pelo menos da parte dos médicos veterinários, nós não temos nenhuma rede ou nenhum Observatório em relação a este tipo de situação.”

[P9] “Meios de prevenção... Que eu saiba não, quer dizer, a única coisa que eu conheço é mais um mecanismo legal que (...) só são permitidos x animais em contexto urbano e x animais em contexto rural. (...). Não sei se isso é bem preventivo, mas é no sentido mais restritivo da coisa, há uma norma.” “Não [há meios de detetar o risco], os profissionais não sabem nada disso, nada. (...) normalmente quando nós temos conhecimento desse tipo de situações é porque, quer dizer, a situação já está instalada.”

2.6. O crime de maus tratos a animais (QI3)

[P1] “Por um lado eu sei que estas pessoas podem ser consideradas inimputáveis, porque há aqui um problema do foro psicológico mas, na minha perspetiva, à cautela, envio para o MP todas as situações desta natureza. (...). Não que eu considere que uma pessoa destas deva ir presa. Para já, parece-me que configura o que está na lei como maus tratos, embora aqui seja muito por omissão de cuidados.”

[P1] “(...) foi acusada ainda recentemente de 120 crimes de maus tratos. (...) Curiosamente não ficou inibida de deter animais, esqueceram-se de aplicar a sanção acessória. (...) foi acusada de 120 crimes, mas vale de quê? Acumulou logo de seguida.”

[P2] “Às vezes não há um maltrato, entra na negligência e eventualmente bem-estar. Maltrato é muito forte e (...) normalmente nos acumuladores de animais não há.”

[P2] “(...) tem que se ver caso a caso. Não considero um abandono. Muitas vezes não o considero maus tratos. Se tivesse que dizer onde é que acho que tem que se encaixar é na negligência, portanto, seria uma contra-ordenação. Não acredito que sejam maus tratos porque, na maioria das situações, (...) não é feito de uma forma ativa, consciente, com dolo. As pessoas depois, se calhar, visto de fora, até podem perceber que o animal até pode estar com baixa condição corporal, que até pode ter parasitismo mas, de maneira nenhuma, que não têm ali, de uma forma geral, a maioria deles, afetos, a ligação ao animal e não procurariam o melhor, e se tivessem mais folga financeira, não existiria ainda mais cuidados. Portanto, eu acho, muito honestamente, que se tivesse que responder sim ou não, não.”

[P2] “Podemos ter uma situação em que de repente temos que nos deparar com uma grande miséria, em que os animais estão mesmo em sofrimento, um sofrimento que é mensurável e que é visto, tanto psicológico como físico, com condições corporais, com patologias, com tudo. Com dor, com escalas que nós pudéssemos ver, e poderíamos ter uma situação mesmo de maus tratos.”

[P2] “É um problema psiquiátrico grave. Se a pessoa tem a noção que se desleixou, que andou a procurar, que ajudou a procriar e os animais estão todos a passar fome. Houve uma intervenção, tem essa consciência e vai outra vez buscar animais porque gosta de os ver a procriar e a passar fome, calma, isso já é uma matéria criminal. Aí já pode ser outra perturbação que se aproxima quase mais do psicopata.”

[P3] “Até porque muitas vezes compram rações muito caras, vão todas ao veterinário.”

[P3] “Eu acho que uma reincidência, para mim, é crime, mas esta é a minha... [opinião] desde que foram criados canais, a pessoa sabe.”

[P4] “Entendemos que o Síndrome de Noé não deve ser automaticamente enquadrado como um crime de maus-tratos ou abandono de animais, porém reconhecemos que as condições de vida dos animais nestes contextos podem, por vezes, configurar tais delitos. Recordo que é *inimputável* quem, em virtude de uma anomalia psíquica, não for capaz, no momento da prática de um facto, de avaliar a sua ilicitude ou de se autodeterminar de acordo com essa avaliação.”

[P5] “Negligência. Os maus tratos, e acho que isso já é uma opinião pessoal de cada médico veterinário, vem muito da intenção de o provocar, também. Ou ter um animal só porque está lá, porque ladra, porque protege a casa, está fechado num quintal, preso com uma trela curta, não ter acesso a abeberamento e a alimento de forma regular, aqui, acho que bate um

bocadinho na parte da negligência. Lá está, a acumulação vai negligenciando sem que a pessoa se aperceba muito bem.”

[P7] “Em nenhuma das situações, felizmente, destas todas, de acumuladores, nenhum tinha sinais de maltratante, de violência, de maus tratos. Mas os maus tratos também têm por trás negligência. Quando eu digo maltratante, ou seja, felizmente nunca tive uma situação em que dissesse “eles são violentos”, (...).”

[P7] “(...) há tantos anos, eu nunca tive ninguém que foi acusado de pena, nem que seja suspensão, de prisão (...). Tive esta que pagou € 200 de multa ao CROA, e mais de € 200 a uma associação que ela tinha que escolher, e foi a pena dela.”

[P7] “De negligência sim, ou seja, é o crime de maus tratos, de negligência, ou seja, não houve maus tratos físicos, mas houve clara negligência na detenção dos animais (...).”

[P7] “A sensibilidade do procurador que fica com o processo vai fazer toda a diferença [na qualificação do delito]. Até tenho algum contacto próximo com os procuradores aqui do tribunal do Município C, decorrente do meu trabalho, e percebo que às vezes muda um bocadinho. Basta estarmos a falar se é procurador A ou o procurador B. Mas o que é certo, (...) mesmo quando foi esta rapariga, e foram 116 animais e as provas (...) eram evidentes de feridas, não eram feridas provocadas por ela mas eram feridas de ataques, aquilo foi tudo sem dolo e não aconteceu nada, não aconteceu nada. Como nós retiramos o animal, a única coisa que aconteceu foi o encerramento, o desmantelamento do abrigo. Não aconteceu nada e, por isso, andaram a investigar, foi trabalho de imensas equipas, dinheiros públicos de imensas investigações e relatórios, e depois para quem está no terreno, isto até é um bocado desmotivante, porque eu já sei que vou ter imenso trabalho, que vou dores de cabeça e aquilo não vai dar em nada. (...). Claro, eu já estive inclusive em congressos de direito animal e com colegas seus [juristas]. Claro que o que eles me dizem, se nós pusermos a moldura penal de crimes de maus tratos comparativamente a violadores de crianças, quase que temos aqui molduras penais semelhantes e eu também não concordo com isso (...). Mas tem que haver o exemplo, porque senão as pessoas sabem que não lhes acontece nada (...).” [comparação até dois anos e entre um e oito]

[P7] “Sim, (...) e eu sei que é difícil mesmo para a maior parte dos procuradores ter este entendimento, porque há toda uma panóplia do branco até ao preto (...). Agora, negligenciar um animal ao ponto dele se mutilar, ao ponto dele estar em stress 24 horas por dia, ao ponto dele atacar outro, isto é maltratar, porque não estamos a assegurar o bem-estar, os exercícios,

os cuidados, a assegurar que ele esteja livre de dor e de desconforto, isto é maltrato. Agora, na ideia de 90% da população e, se calhar, 90% dos procuradores, um maltrato tem que ser com dolo, com intenção de saber que eu vou maltratá-lo, tem que ser com um objeto contundente, (...) e por isso deixa-nos a nós assim um bocadinho do género, não devia ser assim, até porque a lei é de maus tratos e negligência. (...). Quando há uma negligência continuada grave, evidente, podem haver lesões graves a nível de depois ficarem com membros amputados, com lesões para sempre, cegos. Quer dizer, isto não são maus tratos só porque não foi com intenção? Não foi, mas aconteceu e estão lá as evidências. Claro que entre isto e alguém que é visto a espancar com um ferro, aí então é outro patamar, daí a panóplia, nem tudo é branco, nem tudo é preto. Mas não tenho dúvidas que isto tem que ser visto como maus tratos.”

[P8] “Eu diria que não são a definição, (...) que é a ideia clássica de maus tratos, de uma ação ativa em que a pessoa pune o animal e usa a violência, essa é fácil de identificar, essa é muito clara, há um ato e é bem identificado. Mas depois temos outro lado, que é a negligência, ou seja, a negligência voluntária ou involuntária. Ambas, a meu ver, acabam por ser maus tratos, porque a consequência desta negligência acaba por originar que um animal não receba, não tem o bem-estar necessário para exprimir as suas as suas cinco liberdades (...). O que eu acho é que nestas pessoas, como há uma dificuldade de avaliação de quais são os seus limites e do seu papel, acaba por realmente haver maus tratos do ponto de vista da negligência voluntária, porque ao estarem a sobrepopular estão a diminuir a assistência médica, estão a diminuir a fonte de alimentação, estão a aumentar o risco de falha da fonte de alimentação e por aí fora. Portanto, eu diria que sim, que indiretamente, eu categorizava os maus tratos por negligência voluntária.” “Sim, por omissão ou por falta de recursos, ou por excesso de população. E que acaba por ser um incumprimento em relação à norma de número de animais que cada pessoa pode ter (...).”

[P9] “(...) há todo o processo judicial, às vezes por crime de maus tratos aos animais e etc., há algumas condenações em Portugal nesse sentido, ou pelo menos há uma, (...). (...) em que a pessoa é proibida de ter animais, mais do que x animais nos próximos anos (...).” “(...) que os animais estão a ser maltratados estão (...). Uma coisa é a pessoa (...) ter consciência e fazer algo de forma intencionada, ou... a negligência por falta de recursos. A pessoa até pode perceber, (...) “Eu se calhar até queria cuidar melhor, mas não tenho dinheiro ou não tenho capacidade para comprar mais comida ou levá-los ao veterinário, ou a proporcionar-lhes mais espaço ou mais conforto”, ou seja lá o que for. Mas (...) [a] pessoa que acha que está a salvar

e que está de facto a cuidar bem deles, que se eles estivessem na rua estariam pior, ou que se estivessem noutros contextos estariam pior, tenho algumas dúvidas sobre isso (...).”

2.7. Propostas de intervenção (QI4 e QI5)

[P1] “(...) temos recebido pedidos de ajuda no sentido de tentarmos criar o tal procedimento a nível nacional que obrigue os assistentes sociais a fazerem parte integrante do processo. (...)” RI

[P1] “(...) fizemos um protocolo com a associação LA e um dos objetivos, (...) era (...) irmos às faculdades para sensibilizarmos os assistentes sociais para esta necessidade.” RI

[P1] “Há cinco grupos de trabalho (...). Tudo com o intuito de criar manuais de boas práticas e ver o que tem que ser alterado a nível legislativo.” RI

[P1] “(...) sensibilizar a comunidade de forma a serem eles a dar o alerta. (...) num município muito grande é trabalho que requer uma articulação muito estreita entre várias entidades e (...) tem que haver diretrizes a nível nacional (...), mas tem que haver diretrizes operacionais muito claras, de quem é que tem que intervir, quando e os casos seguintes com vista à monitorização e intervir começa logo nessa primeira fase, de quem é que vai formar a comunidade. (...) para ver se conseguimos ter mais pessoas no terreno a identificarem esse tipo de situação.” RI

[P1] “A nível municipal devia haver, (...) uma organização interna no sentido de ter um grupo de intervenção multidisciplinar para atuar neste tipo de situações, mas que fosse desde a prevenção até ao fim, que seria a pessoa não reincidir [risos], o que significava que a situação estava sanada. (...) A segunda parte do projeto que íamos fazer, era testar em três municípios e fazer uma coisa muito mais operacional, “meus senhores, isto tem que ter um técnico desta área, um desta, um desta e desta; o outro tem que atuar nesta área e fazer isto, isto e isto”, com tudo explicadinho, como uma receita. (...) tínhamos que testar em três municípios que tivessem estruturas orgânicas muito diferentes ao nível da ação social. Ao nível do centro de recolha oficial é semelhante mas da ação social muda muito. Depois, havendo de facto um trabalho que fosse igual, harmonizado pelo país todo, em que se munissem os municípios com as ferramentas necessárias. Porque depois vai ter que ser feito ao nível municipal, é impossível a nível nacional. (...) Mas acho que passa por haverem guidelines.” RI

[P1] “(...) a luz ao fundo do túnel podia ser eventualmente uma sanção acessória ou uma suspensão provisória do processo [judicial], desde que a pessoa faça o tal tratamento.” IP

[P2] “(...) criar uma rede ou uma cooperação entre as entidades e trabalhar este problema de raiz e com trabalho prévio, momento de atuação, resolução, acompanhamento.” “E depois a situação já não está tão grave, até pode ser uma vez por ano, até pode ser de dois em dois anos, depende. Se nas últimas vistorias vimos que a pessoa já não é reincidente, já não vai procurar e que está feliz com os animais já não se justifica estar incomodar as pessoas no seu espaço e até se pode começar a aumentar os intervalos.”

[P2] “Facilitava, alguém que coordenasse. Que convocasse as entidades, que organizasse. E um gestor de caso que ajudasse a dar resposta. (...) em que há logo um plano em há animais que vão para aqui, há este espaço, há este espaço, há uma FAT, há esta associação e outra associação ali, então é muito mais fácil ajudarmos todos. Porque nós temos capacidade médica e cirúrgica, o acolhimento é que é limitado.”

[P2] [sobre a necessidade de alterações legais] O agilizar, o permitir que seja mais fácil chegar, por exemplo, à comunicação com o Ministério Público. Nós temos imensa dificuldade, (...), por exemplo, fazemos um relatório em que achamos que é necessário uma intervenção que depois se depara com muita complicação de entrada, de atuação, de facilitar, e temos imensas entraves, não temos muitas vezes apoio jurídico ou apoio que possamos ter, não é em tempo, é distante, enfim. E se nós tivéssemos canais já na própria legislação, a permitir procedimentos quase, que se facilitariam ou agilizariam atuações. Muitas vezes atuações que têm que ser rápidas e que nós não conseguimos que sejam rápidas.”

[P2] “É no sentido de, no fundo, dar poder a quem tem que dar... nesse caso a lei não ser tão, tão rígida no número. Teria mais a ver com as condições do que com a própria corpulência do animal. Porque é completamente diferente eu ter seis animais gigantóides ou ter seis animais com um quilo. No entanto, não deixam de ser seis animais. Se a lei diz, seis animais, quatro animais... nos gatos é diferente, porque normalmente a corpulência do gato não muda muito, ele pode ser obeso ou não ser mas o espaço que ocupa é mais ou menos o mesmo. Mas nos cães é uma diferença, é completamente diferente um Pastor Alemão ou ter um Cane Corso de 60 quilos, e depois de repente tenho um Chihuahua com 800 gramas, porque é que eu não posso ter até eventualmente... até podia ter dez. Então dez Chihuahuas são dez quilos [risos]. Quer dizer, é diferente! Não fosse o ruído, aí pode ser mais o ruído. Mas também posso ter dois que fazem um ruído louco e ter dez caladinhos e calminhos e que não abrem a boca. No fundo é

esta elasticidade para focar mais onde interessa do que no número. Noutros casos, precisávamos que a legislação fosse mais detalhada. Às vezes tem a mais onde pode ser retirado e outras vezes não tem detalhe suficiente para nós conseguirmos também fazer interpretações.”

[P2]” Escusávamos de sobrecarregar o CRO, porque é sempre retirar, retirar para resolver. E às vezes mais valia esterilizar os animais todos, atuar mais a nível de campanha ali, ajudar na alimentação, nos cuidados médicos e o próprio detentor podia continuar a cuidar, e nós podíamos, então, ir retirando até com o aval do próprio detentor. Uma coisa mais humana, que pudesse ser mais trabalhada. Atuamos muito no pânico, vamos então retirar tudo de uma só vez, tudo muito atabalhoado e trabalhado com pouca sensibilidade.”

[P2]” E ir trabalhando com os psicólogos, e ir trabalhando com os assistentes sociais, e aí sim, as pessoas vão começando a cair noutra realidade e depois até vão percebendo que até têm vantagens, até estão a viver melhor e os animais também. Demora tempo, não é? É preciso tempo.”

[P3] “Acho que faltava mesmo era uma associação dedicada a este fim... Um observatório, exatamente.”

[P3] “Devia haver obrigatoriedade de identificar uma situação de acumulação, nós devíamos ter a obrigação de esterilizar todos.”

[P3] “Mas também devia ser transparente para todas as entidades.”

[P5] [Melhorias] “Ao nível do programa de acompanhamento, mais regular e mais consistente dos casos sinalizados. (...) para se poder fazer esse acompanhamento de uma forma um bocadinho mais próxima e mais regular porque às vezes eu tenho quase certeza que alguns casos poderão cair no esquecimento.”

[P5] [Solução ideal] “Isso vai depender muito da principal causa da acumulação. (...) nós, médicos veterinários, não estamos acreditados para dizer que uma pessoa possa ter distúrbios ao ponto de isso lhe estar a provocar [este comportamento]... Não podemos atestar nada nesse campo. Neste momento, a parte da ação social teria que andar mais em cima desses casos que até são mais urgentes do que até outros casos que nos fazem chegar e que às vezes são exageros, de forma a que uma pessoa tente atuar um bocadinho mais rápido (...). Temos que priorizar... Nós aqui no canil, como médicos veterinários, não conseguimos fazer esse tipo de trabalho. Haver um maior número de assistentes sociais direcionados para esses casos, para nós os conseguirmos resolver o mais rapidamente e da melhor forma possível, da forma mais

equilibrada, porque é simples a solução de tirar todos os animais, mas nem é a solução para essas famílias, nem para nós que estamos sobrelotados todos os dias. (...) temos situações de cães errantes, temos situações de matilhas, temos situações de despejo, temos situações de tudo. E como nós não conseguimos dar resposta a nível de alojamento, temos que tentar encontrar aqui um meio-termo, mas só mesmo com a ajuda da ação social. Quem está no terreno e quem consegue ver em primeira linha e depois daí, acionar os meios necessários para se conseguir chegar à resolução do problema.”

[P5] [Existência de um plano] “De forma a normalizar e a termos um fio condutor para tentar ser o mais semelhante possível a todos casos. Um plano de atuação que mobilizasse logo várias entidades para isso. Porque se calhar, muitas vezes, o que demora no processo é: começa numa entidade e, depois, vamos precisar de ajuda desta entidade, e agora? E isso vai-se arrastando ao longo dos meses e, entretanto, já se perdeu a informação e já se agravou o problema e depois é complicado para ambas as partes.”

[P6] “Depois, o ideal seria envolver o Ministério da Saúde, o Ministério da Segurança Social, até o Ministério da Administração Interna por causa da autoridade policial que pode acompanhar os casos.”

[P6] “Eu acho que o que está no guia dos acumuladores está muito bem pensado e tem que ser por aí. Temos que dotar os primeiros intervenientes que normalmente são os OPC, sensibilizá-los para isso e depois criar equipas multidisciplinares que têm obrigatoriamente que incluir um veterinário, um assistente social e um psicólogo, no mínimo dos mínimos. E depois se tiver um médico de clínica geral isso era o ideal, mas isso já é utópico. (...). Até admito o veterinário e o assistente social para uma primeira abordagem, porque o assistente social (...) já consegue ver melhor se está ali um problema económico ou se será mais um problema do foro psicológico para fazer uma primeira triagem (...). E depois no acompanhamento subsequente tem que estar obrigatoriamente um psicólogo.”

[P6] “Acho que era importante numa primeira abordagem o psicólogo ir ao terreno com o assistente social, para terem uma noção real do que se passa, porque eu fui a alguns domicílios e uma pessoa tem uma ideia completamente diferente. É completamente diferente falar com a pessoa em casa dela, do que falar com a pessoa no gabinete, porque as pessoas têm tendência a camuflar um bocadinho a realidade e quando uma pessoa está no terreno consegue facilmente [perguntar] “Então, e porque está isto aqui?”, “Então, e porque é que está aquilo ali?”, e já teria ali algum desbloqueio de situações que a pessoa está a tentar esconder

(...). Seria mais rápida a intervenção e seria, se calhar, mais eficaz, se calhar ia conseguir criar outras dinâmicas, outras sinergias e outras formas de ajudar do que estando apenas no gabinete. Mas isso seria na primeira abordagem ou nas primeiras abordagens, da primeira e segunda vez, depois poderia perfeitamente passar por consultório, porque o apoio é muito nesse nível.”

[P6] “ Ainda há muito a fazer para se conseguir ter isto em pleno, mas o ideal seria dotar as equipas que andam no terreno, tanto os OPC como os fiscalizadores da Entidade Pública do Ambiente, como os veterinários municipais, dar-lhes formação nesta área (...), nunca para fazerem um diagnóstico, mas para conseguirem fazer algum tipo de triagem. E criar equipas, isto sim, para o acompanhamento posterior, para depois aquela pessoa ser encaminhada. E sim, teria que haver, não sei mas, no mínimo dos mínimos uma equipa por, sei lá, norte, centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (...). O ideal seriam umas dez equipas a nível nacional, depois não seriam distribuídas de forma equalitária, porque a população também não está distribuída de forma equalitária. Mas, no mínimo, dez equipas especializadas nisso para poderem receber a pessoa e, muitas vezes, ir ao terreno porque, onde é que se vai pôr uma pessoa acumuladora de Bragança? Vai ter que ir ao Porto? Não se pode criar uma equipa por município, isso não é exequível (...). Ou podem-se criar equipas centralizadas, mas equipas centralizadas depois vão ter que se deslocar aos locais porque são pessoas, e estamos a falar de alguém que ganha o ordenado mínimo e, mesmo que não ganhe o ordenado mínimo, que tenha que tirar um dia para ir ao Porto, ou de Bragança ao Porto, ou para ir de Évora a Lisboa, é complicado. Daí a necessidade das equipas serem móveis. Mais que não fosse, criar essas equipas de especialistas e ter protocolos com os municípios para que, quando a equipa fosse àquele município, tivesse um local ou para estacionar a carrinha ou para colocar a equipa e poderem trabalhar naquele espaço, por exemplo. Ou seja, haver um protocolo a dizer “vem aqui equipa de intervenção e a equipa de intervenção nesta tarde vai usar as instalações do CRO de Lisboa, por exemplo, ou de Évora ou de Bragança”. Isto tem que estar protocolado, não é chegar lá a equipa e fazer isso.”

[P6] “Equipas móveis com a capacidade de receber, como se faz no rendimento mínimo. Eles fazem as visitas deles, mas também têm espaço para receber as pessoas. (...). Equipas móveis com um posto fixo. Podíamos ter cinco ou distribuídas ao nível do país, mas que depois tivessem nem que fosse uma vez de 15 em 15 dias, iam para cada um dos sítios. (...). E aí, conseguimos ter equipas altamente especializadas, porque estamos a formar menos profissionais. Por isso conseguimos especializá-los mais. E de pessoas dedicadas àquilo, que

estariam a trabalhar aquela problemática em específico. (...) se nós dotarmos uma equipa para trabalhar os acumuladores vai conseguir trabalhar uma série de outras questões, como os sem abrigo, como os internamentos compulsivos, como outras doenças mentais, que não a acumulação de animais, mas que andam de mãos dadas. Dá logo para tratar uma série de problemáticas porque os intervenientes são os mesmos, é o veterinário municipal, é o assistente social, é o psicólogo. E uma equipa com, no mínimo, esses três profissionais dava aqui um avanço gigante. Para ser exequível, como eu não estou a ver as câmaras a contratarem um psicólogo para fazer só isto, não estou a ver as câmaras a dispensarem um assistente social para, um dia por semana, fazer estas coisas. Era a criação de equipas especializadas.”

[P6] “Eu acho que o mais importante aqui é a **formação e divulgação** (...). Acho que é o primeiro passo, que é a **sensibilização**, sensibilizar as pessoas e formar os intervenientes primários nesta área, porque é uma área que é perfeitamente possível de se trabalhar, que se conseguiam melhorias imensas até no bem-estar da saúde pública em geral (...). (...) E começar o mais cedo possível, nas escolas, a sensibilização e formar os profissionais que atuam nessa área. Eu acho que **ações de formação** (...) fazem esse papel da sensibilização, (...), põem o profissional alerta para aquilo.”

[P6] “Acho que aqui o Departamento de Bem-Estar Animal, poderia perfeitamente funcionar como um núcleo central para tudo o resto. Para essas equipas especializadas, (...) para a informação estar centralizada. Eu sei que isto entra em conflito com a **proteção de dados**, mas há uma série de informação que era importante estar centralizada, e se se responsabilizasse um município, um instituto ou sei lá... [Um Observatório independente] teria a responsabilidade de não permitir que aquela informação recolhida fosse mal utilizada. É responsabilidade dele a **informação, é centralizada para ali, e ele depois dispararia ou para as equipas especializadas ou para os municípios** ou para aqui ou para acolá, para uma atuação mais focalizada, e já ia conseguir dizer, **“atenção que esta pessoa já tem, já teve um caso semelhante em Aguiar da Beira, já teve um caso semelhante no Algarve, já teve um caso semelhante aqui”**. Acho que isso **é muito importante, esse historial, e não há nenhum historial** e, (...) a pensar como psicólogo, o historial é importantíssimo (...).(…) Estamos a pensar numa **política nacional**.” “A questão é essa, portanto, agora aqui o Município M tem registos, ok, ótimo. Aquela pessoa, entretanto, muda para o Município MA, que é um município aqui vizinho. Quando os intervenientes do Município MA vão abordar essa pessoa, eles não fazem a mínima ideia que no Município M, que é um município ao lado, aquela pessoa já tem um

historial gigante. Não sabem e nunca vão saber. E não é falha dos profissionais. O sistema é que está montado dessa forma e não há cruzamento de informação. Porque não pode haver, porque o assistente social do Município M, não pode enviar informação pessoal, para o assistente social do Município MA (...). Agora, se houvesse um Observatório central, como lhe chamou, detetava-se um caso desses, mandava-se para ali, e aí não se pode dizer que houvesse fuga de informação, porque aquele está obrigado ao sigilo e tem que gerir a informação que recebe da forma toda, como o sistema nacional de saúde. Vá a que centro de saúde for, depois ele acede à nossa informação. Está lá toda. E tem a responsabilidade de não deixar sair e a proteção de dados está preservada.”

[P6] “E essas equipas especializadas podiam ser também as equipas que iam dar formação às câmaras, aos assistentes sociais ou a esses intervenientes dessas áreas todas, e até para juristas precisavam muito dessa formação.”

[P6] “na criação, já nem digo mais, de cinco equipas a nível nacional com equipas móveis que pudessem ir aos municípios trabalhar estes casos, dar formação, já dávamos um passo gigante.”

[P6] “É preciso mudar mentalidades, é preciso pôr uma série de pessoas a pensar na mesma direção (...). Isto são coisas que dão trabalho, que muitas vezes são incómodas, que muitas vezes vão levantar coisas mal feitas durante décadas, ninguém quer expor isso. É preciso algo muito bem fundamentado para as pessoas admitirem que, se calhar, estávamos a seguir o caminho errado.”

[P7] “(...) uma das coisas (...) que eu estou sempre a batalhar nisso, que é o SIAC, que é o sistema de identificação animal, que é onde nós registamos os chips, é uma base de dados no computador (...). Eu tenho aqui uma [pessoa] que eu vou à base de dados, é uma pessoa singular. Vou à base de dados e no nome dela, na mesma morada, no mesmo NIF, tem 40 animais. Uma pessoa. Não é uma associação, não é um canil. E a própria base de dados não devia poder deixar registar tantos animais em nome da mesma pessoa, devia fazer um filtro do género, “não é permitido, já excedeu o limite”. Porque logo aí, iriam ser ativados todos os mecanismos e mais alguns, todos os alertas: “Atenção que esta senhora está a querer registar aqui não sei quantos animais, vejam lá o que é que se passa. (...) O sistema lançava logo um alerta, e se eu não tivesse tolinha da cabeça e até quisesse abrir um alojamento sem fins lucrativos, quisesse constituir-me como criador ou o que fosse tinha que, junto do sistema, apresentar os devidos fundamentos, os documentos e autorizações necessários para isso.

Porque para eu ter um alojamento eu tenho que ter autorização, tenho que ter condições, tenho que ter um veterinário existente. Se eu tivesse isso tudo direitinho, carregava no sistema e o sistema deixava-me avançar. Se não tivesse tudo direito, “meu amigo, não podes”, não era bem mais fácil? Acho que limitava muito.” “Mas se tivéssemos a situação de, o animal tem chip, está na base de dados e nós recebemos um alerta, atenção que a fulana de tal já registou hoje mais um cão (...). (...) “mas algumas delas nem sequer têm chips”, por isso não há rastreio, não há de recenseamento (...).”

[P7] “(...) o ideal, era haver o acompanhamento, internamento, quer fosse compulsivo quer fosse da pessoa, com tratamento farmacológico, e haver aqui o acompanhamento, inclusive nos casos que existe, de todo o agregado familiar ou de amigos ou de proximidade [inclui vizinhos], porque também são determinantes e muitas vezes são eles que se tivessem do nosso lado e se entendessem o problema que nos iam dar ao alerta, mais até do que qualquer agente da equipa.” “E formar, primeiro de tudo, a nível de sociedade, haver um reconhecimento desta verdadeira patologia como uma patologia, porque hoje em dia não há um estigma de “parti um braço, fui operada”, “tenho um cancro, vou ser tratada”, “estou com uma depressão, vou fazer tratamento” - até já não há muito preconceito, ainda há um bocadinho -, mas assumir “olha, eu sou acumulador de animais e preciso de ajuda”, isso ainda não existe.” “Acho mesmo que tem que haver mais sensibilização da população e consciencialização do que é que isto pode ser e que isto é um problema de saúde pública e para toda a gente.”

[P7] “Sim [perceber por instinto], e por parametrizar e fazer o melhor diagnóstico possível daquele acumulador, (...), se nós conseguirmos arranjar um entretenimento, um hobby, uma função, conseguimos, “olhe, quer vir? Nós temos um programa de passeios, quer vir passear os nossos cães?”. Às vezes é mesmo excesso de tempo livre e, excesso de tempo livre com a cabeça mal alinhada descamba e, por isso, cada caso é um caso.”

[P8] “(...) uma vez que há aqui a abrangência da psicologia, será interessante (...), numa perspectiva do One Health, fazer essa abordagem. Ou seja, o médico veterinário consegue perceber se aqueles animais estão dentro das condições de bem-estar animal, necessárias ou não, em termos de assistência clínica, etc., e depois, em complementaridade com outras áreas, que eu diria a psicologia, a medicina, a psiquiatria (...) e mesmo médicos de saúde pública, fazer esta (...) esta ligação entre todos.”

[P8] “Será que o acumulador é fruto das circunstâncias, ou seja, que está no município onde existem muitos animais abandonados e aquela pessoa acaba, devido à sua perturbação

psicológica, por se refugiar na acumulação de animais e sentir-se útil ou é o contrário, **ou vai à procura de/para?** (...) é uma área fora da medicina veterinária, mas que acaba por tocar no trabalho médico veterinário. Se o médico veterinário entender a dinâmica, acho que depois também consegue lidar melhor com todo o processo de recolha dos animais, de enquadramento e mesmo de responsabilização. (...) Seria muito interessante (...) **perceber** se essas pessoas, (...) depois **poderão ter animais ou não, quando é constatada essa perturbação psicológica**, se **realmente tirar completamente, se estão proibidos de voltarem a ter animais ou não, ou até quando é que, como é que devem ser monitorizados?** (...) quando são retirados o próprio tribunal, (...) na sua decisão, em que é que ele se baseia para colocar um limite ou afastar aquela pessoa perturbada desse tipo de situação.”

[P8] “Primeiro, a identificação por uma equipa multidisciplinar da situação com o diagnóstico psicológico, a responsabilização dos maus tratos mas (...) de uma forma atenuada uma vez que há um problema psicológico, e depois um período com inibição de detenção de animais, garantindo depois um relatório ou um acompanhamento médico ou, neste caso, **psicológico**, para garantir que depois aquela **pessoa já se encontra em equilíbrio e, aí sim, poderá ter um animal de estimação, como qualquer um de nós pode ter um animal de estimação.**”

[P8] “(...) discuti-la [questão da acumulação] fazendo colóquios ou seminários ou mesmo trabalho de fundo com as partes que possam estar envolvidas neste processo, nomeadamente psicólogos, juristas. Discuti-lo de forma a definirmos diretrizes para os médicos veterinários municipais, por exemplo, ajudá-los nesta abordagem mais processual destas questões (...). (...) **podemos aproximar as partes intervenientes e mesmo fazer isto um exemplo da verdadeira One Health**, em que nós nos preocupamos com as três saúdes - a ambiental, a animal e a humana -, porque neste processo dos acumuladores isto é claramente um tópico **One Health.**”

[P9] “Acho que era importante haver mais práticas colaborativas aplicadas à forma como se trabalha com estas pessoas, pelo menos no sentido **de ir seguindo o seu ritmo, das coisas serem feitas realmente em conjunto com a pessoa** (...). Nada sem a pessoa e sem a participação dela, porque isto é a vida dela.”

[P9] “[Solução **ideal**] (...) temos que criar equipas multidisciplinares ou interdisciplinares, (...) porque é um problema que está a aumentar, (...). **Não precisa de ser uma equipa muito grande, mas uma equipa que esteja a 100%** (...), ou seja, que já não acumula outro tipo de funções que depois lhes retirem tempo para se dedicarem a estes casos, **porque isto são casos**

que exigem muitas horas, muita proximidade, muitas tentativas com aquela pessoa (...). Portanto, tem que se estar lá, tem que se estar no território, tem que se ir muitas vezes à casa da pessoa, tem que se apanhar a pessoa, se calhar na rua, tem que se fazer conversa, tem que se estar, tem que se conhecer a pessoa e isso demora tempo e exige essa dedicação. (...). Tem que haver um mínimo de um protocolo, e o protocolo pode ser de intervenção, quando o problema já está instalado, mas também pode ser preventivo, (...). (...) haver protocolos claros com procedimentos claros do que estes técnicos podem fazer em determinadas circunstâncias, para as coisas serem mais eficazes e não se estar a perder demasiado tempo, às vezes com procedimentos muito burocráticos. (...) é também haver algum tipo de resposta que combata o isolamento das pessoas, que proporcione que as comunidades se relacionem mais e que estabeleçam mais relações e que sejam mais participativas nas decisões que são importantes para esses territórios. (...). Essa equipa devia (...) [estar] disponível para as pessoas que podem desenvolver um problema, mas sobretudo para os familiares das pessoas que possam estar a desenvolver um problema. (...) Ou seja, as pessoas (...) percebem que há qualquer coisa diferente no comportamento ou nas ações daquela pessoa, mas também não sabem o que é que podem fazer e como é que podem ajudar o seu familiar, (...). (...) Estas equipas deviam estar disponíveis com uma linha de atendimento em que as pessoas podiam ligar a dizer, “Olhe, tenho um familiar, acontece isto, o que é que se pode fazer, como é que podemos ajudar?”, (...).” “Essencial, (...) acho que o serviço social é fundamental, educação social também é muito importante, psicologia fundamental, psiquiatria também me parece muito importante, mas não o psiquiatra só dos modelos biomédicos (...). Médico veterinário, sem dúvida. Acho que alguém da saúde, de cuidados primários e saúde mental também me parecia importante. Alguém do direito, obviamente, ou que tivesse envolvido no sistema judicial, porque há aqui questões obviamente que se prendem, enfim, com estas vertentes também. (...) o delegado de saúde pública era muito importante nesse grupo também. Acho que devia haver um procurador do Ministério Público que fizesse parte desse grupo, porque acho que todos, todas estas entidades também beneficiavam de aprender mais sobre esta patologia ou sobre este problema, porque eles também recebem estas referências, estas sinalizações, mas depois também não conhecem muito bem o que é que se passa com estas pessoas. (...) alguém obviamente da administração local, (...), Juntas de Freguesia, Município.” “(...) até pode ser um enfermeiro da saúde comunitária, mas também pode ser um médico.” “Podia ser um grupo (...) de trabalho mais alargado.” “Para estabelecer um plano, para haver uma estratégia, para haver uma política e para haver procedimentos e recursos, porque também as equipas depois precisam de recursos para agir bem e

rapidamente.” “Não, todos ao mesmo tempo não, mas fazerem parte de uma equipa, e depois podia-se ir atribuindo a cada um desses profissionais, à vez ou consoante também o perfil das situações, cada um ia funcionando como gestor de caso, em cada caso que fosse aparecendo e, portanto, ficava como pivô central no acompanhamento, embora tivesse sempre esta equipa de suporte e de apoio. (...) ele é o principal pivô de relação com a pessoa, (...) e não significa que não faça visitas acompanhado com um, com outro, portanto, não mais do que dois, que eu acho que o mínimo para mim, o mínimo e máximo de visitas são dois. Não mais técnicos do que isso, e nalguns casos até podia ir sozinho, se isso facilitasse mais a relação com aquela pessoa.” “(...) com algum poder de atuação, sim.”

Anexo E – Entrevista Única de Teor Jurídico (transcrição integral)

[E]: Que normas jurídicas ou diretivas europeias se relacionam, direta ou indiretamente, com situações de acumulação de animais (incluindo normas de bem-estar animal)?

[P10]: A "acumulação de animais" ou "Síndrome de Noé" exprime normalmente um comportamento omissivo continuado por parte de quem é responsável pelos animais, que se traduz na falta reiterada de cuidados (alimentares, médico-veterinários, higiénicos, de proteção relativa aos fatores ambientais) que são legalmente devidos a estes, o que poderá ser causa de dor, sofrimento, lesões e até da morte dos mesmos. Verificando-se algum ou alguns desses resultados típicos e se a vítima for um animal de companhia, que é a situação paradigmática, o agente poderá responder pelo crime de animalicídio ou pelo crime de maus tratos, consoante o caso, previstos e punidos pelo artigo 387.º do Código Penal. Na verdade, grande parte dos crimes de maus tratos a animal de companhia é cometida pela via da omissão de cuidados essenciais; também é sabido que são precisamente os gatos e os cães as vítimas habituais nesses contextos. Não se verificando o resultado desse tipo penal, e, portanto, a efetiva lesão da integridade ou da vida do animal, poderá estar em causa um crime de abandono de animal de companhia, previsto e punido pelo artigo 388.º do Código Penal, se se puser em perigo esses bens jurídicos protegidos. Subsidiariamente aos ilícitos criminais citados, estão igualmente previstas as contraordenações por maus tratos e abandono de animal de companhia a que se referem os artigos 6.º-A e 7.º, n.º 3, conjugados com o artigo 6.º, todos do DL 276/2001 de 17 de outubro.

[E]: Que consequências (civis, penais e/ou contraordenacionais) poderão decorrer para a pessoa acumuladora?

[P10]: Como referido, a pessoa acumuladora poderá ser condenada pelos crimes ou pelas contraordenações citados; são inúmeros os casos de condenações nessas circunstâncias, alguns dos quais bastante mediáticos, que causaram grande alarme social, uma vez que, não raro, os animais vitimados são encontrados em condições deploráveis, altamente lesivas da sua integridade e da sua saúde, senão mesmo da vida. As consequências punitivas podem concretizar-se em pena de prisão, dependendo das circunstâncias concretas objetivas e subjetivas e do número de animais em causa (logo, do número efetivo de crimes). Para além da resposta sancionatória, são igualmente frequentes ações cíveis, quer providências cautelares, quer ações principais de condenação, instauradas quer por associações de proteção

animal, quer por vizinhos lesados por ocorrências de insalubridade e ruído, geradoras do dever de indenização.

[E]: Na sua opinião, a acumulação de animais preenche o tipo legal de crime de maus tratos ou abandono de animais? Porquê?

[P10]: Claramente que, ao menos em abstrato, a acumulação de animais poderá configurar algum desses tipos de crime, conforme acima se explanou; com habitualidade esse tipo de situações têm sido apreciadas pelos tribunais e tratadas como tal, como não podia deixar de ser, se a omissão de cuidados vitais por parte do detentor foi causa de morte, de sofrimento ou de lesões ao animal, preenchendo, assim, os elementos típicos objetivos, e se o agente ao menos se tinha conformado com essa eventualidade. A motivação da pessoa acumuladora é complexa e diversa na sua raiz, mas será difícil de sustentar que essa pessoa não estará consciente de que os animais à sua mercê carecem de cuidados, designadamente quando confrontadas com a evidência do definhamento físico e da morte dos mesmos. Recordo-me de um caso chocante em que duas pessoas vinham acumulando vários cães num espaço exíguo e insalubre, situado num local remoto e propício a incêndios, tendo sido alertadas para esse elevado risco e para as condições impróprias em que os animais estavam alojados, aos quais era igualmente negado o devido exercício físico; foi-lhes, inclusive, oferecido alojamento para esses animais nas instalações de uma associação de proteção animal. Essas duas pessoas sempre recusaram ajuda, sobrepondo o seu interesse egoístico ao bem-estar dos animais pelos quais alegavam nutrir afeto.

[E]: A resolução legal da acumulação de animais é o meio mais adequado de solucionar esta problemática?

[P10]: Está em causa uma problemática complexa, que exige o devido tratamento, não só na perspetiva da censura ou repressão, mas sobretudo com tónica na prevenção, até para evitar a reincidência. Isso, quando estão em causa situações de acumulação de animais decorrentes de perturbação psicológica. Nesses contextos, é crucial que essas pessoas acumuladoras recebam o devido acompanhamento psicológico e a resposta social adequada, no interesse da própria pessoa, mas também da sociedade, em geral. Caso contrário, a pessoa acumuladora continuará, com altíssima probabilidade, a ceder a essa compulsão.

[E]: Quais as necessidades do sistema legal nesta matéria?

[P10]: Urge que o flagelo da "acumulação de animais" seja tratado com os remédios adequados e com a seriedade exigível, sem se ignorar a causa desse comportamento. É imprescindível um diagnóstico e um acompanhamento pluridisciplinares dos domínios psicológico e social.